

MANOEL LIGIÉRO

MEMÓRIAS
FLUMINENSES

O HOMEM, O RIO E A TERRA
O RIO MURIAÉ E A FREGUEZIA DA LAJE.
TRAÇOS GEOGRÁFICOS E HISTÓRICOS



MANOEL LIGIÉRO

ORGANIZADOR
ANÍZIO ANTÔNIO PIROZI

— — — — —
MEMÓRIAS
FLUMINENSES
— — — — —

O HOMEM, O RIO E A TERRA
O RIO MURIAÉ E A FREGUEZIA DA LAJE.
TRAÇOS GEOGRÁFICOS E HISTÓRICOS



CAMPOS DOS GOYTACAZES



2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

L724h Ligiéro, Manoel
O Homem, o Rio e a Terra: o rio muriaé e a freguesia da laje. Traços geográficos e históricos / Manoel Ligiéro; Organizado por Anízio Antônio Pirozi.
— Campos dos Goytacazes, RJ: Essentia, 2022.
255 p. : il. – (Memórias Fluminenses; v. 7)
Reedição da obra original de 1960.
ISBN 978-65-87500-03-4
1. Laje do Muriaé (RJ) – Descrição. II. Laje do Muriaé (RJ) – História. III. História do Brasil. I. Pirozi, Anízio Antônio (org.). II. Título. III. Série.
CDD 918.53

Essentia Editora

Rua Coronel Walter Kramer, 357 - Parque Santo Antônio - Campos dos Goytacazes/RJ
CEP 28080-565 | Tel.: (22) 2737-5648
www.essentiaeditora.iff.edu.br | essentia@iff.edu.br

Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense

Reitor	Jefferson Manhães de Azevedo
Pró-Reitor de Administração	Guilherme Batista Gomes
Pró-Reitora de Gestão de Pessoas	Aline Naked Chalita Falquer
Pró-Reitor de Ensino	Carlos Artur Carvalho Arêas
Pró-Reitora de Extensão, Cultura, Esporte e Diversidade	Catia Cristina Brito Viana
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação	José Augusto Ferreira da Silva
Diretor de Pesquisa e Pós-Graduação	Pedro de Azevedo Castelo Branco

Equipe Editorial da Série Memórias Fluminenses

Editor Assistente

Henrique Barreiros Alves
Gabriel Almeida Frazão
Fernando Gil Portela Vieira

Conselho Editorial Especializado

Paula Aparecida Martins Borges Bastos
Raimundo Helio Lopes
Rogério Ribeiro Fernandes
Priscila Mattos Monken
Aristides Arthur Soffiati Netto
Ivo Matos Barreto Júnior

Equipe Editorial

Capa
Ilustração da Capa
Projeto Gráfico

Camila Pavoni Monteiro
Mateus de Souza Ornelas
Camila Pavoni Monteiro
Claudia Marcia Alves Ferreira

Diagramação
Catalogação
Preparação do texto
Revisão do Texto

Larissa de Paula Viana Souza
Henrique Barreiros Alves
Marlon Martineli Coelho
Anízio Antônio Pirozi

SUMÁRIO

Apresentação	5
Prefácio à Presente Edição	7
<i>In memoriam</i>	13
Obras do autor	19
Dedicatória	21
Nota prévia	23
Cronologia lajense	25
I. O Norte Fluminense – Traços geognósticos e geográficos e históricos – O índio – O Rio Muriaé: Sua influência na conquista da terra	35
II. O Rio Muriaé – Origens do nome e sua significação	45
III. O Rio Muriaé – Divisão Geográfica e política. O Baixo Muriaé – A Cana de Açúcar	53
IV. O Rio Muriaé – Divisão geográfica e política. O Alto Muriaé – A maior mina de ouro	57
V. A penetração do Homem no Norte Fluminense. Questões de limites – Minas Gerais e a divisa em São Domingos	65
VI. A penetração do Homem no Norte Fluminense. Questões de limites – A Província do Rio de Janeiro e o Poço Fundo	71
VII. A penetração do Homem no Norte Fluminense. O elemento autóctone	77
VIII. O Norte Fluminense – A fixação do Homem. A lavoura	89
IX. O Café, o Negro e o Burro – Lendas regionais	95

X. A Fazenda – A Fundação da Laje – Pontes sôbre o Rio Muriaé ...	101
XI. A Data provável da fundação da Laje	107
XII. A divisão política da zona	115
XIII. Patrimônio, Igrejas e Capelas	123
XIV. 1868-1888 – Vinte anos do apogeu	137
XV. 1880-1882 – O Norte Fluminense e a influência política da Estrada de Ferro do Carangola	149
XVI. O Serviço Postal	153
XVII. A Vida Social da Freguezia da Laje – A imprensa – A Classe Médica	157
XVIII. A Fundação do Município de São José do Avaí	165
XIX. A instalação do Município de São José do Avaí. A Lei Áurea – A Milícia Negra – Os Conservadores e os liberais – “As Garrafadas da Laje do Muriaé”	173
XX. A República e o Município de Itaperuna – A fragmentação do Município – As “Rosas de Malherbe”. – Síntese política	181
XXI. Desintegração territorial – Perde a Laje 50% de seu vasto território	187
XXII. O amanhecer do século XX – O recrudescimento do impaludismo no Vale do Muriaé – O renascimento da Laje	191
XXIII. A Laje do Muriaé depois da Revolução de 1930	199
XXIV. A Laje do Muriaé – 3º Distrito do Município de Itaperuna	209
Apêndice e Notas	223
Bibliografia	249
Biografia do autor	253
Sobre a Série Memórias Fluminenses	254

APRESENTAÇÃO

A presente obra de autoria de Manoel Ligiéro foi uma obra escrita no decorrer de três décadas (entre 1930 a 1960), em que o escritor reuniu fontes diversas e entrevistas com descendentes de algumas figuras históricas de Laje do Muriaé, Itaperuna, Natividade e Bom Jesus do Itabapoana no estado do Rio de Janeiro.

Ao editar o material datilografado (original) de finais da década de 1950 e início de 1960 nos deparamos com uma norma de nossa língua materna que, por ser representativa de um momento de nossa história, nos afeta. Nesse sentido, optamos por manter a regra em vigor em 1960, data do término do trabalho. Cabe destacar que em algumas citações diretas ou indiretas o autor optou também por manter a escrita de época de sua fonte.

No geral, fizemos alguns ajustes na formatação de citações, notas de rodapé, aberturas de capítulos e aspectos estéticos no formato do texto, os quais em nada diferem no conteúdo da obra em si. Assim o fizemos, tentando preservar os detalhes do original e facilitar a leitura. Com exceção de dois elementos originais que foram suprimidos na presente edição. O primeiro era uma coluna existente na cronologia onde o autor destacava parágrafos no interior da obra, sobre pessoas, eventos históricos e datas que o mesmo apontava. O segundo trata-se de um índice onomástico que não seguiu uma ordem somente de nomes próprios e que incluía

instituições e nomes e sobrenomes repetidos com grafias diferentes sobre os mesmos personagens, o que tornava a leitura confusa ou desconexa. Assim, optamos por suprimi-las para não gerar nenhuma confusão por parte dos leitores. O que mostra como Manuel Ligiéro foi rigoroso em fornecer dados muito pontuais e detalhistas sobre seu objeto de pesquisa.

Anízio Antônio Pirozzi - Historiador

PREFÁCIO À PRESENTE EDIÇÃO

Sobre o autor

Todo ser humano tem uma ligação, pelo menos umbilical, com a terra em que nasceu. Manoel Ligiéro, porém, vai muito além disso quando se trata da sua querida Laje do Muriaé. Embora tenha vivido a maior parte da existência fora dela, exercendo a medicina em São José de Ubá, Petrópolis e no Rio de Janeiro, nunca deixou de manter o projeto de retornar às origens e escrever a história da Laje, então terceiro distrito de Itaperuna.

Tal fato o leva a produzir esta obra que trilha pela pesquisa histórica, conduzida ao sabor das memórias que cultivou desde a infância, ouvindo contação de lendas, de casos, de relatos familiares e lendo obras da História do Brasil e da História Regional.

Chega o momento em que sente necessidade de comprovações e aprofundamento. Aqui entra a pesquisa documental. O poeta que fazia versos para o rio, o vale, os cafezais em flor da sua terra, só depois de aposentado - na segunda metade da década de 1950 - passa a concretizar um antigo sonho: escrever a História da Laje, envolvendo alguns municípios vizinhos, principalmente Itaperuna e Natividade.

Assim é que pegou a estrada: cartórios, registros eclesiásticos, arquivos públicos, bibliotecas de obras históricas e geográficas, relacionadas ao norte/noroeste fluminense, além de documentos e relatos de famílias descendentes dos desbravadores da região, que ali chegaram por volta da terceira década do século XIX.

Trabalho árduo e metucioso que, na condição de sobrinho, pude acompanhar de perto, tendo o privilégio de ser o primeiro leitor e ouvinte de seus textos, além de ajudá-lo na garimpagem em bibliotecas do Rio, incluindo Biblioteca Nacional e bibliotecas de órgãos públicos, principalmente dos Ministérios, Conselho Nacional de Geografia, ABI, dentre outras.

Mas quem era o Dr. Maneco, fora do exercício da medicina? Um apaixonado. Apaixonado pela literatura em geral, especialmente por Camões, Eça de Queirós e Machado de Assis. Emocionava-se tanto com versos de Castro Alves como de Manoel Bandeira. Da tradição à modernidade, do Romantismo à ironia crítica realista.

Apaixonado por sua Angelina, esposa que o acompanhou até a morte. Faleceram no mesmo dia – estavam enfermos, internados em hospital do Rio de Janeiro. Apaixonado por sua terra e pelo rio que por ela passa, o Muriaé. O mais belo de todos os rios, justamente por ser o rio de sua terra. Os versos de Fernando Pessoa – usados como epígrafe na obra – traduzem muito bem esse sentimento:

O Tejo é mais belo que o rio que corre pela minha
aldeia,
Mas o Tejo não é mais belo que o rio que corre pela
minha aldeia
Porque o Tejo não é o rio que corre pela minha aldeia...

Seu exaltado amor pela terra natal contagiou colegas universitários. Na sua turma da Faculdade Nacional de Medicina, dentre os que se formaram em 1930, havia um grupo que se intitulava “Mirim”. Uma das comemorações dos ex-alunos da Mirim foi realizada em Laje, quando o grupo ofereceu ao então distrito de Itaperuna um marco de fundação da Laje: a construção de um obelisco, existente até hoje na entrada da cidade, em frente à ponte que corta o Muriaé. Na base desse obelisco encontram-se inscrições em placas de bronze, com frases referentes à História da Laje. Esse fato ocorreu em 1961, quando residia ainda no Rio, em companhia de sua esposa e filho.

Cinco anos mais tarde, visando ao retorno à sua amada Laje, Dr. Maneco inicia a construção de uma casa, à beira-rio, sonho acalentado há anos. Muda-se em 1967.

De 1959 até aquela data se desenvolvera e se destacara em Laje o Ginásio Maestro Masini e, anexa a ele, a Escola Normal Álvaro Diniz. O educandário recebia estudantes de toda a região e era reconhecido, inclusive, na própria Secretaria Estadual de Educação, pela excelência do ensino. Para Dr. Maneco, orgulho da terra.

No tempo em que morou em Laje - em sua casa à beira-rio - Dr. Maneco ia praticamente todas as manhãs ao colégio. Passava lá algumas horas, conversando com os funcionários, professores. Tinha sempre um caso engraçado para contar ou uma frase poética. Era um bom papo. Mesmo depois de um Acidente Vascular Cerebral (AVC), não deixava de fazer o seu passeio matinal. Ia caminhando, com certa dificuldade, pela rua, sem perder o senso de humor. Se lhe perguntavam: - Como vai, doutor? Respondia, ainda que tropeçando: - Estou ótimo!

Hoje, meu tio, com orgulho e sem ironia, diante da publicação de sua obra, a fala é minha: - Estou ótimo!

Cláudio de Freitas Ligiéro

Sobre a obra

Assim como Manoel Ligiéro e seu sobrinho, Cláudio de Freitas Ligiéro, sou um apaixonado pela história de nossa região. Ter a oportunidade de conhecer o manuscrito original - datilografado impecavelmente em papel amarelado e quebradiço - foi como encontrar um tesouro. O primeiro contato com a obra de Manoel Ligiéro se deu através de meu ex-aluno e hoje colega de profissão Matheus Cardoso de Souza, quando o mesmo em seu projeto de trabalho de conclusão de curso me apresentou como objeto de estudo o original dos escritos de “O Homem, o Rio e a Terra” de autoria de Manoel Ligiéro, ou “Maneco”, carinhosamente chamado por amigos e familiares. Assim

que coloquei as mãos sobre os escritos fiquei impressionado com o rigor das informações e bibliografia utilizada para corroborar as citações e fontes acerca dos registros históricos no norte e noroeste fluminense, em específico Laje do Muriaé e Itaperuna.

O texto de Manoel é cativante e cheio de paixão pela história de sua querida Laje do Muriaé, que muito salienta o protagonismo dessa cidade outrora 3º Distrito de Itaperuna, o que fica latente em toda obra. Trata-se de um documento histórico inédito que irá contribuir de maneira ímpar para esclarecer algumas lacunas historiográficas sobre fatos e momentos da História Local, Regional e quiçá Nacional. Fica evidente nos escritos ora publicados como o autor trabalhou para construir uma narrativa, a mais próxima possível, de um fazer historiográfico, mesmo não sendo um historiador por formação. O que de maneira nenhuma deprecia a obra e muito menos os ricos recortes que o mesmo optou para traçar uma cronologia factível de nossa região.

São 24 capítulos, muitas notas de rodapé repletas de informações precisas sobre nosso povo – desde os nativos índios Puris aos descendentes dos primeiros colonizadores mineiros que constituíram as principais famílias do atual noroeste fluminense – além de contos e lendas sobre Laje e região. Os fatos e versões apresentados por Manoel Ligiéro são dignos de muitos elogios por parte do historiador que escreve essas linhas. Trabalhar na verificação das fontes, afirmações e colocações de Manoel Ligiéro foi uma aventura prazerosa e ao mesmo tempo desafiadora para mim, haja vista que o texto foi construído pelo autor por um longo período de tempo e concluído na década de 1960. Gostaria de registrar que ao ler cada página me senti próximo dos fatos e pessoas descritas pela escrita de “Maneco”.

O texto é leve e faz com que o leitor deseje saber o que virá adiante ou o final da história ou estória. Ligiéro transita entre uma escrita fluida e densa, da tragédia dos fatos trágicos narrados ou os belos relatos de uma infância que testemunhou parte significativa dos episódios descritos. Tenho convicção que a publicação desse material inédito pela “Série Memórias Fluminenses” irá tornar acessível a História de uma região que sofre com a carência de instituições públicas ou particulares que zelem por manter nosso patrimônio histórico cultural preservado e protegido.

Trabalhar com memória e história requer paixão, como muito bem colocou o sobrinho do autor e colaborador desse relevante material, Professor Cláudio Ligiéro. Sou grato ao Matheus, ao Cláudio e à Solange que gentilmente disponibilizaram suas atenções e esforços para que essa obra pudesse ser compartilhada conosco. Quero aqui também registrar meus agradecimentos à equipe da “Série Memórias Fluminenses” do Instituto Federal Fluminense nas pessoas dos doutores e amigos Paula Bastos e Rogério Fernandes que com muito carinho e prestatividade nos conduziram ao longo desse processo de adequação da escrita aos moldes editoriais necessários para tornar essa obra inédita publicada. Quero agradecer também ao meu aluno Marlon Martineli Coelho que me ajudou a digitar a obra, que a partir de agora também estará disponível na plataforma digital. Agradeço ainda aos funcionários e à coordenação editorial da Essentia Editora responsáveis pela edição final da obra.

Por fim, quero concordar com as palavras de meu querido colega prefaciador Cláudio Ligiéro, e dizer que também fiquei ainda mais apaixonado por nossa história e região, e que sem essa paixão que moveu a todos nós, o desafio de registrar nossa História se tornaria mais árduo e laborioso. Mas posso garantir a você, leitor, que também irá se apaixonar pelo trabalho hercúleo de Manoel Ligiéro que agora jaz em suas mãos, apaixone-se.

Anízio Antônio Pirozi - Historiador

IN MEMORIAM

Para Cláudio Ligiéro Freitas

[...] Temos, todos que vivemos,
Uma vida que é vivida
E outra vida que é pensada,
E a única vida que temos
É essa que é dividida
Entre a verdadeira e a errada [...]

Fernando Pessoa – *Isto* (1933)

Falar de alguém que se admira não é uma tarefa difícil. Difícil é colocar todos os sentimentos em poucas palavras. Cláudio Ligiéro Freitas (1936-2020) deixou um legado impressionante de bondade e sabedoria por onde passou. Dono de uma timidez, talvez confundida com altivez, figurou como um legítimo educador na vida de centenas de seus alunos. Professor Cláudio, como era conhecido em sua amada Laje do Muriaé, foi uma personalidade que elevou o nome dessa cidade, pela qual lutou para tornar emancipada e independente. Profundo conhecedor das tradições e história da cidade, talvez tenha herdado isso do Tio Maneco - Manoel Ligiéro -, que muito colaborou e aprendeu a desbravar e preservar a memória de sua terra natal.

Cláudio Ligiéro de Freitas nasceu em um sábado de inverno em Laje do Muriaé, no dia 16 de maio de 1936. Nasceu em uma família de imigração italiana e começou sua vida escolar com 6 anos no Grupo

Escolar Ary Parreiras, em sua cidade natal. Tempos depois, por volta dos 11 anos, foi transferido para o internato do Colégio Miracemense, na cidade da mesma região, Miracema. Ao concluir o ginásio, em tenra juventude, como muitos que querem aprimorar os estudos e iniciar uma carreira, foi para o Rio de Janeiro.

Nessa cidade, com 20 anos, começou a trabalhar na Panair do Brasil (companhia aérea) e, após um tempo, mudou-se para São Paulo indo trabalhar na empresa farmacêutica norte-americana - *The Sidney Ross CO. LTDA*. Retornando à Cidade Maravilhosa, tempos depois, especializa-se em diversas áreas de seu interesse, entre elas botânica e entomologia, sempre atreladas a ciências e a geografia, disciplinas em que se submeteu também a exames de suficiência, próprios da época, passando por estágios e pequenas temporadas como professor, em Nova Friburgo, onde começou a lecionar as ciências que tanto amava.

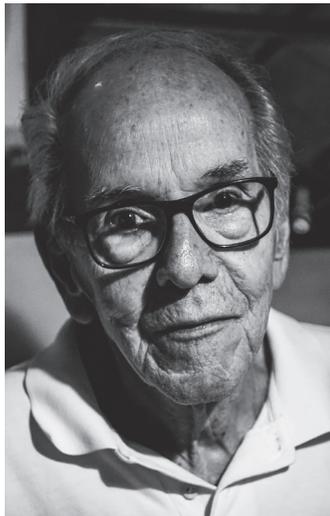
Aos 22 anos regressou a sua amada Laje com muitas experiências novas e sonhos na bagagem. Em 1958, durante um período em que retornara temporariamente a Laje, foi convidado para dar aulas no recém-inaugurado Grupo Escolar Maestro Masini no curso ginásial. Naquele momento iniciou-se de fato sua carreira no magistério. Uma das muitas paixões de nosso homenageado era a Política. Lembremos que, àquela altura, passávamos pelos agitados anos 60. Nesse contexto, Cláudio se envolve profundamente com o movimento emancipatório de Laje, o qual cada vez ganhava mais adeptos, sendo composto por figuras ilustres de sua terra como o padre José Brandão, Celso Pinto Côre e Addison da Rocha Coelho, entre outros. Trabalhou ativamente como secretário da comissão que fora instalada para dar andamento nos processos de autonomia pleiteados pelos moradores. Após a emancipação, fez parte da primeira Câmara de Laje do Muriaé, sendo o vereador mais votado da primeira eleição do Município.

Em 1963, assume a direção do Maestro Masini, ao substituir a diretora da escola, que se mudara para o Rio de Janeiro. Passa a ser, então o diretor/professor que incentivava nos alunos o senso de responsabilidade para a preservação da história e do meio ambiente da localidade. Ainda na década de 60, ingressa no magistério público como professor do Colégio Marechal Deodoro em Itaperuna.

Em meio aos anos da Ditadura Civil-militar, precisamente em 1972, muda-se para Niterói, onde assume a coordenação do primeiro grau do Instituto Gay Lussac e continua as atividades como professor

no Liceu Nilo Peçanha, onde ficou até sua aposentadoria. O Professor Cláudio continuou a visitar periodicamente sua cidade natal, no entanto, seu retorno definitivo ocorre apenas no ano de 1997, vindo a morar em uma chácara comprada ainda na década de 70 e produzida por ele mesmo, que se autointitulava “um plantador de árvores”. Além da consciência ecológica, tinha um apreço pela História Local, possuindo um vasto acervo de objetos, pinturas e escritos pertencentes a diversas figuras da História lajense. Entre eles, encontram-se os escritos originais da obra que está em suas mãos, de autoria de seu querido Tio Manoel Ligiéro, o qual, assim como o autor, carregava o sonho de vê-la publicada; desejo que ora está sendo realizado pela “Série Memórias Fluminenses”.

Com sua voz suave e calma, Cláudio nos fazia perder a noção do tempo, quando começava a falar do passado e das lembranças da infância em uma pequena cidade do interior fluminense. Viveu os últimos anos de sua vida na chácara, vindo a falecer no dia 30 de agosto de 2020, deixando um filho, dois netos e um legado de preservação tanto da natureza quanto de nossa memória local. Além de um “plantador de árvores”, foi um “jardineiro de almas”. Todos que o conheceram certamente perceberam sua magnificência e luz, a qual inspirava todos a sua volta. Grande mestre, seus ensinamentos serão eternamente lembrados por todos aqueles que pisaram seu jardim.



Cláudio Ligiéro



Manoel Ligiéro

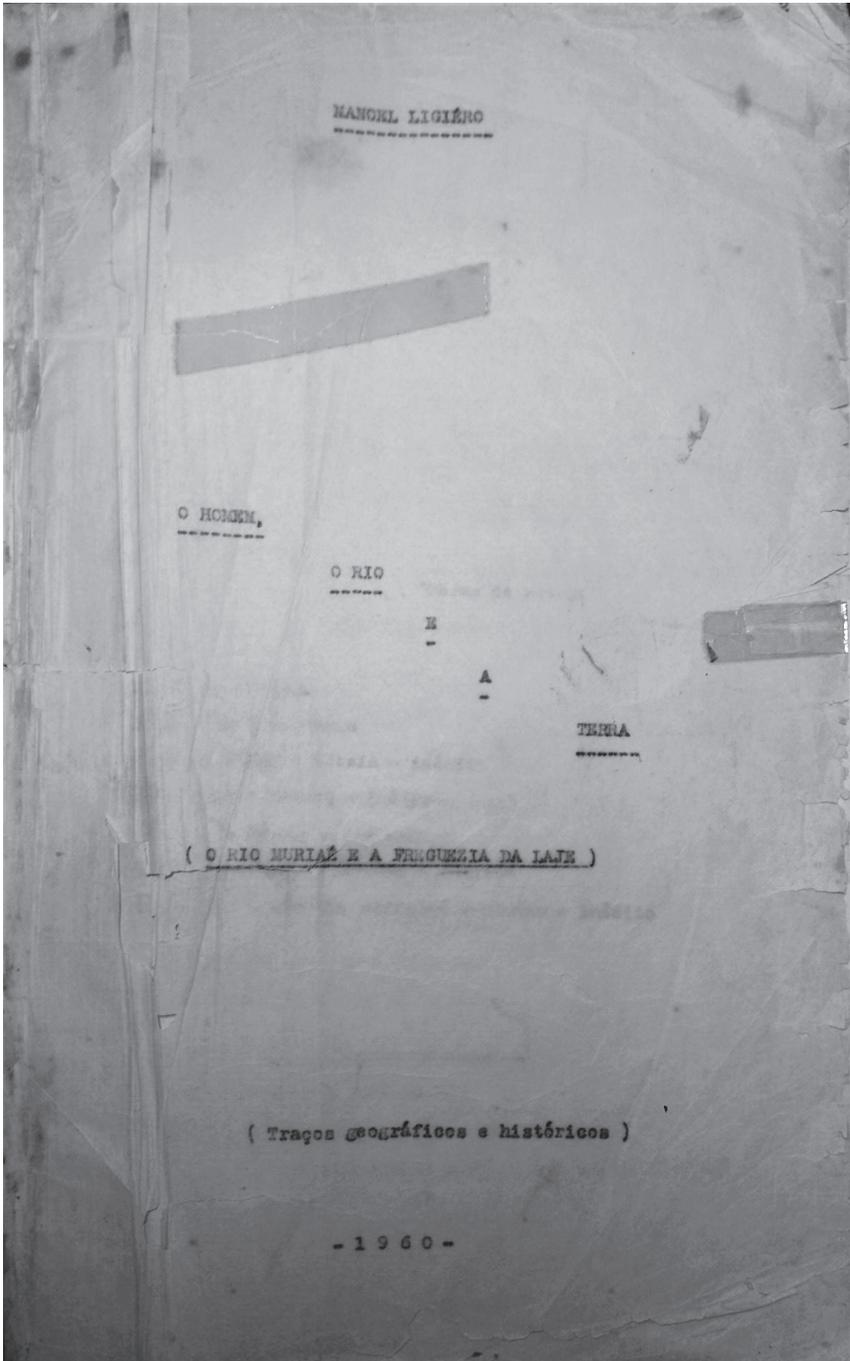


Imagem da capa datilografada - 1960

Obras do autor

MALINA - 1954 - Poesia

VIDA VERSO- 1955 - Poesia

POEIRA DAS ESTRADAS - Poesia - inédito

FOLHAS AMARELAS - Poesia - inédito

MENINO GRANDE - Poesia - inédito

A CLÍNICA DO DR. SOUZA - Romance - inédito

FUNDO DE GAVETA - Ensaios, crônicas e contos - inédito

“O Tejo é mais bonito do que o rio
que passa pela minha aldeia,
Mas o Tejo não é mais bonito do que o rio
que passa pela minha aldeia,
Porque o Tejo não é o rio
que passa pela minha aldeia.”

Fernando Pessoa – Obras completas

“Companheiro fiel de minha infância,
rio que rolas dentro do meu peito’...

Azevedo Cruz – Amantia Verba

“Traz no seu leito o Rio afortunado
Uma Laje que deita a repousar
o corpo das fadigas que há passada...

Mas quem os vir juntinhos, abraçados,
Naquêl doce enleio, irá jurar
que a Laje e o Rio são ... dois namorados!”

Marques Dias – O Rio e a Laje (inédito)

Dedicatória

Ao GINÁSIO MAESTRO MASINI, legítimo detentor e continuador das tradições gloriosas de LAJÉ DO MURIAÉ - o nosso coração nestas páginas, onde procuramos evidenciar um pouco da História de nossa terra, a cujo respeito (como do seu Portugal falou Camões) direi, num resumo de legenda:

“Está é a ditosa Pátria minha amada”...

O Muriaé

Soberbo o Muriaé, relando, corta
Esmeraldinos campos fecundados...
Vem como um Rei: vão-se-lhe abrindo em porta
os horizontes, sempre ilimitados...

Não sendo um marajá de mil reinados,
Cujas corôas a ambição conforta,
é mais que um rei, é o Deus dos verdes prados
que escreve certo numa linha torta...

Passa cantando. E a linfa, quando passa
ao pé do mato, e que as raízes molha
- raízes vegetais de tôda a raça -
deixa, no seu murmúrio que perscruto,
uma alegria verde em cada fôlha
e, em cada ramo, que balança - um fruto!

(Do livro inédito, FOLHAS AMARELAS)

Nota prévia

Não sabemos informar por que nasceu no nosso coração, mais do que no nosso espírito, o desejo de escrever alguma coisa a respeito da FREGUEZIA DE NOSSA SENHORA DA PIEDADE DA LAJE. Foi, sòmente, pelo fato de ser ela a nossa terra? Parece que não. Foi por sentirmos o quanto tem ela sido vítima dos maus tratos dos homens, dos políticos, que dela fizeram degrau para a ascensão de muitos, sem que poucos, ao menos, se dignassem de lhe fazer Justiça?

Não sabemos terem sido estas as razões que nos levaram a tomar da pena nessa conjuntura. O fato, porém, é que resolvemos escrever o que aqui vai escrito, a fim de que, no futuro, ao ser fundada a CIDADE DA LAJE DO MURIAÉ, os interessados do assunto político-administrativo local não terão muito trabalho na procura de dados históricos e geográficos que se fizeram preciosos ao documentário da representação juntos aos poderes competentes. Êsses dados aqui se encontram, mal dispostos, desalinhavados, contudo, mas em condições de prestar auxílio aos políticos que se propuzeram a êlevar à categoria da Cidade está grande terra, ou a todo aquêle que se interessar pelas cousas do Norte-Fluminense.

Pois foi pensando na vida pregressa da Freguezia de Nossa Senhora da Piedade da Laje e nas possibilidades do seu futuro que escrevemos estas linhas. Que elas sirvam para mostrar nos homens do Governo e aos homens de outras terras que – graças a Deus – a nossa terra também é gloriosa e, muito amada dos seus filhos!

Cronologia Lajense

DIA	MÊS	ANO	PÁG	DESCRIÇÃO
		1740	58	Pedro Bueno Cacunda dá ciência ao rei da existência de mina de ouro nas cabeceiras do Rio Muriaé
1	7	1753	41	Anexação da Capitania de São Tomé à de Espírito Santo.
		1781		Data do nascimento de JOSÉ BASTOS PINTO - o Alferes Bastos
		1788	112	Data de nascimento de JOSÉ GARCIA PEREIRA
		1800	110	Data do nascimento de JOSÉ FERREIRA CÉSAR.
19	7	1813	61	Guido Thomaz Marlière é nomeado Diretor Geral dos Índios da Província de Minas.

DIA	MÊS	ANO	PÁG	DESCRIÇÃO
		1817/8	77	Primeiras edificações em Quartel de Robinson Cruzoé, depois S. Paulo do Muriaé.
			62	Abertura da Estrada do Vale do Muriaé, traçada p/Guido T. Marlièr, partindo de Brejo (Miraí) e alcançado o Praticínio.
	7	1822	115	Possível entrada de José Ferreira César na região, cata de ouro e poáia, e onde, posteriormente se fundaria a Laje.
		1830	93	O Café penetra tôda a zona da Mata.
31	9	1832	72	Desligado do Esp. Santo, o Município de Campos e anexado à Prov. do Rio de Janeiro.
		1832	113	JOSÉ FERREIRA CÉSAR, segundo os historiados regionais, funda o povoado da Laje e inicia a plantação do Café.
		1837	79	JOSÉ BASTOS PINTO vem p/ a Laje, domiciliando-se no Ribeirão do Campo, em terras com pradas a José Ferreira César p/10 contos de réis.

DIA	MÊS	ANO	PÁG	DESCRIÇÃO
		1837	79	JOSÉ GARCIA FERREIRA também se domicilia na Laje, em terras adquiridas a Fortunato Neiva, fundando a Fazenda do Tanque.
14	10	1842	66	JOSÉ BASTOS PINTO, dêlegado do Patrocínio, com jurisdição até São Domingos, oficia à Presidência de Minas, informando que a província do Rio de Janeiro estava fixando “LINHAS” divisórias na região do Poço-Fundo.
23	7	1842	67	José Bastos Pinto oficia ao Inspetor de quartirão do Limoeiro, dizendo que exitava sôbre sua nomeação por Minas, uma vez que êle e os conterrâneos estavam dispostos a pertencer a Santo Antônio dos Guarulhos.
19	5	1843	69	Decreto nº297- Fixação dos limites entre província do Rio de Janeiro e Minas Gerais no POÇO FUNDO.
12	8	1844	90	É criado o 2º Distrito de S. Antônio dos Guarulhos ao qual passavam a pertencer as duas localidades: LAJE E NATIVIDADE.

DIA	MÊS	ANO	PÁG	DESCRIÇÃO
30	4	1849	118	Ato da criação da Estrada CAMPOS - SERTÃO DO MURIÉ.
22	1	1850	119	A LAJE é elevada à categoria de CURATO.
24	1	1853	74	A Província de Minas quer permissão para transferência da Recebedoria do Patrocínio para a Serra de São Domingos.
23	8	1853	118	Decreto nº 636 - O 2º Distrito dos Guarulhos é elevado à categoria de FREGUEZIA.
14	4	1857	128	Falece J. Candido Bastos, doador de 2 imagem à Igreja de N. Senhora da Piedade da Laje.
		1857	109	A Laje é elevada à categoria de FREGUEZIA.
14	12	1861	119	Separação das Freguezias LAJE e NATIVIDADE.
		1862	119	É inaugurada a Matriz a Paróquia de Nossa Senhora da Piedade da Laje.
29	12	1866	127	Anexação de S. José de Ubá à Freg. Da Laje.
30	12	1865	140-141	Anexação da Fazenda da Barra de São Domingos à Freguezia da Laje.

DIA	MÊS	ANO	PÁG	DESCRIÇÃO
18	3	1871	142	O Dr. Francisco Portela dá ciência à Câmara de Campos das providências por êle tomadas na Laje a fim de debelar epidemia.
28	7	1871	118	Falece aos 90 anos de idade o Alferes Bastos - JOSÉ BASTOS PINTO.
16	11	1871	139	A Laje, desmembrada do Município de Campos, é anexada ao Mun. De São Fidelis.
12	4	1873	143	A Presidência da Província do Rio de Janeiro contra a construção da Estrada CAMPOS-TOMBOS.
12	12	1874	143	Decreto 5822- Obtenção por parte do Dr. Francisco Portela e outros da concessão para construção da Estrada de Ferro CAMPOS-TOMBOS.
15	4	1877	144	Decreto 6167- A Princesa Izabel, na ausência de D. Pedro II, aprova os estudos da 1ª Secção da Estrada de Ferro CAMPOS-TOMBOS.
19	11	1880	144	Inauguração da estação terminal da 1ª Secção da Estrada de Ferro CAMPOS-TOMBOS, em Santo Antônio das Cachoeiras.

DIA	MÊS	ANO	PÁG	DESCRIÇÃO
9	5	1880	145	Falece na Laje o Engenheiro da Estrada de Ferro Campos-Tombos, HERMANN NEIGELLE.
		1881	155	É oficializado o Serviço Postal entre a Laje e o Valão d'Antas (Cambuci).
17	10	1881	149	Inaugurada a Estação do PORTO ALEGRE, ponto terminal da 2ª. Secção da Estação CAMPOS-TOMBOS.
2	1	1882	152	Laje é anexada a Santo Antônio de Pádua.
		1883	147	Dom Pedro II é hospedado em Retiro, São Domingos e no Porto Alegre.
15	6	1884	145	Inauguração da Estação do Paiol, depois Estação da Laje, no Ramal do Poço Fundo.
24	11	1885	168	Pelo Decreto. 2810, criou-se em Natividade o Município de Itaperuna, que não logrou efetivação.
4	11	1886	161	Lançamento do 1º número d 'O LAGENSE, periódico pioneiro da Imprensa Norte-Fluminense do Vale do Muriaé.

DIA	MÊS	ANO	PÁG	DESCRIÇÃO
31	3	1887	162	Lançamento do 2º periódico, publicado na Laje, sob a direção de Ernestina Fagundes Varela, irmã do poeta Nicolau Fagundes Varela.
29	12	1887	170	Promulgação do Dec. 2921, criando no Porto Alegre a VILA DE SÃO JOSÉ DO AVAÍ.
16	4	1889	163	Feria-se conflito local, conhecido na História pelo nome de “AS GARRAFADAS DA LAJE DO MURIAÉ”.
10	5	1889	178	Feriu-se memorável pleito eleitoral no Município de Itaperuna, sagrando-se vencedora em detrimento do Partido Conservador, a facção Republicana.
4	7	1889	179	É instalada a Câmara de S. José do Avaí.
6	12	1889	168	A Vila de S. José do Avaí muda de nome é transformada em Comarca de ITAPERUNA.
27	7	1890	183	Volta a ser criado o Município de Natividade do Carangola.
24	11	1890	183	É criado o Município de Bom Jesus do Itabapoana.

DIA	MÊS	ANO	PÁG	DESCRIÇÃO
9	12	1890	188	Decreto 156 - Anexação do 1º Distrito de Itaperuna (S. José do Avaí) de grande parte do Distrito da Laje.
4	5	1891	188	Decreto 212 - Anexação de parte do Distrito da Laje ao Distrito da Natividade.
8	5	1892	185	São fundidos em um só os três municípios: Itaperuna, Natividade e Bom Jesus, com o nome definitivo de ITAPERUNA.
7	7	1898	193	É sepultado no cemitério da Laje o Com. Venâncio José Garcia.
5	11	1902	194	A Lyra Lajense êlege diretoria e passa a ter a denominação de Clube Musical 5 de Novembro.
		1904	194	Inácio Guedes funda a Laje Sport Club composto de 2 <i>teams</i> : Rússia e Japão.
		1909	194	Movimento p/ reconstrução da Matriz.
		1913	195	A Laje é iluminada por eletricidade.
		1926	197	Reaparece com José Cerqueira Garcia sua 2a. fase de publicação, "O LAGENSE".

DIA	MÊS	ANO	PÁG	DESCRIÇÃO
14	3	1926	197	O Bispo de Campos reinaugura a Igreja Matriz da Laje do Muriaé.
		1925	198	José Garcia de Freitas dota a Laje de água potável encanada.
		1936	200	Aparece “O LAGENSE” na sua 3a. fase de publicidade.
20	10	1938	204	Lançamento do periódico “O GRITO DA LAJE”.
15	12	1938	204	Lei nº 641 - Fundação do 5º Distrito de Itaperuna, desmembrando da Laje, e com o nome de COMENDADOR VENÂNCIO.
7	5	1949	207	Lei nº 454 - Fundação do 6º Distrito de Itaperuna, com o nome de RETIRO DO MURIAÉ, antigamente Retiro, e desmembrado, também do Distrito da Laje do Muriaé.

O Norte Fluminense – Traços geognósticos e geográficos e históricos – O índio – O Rio Muriaé: Sua influência na conquista da terra

Para consecução do trabalho a que nos propuzéramos, queremos lembrar que o Norte Fluminense é a parte norte-ocidental do Estado do Rio de Janeiro, outrora, do Distrito dos Campos dos Goitacazes. Quando o Brasil, então colônia portuguesa, era dividido em Capitânicas Hereditárias – coube a de São Tomé (que compreendia os Campos dos Goitacazes) a Pero Goes da Silveira.

Essa Capitania de São Tomé, que tinha 21 léguas de extensão norte-sul; 28 léguas pelas anfractuosidades da costa atlântica e 10 de fundos, isto é, na direção lèste-oèste – achava-se localizada desde o Rio Macaé até o Rio Menagé ou Cabapuana – o Itababoana dos nossos dias.

Era dividida em duas partes pelo Rio Paraíba. Na parte superior ou norte dêsse rio é que se situa a zona que pretendemos estudar e que, geograficamente, é conhecida pelo nome de REGIÃO NORTE-FLUMINENSE. O trecho que mais de perto nos interessa, é a que constitui a BACIA DO MURIAÉ propriamente dita, pondo de parte alguns afluentes do rio.

Explicando melhor: - O nosso escopo será o de estudar a Bacia do Muriaé no pedaço pertencente ao Estado do Rio de Janeiro, ou focalizar o valor dêsse rio como vetor do Homem àquêlê rincão.

Não nos move o desejo ou a vêleidade de estudar geológica e geognòsicamente o rio em causa; o terreno em que êle corre e espalha as águas, por ocasião das cheias; as rochas sedimentares ou graníticas que formam seu leito ou as suas barrancas; o efeito das cheias periódicas nos terrenos convizinhos e a formação de aluviões; a natureza e a idade dessas rochas - mas, simplesmente, mostrar o que o Rio Muriaé significou para com o Homem que primeiramente ali se estabeleceu, quer fôsse o Homem-Índio, quer fôsse o ádvena - o êlemento de invasão que se transformou no usurpador daquelas terras virgens por fôrça de colonização.

Não é nosso propósito procurar, e descobrir as origens geológicas da zona, informando que

a topografia do Norte Fluminense caracteriza-se por três divisões êssenciais, correspondendo exatamente às formas geológicas: - a cordilheira, o tabuleiro e a planície (Alberto Ribeiro Lamego - O HOMEM E O BREJO - Página nº 3).

que a Baixada Campista é obra do Muriaé, muito mais do que Paraíba, visto ser o Muriaé muito mais velho do que aquêlê, do ponto de vista geognòsico¹ consoante o mesmo autor, na mesma obra, à página 8, quando diz:

Tudo nos leva a admitir que a passagem do Paraíba na (Serra) de Sapateiro é mais recente que a do Muriaé entre as Serras da Onça e a da Bandeira.

¹ Ver também O HOMEM E A SERRA - Ribeiro Lamego - Pag. 40.

Não é nosso intento fazer lembrar que a formação do terreno quaternário campista que, do fundo dos milênios, se estratificou para os nossos dias é presente desprezioso do Rio Muriaé. Parodiando a História quando diz que o Egito é uma dádiva do Nilo, poderíamos – guardadas as devidas proporções de tempo e espaço – arremedar êsse axioma, repetindo: – A Baixada Campista é dádiva soberba de construção silenciosa e quase anônima do Rio Muriaé, bem antes que o Paraíba, abrindo passagem pela Serra dos Sapateiro, houvesse aparecido na Baixada.

Foi o Muriaé, portanto, que, arrancando migalhas das cordilheiras e dos tabuleiros do seu curso, arrastou o pó impalpável das rochas erodadas para sedimenta-lo na região deltaica de São Tomé, criando aquela camada ubérrima de massapê que, no futuro, viria dar vida tetra-secular à lavoura campista, adoçando a alma das canas...

Naquêlo tempo, o Muriaé, partindo do terreno agnotozoico da Cordilheira que era, ou que viria ser, a Serra das Perobas; juntando a água de tôdas as vertentes – água que se transformaria em Rio Carangola, Glória, Gavião, além de muitos afluentes menores, e que rompendo as Serras da Onça e a da Bandeira, surgiu na Baixada, para caminhar na direção noroeste-sulêste – desembocou no Atlântico, abrindo em leque a sua foz, para criar o delta que seria, nos dias de hoje, conforme já foi dito acima, a Baixada Campista.

Foi então que, muito tempo depois, o Paraíba, novo e impetuoso, apertado que vinha “em garganta estreita, sulcando serranias brutas” assaltou, inopinadamente, a Baixada... E, como vinha de longe, cançado, talvez, de correr (ladrão que furtara as águas do Tieté – segundo atesta o “cotovelo” de Guararema² e, de saltar por cima de pedras – deitou-se no leito já pronto do Muriaé...

A Geografia Descritiva de hoje, não querendo aceitar os fatos, ou, talvez, querendo deixá-los esquecidos, faz o Muriaé afluente da margem esquerda do Paraíba, deslembrando-se de que, ao amanhecer dos milênios, êste último é que abusou da hospitalidade do mais fraco, procedendo para com êle como o Periquito faz com o João-de-Barro: – quando a casa se acha pronta, e em condições de “habita-se”, o Periquito espaventa, com azucrinações e bicadas de bico torto, o

² Ver “O VALE DO PARAÍBA”, Prof. Aroldo Azevedo, in ANAIS IX CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA – Vol/V.

construtor, assenhoreando-se-lhe do “bungalow” de barro e, lá dentro, se instala ao abrigo das intempéries, fazendo valer a lei do menor esforço ou, a da força... A comparação é grosseira, mas elucidada, com alguma clareza, o que não soubéramos explicar de modo diferente.

Vimos, assim, que o Muriaé erosa a cordilheira; sulca e afunda o tabuleiro e vem aterrar o oceano, junto aos parciais de São Tomé, criando a Baixada Campista que olha para o céu “pelos olhos parados das lagôas”, conforme já deve de ter dito algum poeta, cujo nome, no momento, não me aflora à mente³.

Pois foi precisamente ali, naquêlo lugar, à beira do oceano; que, um dia, os Índios viram, do lado que o Sol aponta, surgir a figura, serenamente clara, de um velho

branco como a luz do dia, trazendo, espalhada sobre o peito, como uma toalha de neve, até os pés, uma longa barba venerável, cuja ponta roçava a água do mar. Era Sumé (o Apóstolo S. Tomé), enviado de Tupã, senhor do céu e da terra.

que veio ensinar aos índios os segredos da Agricultura, para cujo mister a terra era propícia – terra bendita que o Muriaé trouxera do coração da Terra

Das sementes que o Santo Sumé fornecera, tinham nascido, em touceiras imensas, as bananeiras fartas; tinham nascido os carás e as mandiocas; tinham nascido os milhos de espigas de ouro; tinham nascido os algodoeiros, os feijões e as favas.

A terra fez-se rica e farta. Tôda a nação feliz. Mas, certo dia, ao sol nascente, quando Sumé deixava a cabana para ver o sol, notou que, instigado pelo Pagé, devorado de ciúmes por sentir o poder do Santo muito além do seu – tôda a nação, em alvorôto, se levantou contra si.

As flexas sibilaram no ar e foram cravar-se, fundo, no peito do Sumé. Êle, porém, com um sorriso bom nos lábios, como Santo que era, arrancava, de uma em uma as setas, lançando-as no chão, sem que se sentisse molestado. E, andando sempre de costas, lentamente, abairou-se do mar, de onde tinha vindo um dia,

³ Creio que o Poeta de tal verso seja o Sr. Jacy Pacheco. Seu livro – PLANÍCIE – foi lido por mim há muito e, sem saber por que, sumiu-se-me dá estante. A memória, porém, guardou-lhe um verso.

entrou pela água, cresceu sôbre ela, sôbre ela se equilibrou e, sempre de costas, foi fugindo – e sorrindo, sem amaldiçoar os ingratos a quem dera a fartura. E tôda a tribo, paralisada de assombro, via, oscilando de leve sôbre as ondas, que o nascer do sol ensanguentava, ir diminuindo, diminuindo, até sumir-se de todo na extrema do horizonte, aquela doce figura, de pêle branca como a luz do dia, trazendo espalhada sôbre o peito, até os pés, como uma toalha de neve, a longa barba venerável, cuja ponta roçava na água do mar⁴.

Até hoje o Cabo de São Tomé – Santo Sumé que por ali andou, ensinando Agricultura aos Índios – guarda o nome do Apóstolo, e orienta os mareantes com a luz de seu farol.

Referentemente ao curso do Muriaé como vínhamos tentando pormenorizar acima, diga-se, de passagem, que, atualmente, os fatos se encontram modificados, ponto que “o Baixo Muriaé (é que) ocupa o leito do Paraíba o qual, em busca do Atlântico, continuaria, rumo nordêste, por mais uma vintena de quilômetros” (Alberto Ribeiro Lamego – Obra citada – Página 8).

Por outro lado, os fatos viéramos de citar, servem para assegurar que o Muriaé não deveria ser considerado, como se faz modernamente, tributário do Paraíba: muito ao contrário, o Paraíba é que deveria ser julgado afluente daquêle, se é que, em Geografia Física, a decaneidade merece respeito.

Iremos, como se verá no transcurso dêste trabalho, evidenciar o valor social e econômico do Rio; o que êle significou nos primórdios da vida do Norte Fluminense; o pouco, se não o muito que ainda representa para êste rincão – se para tanto tivermos capacidade intêlectual e perseverança de espírito, suficientemente altos a elaborar trabalho concentrâneo com o nosso desejo, com a grandeza da matéria, com a amplitude e com a meticulosidade que o assunto merece e exige.

Dois historiadores regionais escreveram a vida do MUNICÍPIO DE ITAPERUNA, sediando, ali, o coração do Norte Fluminense: - O Dr. Leopoldo Muylaert Junior, elaborando o seu ALBUM DO MUNICÍPIO DE ITAPERUNA, e o Major Porphirio Henriques que executou, por seu turno, a obra intitulada A TERRA DA

⁴ Ver “CONTOS PÁTRIOS” – Olavo Bilac e Coelho Netto.

PROMISSÃO que, como sub-título, encerra a seguinte indicação: - HISTÓRIA DE ITAPERUNA.

Tanto um quanto o outro (êste mais do que o primeiro, pois Leopoldo Maylaert Jor. fez o ALBUM DO MUNICÍPIO DE ITAPERUNA inserindo, dentro dêle, modestamente, uma “NOTÍCIA HISTÓRICA”, porém magnífica e equilibradamente bem elaborada, enquanto o Major Porphirio Henriques escreveu a HISTÓRIA DE ITAPERUNA, empregando tôdas as letras possíveis) - tanto um quanto o outro, repetimos, esqueceu-se ou não se lembraram de que tudo o que foi, é ou será o Norte-Fluminense gira ou existe em função precípua do Rio Muriaé que banha essas plagas abençoadas de Deus - se não é êle o próprio Deus que abençôa a terra.

Foi por isso nós nos propuzéramos a estudar o Rio Muriaé e, mercê dêste estudo, procurar saber o que êle significa ou significou para o Norte Fluminense eximindo-nos de escrever a história do município, visto já ter a mesma sido elaborado, como o disséramos acima, por dois historiadores locais.

O nosso trabalho, destarte, ficará limitado, geográfica e historicamente, apenas, a um setor da zona: apresentar-se-á, naturalmente, eivado de inúmeros erros de observação ou de interpretação, postos em evidência pela refração das lentes que o amor à terra materna usa para ver mais longe. Mas, ao lado dêsses possíveis e humaníssimos erros, ver-se-á que, na realidade, o povo itaperunense, como os demais que integram a grei do Norte Fluminense, têm sabido lutar por seus direitos: ver-se-á como a nossa gente tem personalidade bem definida no concerto nacional, não obstante ser ainda povo jovem no tempo.

Antes, porém, que a terra se transformasse, politicamente, nêsse padrão de glória fluminense que, de fato, a sua gente o é, teve, quando povo incipiente, os seus dias primitivos obumbrados de nuvens negras. É que havia, vagando por ali, terrível espantallo que enchia de luto a bacia do rio: - A Doença, a Pestilência, a Morte em suma. Do Muriaé

o seu maior confluente é o denominado Rio Morto⁵, por ser de corrente tranquila: suas agoas sam escuras

⁵ RIO MORTO- na Província do Rio de Janeiro, Distrito dos Campos dos Goitacazes, tem nascimento em huns pântanos conhecidos por Brejo do Mello, com pequeno curso; desagoa no Rio Muriaé pela margem direita. (Ver Dicionário Topográfico do Império do Brazil - J. S. Costa Pereira - 1834).

desde sua origem, que está nos pantanais. (.) Nas suas margens cria-se um sipó venenoso, chamado timbó ou tinguí e uma arvore denominada guaratimbó (cuja raiz não he menos nociva) aos quais se atribue a malignidade de suas agoas⁶.

Pelo que se dizia, infere-se que até os produtos agrícolas, colhidos à sua margem, eram perigosos de comerem-se, por trazerem consigo a morte nas entranhas “os mesmos mantimentos produzidos nas terras inundadas pelas suas cheias eram pestíferos” (Ayres de Casal – Obra Citada)⁷.

Ao lado disso, e para aumentar os males da zona, havia – usando a palavra do colonizador – o mau elemento da terra, procurando defender, até com a vida, o torrão que era seu, legitimamente, e que alheias mãos – mão de branco impiedoso – queriam possuir, assambarcando tudo.

O Goitacá, então, era o diabo em figura de índio. Recebendo Pero de Goes a Capitania de São Tomé das mãos d’El Rei, mal teve tempo de estabelecer-se, pois o Goitacá lhe deu, sòmente, dois anos de relativa tranqüilidade. Findo êsse tempo, ou, melhor, no decurso dos cinco anos posteriores, o português êsteve “em continuada guerra com tal vizinho”. Por vêzes “ajustou pazes” as quais “eram instantâneas” e os índios “repetiam os insultos contra os povoadores”, a ponto de ver-se Pero de Goes da Silveira obrigado, (tal era a súplica dos moradores da Capitania de São Tomé) a abandonar a terra que El Rei lhe dera para colonizar, passando para a Capitania do Espírito Santo.

Sòmente depois de 1629 e que tentaram e conseguiram a reconquista do terreno, afugentando, a ferro e fogo “a maior parte do indígena, matando os mais intrépidos e menos prudentes”.

⁶ Ver COROGRAFIA BRASÍLICA – Ayres de Casal -Volume II – Páginá 48.

⁷ Não só o Muriaé era detentor do título de pestilento. Veja-se, por exemplo, o que a respeito do S. Francisco disse Auguste Saint-Hilaire (Viagem Pelas Prov. Rio de Janeiro e Minas -Vol II – Pag. 316): – “É quase sempre pelos fins de dezembro que a enchente atinge o nível máximo. A terra permanece inundada durante um mês e, às vêzes mais. Pouco a pouco as águas se retiram; escôam-se pura o rio e, no mês de abril, já a terra exhibe só uma lama pardacenta. Às substancias animais e vegetais em putrefação corrompem a atmosfera; e começam, então, as doenças que reinam todos os anos à margem do São Francisco e que as tornam tão temidas. Febres intermitentes atacam os habitantes da região. Em geral tôda a população tem um ar de abatimento e uma côr amarelada que não se observa nos habitantes das demais partes da provincia.”

Subjugado o Goitacá, sôbreveio, em seguida, a luta contra os Guarulhos, domiciliados à margem esquerda do Paraíba, quase à foz do Rio Muriaé, na Aldeia de Santo Antônio dos Guarulhos.

A fundação de uma igreja ali era êssencial à civilização do gentio: isto, porém não se efetuou em perfeição, pois, quando por lá passou, em 1815, aquêlé célebre viajante alemão, o Príncipe Wied-Neuvied, na sua VIAGEM AO BRASIL, praticamente já não encontrou índios naquela aldeia. Por que? Porque, rebeldes, tinham fugido mais para cima, para o norte, para os lados do Muriaé, rio acima. Mas, em luta constante com o branco, voltavam à socapa, e lhes incendiavam a lavoura, os engenhos de açúcar, depredavam, espoliavam, matavam.

Da sesmaria de Santo Antônio dos Guarulhos subiram para o norte, alcançando as cachoeiras do rio Muriaé, onde, para viverem, lhes foi concedida nova sesmaria a do Facão – a fim de que pudessem estabelecer-se ali. Impossível.

Outro aldeamento foi erguido em São Fidelis de Sigamaringa e sustentado com a renda que a primeira sesmaria fornecesse. Depois, outra aldeia foi estabelecida no local em que hoje se encontra cidade de Itaocara⁸.

Assim, sempre fugindo para o norte rumo à fronteira do Espírito Santo, ou para a de Minas Gerais, ou, para os lados das nascentes do Paraíba, ou, para as do Muriaé – foram misturar-se com os Puris e com os Coroados.

E tais índios, mantendo a sã dignidade, a honestidade, a personalidade inconsútil de indígena que não quis vestir a roupa nova da Civilização – desapareceram, talvez inconformados da usurpação sofrida, talvez padecendo do mal de ter perdido a terra, onde se erguia a choça humilde e os outros bens, como “o sono dormido à tôa sob as tendas da amplidão”, onde conheciam o local em que o rio é mais piscoso, ou sabiam onde a mata é mais rica de caitetus e de jaós – caça de pêlo ou volateria.

Espantado o índio até as Cachoeiras do Muriaé (depois Santo Antônio das Cachoeiras, mais tarde Cardoso Moreira), ou, daí, para dentro do Sertão⁹ – as margens do rio puderam ser cultivadas calmamente.

⁸ Era antigamente a ALDEIA DA PEDRA, tendo depois passado a ser SÃO JOSÉ DE LEONISSA, chegando, finalmente a ITAOCARA (Ver M. Toledo Piza - ITAOCARA, ANTIGA ALDEIA DE ÍNDIOS).

⁹ “O vocábulo ‘sertão’ no norte do Estado do Rio não tem o sentido nordestino de regiões escassamente arborizadas e pastoris, mas, sim, o de mata virgem, bravia e distante” (ALBERTO RIBEIRO LAMEGO - O Homem e o Brejo - Nota 33 - página 32).

“Recolhe-se milho, feijão, farinha, tabaco e algodão, quanto basta para o gasto do país” (AYRES DE CASAL, ob. Citada), porque as terras, com a ampliação das áreas de cultura, passaram a ser menos doentias. Cultivam-se as

canas de açúcar nas proximidades do Rio Paraíba e adjacências do Muriaé, onde está a maior parte dos engenhos, dos quais, em 1801, se contavam, neste distrito, 280 e entre eles 98 grandes e rendosíssimos.¹⁰

Quinze anos mais tarde, o número cresceu para 360 e, enfim, em 1820, havia no Distrito 400 engenhos de açúcar e cerca de 12 destilarias.¹¹

Assistimos, então, à penetração do Homem, feita na direção noroeste do Norte Fluminense, até a altura de “sete lagoas” à montante da corrente do Rio Muriaé, alcançado o lugar denominado Cachoeiras do Muriaé (Santo Antônio das Cachoeiras, depois Cardoso Moreira), onde “as canôas sam arrastadas por terra”, na tentativa de poderem subir a queda d’água, de vencer o “cachoeiro”.

O Homem ficou parado muito tempo, naquêlê lugar do rio, ou, melhor, o Progresso tornou-se lento, ou, praticamente, nulo, já porque o rio as fizera bravio como o íncola; já porque o Homem não quizera mais prosseguir em aventuras, enfrentando as Cachoeiras do Muriaé e os saltos da água violenta; já porque se achava estabelecido na planície com lavoura basta de Senhor de Engenho; já porque o novel método de vida fixou-o ao solo, patriacarlizando-o, tornando-o bonacheirão, incapaz de enfrentar, então, os percalços de novas empreitadas.

Por isso o Homem parou onde se encontrava, assistindo à ceifa da Cana de Açúcar que o braço servil do Negro escravo manipulava: parou onde se encontrava ou onde encontrou motivo de estabilização – cheio o bolso de dinheiro, a senzala referta de negros, a alma cheia de contentamento e ostentando no peito as insígnias de Barão.

¹⁰ Ver AYRES DE CASAL.

¹¹ Auguste Saint-Hilaire – Viagens Pelo Distrito Dos Diamantes e Litoral do Brasil. Pág. 298 – Brasiliana – Vol/ nº 210.

II

O Rio Muriaé – Origens do nome e sua significação

Não há negar seja MURIAÉ nome de origem indígena. Na viagem, porém, pelo tempo, entre homens de raça diferente, de ouvido pouco afeito aos sons guturais ou nazalados da fala do selvícola – é certo houvesse o vocábulo em aprêço de sofrer alterações e modificações de tal modo radicais que não encontrássemos, hoje, nos diversos componentes da palavra, senão pouca coisa que pudesse traduzir, ou mesmo lembrar a significação exata do termo.

Das pesquisas que nos impuséramos para descobrir o que o termo significa, muita coisa colhemos; juntamos vários exemplos dentro de múltiplas páginas de escritores compulsados; conseguimos reunir farta mêsse de excetos. E, se não chegamos a conclusões satisfatórias, provamos que pelo menos, procuramos trabalhar para tal fim, isto é, para dar à palavra MURIAÉ sua verdadeira significação, ou, a mais aproximadamente possível da verdade geográfica e histórica.

(A) Assim é que, em Porphírio Henriques – A TERRA DA PROMISSÃO– às páginas 87/8, respeitada a redação confusa do autor, encontramos os seguinte:

MURIAÉ é um topônimo de origem indígena, que os novos habitantes adaptaram aos seus costumes e pronúncia, aportuguesando-a. Ela tem origem no seguinte fato: quando um indígena se sentia doente, em estado grave, atirava-se ao rio, e, já pela doença, choque ou correnteza das águas, desaparecia para sempre, Morria! E os companheiros, apontando com o dedo o lugar onde o índio se tinha atirado, exclamavam: - MURIAÍ o que queria dizer: - 'MORREU AÍ!

(B) Nas páginas de APONTAMENTOS PARA A HISTÓRIA DA CAPITANIA DE SÃO THOMÉ, nota nº 12, página 250 - é de lamentar-se que o autor, AUGUSTO DE CARVALHO, dêse abrigo às seguintes palavras que passamos a transcrever:

MORIAHÉ é um termo português corrupto, composto do verbo MORRER e do adverbio AHI: os Índios, que antigamente se queria cathequizar, e principiavam a aldear-se na margem dêse rio, assaz pestífero, aonde muitos morreram, já sabendo alguma coisa do nosso idioma sempre conservavam os ásperos assentos da sua língua. Quando algum Português lhes perguntava por alguns dos seus parentes que eram já falecidos, respondiam MORIAHÉ (para explicar "morreu ali!). Assim se ficou chamado o Rio MORIAÉ.

Os itens A e B que acabamos de estampar, acima, ficam aqui sem comentários, pois são de tal modo insubstanciais que falar dêles seria perder bom tempo.

(C) Em NELSON SENNA - Corografia de Minas Gerais, 1922 - encontramos o seguinte: "O MURIAÉ - rio dos mosquitos bravos".

Naturalmente o autor calçou-se em Theodoro Sampaio, ou, em Alfredo Moreira Pinto - Suplemento aos apontamentos para o Dicionário Geográfico do Brasil - onde encontramos o seguinte verbete que para aqui transportamos:

MURIAÉ - Corr. moru-aé ou murru-aê, moscas que afligem, mosquitos que afluem ou atacam, o bando de moscas o enxame de mosquitos.

(D) Em PEDRO G. ALCOFORADO, no seu dicionário elaborado em torno das palavras empregadas na geografia fluminense, encontramos isso:

O vocábulo MURIAÉ, como se escreve hoje, não tem tradução. Depois de muitos anos de investigação, descobri que a palavra primitiva era MURIAHY. De MURI-A-I. MURI, mosquito: A verbo ter e Y, rio. RIO QUE TEM MOSQUITOS.

RIO DOS MOSQUISTOS BRAVOS, como quer Nelson Senna, ou RIO QUE TEM MOSQUITOS, no dizer de Pedro G. Alcoforado, não dias opiniões dignas de registo, embora não convincentes.

(E) No mapa topográfico do Distrito dos Campos dos Goitacazes, levantado e desenhado por Manoel Martins de Couto Reys, em outubro de 1785, exarado em fac-simile, entre as páginas 162/3, do Volume III de “A TERRA GOITACÁ” de Alberto Lamego, encontra-se esta indicação: “Sertam do MURIARÉ”.

Da transcrição feita vê-se que a palavra sofreu modificação na maneira de ser escrita, isto é, em 1785, Couto Reys escrevia MURIARÉ. Parece, à primeira vista, não ser fato digno de atenção, mas competenos registrar o ocorrido e continuarem-se as pesquisas.

(F) Na carta geográfica (cópia de um original existente da 5ª Secção do Estado Maior do Exército), feita por Diogo Lobo da Silva, 4º Capitão Geral e Governador das Minas, de 1765 a 1769, encontramos assinalado o RIO MURIAÉ, como afluente da margem esquerda do Paraíba, lógicamente, mas como nome de RIO BRUNHENHÉ¹²

Percebe-se desde então, ter MURIAÉ outra origem que não MURI-A-HY, conforme foi dito acima. Notar que era primeiramente BRUNHENHÉ para ser depois MURIARÉ.

(G) Em JOSÉ JOAQUIM DA SILVA - 1878 - Tratado de Geografia Descritiva Especial da Província de Minas Gerais - encontra-se o seguinte trecho: “RIO MURIAÉ, antigo BUIEÉ na linguagem dos índios que ali habitavam”.

(H) No livro de Afrânio de Mello Franco, de nome GUIDO THOMAZ MARLIÈRE, encontramos, feita por José Alves Lanes - 1902 - em São Paulo do Muriaé, e devidamente registrada em cartório, a seguinte declaração:

¹² Ver Moacir Silva - KILÔMETRO ZERO - mapa publicado entre as páginas 128/9.

Que o quartel de GUIDO THOMAZ MARLIÈRE achava-se localizado onde hoje se encontra a “Igreja do Rosário” nessa cidade, perto “da Cachoeira do Muriahé que então se chamava BUIEÉ¹³.

Creemos, sem muito esforço, que já poderíamos aceitar a tese seguinte: A palavra MURIAÉ, como se escreve hoje, e no dizer de Pedro G. Alcoforado (item D), não tem significação, visto que - a nosso ver - a palavra primitiva deveria ter sido BRUNHENHÉ, passando depois a BUIEÍÉ, para chegar, por corruptela, a MURIARÉ e, finalmente, a MURIAÉ dos nossos dias.

E essa modificação (BUIEÍÉ - MURIAÉ) tem razões normais dentro da glotologia indígena? Informa Teodoro Sampaio “O TUPI NA GEOGRAFIA NACIONAL” que

As labiais P,B,M se substituem ou se confundem, não raro, na composição dos vocábulos, quer por motivo de uma articulação indistinta, quer por ação dialetal¹⁴.

Isto pôsto, poderíamos aceitar perfeitamente a hipótese de que a palavra em cheque, na língua dos Goitacazes, poderia ter sofrido alteração no dialeto dos Guarulhos, ou na língua dos PURIS ou, na dos Coroados, que mourejavam nas plagas do BUNHENHÉ. Junte-se a tudo isso a pronúncia do invasor português e a dos demais viajantes que escreveram e anotaram, a seu talante, ou, como puderam auditivamente compreender os nomes geográficos da região - e poder-se-á entender como o têrmo sofreria mudança na sua contextura e, certamente, na sua significação. Sirva de exemplo, gratia verba, a palavra ITABAPOANA que apresentou várias transformações desde CAMAPUÃ, CAMBAPUANA, CABAPUAMA e outras, até chegar à atual, a qual, com certeza não significa hoje o que dantes significava: - CAMAPUÃ, “SEIOS ARREDONDADOS”, segundo que se lê à página 429, nota 23, AUGUSTO DE SAINT-HILAIRE, Viagens pelo Distrito dos Diamantes e Litoral do Brasil.

A bêleza poética de CAMA-PUAN, ou, digamos, de “SEIOS ARREDONDADOS” sofreu tal transformação que, presentemente,

¹³ Ver páginas 141 e seguintes do livro citado.

¹⁴ Ver página 16.

temos uma pedra, ITA, metida no seio da Palavra, deturpando-a a possivelmente, piorando-lhes a significação original ou, segundo pensamos, afeiando-a no todo – embora talvez não seja esta opinião dos moradores de Bom Jesus do Itabapoana ou dos seus ilustres filhos, nascidos à margem pedregosa daquêle caudal encachoeirado que eu conheci em Arrozal de Santana (hoje ROSAL) em priscas eras.

Em Teodoro Sampaio, página 84 - obra citada - encontramos o seguinte:

“ITABAPOANA por CABAPOAMA “que significa: - VESPAS ASSANHADAS”.

Entre dois “SEIOS ARREDONDADOS” e uma “VESPA ASSANHADA”, não há dúvida, iríamos preferir aquêles, isto é, os CAMA-PUAN.

Partindo, então, da palavra que julgamos ser, ab initio, BUIEÉ (BRUNHENHÉ) ou BUIAIÉ, ousaríamos perguntar o que significa êsse termo BUIAIÉ, traduzido para a nossa língua.

Não temos conhecimento algum do idioma tupi, ou, o bastante para solucionar êsse problema. Poderíamos trazer à baila, todavia, a opinião de diversos escritores estudiosos e especializados da matéria, em cujas fontes bebemos o que se segue:

No vocabulário dos povos indígenas que o Príncipe Wied-Neuwied organizou e estampou no seu livro “VIAGEM AO BRASIL” encontramos, no VOCABULÁRIO DOS MACONIS e dos CAMACANS, civilizados de Belmonte, chamados pelos portugueses de MENIENS - os seguintes termos que, parece, ajudarnos-iam a achar a significação de BUIAIÉ:

ABUI - vem ou vai (como tivemos a oportunidade de notar, os verbos ir e vir são representados pela mesma palavra, portanto, confundidos na sua essência);

Y ou HY - água, curso d’água, Rio;

AE - areia;

É - terra

Isto é, (A) BUI-NY-AE-É que, traduzido, daria o seguinte:

RIO QUE VAI PARA TERRA DA AREIA.

Inegavelmente, não podemos deixar de admitir que a explicação tem certa lógica, pois, na realidade, o Rio Muriaé corre para a TERRA QUE TEM AREIA - terra arenosa da Baixada Campista que

parece que foi algum dia mar aquela campanha, porque, cavando-se em qualquer parte, uma côdea de massapê que tem naquêle chão de 4 a 5 palmos, se dá logo em areia finíssima alvíssima¹⁵.

Em Theodoro Sampaio - Obra Citada encontramos o seguinte verbete:

BU - corr. ybu ou y-bu, a água que surge; ôlho d'água; manancial. Alt. UBU, OBU. Pode ainda o vocábulo BU proceder de BUR, surdir, emergir, sair de onde estava oculto e, neste caso, BU se traduz; o que se embusca, o que tem por hábito andar emboscado e assaltar de surpresa e com estrondo. É nome de uma nação selvagem do sertão da Bahia, conhecida na História por Índios BUS. BAHIA E MARANHÃO.

Em face do que vimos de expor, seríamos capazes de formular a hipótese que MURIAÉ (BUIEIÉ) poderia significar: RIO QUE EMERGE DA TERRA, ou, RIO QUE SAI COM ESTRONDO DE ONDE ESTAVA OCULTO. A explicação tem cabimento, pois, na cidade de Muriaé existiu uma cachoeira (recentemente destruída) de nome ENCOBERTA, onde o Rio Muriaé desaparecia, como que tragado pela terra, para surdir a 200 metros abaixo, com violência e estrondo, como horda de selvagens que emboscados, assaltassem de surpresa o inimigo. Não será esta a razão de ser BUIAIÉ?. Pode ainda significar RIO DA TERRA DOS (ÍNDIOS) QUE ATACAM DE SURPREZA. Poderíamos ainda sugerir que BUIEIÉ significaria: RIO DA TERRA DOS BUS.

Não cremos que esta última versão seja possível, em face do que se encontra exarado no DICIONÁRIO TOPOGRÁFICO DO IMPÉRIO DO BRAZIL, Costa Pereira - 1834: "BUS, nação indígena habitante na parte meridional da Província do Maranhão nas nascentes dos Tocantins. Hé pouco tratavel e vive da caça e pesca".

Sendo êsse povo BU indígena habitante do sul do Maranhão, achamos um pouco difícil e o seu nome viêsse influenciar um rio pequeno, como o é o MURIAÉ, nascendo em Minas Gerais - muito perto de nós ou, muito longe dos BUS.

¹⁵ Ver Alberto Lamego - A TERRA GOITACÁ - Volume I - Página 29 - Nota nº 12.

A hipótese, contudo, não merece ser desprezada, pois é sabido que o índio é nômade e, entre nós, havia o Goitacá que, na opinião judiciosa de Theodoro Sampaio, significa o ANDEJO. Assim sendo, é possível que o Goitacá, reconhecidamente andejo, pudesse conhecer a nação dos BUS ou saber que o BUIAIÉ era um rio, que VINHA DA TERRA DOS BUS ou, pelo menos, daquêle lado.

Ainda para reforçar essa tese, digna de acatamento, transcrevemos as seguintes palavras de JOAQUIM NORBERTO DE SOUZA SILVA - Memória Histórica e Documentada das Aldeias de Índios da Província do Rio de Janeiro - Revista INSTITUTO HISTÓRICO, Página 86:

As tribos que em maior número dominavam a provincia parecem descender dos Goitacazes - já pela igualdade dos costumes e usos - já pela semelhança da linguagem. Taes são por sem dúvida os Guarulhos, os Coropós, os Coroados e os Puris que desceram dos mais remotos sertões e vieram dos Andes.” (O grifo é nosso).

Vindo dos Andes, poderiam ter trazido consigo a notícia dos Índios BUS, a qual passou a viver na tradição da tribo, tradição essa que se perpetuou no nome do rio.

Não queremos finalizar o assunto sem fazer presente que, nas nossas pesquisas, encontramos, em CAETANO DA SILVA (Antônio José) - Corografia Fluminense - 1896 - in Revista do Instituto Histórico - o Rio Muriaé com o seguinte apôsto: - O BURICÉ DO GENTIO. Para nós foi difícil a interpretação dêsse vocábulo que se decompõe em BURI, nome de palmeira, e, para CÉ, não encontramos explicação satisfatória. Por outro lado, devemos fazer notar que permanece na palavra BURICÉ o mesmo radical BU ou BUR e I que significa rio.

Por fim encontra-se, em KILÔMETRO ZERO - Moacyr Silva - entre as páginas 156/7, uma carta geográfica. Carta elevada pelo Sargentomor Manoel Vieira Leão, e novamente copiada e acrescentado no ano de 1801 na qual se vê o Rio Muriaé, com o nome de RIO MIRIAHI.

Em Theodoro Sampaio - Obra citada - acha-se a maneira de dividir êsse último nome, mais ou menos assim:

MIRI - corruptela de MIRIM - pequeno;
A - gente, pessôa;
I ou HY - rio;
MIRIAHY: - RIO DA GENTE PEQUENA.

Em Joaquim Norberto de SOUZA SILVA - Obra citada - Nota 38, página 233 - encontramos os seguintes dizeres: “era esta sorte de gentio (o Goitacá) a mais feroz e desumana que havia por toda aquela costa; em corpos eram agigantados”.

Em contraposição, na voz do mesmo autor, (Obra citada - página 89) há as seguintes palavras referente aos Puris: “são pequenos na estatura, de cor morena e valorosos, se bem que pérfidos na guerra.”

Em face dessas duas citações, podemos compreender que, no Alto Muriaé, o gentio dava ao rio nome de BUIAIÉ, querendo fazer notar que o rio “VINHA DA TERRA DOS BUS, ou, que “IA PARA A TERRA DA AREIA” - assuntos esses sujeitos a controvérsias, até esclarecimento futuro. Por outro lado, no Baixo Muriaé, o Goitacá, que era alto e espadaúdo, dava ao rio o nome de MIRIAHY, querendo, com isso, fazer notar que ele, rio, vinha da TERRA DE GENTE PEQUENA, conforme eram os PURIS.

Por fás ou por nefas, tudo o que vimos transcrevendo, apreciando ou tentando plasmar - é possível - seja falho e inconsistente. O certo, porém, é que neste trabalho temos pôsto todo o nosso esforço, dedicação e amor, a fim de que a obra possa ser apreciada ou completada, no futuro, por estudiosos que, talvez, sejam mais felizes nas suas pesquisas do que nós.

III

O Rio Muriaé – Divisão Geográfica e política. O Baixo Muriaé – A Cana de Açúcar

Pode o Rio Muriaé ser dividido físico-geograficamente em duas partes, perfeitamente definidas e caracterizadas, as quais influenciaram, sôbreme maneira, a colonização da zona, outrora conhecida pelo nome de SERTÃO DO MURIAÉ.

Compreendia-se por Sertão do Muriaé tôda a parte daquêlê território fluminense ainda não penetrado pelo homem civilizado.

Essa divisão do Muriaé em duas partes não é arbitrária: ao contrário, é claramente evidenciada pelo acidente topográfico que transforma ou demarca o ponto exato em que o Muriaé, deixando de ser rio de planalto, transmuda-se em rio da Baixada. Trata-se da Cachoeira do Machado, a 50 Km, mais ou menos, acima da sua foz no Paraíba a qual divide o curso do rio em dois trechos perfeitamente definidos: Baixo e Alto-Muriaé.

Politicamente, o rio também é dividido em duas partes, tendo um ponto de referência que norteia tal divisão, conforme se vê,

transcrevendo-se o seguinte tópico: “e dahi (da Serra denominada de Santo Antônio – divisa entre Minas Gerais e o Rio de Janeiro) a um lugar no Rio Muriaé, chamado Poço Fundo”.

Êsse ponto, por onde passa a linha divisória do Estado do Rio com o de Minas, é o mesmo que marca da entrada do Rio Muriaé no território fluminense. Das Nascentes do rio até o Poço Fundo temos um Muriaé mineiro: dali, até a sua foz, no Paraíba, o Muriaé se torna fluminense - mais volumoso e mais longo do que parte a parte anterior citada.

Aproveitamos a oportunidade dêste momento para informar que o Muriaé mineiro teve influência capital na colonização do Norte Fluminense, conforme tentaremos descrever adiante, e em tempo oportuno.

O Baixo-Muriaé é perfeitamente navegável, desde que se entende por navegação a que se praticava ali, por intermédio de canôas de fundo chato, no tempo em que o Homem penetrou aquelas plagas. Ostentava, naquela época, consoante o que se lê em AYRES DE CASAL, *Corografia Brasilica - Volume 2*, página 47 e seguintes - larga bacia alagadiça, cheia de lagôas e de córregos fundos lerdos, encharcando vasta região de terra que se tornava inculta e pestilenta, e cujas águas eram “tam pestilentas quantos habitam padeciam de febres malina que os lhes acabava os dias êle deixava pálidos esverdeados por tôda a vida (Ayres Casal - Obra citada).

As Margens do Baixo-Muriaé, como tôda a Baixada Campista a que êle pertence, são detentoras, também, de vasto lençol aluvional que convida o Homem a lavrar a terra que é de uberdade ímpar. É o prolongamento campista do massapê que faz com que o Homem esqueça a pête do pântano e os miasmas do alagadiço, pelo gôsto mais econômico do que bucólico de assistir ao crescimento da lavoura canavieira.¹⁶

O Baixo-Muriaé, tido como complemento da Baixada Campista, participou da evolução dos Campos dos Goitacazes, pois foi à margem dêsse caudal, como já se disse acima, que se estabelecera a grande quantidade de engenhos de açúcar, desde os idos de 1750.

Entre os senhores de Engenho, em pleno século XIX, cita-se o BARÃO DO MURIAÉ - Manoel Pinto Netto da Cruz - assim como,

¹⁶ Ver 4º Centenário da Casa de Açúcar no Município de Campos.

posteriormente, a do comendador José Cardoso Moreira quem tem o nome perpetuado na sede do Município de Itaperuna, numa das suas principais avenidas, sem falarmos do 14º Distrito de Campos, outrora Cachoeiras do Muriaé, que lhe guarda zelosamente o nome.¹⁷

Não obstante no que se chamava a pestilência do rio, o Homem da Baixada penetrou aquela região doentia; abriu canais; drenou charcos; fez da Lagôa da Onça o ponto de irradiação de outros canais, por onde as canôas transitavam, conduzindo o produto dos engenhos e dos alambiques.

Serve isso para provar que, participando de “CICLO DA CANA DE AÇÚCAR”, o Baixo-Muriaé ajudou a dar vida social, econômica e política aos Campos dos Goitacazes, auxiliando-os a se transformarem numa das mais prósperas, ricas e cultas cidade do Brasil, já no período colonial, já no tempo do Primeiro Império, já no do Segundo.

Em determinado ponto, porém, do Rio Muriaé, estava “o Cachoeiro”. Dali, para cima, a montante, no rebordo do tabuleiro, o rio fez-se praticamente impenetrável. A camada de massapê tornou-se mais baixa e êstendida, apenas, dentro do vale mesmo do rio ou dos seus afluentes. A febre palustre, às vêzes, sob forma de “carneirada”, mantinha-se violenta e constante. Por essas razões o Homem da Baixada preferiu permanecer nas terras já conquistadas, ao pé dos seus engenhos, a enfrentar o risco de novas arrancadas.

Assim, a civilização permaneceu ali , sem subir a cachoeira, mesmo porque, para cima, a montante, havia a mata virgem, havia o Índio Puri, sempre visando uma vindicta contra o branco - invasor dos seus domínios, devastador impiedoso das matas, para tirar madeiras de construção, ou, para um roçado, onde pudesse fincar um rancho, plantar alguns pés de mandioca, meio litro de feijão - enquanto não surgisse o verdadeiro detentor do título oficial de posse do terreno, para afugentá-lo mais para cima , para o interior, para o Sertão.

É que a divisão do solo se fazia, arbitrariamente, pelo sistema de sesmarias, sôbre cujas concessões os potentados levavam muita vantagem sôbre os pobres ou desfavorecidos do bafejo oficial.

O processamento da aquisição da sesmaria era, de modo geral, logo para os que dispunham de pouco recurso financeiro ou, para

¹⁷ (V/ Cardoso Moreira - 14º Distrito do Município de Campos - Resumo Corográfico, por Henrique Queiroz Vieira - Campos).

os que não contavam com os favores dos governantes, enquanto os ricos faziam do assunto verdadeira indústria, conseguindo despachos burocráticos imediatos. E, de posse do título, vendiam o posseamento para, em seguida, obterem outros, sempre levando vantagens financeiras nessas transações comerciais.

É Augusto de Saint-Hilaire, no seu livro “SEGUNDA VIAGEM DO RIO DE JANEIRO A MINAS GERAIS E SÃO PAULO” à página 38, que nos dá notícia do seguinte, corroborando com o que foi dito acima:

Os pobres que não podem ter títulos (títulos de posse de terras) estabelecem-se nos terrenos que sabem não ter dono. Plantam, constroem pequenas casas, criam galinhas e, quando menos esperam, aparecem-lhes um homem rico, com o título que recebeu na véspera, expulsa-os e aproveita o fruto do seu trabalho.

Foi procedendo assim que o Homem conseguiu ir penetrando nas terras devolutas, abrindo picadas, plantando ranchos de sapé mas, sempre à espera aziaga de que, mais dia, menos dia, o rico aparecêsse para, aproveitando o “fruto do seu trabalho”, tocá-lo para além.

Assim, a civilização caminhava.

IV

O Rio Muriaé – Divisão geográfica e política. O Alto Muriaé – A maior mina de ouro

Encontram-se em Minas Gerais as nascentes do Rio Muriaé. Estas nascentes, conforme o que se acha exarado em vários autores, demoraram muito tempo a serem fixadas pelos geógrafos. Dizem uns que o Muriaé nasce na Serra dos Puris; outros, como por exemplo, NÉLSON SENNA, em sua Corografia de Minas Gerais, 1922 - afirma que

nasce na Serra das Perobas e que, depois de 290Km em território mineiro e fluminense, despeja as suas águas no Paraíba.

Depois de receber, como afluentes os rios Preto, Coronel, Aranhas, Batata, Passagem, Cunha, Bonito, Bom Sucesso, Onça, Divisório, São Paulo, Fubá, Gavião, Glória, Carangola e outros.

Já outro autor, JOSÉ JOAQUIM DA SILVA - Tratado de Geografia Descritiva da Província de Minas Gerais - 1878, diz que

nasce na Serra dos Bagres; outro, na Serra dos Bugres, outros na Serra da Jacutinga e que,

depois de receber, na margem esquerda, os córregos das Perobas e Funchal, tem o nome de Ribeirão do Fubá e mais o de Rio Preto; de Mirahy para baixo recebe o nome MURIAÉ.

Informa ainda outro que nasce ou, melhor, que tem origem “na Serra do Pico, nas terras dos Puris”.¹⁸

O que se acha, porém, devidamente assentado, inclusive por MÁRIO DA VEIGA CABRAL - Corografia do Brasil - é que as suas nascentes encontram-se na Serra das Perobas. A Bacia do Muriaé, em Minas Gerais, segundo o autor JOSÉ JOAQUIM DA SILVA, há pouco citado, é de 1.779 quilômetros quadrados.

O Alto-Muriaé sofreu, como era naturalmente, nos primórdios da civilização mineira, a influência dos faiscadores de ouro e de pedras preciosas. Enquanto no Baixo-Muriaé se estabelecia a lavoura de Cana de Açúcar da Baixada Campista - o Alto-Muriaé tinha o fundo do seu leito bateado pelos garimpeiros, na ânsia de colherem ouro e diamantes “naquêle dilatado sertão.”

Entre os faiscadores de ouro, cita-se o nome de PEDRO BUENO CACUNDA que, mais ou menos, em 1740 segundo Alberto Lamego - A TERRA GOITACÁ - Volume II - páginas 273 e seguintes, deu ciência ao Rei de Portugal da existência de grande jazida de ouro, naquela zona, nos termos que transcrevemos:

Essa abundância (de ouro) concorre em todo aquêle dilatado sertão, o qual confina pelo centro com Minas Gerais, pela parte norte corre por dentro até Bahia, compreendendo o Rio Doce. Da parte do sul confina com o Rio Muriaé que desagua no Paraíba, que meia légua acima da Villa de São Salvador de Campos. Nas cabeceiras dêste Muriaé, que fica em igual paralelo com o Castelo, tem mostrado a experiência que em nenhuma parte há minas mais florentes nem de maior largueza e facilidade para o transporte do povoado e não estarem assenhoreadas do gentio Guarulho, de cuja nação é

¹⁸ Ver COSTA PEREIRA - Dicionário Topográfico do Império do Brazil - 1834.

a Aldêa de Santo Antônio dos Padres Franciscanos e que se acha vizinha da mesma vila de São Salvador, os quais a defendem, não por se utilizarem delas, mas receiosos de que os brancos as conquistarem que é o que muito temem e abominam. (...) São homens dêste distrito de Campos tão impossibilitados e sôbretudo pusilânimes que, tendo à porta êstes haveres os não abalam, podendo ter a certeza que estabelecidas ditas minas, seria incomparável a utilidade de tôdas essas terras circunvizinhas, mayormente as da vila de São Salvador, tanto por mais vizinhas quanto por contar todo o gênero de batimento com que manter ditas minas, tanto em víveres, como em negociações e com muito mais comodidade, abrindo-se caminho pelo sôbredito Muriaé.

Por questões óbvias, as minas ficaram, é de julgar, sem a devida exploração comercial. Podemos, todavia, concluir que as nascentes do Rio Muriaé se tornaram, com isso, suficientemente conhecidas, quiçá em condições de futura exploração – exploração essa que abrangia, naquêlo tempo, a região aurífera das Minas Gerais que se povoou e se civilizou muito mais cedo do que o Norte Fluminense – desde que não se entenda por civilização os acontecimentos trágicos que deram nome ao Rio das Mortes e outros fatos que deslustram a terra dos diamantes e do ouro.

É que as pedras preciosas e a miragem do ouro chamam os aventureiros, mesmo que êles se encontrem longe. (...) “A grande quantidade de ouro que se encontrou em Vila Rica foi a única causa da sua fundação” no dizer de Saint-Hilaire (Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas - página 130). Mas, terminada a lavra, findo o veio, esgotado o filão, os aventureiros emigravam - aves de arribação - em busca de outras fontes mais produtivas e promissoras, deixando após si um cemitério anônimo de cascalho remexido, a beira dos riachos desolados, e uma fusão povoação mal fixada à terra, sem esperança, sem lavoura, sem meios de subsistência e que, para não morrer de fome, teria de emigrar com os aventureiros. Se o ouro arrasta o homem cegamente à aventura, a Lavoura, ao contrário, fixa-o ao solo, intregando-o numa comunidade vital, infundindo-lhe senso de equilíbrio e justeza.

O Alto-Muriaé não participou daquêlê drama que criou, no coração das Minas Gerais, no arraial do Tejuco, em Vila Rica, em Catas Altas, potentados, cujos nomes a História guardou, como atestado vivo de uma época que tanto tinha de fastígio quanto de miséria. AS RAZÕES DA INCONFIDÊNCIA, de Antônio Torres, e as HISTÓRIAS QUE A HISTÓRIA GUARDOU, de Viriato Corrêa, oferecem-nos grandes páginas, mas, nada dignas de emulação.

A fantasia do ouro enchia tôdas as cabeças; uns condenavam-no como um demônio (...); outros levantavam-lhe altares como a um deus - quando o ouro servia a propagar a fé, e aumentar o império, a completar a harmonia sublime dêsse mundo, que, abraçado por inteiro, seduzia também os espíritos com os encantos de uma obra de arte. Da Jamaica escrevia Colombo aos reis católicos, dogmática e teologicamente: - “El oro es excéltissimo: del oro se hace tesoro, y con el, quien lo tiene, hace cuanto quiere en el mundo e llega á que hecha las animas al paraiso!”¹⁹

Certamente, não foi a ânsia de colher esmeraldas - pedras falsas da megalomania, no cérebro já cansado e esclerosado de Fernão Dias Pas Leme, nos seus 70 anos - que o imortalizou, mas, simplesmente, a obra da penetração pelos rincões de São Paulo e de Minas Gerais, ao deixar êle, na marca de cada passada, a semente de uma cidade nova - obra essa pela qual viverá eternamente no coração na Pátria agradecida, como se vê em “O Caçador de Esmeraldas”, de Olavo Bilac.

O ouro tem dessas cousas: com uma só bateada, arrancou-se, no Pomba, Meia Pataca do louro metal. Por isso ali surgiu o Arraial da Meia Pataca, depois Cataguases. Pelo curso abaixo do Muriaé foram surgindo povoações, quer em virtude do ouro mesmo, quer por questões outras, também de fundo extrativo. (Ferreira César veio para a zona da Laje não só em busca de ouro, mas, também, à cata de poáia). Mas a grandeza da mata da região e a feracidade da terra magnífica e dadivosa venceram o ouro que é filho malsignado de terra má). Por outro lado a Pecuária tinha grande representação nos campos e pastagens naturais de Minas. A Capital do Reino consumia um rebanho inteiro, maximè depois de estabelecimento,

¹⁹ Ver OLIVEIRA MARTINS - Camões, Os Lusíadas e a Renascença em Portugal - 1891 - Página 130.

ali, da Família Real Portuguesa – fugitiva ilustre à frente das hostes de Junot. Em virtude disso, é que se traçaram estradas e, à margem delas, por força do Comércio, surgiram os ranchos de tropeiros e dos vaqueiros que tangiam, rumo à côrte, os rebanhos bovinos ou, os lotes de tropas.

Se a região aurífera das cabeceiras do Rio Muriaé ficara esquecida, uma decisão governamental, porém, de 19 de julho de 1813, criando a Diretoria Geral dos Índios, em Minas Gerais, veio trazer nova luz àquela zona e, conseqüentemente, à nossa.

Foi nomeado, para ocupar o cargo recém-criado de Diretor dos Índios, o gaulês de nome GUIDO THOMAZ MARLIÈRE que, iniciando a campanha de civilização do indígena, se transformou em “O APÓSTOLOS DAS SELVAS MINEIRAS”, tão grandes foram seus gestos de bondade, de benemerência e de humanidade para com o aborígina²⁰.

Estabêlecendo seu quartel general na localidade mineira de Presídio de São João Baptista (depois Visconde do Rio Branco), passando, em seguida, e definitivamente, para Guidowald, na Fazenda da Onça; lançando ali as bases da defesa do Índio – criou os fundamentos da Agricultura e do Comércio do Centro de Minas Gerais, ou, melhor, da Zona da Mata.

Como ponto capital do programa, deu início à abertura de estradas. É bom que diga acharem-se as então existentes em péssimo estado de conservação, conforme se depreende das palavras de Saint-Hilaire (Obra citada), o qual, estando em Campos, desejava voltar ao Rio de Janeiro, passando pelo Pomba e pelo Presídio de São João Baptista:

Entretanto, diz êle, tendo sabido que a estrada de Campos ao Pomba estava quase impraticável, e que nela se passavam de 10 a 12 dias sem encontrar casas nem pastagens, voltei ao antigo projeto, isto é, ao caminho pelo litoral.

Assim foi que abriu Guido Thomaz Marlière as seguintes e importantes estradas:

MINAS GERAIS - ESPÍRITO SANTO, varando o sertão mineiro, para alcançar as nascentes do Rio Doce e, por êste, o mar. Foi por esta estrada que o material importado da Europa, por

²⁰ Ver a obra de AFRÂNIO DE MELLO FRANCO no livro de nome Guido Thomaz Marlière.

Monlevade, conseguiu chegar até onde hoje se encontra a siderurgia que tem o mesmo nome. Naquê tempo seria quase impossível a penetração de tão pesada carga pelos sertões do Brasil. O Governador da Província mineira, consultado a respeito da possibilidade de tão arriscada emprêsa, respondeu que sòmente uma pessoa poderia solucionar o problema: - Guido Thomaz Marlière. Chamado a agir, determinou êle, então, que o material fôsse desembarcado na foz do Rio Doce. Promoveu, em seguida, a construção das balsas e de barcaças, capazes de conduzir a carga rio acima, até entrar pelo rio Guandu, afluente do Rio Doce, de curso na direção sul-norte, dentro do território de Minas. Alcançando o ponto ótimo ou máximo de possível navegabilidade, desembarcou a carga e, por meio de carros de boi, zorras, ou de outras modalidades de transportes, talvez mais primitivas - transportou a carga, ou, melhor, conseguiu levar a bom têrmo a emprêsa, entregando a maquinária no local prè-determinado, onde surgiu a primeira e primitiva siderurgia brasileira, precisamente no lugar que tem hoje o nome de MONLEVADE - o seu fundador.

MINAS GERAIS - BAHIA;

MINAS GERAIS - CAMPOS DOS GOITACAZES, chamada "Estrada Nova, que se dirige dêste Presídio aos Campos dos Goitacazes, passando pela Barra do Pomba" (Ver o livro de nome GUIDO THOMAZ MARLIÈRE de Affrânio de Mello Franco - Pág. 43).

Tinha essa estrada o seguinte itinerário: - Partia do Presídio de São João Baptista (Visconde do Rio Branco), passava por Guidowald (local da residência de Guido), alcançava a localidade de Santa Rita da Meia Pataca (Cataguasezes), passava pela Barra do Pomba (Paraokena) para alcançar, depois, os Campos dos Goitacazes.

ESTRADA A SÃO FÉLIX (Pádua) - (Notar que, antigamente, a localidade de Pádua era dividida ao meio por um lacrimal o qual permitiu a possibilidade da existência ali de dois padroeiros: - São Félix e Santo Antônio).

ESTRADA DO VALE DO MURIAÉ: - Essa estrada que seguiria o trajeto do rio Muriaé, passava pelo BREJO (Santo Antônio do Muriaé, atualmente MIRAÍ); pelo quartel de Robinson Crusóe (e em seguida São Paulo de Manoel Burgo, depois São Paulo do Muriaé, atualmente apenas MURIAÉ), indo até o arraial de Nossa Senhora do Patrocínio. (Notar que naquê tempo o Patrocínio era distrito do

Município de Presídio de São João Batista, distrito êsse que se estendia até a Serra de São Domingos, englobando, portanto, todo o vasto território onde se encontrava a antiga Freguesia de Nossa Senhora da Piedade da Lage para maior clareza, ver o capítulo seguinte e, em APÊNDICE, nota nº 1 A).

Não podendo o Muriaé oferecer possibilidade de navegação às localidades ribeirinhas, já pela exiguidade do volume d'água, já pelas condições físicas do leito encachoeirado de rio de planalto - pôde o problema ser resolvido com a abertura de estradas, como o fizeram Guido, favorecendo, assim, o comércio da zona.

Fomentando, destarte, a Agricultura e o Comércio da região; abrindo mais estradas; vistoriando escolas²¹ - ía Guido Thomaz Marlière civilizando os índios e beneficiando as localidades daquele rincão.

E, em 1817/8, extendendo suas atividades pelo Vale do Muriaé abaixo, auxiliado pelos seus lugares tenentes, Alferes JOÃO DO MONTE, Capitão GONÇALO GOMES BARRETO e outros, traçou a estrada que chegou ao Patrocínio, auxiliado nêsse mister por trabalhadores portugueses e índios. Para maior clareza, ainda do presente assunto, convém sejam confrontadas as palavras contidas no livro GUIDO THOMAZ MARLIÈRE, de autoria de Afrânio de Mello Franco com as palavras que se encontram estampadas em o DICIONÁRIO GEOGRÁFICO DO BRASIL, de Moreira Pinto, no verbete correspondente a MURIAÉ:

Foi, então, que o intrépido Constantino Pinto, à frente de uma caravana de 40 homens (brasileiros, portugueses e índios domesticados), estacionou à margem do Ribeirão Fernando, onde não só colheu grande quantidade de poáia como captou as boas graças dos Purys, índios que povoavam a margem direita do Muriaehé, e foi estabelecer-se junto a uma cachoeira, onde é hoje a cidade. Receando um ataque dos índios, obteve do Capitão Guido Thomaz Marlière uma força de 10 praças que veio comandada pelo Sargento João do

²¹ A fim de pôr em evidência a conduta honesta de Guido Thomaz Marlière, passamos a transcrever o trecho edificante de uma de suas cartas, estampadas às pags. 44 e seguintes do livro GUIDO THOMAZ MARLIÈRE de Afrânio de Mello Franco: - "As escolas instituídas pela Junta Militar, em 1º de abril de 1814 na Pomba e São José Baptista do Presidio devem ser suspensas porque não dão frutos: a da Pomba dei-a a um padre que logo a arrendou a um surdo por 50\$000 e mete cada ano 100\$000 na algebeira. A do Presidio não tem alunos e ambos os mestres carecam de ir à escola."

Monte. O capitão GUIDO denominou o aldeamento do QUARTEL DE ROBINSON CRUSOÉ. Mais tarde, Constantino, no intuito de evitar o prejuízo que sofria na extração da poáia por aventureiros atraídos pelo lucro que êsse ramo de negócios oferecia, vinham comerciar com os índios, permutando-lhes a poáia por aguardente - passou para o lugar denominado Poço Fundo, donde pouco tempo depois retirou-se para junto da Cachoeira da FUMAÇA, à margem do mesmo Muriaé, no lugar que é hoje ou arraial da Laje, na Província do Rio de Janeiro.

Faz-se necessário dizer, também, que a um quilômetro abaixo do Patrocínio²², encontra-se o lugar denominado POÇO FUNDO - porta de entrada desde 1843, do Rio Muriaé no norte fluminense, consoante, aliás, com o que já foi dito anteriormente - ponto êsse que, politicamente, transforma o Muriaé, até então Mineiro, em Muriaé fluminense.

²² PATROCÍNIO DO MURIAÉ, distrito criado pela Lei 185 de 1840. Elevado a Freguezia a 8 de junho de 1858, pela Lei 903 (Ver DICIONÁRIO COROGRÁFICO. P. Frade. Belo Horizonte - 1917).

A penetração do Homem no Norte Fluminense. Questões de limites – Minas Gerais e a divisa em São Domingos

A Província de Minas Gerais, desde velhos tempos, assentara suas divisas (com vistas na região que, no futuro, viria a ser o Norte Fluminense) no Ribeirão da Doença e na Serra de São Domingos - a última que existe entre a Província de Minas Gerais e as terras da Baixada dos Campos dos Goitacazes.

Até êsse local, Minas exercia a sua jurisdição, concedendo sesmarias, uma vez que a zona, tida como puramente mineira, foi conquistada por mineiros que povoaram e cultivaram essas terras, sempre desprezadas e desconhecidas do Campista, “os habitantes de Campos, por temor dos selvagens, jamais sahiram da baixada” ou, melhor, mal chegaram a subir, além da Fazenda do Colégio, oito léguas acima da Cidade, ou subir três léguas pelo Rio Preto, depois de sua desembocadura no Rio Paraíba.

Foi preciso que os mineiros penetrassem, explorassem e cultivassem as matas e as terras

que vão da Barra do Bacalhau à margem do Paraíba, até a foz do Rio Muriaé. (...) E agora que as dificuldades estão vencidas; agora que o sangue, os sofrimentos, privações e dispêndios públicos e particulares tornaram de um sertão inabitável, coberto de hordas de selvagens, uma floresta habitada por mineiros, cruzada de estradas e com uma cultura e criação florescentes, agora é que devem pertencer ao Município de Campos, cujas as autoridades começaram sua jurisdição por uma ameaça, e ameaça contra direito expresso.

Pelo que se acabou de transcrever acima, compreende-se, perfeitamente, que a zona, onde se encontra, hoje, o Distrito da Laje do Muriaé, pertenceu, totalmente, à Província de Minas que, por longos anos, povoando a região, exercendo sobre ela sua jurisdição – provou ser a legítima possuidora de tais terrenos que o decreto nº 297, de 19 de maio de 1843, arrebatou-lhe a posse “subtraindo à (província de) Minas uma porção de seu território para anexá-la à do Rio.”

Segundo o depoimento da Província de Minas Gerais, o responsável mais ou menos direto por tão lastimável perda territorial foi o gesto mal pensado de JOSÉ BASTOS PINTO, o Alferes Bastos, cujo nome e personalidade a Laje glorifica, dando seu nome dêle a uma das principais ruas da localidade.

Os fatos passaram-se assim, conforme o que se lê às páginas 35 e seguintes do RELATÓRIO APRESENTADO AO GOVERNO DE MINAS por Xavier da Veiga, em 1899:

O distrito do Patrocínio pertencia ao município de Presídio de São João Baptista, hoje, Visconde do Rio Branco. José Bastos Pinto foi nomeado pelo governo de Minas para o cargo de Subdelegado de Polícia do citado Distrito que abrangia toda a zona que manginava o Muriaé, até encontrar a Serra de São Domingos que era a última capaz de servir de limites entre a Província de Minas e as terras baixas do Município de Campos dos Goitacazes, conforme já foi dito por nós anteriormente.

Acontece que JOSÉ BASTOS PINTO, como autoridade mineira, em 14 de outubro de 1842, oficiava à presidência de Minas Gerais, dando-lhe ciência que, em março do mesmo ano, chegara

ali na zona um oficial engenheiro, mandado pela Província do Rio de Janeiro, com o fim precípua de examinar a região e escolher o melhor local onde pudessem ser estabelecidas as linhas divisórias entre as duas províncias.

Informava, ainda, o Alferes Bastos que, depois de várias indagações, assentou aquele oficial que tais divisas ficariam bem postas se passassem pelo POÇO FUNDO, no Rio Muriaé, galgando, em seguida, os altos da serra que divide as águas do Gavião, etc.

Três meses depois, para essa região demarcada pelo oficial engenheiro que era de Campos - nomeava-se JOSÉ DA TERRA PEREIRA, para ocupar o cargo de Inspetor de Quarteirão, com jurisdição na localidade de Ribeirão do Limoeiro, cidadão êsse que foi “o único campista que veio localizar-se aquém de São Domingos”, e, assim mesmo, estabelecendo-se em posses feitas pelo mineiro Antônio Benedito, de quem êle as comprou²³.

Mais três meses, depois, aparecia no local o Subdelegado dos Guarulhos - José Ribeiro de Castro - acompanhado de seu eventual substituto, incumbidos pela Presidência da Província do Rio de Janeiro de ratificarem a divisão anteriormente demarcada.

Convém notar que José Bastos Pinto, por intermédio de sua comunicação oficial, revelou mostrar-se altamente zeloso dos direitos de Minas Gerais, sua terra natal, informando-a da violação daquela porção de território mineiro, território êsse que Minas Gerais, há muito tempo retinha e reconhecia como sendo, então, de sua inteira e completa jurisdição.

Êsse zêlo, êsse cuidado extremado pela coisa mineira, esmaece-se quando se passam em revista os termos de officio que José Bastos Pinto, com data de 23 de julho, expediu para o Inspetor de Quarteirão do Limoeiro. Nêsse officio dizia que:

havendo a Presidência de Minas o nomeado subdelegado daquele distrito, hesitava sôbre semelhante nomeação, porque êle e seus comprovincianos circunvizinhos estavam dispostos a pertencer ao Distrito de Guarulhos, por entenderem que o de Patrocínio devia fazer parte do Município de

²³ Ver LIMITES ENTRE MINAS GERAIS E O RIO DE JANEIRO - Parecer de J. Baptista Martins - Belo Horizonte - 1904.

Campos, com cujas povoações se achavam em mais imediatas relações.

Foi essa declaração - conteúdo formal daquele ofício - o argumento mais seguro e válido de que a Província do Rio de Janeiro lançou mão para fazer anexar êsse nosso território lagense, anteriormente mineiro, ao Município dos Campos dos Goitacazes. Tal fato - a anexação - se bom ou mau, devêmo-lo a José Bastos Pinto, visto que dita declaração valeu como se tivera sido a expressão incontestável da vontade popular daquela terra.

Alguns dias depois, o juiz de Direito Cível do Município de Campos - João Caldas Vianna - mandava e eram afixados editais, tanto no território néo-fluminense, quanto no de Patrocínio do Muriaé, informando ao povo da região que seriam estas as divisas a se respeitarem e a se manterem desde então:

Começando pela foz do riacho Pirapetinga, no Paraíba, subindo pelo dito Pirapetinga acima, até o ponto fronteiro à Barra do Ribeirão de Santo Antônio no Pomba, e dahi por uma linha reta à dita Barra do Santo Antônio, correndo pelo ribeirão acima, até a Serra denominada Santo Antônio e dahi a um lugar do Rio Muriaé, chamado Poço Fundo - correndo pela Serra do Gavião, até a Cachoeira dos Tombos no rio Carangola, até encontrar a Província do Espírito Santo.

Reconhece Minas Gerais, e vê claramente, que êsse ato foi por puro gesto de esbulho, pois afasta a fronteira - que sempre existiu em São Domingos, e perfeitamente reconhecida por todos os moradores da região (tanto que já tinha as suas autoridades legalmente nomeadas e constituídas) - para uma região diferente, com perda “de onze léguas de território já colonizado por mineiros.”

Assegura a Província de Minas Gerais que em nenhum tempo teve a veleidade de querer exercer jurisdição sôbre terreno que pudesse ultrapassar a Serra de São Domingos - serra essa que é considerada, desde que se iniciou o povoamento da região, a verdadeira divisa entre as duas províncias e mesmo designada como tal desde 1812, pelo govêrno, por ser a última serra situada na direção dos Campos dos Goitacazes.

Em face do esbulho sofrido, foi que a Assembléia de Minas Gerais, após exame acurado da matéria, emitiu um projeto de lei, assim concebido:

Artigo 1º - Os limites entre a Província do Rio de Janeiro e a de Minas Gerais pelo lado do Município de Campos são determinados da maneira seguinte:

Começando pela foz do Rio Pomba no Paraíba, subindo pelo dito Pomba acima até a barra do Ribeirão do Santo Antônio, seguindo dessa barra por uma linha até encontrar a Serra de S. Domingos, e de modo que esta linha deixe livre, em tôda sua extensão, e do lado de Minas, as fazendas pertencentes aos cidadãos dessa Província, que não estão situadas na margem esquerda do dito ribeirão: da mencionada a Serra de S. Domingos em linha reta à Barra do Carangola, no Muriaé: subindo pelo dito Carangola acima até a Cachoeira dos Tombos; e, dahi, seguindo a Serra do Carangola até encontrar a divisa da Província do Espírito Santo.

ARTIGO 2º - O Governo mandará proceder a demarcação dos limites designados no artigo 1º por oficiais engenheiros que estejam ao serviço de uma e de outra Província e competentemente habilitados para êsse mister.

ARTIGO 3º - Ficam revogadas tôdas as disposições em contrário.

O projeto de lei em apreço não logrou oportunidade de ser transformado definitivamente em lei: por isso mesmo, Minas Gerais perdeu, conforme alegara, onze léguas de terreno fertilíssimo que ela colonizava.

E a Laje do Muriaé que, naquele tempo, ainda não era bem formada, mas, que era muito mineira - passou a ser fluminense, e campista, consoante os termos do decreto nº 297, de 19 de maio de 1843, que fixava a divisa das duas províncias no Poço Fundo.

Do expôsto compreende-se, também, que foi o gesto, pouco, ou, talvez, mal pensado do mineiro JOSÉ BASTOS PINTO - o Alferes Bastos - que arrebatou a Laje ao convívio da Província de Minas Gerais, sua terra e sua gente.²⁴

²⁴ NOTA - As transcrições feitas neste capítulo, sempre entre aspas, FORAM EXTRAIDAS DO LIVRO QUESTOES DE LIMITES ENTRE OS ESTADOS DE MINAS GERAIS E O RIO DE JANEIRO - Relatório apresentado ao Governo de Minas Gerais por J. P. Xavier da Veiga, exceptuando-se uma transcrição, devidamente identificada, à página 52, § 10, extraída do livro LIMITES ENTRE MINAS GERAIS E O RIO DE JANEIRO - Parecer de J. Baptista Martins. Belo Horizonte - 1904.

VI

A penetração do Homem no Norte Fluminense. Questões de limites – A Província do Rio de Janeiro e o Poço Fundo

A fim de que não haja má interpretação dos fatos já focalizados ou a serem estudados futuramente – convém se estabeleça a cronologia de tais acontecimentos, para que o assunto possa ser bem situado no lugar e no tempo.

Os historiadores regionais afirmam que o Homem branco penetrou o norte fluminense entre 1832 e 1834, mais ou menos, quer se trate de Lanes Dantas Brandão, quer de José Ferreira César - aquele posseando-se de terras no Muriaé, nas imediações do Cubatão, Porto Alegre, Limoeiro, passando, depois, para o Carangola, a fim de fundar a Fazenda de São José - e êste, Ferreira César, ocupando, também, terras marginais ao Muriaé, no trajeto Patrocínio - Poço Fundo, para fazer abertas e demarcações de posse na Laje, que êle fundou.

Antes, porém, de tratarmos dêsses fatos, devemos lembrar-nos de que, pelo Decreto de 1º de julho de 1753, a Capitania dos Campos

dos Goitacazes, outrora São Tomé, era incorporada à ouvidoria do Espírito Santo. Somente em 31 de agosto de 1832 é que o território dos Campos dos Goitacazes foi desanexado do Espírito Santo, sendo ligado, então à Província do Rio de Janeiro.

A instabilidade do Distrito de Campos dos Goitacazes ou desinteresse que, antes de 1842, emprestava aos seus munícipes e ao próprio município, dele desconhecido na sua parte noroeste extrema - serviu para que houvesse má interpretação ou incompreensão por parte dos sesmeiros, ao nível da fronteira das duas províncias. É que os mineiros, em busca de terrenos férteis, entrando a Zona da Mata, penetraram a Bacia do Muriaé, tida como legitimamente sua, pois a divisa de Minas Gerais atingia a Serra de São Domingos - a derradeira existente entre as terras altas de Minas e as terras baixas dos Campos dos Goitacazes.

Queremos com isso asseverar que, quando o Homem penetrou essa região, não podia a mesma ser chamada de REGIÃO NORTE FLUMINENSE, mas, sim, REGIÃO NORTE OCIDENTAL DO MUNICÍPIO DOS CAMPOS DOS GOITACAZES, ou da antiga CAPITANIA DE SÃO THOMÉ. A ocupação, pois, de terras ou o posseamento de sesmarias às margens do Muriaé, passou a ser susceptível de confusão, maximè levando-se em linha de conta a má delimitação de fronteiras.

Foi o Decreto nº 297, de 19 de maio de 1843, embora mal aceito por uma das partes interessadas (Minas chamou-o inconstitucional), que estabeleceu, mais ou menos, os limites entre as duas províncias, nessa região do Muriaé, os quais seriam demarcados por uma linha que seguiria o Ribeirão de Santo Antônio acima,

até a Serra denominada Santo Antônio e, dahi, a um lugar no Rio Muriaé, chamado Poço Fundo, correndo pela Serra do Gavião, até a Cachoeira dos Tombos do Rio Carangola.

Minas Gerais não quiz, porém, aceitar aquelas linhas divisórias, alegando ou chamando a si direitos outros assim fundamentados:

que a coragem dos seus habitantes, em contraste com a pusilanimidade dos Campistas (segundo a representação da Câmara Municipal do Presídio ao Presidente de Minas, perfilhada pela Comissão de

Estatística da Câmara dos Deputados ou, pelo menos, aceita pera base do seu parecer), conquistou, para a sua Província, todos os vales dos rios dos rios Pomba, Muriaé, Gavião e Carangola, porque foi o denodo dêles que arcou com o gentio bravo, afrontou suas setas e desbastou as serradas matas que os cobriam, abrindo o solo destas à cultura.

Protesta a Província do Rio de Janeiro, apresentando ao congresso os desmandos do Governo de Minas, nos seguintes termos que também transcrevemos aqui, reclamando que se estabelecessem definitivamente as divisas, a fim de que os fatos a serem apontados não se repetissem, para não criar mal entendidos entre as populações fronteiriças:

A dúvida neste ponto versa sobre pequeno território; as conquistas da Província de Minas Gerais no restante do Município de Campos são mais vastas: - Há poucos anos veio estabelecer-se, no dito município, um mineiro de nome JOSÉ BASTOS PINTO, e este acaba de ser nomeado Subdelegado pela Província de Minas, posto que as posses por êle adquiridas pertençam ao território de Campos. Pelos ofícios das cópias inclusas, verá V. Ex. que o mesmo José Bastos reconhece estar em território desta Província, e verá igualmente o conflito que a nomeação do Presidente de Minas tem feito aparecer.²⁵

Na região do Carangola, os mal entendidos de fronteira eram mais assíduos e tomavam, às vezes, caráter sério que exigia a intromissão das autoridades oficiais. Citemos, por exemplo, a denúncia que o Inspetor de Quarteirão, Joaquim Ignácio Pereira, encaminhou a Francisco Lanes Dantas Brandão, subdelegado da polícia da Natividade:

Participo a V.S. que, no dia 14 do corrente (outubro de 1853), um meirinho do Subdelegado mineiro acometeu com fôrça armada a casa de Francisco Amorim, morador dêste 8º quarteirão do 2º Distrito de Guarulhos e mandou por Joaquim José que o escoltava, fazer fogo no

²⁵ Ofício dirigido pelo Presidente da Província do Rio de Janeiro - Honório Hermeto Carneiro Leão, depois Marquês do Paraná, ao Ministro do Império, em 19 de agosto de 1842.

preso, que, com êsse terror, escapuliu, e o dito meirinho entrou-lhe violentamente pela casa a dentro. Com êste estrondo a mulher do dito Amorim, que estava grávida, pariu, e não se sabe se haverá no sucesso. Devo dizer a V.S. que êste Amorim é um homem pacífico e alheio a desordens e por isso não compreendo bem o fim dessa gente. O meirinho é o famoso Manoel Pedreiro, que foi nomeado nêstes dias, e os que o escoltavam São Joaquim José e Joaquim Francisco.

A queixa, com todo o prosaísmo em si contida, foi encaminhada a quem de direito, chegando até ao Chefe de Polícia da Província do Rio de Janeiro que determinou a remessa de quatro praças para a manutenção da ordem na fronteira.

Em 24 de janeiro de 1853, a Província de Minas solicitava permissão para transferir a Recebedoria do Patrocínio para determinado local no Norte Fluminense, chamado São Domingos, de acôrdo, aliás, com a informação apresentada ao Inspetor da Mesa de Rendas da Província de Minas Gerais, pelo Administrador da Recebedoria do Patrocínio, nos termos seguintes:

Os fazendeiros e tropeiros que por ahi faziam exportação dos seus gêneros e importação dos de fora da Província, têm aberta estradas, e, o que mais é, algumas com volta de 2 a 3 dias de viagem, só para evitarem o cumprimento dos seus deveres. Uma ponte se vem de construir além da Recebedoria do Rio Muriaé, no lugar denominado Praia do Peixe, para a qual os interessados em sua construção não quiseram pedir a coadjuvação do govêrno, só para lhe não dar, diziam êles, direito de, em qualquer tempo, cobrar impostos. Além dos prejuízos que a Província sofre em suas rendas, do que acabo de fazer menção, de um outro também é ela vítima, e que já podia de muito fazer grande face na sua receita. Falo da exportação do Café que entra no mercado do Rio de Janeiro como produção dessa província, sendo, entretanto nossa. Pode-se calcular já mais de 40.000 arrobas de Café que saem dêsse lado da Província, e que muito mais devem crescer a vistas das grandes plantações que todos os dias se fazem nas nossas matas, no entanto que êle se apresenta e passa como produção da Província do

Rio de Janeiro, sendo inteiramente nossa, e nós é que ficamos sem o rendimento, que dêle poderíamos ter se acaso a Recebedoria estivesse bem colocada.

No relatório do Presidente da Província de Minas Gerais, em 1844, encontra-se os seguintes termos:

Ao Norte do Rio Muriaé, no Município do Presídio, cruzam diversas estradas que, unindo-se duas a duas, cortam, em três lugares a nova linha (divisa entre Minas e Rio de Janeiro), e, por isso, se ela recuasse até a barra do Rio Carangola no Muriaé teria a província de Minas a vantagem de estabelecer o seu registro ou recebedoria no lugar mais apropriado, com pouco ou nenhum prejuízo da do Rio de Janeiro.

Êsse registro seria, pois, localizado na foz do Rio Carangola ou em São Domingos, à foz do Ribeirão da Doença, afluyente também do Muriaé, por onde, certamente, iria fixar-se, aqui ou ali, a linha divisória das regiões em litígio.

A Província do Rio de Janeiro, porém, antes de acender ao desejo da de Minas Gerais resolveu auscultar a opinião de pessoa idônea e conhecedora da região e do problema *in loco*. Foi pedida informação necessária, então, ao Vigário Manoel de Brito Coutinho²⁶, “clérigo dotado de são juízo e conhecimento prático daquelas localidades”.

O Reverendo Brito Coutinho, judiciosamente, informou que São Domingos não seria local indicado para estabelecimento de uma recebedoria porque, para mais de quatro ou cinco estradas que levam a Campos, não passariam por São Domingos e os tropeiros, se o quizessem, poderiam até cortar caminho, fugindo à fiscalização, conforme acontecia no Patrocínio, posto que São Domingos não era serra intransponível, muito ao contrário, eram morros isolados, permitindo amplas quebradas entre si, por onde os tropeiros cortariam caminho.

A informação foi levada em linha de conta. Os ânimos serenaram-se ali, passando as contendas de fronteiras para outras

²⁶ O Padre MANOEL DE BRITO COUTINHO foi provisionado Coadjutor da Freguezia de Santo Antônio dos Guarulhos, por 3 anos, na data de 5 de março de 1852 - V/ Livro 14-Registro de Sacerdotes - Pag. 97 - Arquidiocese da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

regiões, por exemplo, Santo Antônio das Brotas (Miracema) e outros, sobre os quais não falaremos, por não nos dizerem respeito.

Compreenderam os governantes, porém, que a melhor política do momento seria, ainda, a de abrirem-se estradas a fim de garantir direitos, tanto que o então Vice-Presidente da Província do Rio de Janeiro escrevia à Assembleia provincial, em 1857, nestes termos:

Então principiaram os conflitos entre as autoridades de uma e de outra província; compreendestes bem esta questão quando criastes a nova Freguezia da Laje, destacando seu território da Freguezia de Santo Antônio dos Guarulhos; determinastes em diversas leis que se rasgassem estradas que procurando os limites de Minas, firmassem nosso direito.

Ficamos sabendo, assim, que, legal ou ilegalmente, removendo a primitiva divisa mineira da zona de São Domingos, ou, do Carangola, a Província do Rio de Janeiro conseguiu firmar-se definitivamente no Poço Fundo²⁷.

²⁷ As transcrições aqui feitas, neste capítulo, foram palavras extraídas do RELATÓRIO APRESENTADO AO PRESIDENTE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO pelo Dr. Carlos Augusto de Oliveira Figueiredo - 1906 - Publicação Oficial - PETRÓPOLIS.

VII

A penetração do Homem no Norte Fluminense. O elemento autóctone

Deixando de lado a questão de Limites e compulsando a ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS, de elaboração cuidada e bem documentada do I.B.G.E. - encontramos, na página dedicada ao Patrocínio do Muriaé, as seguintes palavras:

Em 1817, foram feitas as primeiras edificações em São Paulo do Muriaé. Algum tempo depois, os comandados de Guido Thomaz Marlière desceram o Rio Muriaé e, a 20 Km abaixo, logo à foz de um ribeiro que hoje se denomina Cachoeira Alegre, construíram um pouso que algum tempo depois passou a ser Patrocínio do Muriaé.

Os termos aqui estampados coincidem em parte, com os que já exaramos anteriormente, transcritos do livro de Affranio de Mello Franco - GUIDO THOMAZ MARLIÈRE - e que dizem respeito à edificação do QUARTEL DE ROBINSON CRUSOÉ, nas proximidades da Cachoeira do Rio Muriaé, o qual, antigamente, se chamava BUIEIÉ. Focalizamos a abertura da estrada ao longo do

curso dêsse rio, até alcançar o Patrocínio, onde a um quilômetro, à jusante, encontraríamos o local de nome Poço Fundo que seria, oportunamente, (1843), o ponto determinante da entrada do Muriaé na província do Rio de Janeiro, cronologicamente, no Distrito dos Campos dos Goitacazes.

Se essa estrada foi, de fato, construída é que, já naquele tempo, havia motivo especial para tanto: certamente, iria ela aproximar regiões de produtividade imediata ou de largas perspectivas econômicas.

Assim julgando é que tentamos emitir opinião, até certo ponto perfeitamente aceitável, de que por essa ocasião - 1817/8 - o Homem civilizado penetrou o Norte do Distrito dos Campos dos Goitacazes por via fluvial descendente e, a 12 km abaixo do Poço Fundo, viria encontrar um acidente topográfico, chamado “a Lage”, no Rio Muriaé, a qual oportunamente, daria nome à localidade que ali estabeleceria, sob o orago de Nossa Senhora da Piedade.

Naquele tempo, a penetração do Homem, na zona em apreço, calçou-se em duas causas: - a cata da Ipeca e a busca do Ouro.

Os historiadores que primeiro feriram o assunto, asseguram que os pioneiros penetraram a região sob pretexto de que pretendiam recolher o ouro “que por ali existisse e apanhar ipecacuanha”²⁸.

Por outro lado, Antonio Moniz de Souza, em seu livro “VIAJENS E OBSERVAÇÕES DE HUM BRASILEIRO QUE DESEJANDO SER ÚTIL À SUA PATRIA, DEDICADO À NAÇÃO BRASILEIRA, dando notícia do Rio Muriaé, informa que, em 1827, oito homens desceram rio abaixo vindo de Minas “em uma canoa, carregada de ipeca” para comerciar aquela raiz em Campos.

Ao lado dos faiscadores de ouro e dos catadores de poáia, homens havia que não puderam ficar indiferentes à excelência da terra e, fazendo abertas na mata, cultivavam no terreno, ainda devoluto, o milho, o feijão, fumo, mandioca, de rendimento largo e imediato.

Assim conhecida ou feito o reconhecimento da zona; feitos os primeiros levantamentos topográficos, empíricos - começaram a chegar os detentores de títulos de posse e se foram assenhoreando da terra marginal do Muriaé, fincando ranchos, abrindo mais roçados e plantações.

Duas teriam sido as portas de entrada a região Norte Ocidental do Município de Campos, encontradas abertas pelos mineiros: o Vale do Muriaé e o do Carangola tributário dêle.

²⁸ ÁLBUM DO MUNICÍPIO DE ITAPERUNA - Leopoldo Muylaert Junior.

Dizem os historiadores locais que DANTAS BRANDÃO, em 1832, depois da posse de terras à margem do Muriaé, nas imediações do Cubatão, Porto Alegre, São Domingos, doou-as a um seu compadre, de nome Geraldo Rodrigues de Aguiar, passando-se para o Carangola, onde fundou a Fazenda de São José que ficaria à meia distância entre Natividade e Porciúncula.

Os mesmos historiadores asseguram ainda que, nessa mesma era (1832/34) JOSÉ FERREIRA CÉSAR penetrava a região da Laje do Muriaé, fundando esta localidade.

O fato anteriormente citado por nós que um dos pioneiros lajenses, de nome JOSÉ BASTOS PINTO, em 1842, era designado Subdelegado da Polícia - nomeação feita pelo Governo de Minas Gerais - merece especial atenção. Se o primeiro homem tivesse entrado a região em 1832/34, achamos quase impossível que dentro, apenas, oito a dez anos, já existisse a localidade de Laje do Muriaé de tal modo desenvolvida e povoada que se justificasse a criação de uma Subdelegacia de Polícia ou, pelo menos, de um Subdelegado. Precisamos compreender que, naquele tempo, a civilização caminhava em lombo de burro e que, por isso, 8 ou 10 anos eram distância pequena no tempo para edificação de uma localidade.

Em “A TERRA DA PROMISSÃO, à página 63, diz o autor Porphirio Henriques que o pioneiro de nome Fortunato Neiva

apossou-se das terras compreendidas entre o lugar denominado TORAS até a laje de pedra junto ao local onde foi levantada a ponte metálica à entrada da vila.

Informa, também, que JOSÉ GARCIA PEREIRA comprou terras a Fortunato Neiva, para fundar a Fazenda do Tanque e que o outro, JOSÉ BASTOS PINTO, comprou a José Pereira César as terras do Ribeirão do Campo “com 12 sesmarias de terra, por 10 contos de reis.

Devemos abrir parênteses para informar que não nos é possível aceitar, com rigor, a declaração contida em “A TERRA DA PROMISSÃO” à página 68, quando o autor assegura que J. Bastos Pinto comprou, no Ribeirão do Campo, a José Ferreira César, “12 sesmarias de terras, por 10 contos de réis”.

Vejamos: - O ofício dirigido pelo Presidente da Província do Rio de Janeiro, Honório Hermeto Carneiro Leão, ao Ministro do Império, já por nós focalizado, revela o seguinte:

que as posses por êle (J. Bastos Pinto) adquiridas pertencem à Província Fluminense, mas, não à Província de Minas - prova que houve aquisição de posses, conseguidas pelo dito mineiro que veio domiciliar-se na Laje... Prova, também, que tal aquisição seria naturalmente conseguida por meio de sesmarias ou de doação.

Por outro lado, compreende-se que, se José Bastos Pinto foi nomeado por Minas para ocupar o cargo de Subdelegado de Polícia da zona é que gozava de certo prestígio político na região ou, pelo menos, algum político mineiro de proeminência, lhe dava bom valor.

Com todo êsse prestígio político, não se justifica, pois, fôsse êle inverter aquela quantia, VERDADEIRAMENTE FABULOSA, de dez contos de réis, na aquisição de terras no Ribeirão do Campo, quando, com simples requerimento a par de seu valor político pessoal, poderia ter-se locupletado com vasta quantidade de largas terras - como certamente o fez.

Convém lembrar, outrossim, que JOSÉ BASTOS PINTO era parente muito próximo do Tenente Constantino José Pinto - o Patriarca do Quartel de Robinson Crusóe (MURIAÉ) - vindo daí, possivelmente, o seu prestígio político e, por meio de tal prestígio, a facilidade de aquisição de posse e de sesmarias.

Não devemos, também de nos esquecer que Constantino José Pinto, algum tempo depois de fundada a localidade do QUARTEL (Muriaé), resolveu transferir-se para a nova Zona, a Fluminense, vindo localizar-se, depois de ter passado algum tempo no Poço Fundo, nas proximidades da Cachoeira da Fumaça, junto à Laje. Logo, acredita-se tivesse as vistas, desde cedo, voltadas para a nossa Zona, certamente mais fértil de que a terra mineira.²⁹

Fechados os parênteses, voltamos para afirmar que a entrada idealizada, traçada e executada por GUIDO THOMAZ MARLIÈRE, pelo Vale do Muriaé, alcançando o Patrocínio - não se justifica tivesse ela parado ali. Tudo indica e os fatos roboram na afirmação de que penetrara ela o território que viria, em 1843, pertencer aos Campos dos Goitacazes, mas que, naquele tempo, 1817/8, até a Serra de São Domingos, precisamente onde hoje se encontra a Laje, pertencia à Província de Minas.

²⁹ MOREIRA PINTO - Dicionário Geográfico do Brasil - e transcrição por nós feita, anteriormente.

Em 1832, ou, daí para diante, é que começaram a aparecer os posseiros e sesmeiros, para espantar os que não eram detentores de títulos oficiais de posse. E os párias da região iam sendo espantados para longe, juntamente com o maior de todos os párias: - O PURI!

Os pioneiros, no denso da floresta magestosa e magnífica que dominava tôda a região da Bacia do Muriaé, encontraram o Índio Puri, detentor legítimo da Zona, família indígena definida, constituída de homens fortes, de estatura baixa, e que, até o fim do século passado, vivia pelas florestas do Muriaé, abrangendo até as margens do Itabapoana.

Em O HOMEM E O BREJO, de Alberto Ribeiro Lamego, às páginas 32/3 - encontra-se a informação de que êsses índios eram:

sem tabas, sem leis, sem crenças, erradios, em hordas impalpáveis, alcateando sinistramente, pelas orlas florestais, em tocaia permanente contra o branco. Andejos, erravam de contínuo, em busca de alimento. Onde havia o côco e o jaracatiá, a grumixama e a jabuticaba, o mel a caça e a pesca, ali se achavam seus estádios passageiros.

Não nos parece que tais índios fôssem assim, tão “sem tabas, erradios, alcateando sinistramente pelas orlas florestais, em tocaia permanente contra o branco”, pois a tradição local diz que eram mansos, facilmente domesticáveis, perfeitamente aldeáveis. Tanto assim é que à margem do Ribeirão do Campo, na Laje do Muriaé, ainda se pode encontrar algum resquício de ruína de velho aldeamento dêsses índios, local êsse que, para a posterioridade, guarda o nome de ALDEIA.

Ali, na ALDEIA, conforme tivemos a oportunidade de contatar, encontram-se restos de cerâmica primitiva, esteios de palhoças, como a querer atestar que os PURIS, pelo menos ali, naquele local, se estabeleceram em aldeia, plantando milho e mandioca naquelas terras.

Os PURIS foram aldeados naquele local - à margem da confluência do Ribeirão do Campo com o Muriaé, local êsse que recebeu o nome de ALDEIA - por José Ferreira César que convivia com êles, conhecia-lhes bem a língua, transformando-se em verdadeiro benfeitor daquela gente, beneficiando-os assim em tudo, inclusive, ministrando-lhes assistência religiosa. Eram batizados e registrados, conforme se poderá ver dos livros constantes do Arquiocese da Matriz da Laje do Muriaé.

Não podemos deixar de transcrever, aqui, alguns termos do processo policial – sumário de culpa ex-offício – datado de 1864, existentes no Arquivo do Cartório do Registro Civil da Laje, que revela terem os PURIS, ali domiciliados, naquela ocasião, vida completamente independente dos demais habitantes da localidade, pois, segundo se vê do depoimento das testemunhas, os índios, que participaram do crime que deu aso a tal processo, não eram conhecidos das testemunhas, isto é, não conviviam, na sua totalidade, com os moradores do Arraial da Laje, mas que não praticavam gestos de hostilidades contra os lajenses.

O processo em causa teve início a 16 de fevereiro de 1864, com a denúncia ao Inspetor do 1º Quarteirão, José Machado da Costa, nos seguintes termos:

Ilmo. Sr. Subdelegado de Polícia, MANOEL GARCIA PEREIRA: Levo ao conhecimento de V.S. que hoje apareceu nos pastos de Cândido Luiz dos Santos uma indígena morta, sem saber a origem.

Os peritos que funcionaram no exame de corpo de delito, afirmaram ter havido morte, “causada por huma forte contusão sobre o crâneo frontal, tendo de extensão duas polegadas e, uma de largura”.

Ouviram-se seis testemunhas. O depoimento da primeira delas, que tinha o nome de Joaquim Alves Basílio, de 34 anos, natural de Minas Gerais, e que respondeu o interrogatório do juiz, é mais ou menos o seguinte:

que, estando em sua casa. (...) ali chegou o Indígena (sic) Severo e disse a êle, testemunha, que, nos pastos de Cândido Luiz dos Santos, estava morta uma indígena e que era sua irmã ao que êle, testemunha, não deu crédito, por ver que o Indígena (sic) estava embriagado; mas que, no dia seguinte, verificou ser verdade, por ver que a indígena morta já ia para a sepultura, dentro de um carro de boi.

Perguntado se sabia o nome da indígena, disse que não, ou, qual a origem da morte, respondeu que não sabia.

A segunda testemunha, de nome Cândido Luiz dos Santos (44 anos, natural de Minas) informou que

seu camarada de nome Domingos disse aos outros da casa, que existia, nos pastos, uma indígena morta, e que a mulher dêle, testemunha, deu-lhe parte do ocorrido, por ter ouvido da boca do dito camarada, mas que êle não fez caso supondo que seria embriaguez do indígena e que, no dia seguinte, viu, com efeito, a indígena morta e, perto dela, uma porção de ramos e uns tições que haviam tido fogo; lançando mão de um dêles, virou a indígena que estava de bruços e viu nela sangue no nariz, na boca e na camisa, sôbre o ombro esquerdo “(...) “ que estava perto dela (a morta) um indígena de nome Joaquim que diz ser o marido dela e um outro indígena de nome Severo.

A testemunha informa que perguntou, ainda, a Joaquim qual a origem da morte da sua mulher ao que respondeu que “era cachaça”.

A quarta testemunha diz

que viu chegar nos pastos de Cândido Luiz dos Santos a Indígena de que falam, junta com uma outra companheira a ali se sentaram e depois chegaram dois indígenas por nome Severo e que do outro não sabe o nome, cujos ali estavam com elas e que, passado algum tempo, o indígena Severo disse a êle, testemunha, que uma das indígenas tinha morrido.

As demais testemunhas, em número de mais três, foram tôdas unânimes em afirmar que não conheciam os indígenas.

Depreende-se disso que os indígenas da ALDEIA não frequentava a sede da localidade da Laje com muita constância, visto não serem conhecidos das pessoas ali residentes, fato digno de nota, uma vez que, em localidade do interior, tôdas as pessoas, geralmente, se conhecem.

Compreende-se, outrossim, que, pelo menos, alguns indígenas freqüentavam a localidade para comerciar seus produtos com os negociantes locais e que, na troca comercial, a cachaça tinha boa aceitação por parte dos PURIS.

Pode-se concluir, também, que a Polícia local não procurou aprofundar demais as pesquisas para descobrir o criminoso, postô que o caso, ao que se viu, passou-se entre indígenas e que êles mesmos fizeram justiça por conta própria.

Prosseguindo, porém, com o assunto anterior, não podemos deixar de aceitar o fato de que a Zona em questão, às margens do Muriaé, fôra muito piscosa e a caça abundantemente em condições impressionantes. Mesmo, nos nossos dias, ainda, tivemos a oportunidade de constatar essa riqueza da fauna, quando caçadores da região traziam sempre a capivara, a paca, a cotia, sem falarmos do inhambu, jacu, jacutinga, jaó, macuco – bichos povoadores daquelas matas frondosas – pondo de parte a fauna ictiológica que contava indivíduos magníficos: surubi, piau, piabanha, traíra e outros.

É possível que essa abundância de caça e pescado seja a razão da permanência dos Puris e do seu aldeamento ali, no local que até hoje guarda o nome de ALDEIA. Mas, não podemos deixar, também, de aceitar o fato de que a tradição diz e assegura que eram êles índios mansos, dados à agricultura, abominando a antropofagia, perfeitamente estabilizados na região que lhes fornecia terra fértil para a cultura do milho e da mandioca, ao lado do rio que lhes dava bom peixe e das matas frondosas que lhes proporcionavam caça abundante, preciosa e variada.

Êsses informes atestam que os PURIS do Alto-Muriaé não eram parecidos com os Goitacazes e é de acreditar-se não fôssem parentes entre si, dadas as diferenças físicas (o Puri era forte e de estatura baixa, enquanto o Goitacá era alto e espadaúdo) e a diferença no modo de ação e de procedimento para com os estranhos, ou na guerra contra os vizinhos ou nações limítrofes.

Os estudiosos dos costumes e da vida dos Puris e dos Coroados chegam a afirmar que, quando os Goitacazes, vencidos e expulsos da Baixada Campista, entraram pelas terras dos Guarulhos – seguiram para o Norte, fundindo-se depois com os Puris e com os Coroados. Informam que os Goitacazes (em virtude de seu “habitat” que era a região da planície, dos lagos e lagôas da Baixada), tinham os cabelos crescidos, pois não havia mato, lianas e espinheiros para lhes embaraçar a cabeleira que mantinham longa, caída sôbre os ombros. Ao entrarem, porém, a região da mata, fugindo nos desígnios da colonização imposta pelo branco impiedoso – tiveram de modificar o “modus vivendi”, cortando a cabeleira deixando os cabelos em forma de corôa, vindo daí o nome que a tradição guardou até nossos dias: - índios Coroados.

Asseguram uns que os Puris eram índios ferozes: outros, ao contrário, afirmam que eram pacíficos e que viviam em perfeita

comunhão com o Homem Branco. Seria interessante se transcrevêssemos uma página do Príncipe de Wied Neuwied - VIAGEM AO BRASIL (de que já demos notícia anteriormente) - que serviria para elucidar o comportamento, mais minuciosamente, desses índios, aceitando-os como ferozes ou antropófagos, como querem uns ou, pacíficos e domesticáveis, conforme sustentáramos acima. Vamos, então, fazer a transcrição das páginas 123/4, como se segue:

As grandes florestas das cercanias de Muribeca (fazenda à margem do Rio Itabapoana) são habitadas por “puris”, nômades que nessas paragens e na extensão de um dia de jornada para o norte, se mantém hostis. Supõe-se, não sem razão, serem os mesmos que vivem amistosamente com os colonos de perto de São Fidelis. Havia pouco em agosto, mês que precedera o da nossa visita, atacaram os rebanhos da ‘fazenda’ à margem do Itabapoana e mataram, de maldade, trinta bois e um cavalo. Um rapazote negro, que tomava conta do gado, foi isolado dos companheiros armados, feito prisioneiro, e, segundo afirmam, assado e devorado. Acham que eles separaram os braços e as pernas e a carne do corpo, levando-os consigo; porque, pouco depois, encontraram no local a cabeça e o tronco descarnado do negrinho; porém, os selvagens tinham-se internado precipitadamente na floresta. Reconheceram também as mãos e os pés, assados e roídos e dizem até que se viam as marcas dos dentes. O feitor que está sujeito a êses ataques dos selvagens, declarou-lhe profundo ódio, acentuando, repetidamente, que mataria de bom grado o nosso jovem Puri. (No séquito de Neuwied havia jovem Puri domesticado). É inconcebível, acrescentou, (o feitor) que o governo ainda não tenha tomado medidas efetivas para exterminar êses brutos; se avançarmos, por pouco que seja, rio acima, encontramos fatalmente seus ‘ranchos’ (choças). É sem dúvida desagradável tê-los perto: mas deve ser lembrado que os colonos, pelo mal tratamento que dispensaram aos habitantes aborígenas, logo no começo, foram os causadores principais dessa hostilidade. Nos primeiros tempos a avidez de lucros e a sede de ouro extinguíram todos os sentimentos humanos dos colonizadores europeus; consideravam animais êses homens pardos e nus, criados apenas para trabalhar, como o demonstra

a controvérsia no seio do próprio clero da América espanhola, sôbre se os selvagens deviam ou não ser considerados ‘homens como os europeus’, de que fala AZARA no segundo volume de suas VIAGENS. Que os Puris comam, às vezes, os corpos dos inimigos mortos, confirmam-no várias testemunhas dessa parte do país. O Padre João, de São Fidelis, assegurou-nos que, viajando para o Rio Itabapoana, certa vez, encontrou na selva o corpo de um negro, morto pelos Puris, sem braços e pernas, em volta do qual havia uma porção de urubus. Acentuamos ainda que os Puris jamais nos confessaram comer carne humana; depois todavia, dos idôneos testemunhos aduzidos, essa negativa carece de pêsco. Nosso Puri contou-nos, também, que sua tribo finca num pau a cabeça dos inimigos abatidos, dansando em tórno. Mesmo estre os Coroados de Minas Gerais, conforme o Sr. FREYREISS, prevalece o costume de pôr um braço ou pé dos inimigos dentro d’um vaso de ‘caui’, que é em seguida bebido pelos convivas.

Não nos compete apreciar se a atitude dos Puris, matando, esfolando, roendo, comendo em parte os seus inimigos, é costume de antropofagismo arraigado ou não na tribo, a ponto de Porto Seguro afirmar que PURI significa antropófago. Não nos cabe analisar se o Puri antropófago das imediações de Muribeca, seria o mesmo das proximidades de São Fidelis, os quais viviam amistosamente com os colonos.

Parece-nos, é certo, é que o velho e ancestral antropofagismo deveria ter sido despertado, mais recentemente, entre os nossos índios Puris, do sono em que jazia adormecido, pela necessidade imperiosa de vingança.

Contra os arcabuzes e as espingardas assassinas do branco, ávido de ouro e de bens, as flexas da defeza pouco valeriam; seria necessário que lançassem mão até dos dentes – “de unhas e dentes”, como ainda dizemos – para enfrentar o invasor impiedoso, fazendo valer contra êle tôdas as armas possíveis e disponíveis, inclusive as mais selvagens como o dente.

E o nosso civilizadíssimo costume de comer carne não será um resquício, ainda bem acentuado, do antropofagismo do nosso Puri avoengo? E os homens, quando se entredevoram ou se entrechocam em lutas fratricidas, para domínio econômico do mais fraco ou

subdesenvolvido, como nas guerras antigas ou contemporâneas - não será o instinto de antropofagismo que se aflora, rompidas as barreiras da censura ou da conveniência humana?

Destarte, o Puri, expulso dos seus domínios; incendiada a sua choça; roubado na sua terra, onde frutificavam o jaracatiá e a grumixama; espantado da margem do rio onde o surubi e o piau eram a garantia da subsistência da prole ou da tribo; afastado daquela mata onde o macuco piava notas vesperais de plangência nostálgica, mas que era a certeza de mais um dia de vida para a nação - o PURI, sentindo que tudo iria perder-se, tragado pela insaciabilidade do monstro branco; que iria perder todos os largos bens que TUPAN lhe estendera aos pés, num dia de amor paternal - o PURI, repetimos, não teria vontade de comer assada, ou mesmo crua a orelha branca do branco invasor - 'manitó' sem perdão, delapidador dos seus bens e fortuna?

Por outro lado, se o branco achava que o aborígina deveria ser tratado como animal irracional, já o homem não era - é justo que, em virtude disso, o anormal índio não respeitasse o animal-branco, uma vez que nós próprios não soubermos respeitar o irmão lobo, como queria que o fizéssemos o Santo, *o Poverello* - São Francisco de Assis.

Comemos o boi que São Francisco chamaria Irmão Boi, por que não é êle da Nossa Raça?

Antropofagismo ou não, o PURI tem razão se o fez, ou fê-lo mal, se o não fez!

O procedimento do PURI que habitava essa região do Alto-Muriaé, era diferente da conduta dos demais a que acima nos referimos, pois, como não cansamos de dizer, era manso e domesticado, quer por sua índole pacifista, quer por ser, então, pacífica a índole do mineiro que penetrara a terra, tendo por escopo, certamente, respeitar, tratar com lhaneza e humanidade aquele que, por legítimo dono da gleba, muito respeito merecia.

Assim é que os historiadores regionais já citados dizem, mais ou menos, em unísono:

Nessa excursão (isto é, a penetração na Zona da Laje) FERREIRA CÉSAR se fez acompanhar de sua mulher, Da. Maria Angélica da Luz e de alguns índios domesticados (o grifo é nosso).³⁰

³⁰ Leopoldo Muylaert Júnior - Obra citada.

Referentemente a Dantas Brandão, diz o mesmo autor daí (de Arrepiados, hoje Araongas, Município de Viçosa) regressou mais tarde, acompanhado de índios” (o grifo é nosso).

Pelo que se disse, compreende-se que os índios Puris na nossa região eram bons elementos humanos, dependendo da docilidade que se usasse para com êle. Pelo menos, no caso da penetração no Norte Fluminense, pode-se assim sustentar, sem medo de êrro: - O Índio Puri era manso e dócil.

VIII

O Norte Fluminense – A fixação do Homem. A lavoura

Ribeiro Lamego, em O HOMEM E O BREJO, à pág. 84, diz assim:

O Ciclo da Cana de Açúcar, já bem iniciado (1750), absorve tudo e relega a um plano secundário qualquer atividade. O Norte Fluminense balança-se entre êsses dois extremos: a Lavoura Campista e ouro de Minas.

Efetivamente, o Alto-Muriaé não participou do Ciclo da Cana de Açúcar, embora larga faixa de massapê, à montante, subisse pelo vale, disseminado por amplas vargens e brejais; não participou ativamente do valor comercial da Cana, como a própria Baixada Campista; como as zonas de massapê pernambucano que Maurício de Nassau colonizou, levantando banguês; não participou da vida faustosa do Ciclo da Cana, como a região do massapê do Recôncavo Baiano, produtor também, de milhões de fôrmas, de milhões de pães de açúcar.

Nesse particular, é fôrça dizê-lo o Alto-Muriaé vivia divorciado da Baixada Campista, pertencendo apenas, politicamente, ao 2º Distrito

de Campos (Santo Antônio dos Guarulhos), por acaso, como, por acaso, muita coisa aconteceu no Brasil.

A deliberação de 12 de agosto de 1844, assim estabelecia:

Artigo 1º - Fica criado na Freguezia de Santo Antônio dos Guarulhos mais um distrito de paz, que se denominará o 2º, cujos limites, começando na foz do Rio Camapuana, irão por êle acima até findar na divisa com a Província de Minas Gerais, estendendo na sua largura ao sul do mesmo rio por espaço de seis léguas, e compreendendo o território da Pedra Lisa.

Artigo 2º - Fica igualmente criada uma delegacia de polícia, cujos limites serão os mesmos do referido 2º Distrito de Paz.

O Alto-Muriaé, de fato, não participou do Ciclo do Ouro que glorificou Vila Rica, que deu alma ao coração das Minas Gerais; que enriqueceu a Corôa Portuguesa; que fez com que Portugal inundasse de ouro muitos impérios europeus, como, por exemplo, a Inglaterra. Assim se expressa A. A. de Mello Franco: pode-se afirmar que o ouro do Brasil, no Século XVIII, formou a base sôbre o qual a Inglaterra iria atingir a supremacia financeira mundial no século seguinte.” (apud Geografia dos Transportes no Brasil - Moacyr M. F. Silva - Página 53 - IBGE - 1949).

De modo semelhante a êsse manifestava-se OLIVEIRA MARTINS, em História de Portugal, Volume II, página 150 e seguintes:

Foi sôbre o ouro e os diamantes do Brasil que se levantou o novo trono absoluto de D. Pedro II (1648 - 1706); foi com êles que D. João V, e todo o reino, puderam entregar-se ao entusiasmo desvairado dessa ópera ao divino, em que desperdiçaram os tesouros americanos. (...) O Povo, pastoreado pelos Jesuitas, beato e devasso, arreava-se agora de pompas, para assistir, como convinha, à festa solene dos desbaratos dos Rendimentos do Brasil. (...) Para que bem se possa avaliar a importância das novas descobertas; para que ninguém se iluda supondo que os desperdícios faustosos de D. João V traduzem um renascimento da riqueza natural do reino, poremos aqui uma nota das massas de metais e pedras preciosas de D. João V recebeu do

Brasil: 130 milhões de cruzados; 100.000 moedas de ouro; 315 marcos de prata; 24.500 marcos de ouro em barra; 700 arrobas de ouro em pó; 392 oitavas de pêso e mais 40 milhões de cruzados de valor, em diamantes. Além de tudo isso, o produto do impôsto dos quintos e o monopólio do pau-brasil rendiam anualmente para o tesouro cêrca de um milhão e meio de cruzados.

A isso poderíamos ainda ajuntar o valor dos “ALFINETES PARA A RAINHA” “a mais sugestiva e a mais elegante das formas de extorção até hoje imaginadas”, segundo as palavras de ANTÔNIO TORRES, em AS RAZÕES DA INCONFIDÊNCIA, à página 21.

Pois esta soma (continuando a transcrição de Oliveira Martins), quase incalculável de riquezas, não bastou para encher a voragem do luxo e de devolução do espaventoso beato monarca. O Inglês sentava-se com êle à mesa, e aplaudia os desperdícios, porque todo o ouro do Brasil passava apenas por Portugal, indo fundear na Inglaterra, em pagamento da farinha e dos gêneros fabris com que ela nos alimentava e nos vestia. (...) O Português só sabia ser logista: todo o comércio externo estava na mão de ingleses, principalmente, e de italianos. (...) Por isso nem todo o ouro do Brasil chegou. Os dinheiros do Brasil tinham outro e melhor destino: iam para Roma custear o preço de concessões valiosas. Mais de duzentos milhões de cruzados foram para Roma; não tem conta o que deu pelo reino aos conventos de frades e de freiras e, na sua fúria de ser o esmoler-mor do catolicismo, lembrava-se de todos, derramando por tôda a parte, o ouro do Brasil: Santo Antão de Benavente S. Francisco de Badajoz, a Capela dos Portugêses de Londres, o Presepe de Belém, na Palestina, os Templos de Jerusalém, para não falar dos de Roma. Alexandre Gusmão, atônito, apertava a cabeça com ambas as mãos, exclamando: - A fradaria absorve-nos, a fradaria suga tudo, a fradaria arruína-nos!

Se Portugal quase deixou o Brasil sem ouro - a lavra do vil metal deixou, nas exauridas terras auríferas de Minas, apenas montes de cascalho anônimo, à beira dos riachos desolados; a terra quase arrasada, ostentando, sòmente, um arremêdo de lavoura. Só a Pecuária acharia

campo suficiente ali e, dentro dêle, a proliferação dos rebanhos bovinos. É que Minas Gerais passava do Ciclo do Ouro para o do Couro, isto é, para o da Pecuária.

O Alto Muriaé, conquanto fôsse magnificamente aurífero, segundo as palavras de Pedro Bueno, já exaradas em transcrição, anteriormente, não participou do drama da região central de Minas como o Ciclo da Cana de Açúcar, o Ciclo do Ouro (entre os quais se balançava o Norte Fluminense, conforme as palavras que abrem o presente capítulo) – dava lugar a que surgisse o mais importante de todos os ciclos de produtividade e de interêsse econômico nacional, ao qual, até os nossos dias, ainda estamos assistindo: – o Ciclo do Café.

Diga-se, então, que o Muriaé, sendo afluente do Paraíba, e, na sua parte inferior de Baixo-Muriaé pertencente políticamente a Campos – viveu vida completamente divorciada da terra da Baixada Campista.

Pertencendo, outrossim, à Província de Minas Gerais, onde tem 1.779 Km² de bacia, não participou do Ciclo do Ouro embora vivêsse “deitado em leito de ouro e de pedras preciosas.”

Estava reservada à Bacia do Muriaé e a tôda esta Zona vida diferente da das regiões vizinhas. Iria aparecer a Grande Lavoura, para guáudio dêsse bendito torrão.

Em 1850, no dizer de Affonso E. Taunay – História do Café no Brasil – Volume V – Página 196 – “O Brasil era o Vale”, isto é, o Brasil extraia tôda a sua riqueza da cultura e exportação do Café. A Lavoura em aprêço ocupava todo Vale do Paraíba, tendo como núcleo na região de Valença e Vassouras, irradiando-se para as terras de Pati do Alferes, Paraíba do Sul ou seguindo o vale do Rio Preto – um dos afluentes do Paraíba à sua margem esquerda.

Diz o mesmo autor supracitado, mas no livro PEQUENA HISTÓRIA DO CAFÉ, à página 45 e seguintes, isto:

O documento mais remoto de que temos notícia sôbre a exportação do Café mineiro é o de ESCHWRGE quem declara haver, em 1809, a Capitania de Minas exportando 9.707 arrobas de Café das quais 9.256 oriundas das cercanias de Mathias Barbosa.

O mesmo autor continua dizendo que

a zona mineira onde a cultura da rubiácea teria de desenvolver-se de modo absolutamente notável, viria ser a da Mata, pela sua maior proximidade do Rio de Janeiro, e nos municípios do Vale do Paraíba, onde em breve Mar de Espanha, Juiz de Fora, Cataguases e Ubá seriam centros cafeeiros da maior importância.

De Leopoldina (Arraial do Feijão Cru de Cataguases (Arraial de Santa Rita da Meia Pataca); de Ubá, na Bacia do Pomba – é certo tenha o Café passado para a Bacia do Muriaé, descendo por Santo Antônio do Brejo (Mirai), por Quartel de Robinson Crusóé (São Paulo do Muriaé), por Nossa Senhora do Patrocínio, a fim de chegar, sem dúvida alguma, à Nossa Senhora da Piedade da LAJE, ou, pelo Carangola, até a região de Nossa Senhora da Natividade.

No volume II da HISTÓRIA DO CAFÉ NO BRASIL, à página 360, diz aquele autor: “Por 1830 já o Café se havia fixado até mesmo em municípios da ZONA DA MATA, que ficam mais para o interior.”

Essas informações obrigam-nos a formular a tese de que o Norte Fluminense, ou, melhor, o Alto-Muriaé guardou-se, íntegro, para participar inteiramente da vida da ZONA DA MATA, já que não houvera participado da vida econômica, comercial, social e agrícola da Zona da Baixada Campista, por ocasião do Ciclo da Cana de Açúcar, ou da zona central de Minas Gerais, por ocasião do Ciclo do Ouro.

Estabelecido o plantio do Café no Vale do Paraíba e, por êle, na Zona da Mata – a Baixada Campista deu de perder bastante do seu valor econômico, pois começou a sentir que se acentuava o êxodo do braço escravo para a lavoura da rubiácea, tal como, outrora, fuga idêntica se verificou quando do estabelecimento da lavra do ouro e do diamante em Minas.

Ainda à página 196, do volume V, da mesma obra, acima citada, lemos o seguinte:

Enormes ‘rushes’ de mineiros deixavam suas terras centrais, pastoris e mediocrementemente ricas, para os tratos ubertosos do território fluminense e da Mata Mineira. Dentro de poucos anos multiplicavam-se prodigiosamente as grandes fazendas e as grandes escravaturas. (...) Criou-se verdadeiro patriarcado do Café, famílias inteiras, numerosas, uniformemente abastadas, apareceram, dentro de quem se destacavam,

como chefes de clan, milionários legítimos. (...) homens e mulheres havia, nestas famílias fluminenses, nascidas de rude desbravadores, cheios de energia e de tenacidade, duros para com os escravos, ricos no fim da vida, titulares, condecorados, vendo em tórno de si abraâmicas proles a quem se transmitiam as fortes qualidades ancestrais.

O Alto-Muriaé Fluminense não podia fazer exceção, pois os pioneiros, todos os que estabeleceram fazendas e plantaram lavouras ali, eram mineiros, ou, pelo menos, desceram de Minas por ocasião do ‘rush’ a que aquele autor se referira acima. Assim é que todos os lajenses desbravadores das matas locais têm raízes em Vila Rica, São João d’El Rei, Mariana, Cocais, Sapé de Ubá, São João Baptista do Presídio, Turvo, etc.

Nesse tempo, então, descendo de Minas Gerais, certamente pela estrada que GUIDO THOMAZ MARLIÈRE fizera abrir pelo Vale do Muriaé; plantando Café em QUARTEL DE ROBINSON CRUSOÉ, em Patrocínio do Muriaé - o mineiro entrou o Norte Fluminense, no Poço Fundo, e, de machado em punho, abateu uma floresta inteira e, sôbre os destroços de uma flora magestosa, multi-secularmente bravia, talvez sem igual no mundo (abstração feita da Amazônia), fincou no solo humoso, as mudas de Café Bourbon, criando e dando motivo a que ali se estabelecêsse a maior fonte de riqueza que a história comercial e agrícola do Brasil registra em todos os tempos, pois, naquele tempo, “o Brasil era o Vale” e o Norte Fluminense pertencia ao Vale, mesmo sem querer, ou, sem sabê-lo.

Em face do que acabamos de expor, somos obrigados a discordar do autor de “A TERRA DA PROMISSÃO” à página 245, quando informa que as mudas de Café, plantadas por Dantas Brandão e por Ferreira César, eram provenientes de Macaé. Cremos que o bom senso manda seja seguida a opinião de Affonso E. Taunay que se mostra altamente conhecedor do assunto em causa, escrevendo uma obra erudita, em 15 volumes intitulada a HISTÓRIA DO CAFÉ NO BRASIL. E êsse autor afirma que em 1830, o Café já tinha invadido tôda a ZONA DA MATA Mineira e nós aceitamos o fato incontestável que o Norte Fluminense teve vida absolutamente independentemente da Baixada, para viver a vida da Zona da Mata, nela perfeitamente integrada, conforme foi dito no transcurso do presente capítulo que, no momento, se encerra.

IX

O Café, o Negro e o Burro – Lendas regionais

Diz BENEDITO MERGULHÃO, à página 31 do seu livro, intitulado O GENERAL CAFÉ NA REVOLUÇÃO BRANCA DE 37: Silveira Martins, no Senado, resumira numa frase a origem da obstinação do regime em sacrificar os escravos: “O Brasil é o Café e o Café é o Negro”.

Assim é que, com advento da Lavoura do Café, houve necessidade premente de braços para mantê-la ou para desenvolvê-la. O trabalho, naquele tempo, era prestado pelo escravo e o Valongo fez-se a plataforma onde se mergadejava o “gado Humano” de onde partiam as levas, os comboios, a “sinistra coorte”, para o interior do Brasil, a fim de fartar a lavoura, ou, melhor, mitigar a sêde de braços que a assoberbava.

Mais de dois terços da massa servil brasileira se encontrava na região cafeeira meridional, pois a zona açucareira ia em franco declínio, com o numero dos seus operários reduzidos pela mortalidade e a exportação de braços para os cafeeis do sul.³¹

³¹ A. E. Taunay - Pequena História do Café - Página 142.

Aumentando o braço, crescia a produção que se tornara, dentro de pouco tempo, verdadeiramente astronômica, em milhões de arrobas, quer em valor fiduciário. Mas, para que tais índices se mantivessem à altura do comércio exterior, cavando divisas para a manutenção do padrão interno e externo do Brasil, era mister que a mercadoria, ao tempo em que se produzisse, pudesse escoar largamente pelos portos, em demanda de mercados estrangeiros. Estaria, então, o Brasil abraçado ao problema que hoje se chamaria: - Binômio PRODUÇÃO-TRANSPORTE.

A Produção, com dificuldade, é certo, foi resolvida, conforme com as possibilidades da época: - o negro, trabalhando de sol a sol, auxiliado pela feracidade da terra nova, produzia nababescamente. O Transporte, porém “pelos carreiros íngremes do monte, pelos trilhos pedrosos das estradas” - únicas veredas que fendiam o sertão, consoante depoimentos de Saint-Hilaire, Mawe, Spix, Neuwied e tantos outros - só poderia ser levado a efeito no lombo da bêsta de carga. Viu-se, então que o trabalho do Negro somente se completaria com o trabalho do Burro.

Foram, pois, esses dois elementos interdependentes, ambos suando ao pêsso da arroba de Café, as pedras angulares da economia nacional: - um, plantando Café, pelas encostas dos morros do Vale do Paraíba: o outro, conduzindo o Café, já beneficiado, pelas encostas das mesmas serras que dominavam o Vale, a caminho dos portos de embarque, a fim de que o produto, dentro do bojo dos navios, demandasse mercados estrangeiros, em busca de divisas.

Foi o Vale que venceu a Guerra do Paraguay, exclamou um parlamentar - sintetizando (uma época) a feição de Silveira Martins - o alicerce principal da economia brasileira, que permitira ao país haurir recursos para a terrível pugna de cinco anos, devoradora de milhares de vidas brasileiras e centenas de milhares de contos de réis.

Assim repete A. E. Taunay, à pág. 234, do seu livro, Pequena História do Café no Brasil, reforçando as palavras daquele parlamentar, cujo nome silencia.³²

Nós, porém, em face do que vimos expondo, somos obrigados a discordar das palavras do parlamentar, dizendo o seguinte: - não foi

³² Apud Affonso E. Taunay - Peq. Hist. do Café no Brasil - Pág. 234.

o Vale que venceu a Guerra do Paraguai, mas, sim, o braço negro do escravo e o trabalho anônimo da bêsta de carga – os dois elementos vitais que puderam forjar as centenas de contos de réis que a voragem da guerra sorveu, uma vez que (é força convir) só o trabalho seria capaz de vencer uma guerra, possibilitando ao país “haurir recursos para a terrível pugna de cinco anos”, isto é, dinheiro suficiente a comprarem-se os encouraçados que forçaram a passagem de Humaitá.

Os três fatores preconizados MOLTKE, para que se vença uma guerra, “GELD, GELD UND GELD” podiam, naquele tempo, e no Brasil, serem nomeados assim: – o Café, o Negro e o Burro! Por isso, glória ao primeiro, honra ao segundo e dedicação ao terceiro, como o faz Álvaro Moreyra.

Se o Valongo fornecia o escravo – mercado e mercadorias sinistros – iam os tropeiros, porém, buscar as pontas de mula nas Feiras de Sorocaba. E, dizem os contemporâneos, a compra de um negro ou a venda de outro, talvez fôsse tão pouco sentida quanto a venda de uma bêsta de carga, pois,

freqüentemente vi senhoras brasileiras comparecerem aos leilões de escravos. Vestidas aparatosamente, sentavam-se e, apalpando a mercadoria, examinavam as compras e iam-se com elas com a mais perfeita insensibilidade.³³

E, se a produção carecia do Negro, o comércio necessitava do Burro – base econômica e financeira do Senhor da Fazenda, ou, do Brasil. É de ver-se que, sem transporte, para que serviria o trabalho do escravo?

Mas a Lavoura e a necessidade de produção continuavam a reclamar braços. Tentavam lançar mão do Índio, obrigando-o ao trabalho servil. O Índio, porém, reagia contra essa modalidade de vida, praticando até greve de morte, devorado pelo traumatismo que o cativo determinava no sentimento de cada um. Os que sobreviviam ao trauma é que guardavam esperança de fuga em época oportuna.

Não só o Índio se rebelava contra o cativo que o homem branco tentava impor-lhe, mas, também, o próprio Negro que, às vezes, revoltado contra os maus tratos infligidos, já pelo patrão, já pelo feitor, tomava atitude de reação que se traduzia até em assassinios. José de Lanes Dantas Brandão, por exemplo, foi assassinado por três dos seus

³³ WALSH - apud Taunay - História do Café no Brasil - Volume IV - página 231.

escravos, como se poderá ver em Leopoldo Muylaert Junior - obra citada. A fuga era válvula de desafôgo comum e o Capitão do Mato, com os seus cães amestrados, era profissão bem remunerada, na Caça do Negro foragido que muita vez deixava matar-se a voltar ao cativeiro³⁴.

Na Laje do Muriaé conta-se a lenda do ZÉ ARRASTADO, escravo foragido aos trabalhos da fazenda do “sinhô” - mineiro ríspido e inflexível nos seus ditames de senhor de escravo. Alcançando na fuga pelo feitor, que tinha carta branca do patrão, seguiu-se o castigo imediato - as chibatadas clássicas do estilo. Cinquenta pancadas bastam. Tudo o que passar daí é dantes dado à raiva e vingança do que à emenda do castigado³⁵.

O escravo, depois do castigo preliminar, foi amarrado ao rabo do burro que se pôs o trote a caminho da Casa da Fazenda. De mãos atadas, juntas, é certo que teria o escravo de correr, também a trote largo, a fim de poder acompanhar a marcha da alimária. Como castigo secundário, estava proibido de alimentar-se e de beber a água - água tentadora que os córregos, cortando de vez em quando o caminho, forneciam abundantemente, cantante e fresca.

No sopé do morro que domina ao poente a localidade da Laje do Muriaé, houve paragem obrigatória do cavaleiro e, lógicamente, do séquito sinistro, a fim de que o feitor, mais do que ninguém, descansasse um pouco e a alimária se dessedentasse na água do córrego que lhe molhava os cascos. Desceu, então, o feitor, da montaria.

O escravo, sitibundo, não resistiu à tentação da água clara e fria. Mal, porém, curvou-se a ela, sofregamente, (*sitis compulsis*, como na fábula LUPUS ET AGNUS), na ânsia fisiológica tragá-la, o feitor, para adverti-lo do castigo preconizado, vibrou-lhe larga e inesperada chibatada que, zunindo, estalou-lhe no lombo.

O burro que era meio arisco, espantando-se com o gesto intempestivo e desastrado do feitor - deu de galopar, desembestado, pelo morro acima, arrastando, entre as pedras da estrada, o escravo que caíra - caíra por não ter podido acompanhar a carreira veloz do animal em disparada.

Quando no tôpo do morro, o burro, por acaso, parou ou se deteve de cansaço - o Escravo José, morto, tinha a cabeça esfacelada de chocar-se contra pedras do caminho.

³⁴ FUGINDO AO CATIVEIRO - Poemas e Canções - Vicente de Carvalho.

³⁵ As penas disciplinares, impostas aos negros, são o azorrague, a palmatória, o tronco, a prisão e a gargalheira, nos casos graves ou de fuga. Nas cidades a lei intervém, regula e vigia; nas fazendas, porém, a vontade do senhor tudo decide, e os feitores executam-lhes as ordens. (Affonso E. Taunay - Hist. do Café no Brasil - Volume IV - Páginas 288 e 302).

Naquele lugar, depois, mãos piedosas ergueram uma cruz, à margem da estrada para perpetuar a memória da ocorrência – cruz essa que lá existe até hoje. E, até hoje, a Cruz do Zé Arrastado, no Morro do Pau-d’Alho, faz milagres.

Quando a sêca estiola a plantação, nos largos veranicos de janeiro; o sol calcina a terra e faz minguar tôdas as nascentes – prenúncio de miséria – o povo, penitente, em charola, conduzindo pedras no alto da cabeça, para abrandar e comover o coração de Deus – vão depositá-las ao pé da Cruz do Zé Arrastado, suplicando chuva àquele escravo que morreu sedento. É certo que, nesta mesma semana, impreterivelmente, o ceu, até então descaradamente limpo e impiedoso, se transforma, toldando-se. E a chuva benfazeja desaba das nuvens, para molhar a terra, apoiar as nascentes, engrossar os riachos – graças, sem dúvida, à intercessão da alma do Escravo que, em vida, tanto sofrera e que, agora, Deus tem na sua Santa Glória.

A maldade de Senhor de Escravos, às vezes, não tem limites e de tal modo se avantajava no mal que a própria morte não é suficiente a encobrir os seus cometimentos. Assim aconteceu a um daqueles Bastos (ou Basto) – entre os muitos que viveram na Laje do Muriaé, que vieram, que nasceram ou que viveram ali – que, conforme o registro de óbito em nosso poder, “faleceu de consumpção” aos 30 anos de idade³⁶.

Era homem terrível e tinha o vêzo de infligir aos negros da fazenda os mais ásperos e hediondos castigos, verdadeiro suplícios chins. Depois de morto, haveria de pagar os crimes monstruosos que perpetrara contra os escravos. Praga de Negro Velho!

A terra não no comeu. Foi encontrado na Matriz, local do sepultamento, quando lhe abriram a cova, cinco anos depois – mumificado, sêco. Enterraram-no de novo: anos depois foi novamente desenterrado, ainda sêco e duro. Recusara-se a terra de comê-lo. Precisava de muita missa o BASTO SÊCO - tal o cognome que lhe deram. Levaram-no para o cemitério onde foi sepultado mais uma vez. Reencontrado; lançado no rio e, sem querer, foi pescado abaixo, no poço do Remanso. Conduziram-no, afinal, para o fôrro de uma casa velha, já que a terra e o rio negaram-lhe aconchego. À noite, os ratos fazem barulho, sapateando dentro da sua carcassa. Enterrado, depois, dentro da parede da Casa da Escola Pública – a parede estufou para fora, criando estranha barriga.

³⁶ Ver APÊNDICE - Nota nº 1.

Não se sabe, hoje, onde êle se encontra, cumprindo seu misterioso fadário, mas, o que sabemos é que no fôrro de tôda casa velha, na Laje daquele tempo, havia Basto Sêco, amedrontando, assombrando crianças.

Em constração, porém, havia bons senhores que, de vez em quando, davam carta de alforria a seus escravos. E se êstes permaneciam, ainda, depois de libertos, a serviço do mesmo senhor, é que amavam a casa e não poderiam esquecer quem os tratara bem.

Do testamento de Jacinto Francisco de Oliveira, por exemplo, falecido a 13 de janeiro de 1886, extraímos o seguinte tópicos:

Declaro que deixo para o meu escravo JOÃO, filho da minha finada escrava Carolinda, ao qual dará meu testamenteiro, dez alqueires de terra de planta de milho em um dos cantos da minha fazenda, onde tenha comodidade de se arranchar e, assim, mais dará ao mesmo a quantia de 500\$000 para poder fazer o seu sítio.

Também do testamento de José Ferreira César³⁷, transcrevemos o seguinte:

Ficam gozando de suas liberdades, depois da minha morte, como se de ventre livre nascessem, DOMINGOS³⁸ e sua mulher Roza, Antônio de Nação e Eva Parda, aos quais liberto em remuneração dos bons serviços que me têm prestado.

Da cópia do testamento do Comendador JOSÉ DE PAULO OLIVEIRA, falecido na Fazenda do Cubatão e sepultado no cemitério da mesma fazenda, então pertencente à Freguezia da Laje, em 25 de janeiro de 1874 - contamos, declinados pelos respectivos nomes, vinte e cinco escravos que se tornariam libertos por ocasião da sua morte. Além disso, dizia o seguinte: “declaro que para cada escravo que existir, depois da minha morte, e que ficarão no cativo, deixo a quantia de vinte mil réis”.

Muitos outros casos poderíamos citar, mas o que ficam aqui exarados servem para elucidar um pouco o que vínhamos tentando dizer, isto é: - que, ao lado de maus senhores de escravos, outros havia que, pelo bem e amizade dedicados aos seus servos, tornavam-se credores da sua fidelidade pois escravos havia que davam, a deram, a vida pelo seu senhor.

³⁷ Ver APÊNDICE - Nota nº 2.

³⁸ O escravo DOMINGOS é o que tinha a antonomásia de MINGUTO figura tradicional da Laje, que viveu, seguramente, até o ano de 1920, tendo falecido, ao que dizem, com mais de 100 anos de idade.

A Fazenda – A Fundação da Laje – Pontes sôbre o Rio Muriaé

Entrados os mineiros na Região da Bacia do Alto-Muriaé fluminense; conseguidas as sesmarias e os respectivos posseamentos – faziam-se as abertas na mata, para delimitação de posses e edificações de rancho toscos, verdadeiras palhoças, onde os lavradores, tentando vencer a Natureza insonte, descansariam ao fim de um dia de intensa labuta.

O machado entrava em cena para a necessária derribada e, depois de ter o fogo minorado o atravancamento de paus, de toras e de cipós que cobriam o solo da mata dizimada – plantava o lavrador as mudas de Café e, entre elas, nas ruas balisadas do cafêzal arrumado, lançava na terra várias covas de maniva, litro e meio de feijão, uma quarta de milho para assegurar a sobrevivência do pioneiro e dos agregados (um ou dois escravos, um ou dois índios domesticados) enquanto se esperavam quatro anos pela primeira floração do Café. A primeira carga de frutos é pequena, pois o cafêzal iria atingir a plenitude da produtividade apenas aos sete anos, quando o arbusto abexim alcançaria a vida vegetal adulta.

Ali se achava, pois, uma crisálida da qual, no tempo propício, arreberitaria uma Fazenda.

O índio era, nesse particular, elemento humano indispensável aos primeiros toques de penetração. Por meio do seu faro aprimorado de selvagem, sabia localizar, com facilidade relativa, a melhor nascente de água pura e a mais clara e a mais fria de tôdas e, com seu tino misterioso de homem da selva, indicar por onde abrir-se o trilho mais curto e alcançar o espigão da serra ou, o melhor lugar e o mais seguro à espera da caça arisca, de pena ou de pêlo.

O escravo era o responsável pelo trabalho pesado do machado, da foice ou da enxada, na abertura e preparo do terreno para plantação.

Acompanhados de escravos - JOSÉ FERREIRA CÉSAR, sobrinho de Constantino José Pinto, o fundador do Quartel de Robinson Crusoe, hoje, MURIAÉ - e, como dizem os historiadores regionais, “em companhia de sua mulher, Dona Maria Angélica da Luz e índios Puris domesticados”, deixou o povoado em questão e, passando além do Patrocínio e do Poço Fundo, caminhou por verêdas ínvias, fugindo à margem do rio, para cortar caminho pela mata que os índios acompanhantes conheciam com segurança e firmeza.

Duas léguas abaixo do Poço Fundo, encontrou, novamente, o Muriaé, que, naquele local, um remanso fazia bucólico e pinturesco, protegido que era de ingazeiros e de figueiras bravas.

Na parte de baixo do remanso, ou laje muito polida e muito limpa, de tanta água que for lá passara nas enchentes - avançava rio a dentro: avançava tanto que quase estrangulava o rio entre a ponta da pedra e a barranca da margem oposta.

Nessa laje o pioneiro e os agregados acamparam, a fim de prepararem a primeira refeição do dia. Findo o repasto; feita na terra, ao lado, a primeira aberta - marco de apropriação - seguiram caminho, ao que consta, rumo à zona do Ribeirão do Campo, onde iria estabelecer-se Ferreira César, para fundação da futura FAZENDA DO ANGOLA.

Por ocasião do descanso, neste último local, o Angola, e preparo da segunda refeição - deram por falta de determinado utensílio de cozinha. Procuram que procuram, até que alguém se lembrara de que o utensílio houvera ficado na laje.

Com o correr do tempo, a laje - aquele acidente topográfico - passou a servir de ponto de referência quase obrigatória a quem demandasse a zona, sem que houvesse intenção formal de o ser. Naquele rincão, pois, tudo passou a orientar-se em função da laje.

Nas cercanias da aberta que José Ferreira César deixara pronta, nas proximidades da laje, surgiu um rancho de tropeiro. Outros, depois, se foram edificando por ali, até que uma população se ergueu, ostentando os indefectíveis elementos constitutivos de um arraial: – um botequim, uma botica, um armazem onde se encontra para comprar-se desde armarinho (rendas e fitas) até chapéus e botinas rinchadeiras, ao lado do xarque e da infalível cachaça.

No local mais elevado da povoação, dominando o lugarejo incipiente, a Igreja, cujo altar-mor é ocupado pelo orago. O orago é NOSSA SENHORA DA PIEDADE e o lugar nascituro é a Laje.

Foi assim que se fundou a localidade que viria chamar-se, em breve, NOSSA SENHORA DA PIEDADE DA LAJE, que nasceu faz mais de cem anos, que hoje ainda vive e que há-de viver por muitos mais, sempre sob a tutela maternal da Santa.

Outros pioneiros, atraídos pela fama crescente da especialidade da terra magnífica, deram de descer o Rio Muriaé e de se localizarem nessa região.

Assim procedeu JOSÉ GARCIA PEREIRA que, descendo de Minas Gerais, veio para estes lados, e comprando terras a Fortunado Neiva, edificou a FAZENDA DO TANQUE, cujo nome se origina de ter Garcia Pereira feito barrar o Ribeirão da Serra, surgindo disso um açude fabuloso, cujas águas moviam as rodas do engenho de beneficiar Café ou as moendas que espremiavam uma cana caiana, para a feitura do açúcar de fôrma, da rapadura ou da aguardente.

Não se passara muito tempo e JOSÉ BASTOS PINTO, o Alferes Bastos, comprava por dez contos de réis a Ferreira César as terras do Angola, no Ribeirão do Campo, ampliando, em seguida, seus domínios que se tornaram largos, para os lados do leste, onde mais tarde iria ser fundada a Fazenda da Salgada.

Ainda Garcia Pereira apossou-se de terras nas imediações da Cachoeira da Fumaça, não longe do Limoeiro dos Pequenos que confrontava com terras do Tanque, na margem oposta do Rio Muriaé. E, em pouco tempo, tôda região povoada de gente mineira, vendo-se a população na contingência de fazer edificar uma ponte sôbre o Muriaé, a fim de que houvesse o melhor contacto comercial e social entre o sempre crescente número de habitantes.

Convém seja dito tenha sido essa ponte construída sem qualquer

auxílio do Governo, no local já conhecido pelo nome de “laje”. Por meio de brocas, abriram, na pedra, buracos de 45 centímetros quadrados de boca, com um metro mais ou menos de fundura. Esteios de braúna, bem lavrada e aparelhada – puro cerne – encaixaram-se na pedra e, assim, puderam resistir o pêso do lastro da Ponte da Laje – ponte essa que suportou, por dilatados anos, o trânsito intenso de tropas e de carros de boi, carreando café.

Êsses buracos quadrados, rasgados na pedra da laje, para assentamento da primeira ponte sôbre o Rio Muriaé – trabalho rude de cavouqueiros anônimos – lá se acham até agora, e perfeitamente visíveis quando as águas do rio se encontram baixas, isto é, nos mêses de julho e de agôsto, deixando a laje a descoberto.

A atual ponte, sôbre o Muriaé, é a quarta já ali estabelecida excetuando-se, apenas, a segunda que foi edificada a 300 metros à jusante. Todas as outras o foram no lugar da primeira. As duas primeiras pontes duraram até o ano de 1910. A 10 de dezembro deste último ano, o Dr. Alfredo Backer, então presidente do Estado do Rio de Janeiro, inaugurava, em pessôa, a Ponte Dr. Alfredo Backer, a qual foi substituída, em 1952, pela atual, cimento armado³⁹.

Voltando, porém, ao assunto anterior. Citam os historiadores que José Ferreira César dispôs de suas terras da Fazenda do Angola e caminhou na direção das nascentes do Ribeirão do Campo, onde encontrou as barras de cinco córregos que dão volume d’água apreciável àquele ribeirão.

Ali fundou, então, a Fazenda das Cinco Barras, de costas voltadas para a Serra do Santo Antônio, de onde manava um riacho aurífero de mirífica riqueza⁴⁰.

Na zona de São Domingos, o Alferes JOAQUIM RIBEIRO DA SILVA adquiria, por compra, vastas terras na região, fundando, em companhia de dois filhos, a Fazenda da Barra de São Domingos que teria larga projeção, não só dentro da Província do Rio de Janeiro, mas também, no Brasil e no estrangeiro, concorrendo, com seus produtos agrícolas, a exposições nacionais e estrangeiras – fazenda essa que, mais tarde, se desdobraria em Fazenda do Toyama e da Aguinha,

³⁹ Ver APÊNDICE - Nota nº 18.

⁴⁰ Ver o periódico “O Norte Fluminense” de 15.4.56 e o de 29.5.60 – no tópico NOTÍCIAS DA LAJE DO MURIAÉ – onde o autor – ANTÔNIO AUGUSTO DA CUNHA, conta de como alguns garimpeiros, descidos de Minas Gerais, descobriram e exploraram ali, nas Cinco Barras, grande quantidade de ouro de aluvião.

pertencentes aos Vieira Leite⁴¹.

Para os lados da Natividade do Carangola, FRANCELINO RODRIGUES FRANÇA – falecido a 12 de maio de 1859 e sepultado na Capela da Nossa Senhora da Natividade – legava, por testamento, seus bens aos quatro filhos – Balbino Tolentino, Maria e Castorina – os quais à frente das fazendas de espólio, entre elas o Palmital e a Bela Vista, se estabeleceriam no futuro, já que, usufrutuariamente, pertenciam tais fazendas a JOAQUINA HERMELINDA CASTRO, enquanto durasse a minoridade dos citados herdeiros⁴².

Seria quase sem conta o número de fazendas que se estabeleceram às margens do Muriaé ou, dentro da sua fertilíssima bacia, desde a barra do Ribeirão de São Domingos até, rio acima, encontrar a divisa com Minas Gerais no Poço Fundo.

Todo êsse conjunto soberbo de magníficas fazendas plantava Café, o qual, a partir daquele tempo, começava de ser a maior riqueza do Brasil.

⁴¹ A respeito do assunto de GIL LEITE escreveu bela colaboração às páginas de “A TERRA DA PROMISSÃO” estampadas às páginas 226 e seguintes do livro em aprêço.

⁴² Ver APÊNDICE – Nota nº 16.

A data provável da criação da Laje

Não há documentos que informem, com certeza, a data de fundação da Laje, que receberia, depois, o nome de NOSSA SENHORA DA PIEDADE DA LAJE. Os historiadores regionais, estribados na tradição oral, asseguram que o fundador da localidade - JOSÉ FERREIRA CÉSAR - aqui chegou, vindo de Minas, em 1832/4, mais ou menos, acompanhado de mulher, escravos, índios Puris domesticados, conforme o que se lê nas duas obras históricas do Município de Itaperuna, citadas anteriormente.

É possível que, assim, como contam ou vêm relatado os fatos, esteja perfeitamente certo o assunto, mas, cotejando datas, pode-se chegar à conclusão de que a data, até então oficializada, ou, para sermos mais positivos, oficiosas, de 1832 (segundo o major Pophírio Henriques) , ou , de 1834 (conforme se vê em Leopoldo Muylaert Júnior) - não é absolutamente verdadeira ou, perfeitamente aceitável, tal o nosso ponto de vista.

Vejamos as razões que nós encostamos, a fim de lançar tal afirmativa: - Diz Porphirio Henriques, em sua obra citada, o seguinte:

Deixando, no transcurso do ano de 1832, ou arraial dos Quartéis, hoje Muriaé (antigamente São Paulo do Muriaé, não então Província de Minas Gerais, e passando por Patrocínio (outrora Vargem Grande, depois Poço Fundo), em companhia de sua mulher, Da. Maria Angélica da Luz e alguns escravos, desceu JOSÉ FERREIRA CÉSAR o Rio Muriaé cêrca de 20 quilômetros e daí em diante começou a fazer pequenas abertas, como sinal de terras pescadas.

Já o Dr. Leopoldo Muylaert Júnior - Obra citada - afirmava anteriormente:

Enquanto o Carangola estava sendo povoado, o Muriaé permanecia inabitável, até que, nêsse mesmo ano (1834), um parente de José Lanes, JOSÉ FERREIRA CÉSAR, se resolveu torná-lo conhecido. Sôbre pretexto que pretendia recolher ouro que por ali existisse e apanhar ipecacuanha. Nessa excursão FERREIRA CÉSAR se fez acompanhar de sua mulher, Da. Maria Angélica da Luz e alguns índios domesticados no arraial da Laje fez êle um rancho que êlegeu sua moradia, etc.

Diz, ainda, o Major Porphírio Henriques, à página nº 68 da sua obra decorridos cinco mais, isto é, em 1837, (...) o Alferes JOSÉ BASTOS PINTO, casa-se com Da. Rosa Angelica Pinto, demandou essas paragens”. E ajunta, depois, que, também

em 1837, no que se sabe, JOSÉ GARCIA FERREIRA, casado com Da. Maria Claudina Garcia, em terras compradas a Fortunato Neiva, na Fazenda do Tanque, desbravou e fundou a fazenda dêsse nome.

1852, conforme Ofício dirigido pelo Presidente da Província do Rio de Janeiro ao Ministro do Império, já por nós transcrito, anteriormente, vê-se que

Um mineiro, de nome JOSÉ BASTOS PINTO que há poucos anos veio estabelecer-se no dito município (de Campos), acaba de ser nomeado sub-delegado de polícia pela Província de Minas Gerais.

Esta última transcrição é suficiente para assegurar que a Laje, com oito a dez anos de fundação, já se mostrava ser uma localidade de tal modo desenvolvida que se fazia mister a nomeação de um subdelegado. Convenhamos, porém, que parece ser muito pouco tempo para tão grande desenvolvimento.

Em 1844, era criado o SEGUNDO DISTRITO da Freguezia de Santo António dos Guarulhos e a Laje, assim como a Natividade, pertenciam àquele 2º DISTRITO. Isto implica no seguinte: - Que a Laje foi feita distrito em 1844. Em 1857, finalmente, passava à categoria de FREGUEZIA, isto é, FREGUEZIA DA NOSSA SENHORA DA PIEDADE DA LAJE.

Convém, antes da apreciação dêesses números e datas; antes da emissão de comentários a respeito dos mesmos - fazer lembrar que a localidade de Nossa Senhora do Patrocínio do Muriaé foi fundada em 1818, mais ou menos, conforme já foi dito anteriormente, à página 104, § 1, tendo sido elevada à categoria de Distrito em 1840, pela Lei 185. Foi elevada à categoria de FREGUEZIA, 1858, pela Lei 903. Pelos números citados vê-se que a localidade de Patrocínio do Muriaé demorou 22 anos a se fazer Distrito a e 40 anos a se formar em FREGUEZIA.

Apreciando os números referentes à Laje e cotejando-os com os de Patrocínio, notamos isto: - Dentro de oito a dez anos a Laje era localidade razoavelmente desenvolvida, a ponto de necessitar fôsse feita, por parte dos poderes competentes, a nomeação de um sub-delegado de polícia; Dentro de 10 a 12 anos a Laje era DISTRITO, enquanto Patrocínio demorava 22 anos a sê-lo; que, dentro de 23 a 25 anos, a Laje era transformada em FREGUEZIA, ao passo que o Patrocínio o gastava 40 anos para poder gozar das mesmas regalias ou direitos políticos.

Para melhor compreensão do assunto que estamos focalizando, elaboramos um quadro demonstrativo das alterações políticas verificadas nas duas localidades em tela, graças ao qual, quadro, podemos abranger, num relance, as datas de interêsse político que desejamos pôr em evidência.

LOCALIDADE	DATA DE FUNDAÇÃO	ELEVAÇÃO A DISTRITO	ELEVAÇÃO A FREGUEZIA
PATROCÍNIO	1818	1840	1858
LAJE	1832	1844	1857

Dessa comparação deduz-se de duas uma: - Ou a Laje teve desenvolvimento agrícola, comercial e demográfico verdadeiramente extraordinário, ou as duas localidades nasceram quase ao mesmo tempo - daí a coincidência observada nas datas em que ambas eram contempladas com os mesmos títulos políticos.

Fata semelhante acontecerá entre a Laje e a Natividade, pois, também, por ocasião dos primeiros atos governamentais, lavrados em favor da zona, sempre as duas localidades se beneficiavam, caminhando juntas, como se fôssem unidas por destinos políticos fraternos. É que êsses dois povoados nasceram juntos e, por isso, participaram, conjuntamente, no favor dos mesmos atos governamentais.

Isso leva-nos a supor que o Patrocínio participava de destino semelhante ao nosso, isto é, pode ter sido fundado na mesma ocasião em que foram a Laje e a Natividade.

Voltando, porém, aos fatos anteriores, sabemos que JOSÉ FERREIRA CÉSAR nasceu no ano de 1800, mais ou menos, pois faleceu, conforme documento em nosso poder⁴³, em 7 de maio de 1868, com 68 anos de idade. Vindo êle para a nossa zona, como querem os nossos historiadores, em 1832/34, a fim de dar início à abertura de lavouras, cata de ouro e poáia, e onde mais tarde viria a ser a Laje - teria êle, nesse tempo a idade de 32 a 34 anos.

Informam as pessoas antigas da Laje ligadas à família José Ferreira César por laços de sangue que, quando êsse pioneiro veio para a nossa região, era êle muito moço, já casado, mas quem ainda não tinha filhos.

Sabemos perfeitamente que, de acôrdo com os costumes daquela época, os pais, antes mesmo que os filhos adquirirem personalidade, ou que pudessem optar sôbre assuntos matrimoniais, por exemplo, já teriam combinado, entre si, sem conhecimento ou anuência dos filhos, o casamento, inclusive acertando o dote que a futura esposa levaria. Era o ancestral regime do patriarcado e muito bem assentou na índole conservadora do mineiro.

Assim, pois, alcançasse o rapaz a “idade de tomar estado”, o casamento, impreterivelmente, se fazia - uma vez que a moça já se encontrava comprometida desde a infância e já com o enxoval pronto para cerimônia nupcial que se realizaria, sem delongas, com a chegada da maioridade do homem, pois que as moças podiam casar-se até com 12 ou 13 anos de idade.

⁴³ Ver apêndice - Nota nº 3.

Temos, pois, para conosco, que José Ferreira César contrairia matrimônio aos 21 ou 22 anos: rumou, em seguida, para as terras do norte do distrito de Campos dos Goitacazes, nesse tempo desconhecidas de Campos e pertencentes a Minas Gerais, sôbre as quais o seu parente, Tenente Constâncio José Pinto – o Fundador de Muriaé – em 1818, lhe dera, certamente, notícia segura e minuciosa.

Era necessário, segundo as insinuações do seu parente citado, que alguém ocupasse dita as terras, até então devolutas, magníficas, de riqueza sem par, já que êle, Tenente Constantino, era detentor de largas posses na região do Quartel de Robinson Crusoe e que, por isso mesmo, a lei lhe não permitia a aquisição de novas sesmarias, segundo acreditamos tivesse realmente acontecido. E as terras aquêem POÇO FUNDO eram, evidentemente, ricas de poáia e de ouro.

Queremos com isso acreditar que José Ferreira César deveria ter vindo para a zona do Norte do Distrito dos Campos dos Goitacazes em julho de 1822, mais ou menos, logo depois de ter Constantino José Pinto fundado o povoado que Guido Thomaz Marlière, ao prestar-lhe apoio de 10 praças, sob o comando do Sargento JOÃO DO MONTE, cognominou de QUARTEL DE ROBINSON CRUZOÉ, em 1817/8.

José Ferreira César teria vindo para nossa zona, possivelmente, acompanhado de escravos, de índios domesticados e, talvez, de um amigo, de nome Fortunato Neiva. É o próprio historiador, Porphírio Henriques, que diz:

Juntamente com Ferreira César veio, com o mesmo propósito, Fortunato Neiva que apossou de terras compreendidas entre o lugar denominado TORAS até a laje de pedra, junto ao local onde foi levantada a ponte metálica, à entrada da vila.

Assumiram ambos o propósito de descer e Rio Muriaé e, em descendo, encontraram, logo abaixo do Poço Fundo, o terreno possivelmente ocupado por alguém, cujo nome ficou ignorado. Prosseguindo, desceram mais um pouco e, no lugar devoluto, que se chamaria TORAS, Fortunato Neiva se localizou, estendendo sua posse até a laje, uma légua abaixo, e a cujo respeito já falamos algures.

José Ferreira César localizou, então, a laje; fez abertas; talvez construira um rancho, seguindo, depois, até o Angola, isto é, uma légua

abaixo. Mas, como vínhamos querendo dizer, êle chegou só, sem trazer pessoa da família, nem mesmo seu irmão - Antônio Ferreira César - que chegaria depois.

Argumentamos e tentamos explicar os fatos assim, dêsse modo, por que não poderíamos aceitar a hipótese que o bom senso repugna, que um homem viesse, aos 32 ou 34 anos de idade, enfrentar uma região nova, inhospita, bravia, selvagem na expressão absoluta do termo, trazendo consigo a espôsa, muito antes que tivesse alguma coisa acertada ou segura (casa, roçado, aguada), para oferecer à pessoa que seria a razão de ser de tal sacrifício: - a espôsa e os filhos que adviessem.

Lembre-mos, ainda, que o pioneiro vinha, aventureiramente, à procura de poáia e de ouro, pois, conforme o depoimento de Antônio Moniz de Souza, à pág. 135 da sua obra já citada, “todo o rio pinta ouro”.

E, quando um homem se dispõe a tal aventura - a garimpagem - é lógico que dela se desincumba sozinho, sem sacrifício de terceiros, maximè em se tratando da pessoa amada.

Por outro lado, a aceitar-se o depoimento dos historiadores já citados - o Alferes José Bastos Pinto Vieira domiciliar-se na Laje, no ano de 1837. Pelos documentos que temos em mãos, esse pioneiro (que faleceu em 28 de julho de 1871, aos noventa anos de idade), teria chegado à zona em apreço com a idade já projecta de 56 anos. Não seria um pouco tarde para começo de vida nova, em terra agreste e estranha, onde viria enfrentar toda a sorte de percalços?

Acreditamos que tal vinda tenha sido perfeitamente possível, desde o aceite a hipótese de que, quando assumira a atitude de transferir-se para a região, aos 56 anos de idade, tivesse êle a certeza de que encontraria uma localidade já formada e razoavelmente desenvolvida, onde já deveria existir, pelo menos, uma parcela, mínima que fôsse que, certamente, representava uma verdade incontestável. Tanto assim é que, pouco tempo depois de sua chegada à terra, era nomeado subdelegado de polícia.

No que tange a JOSÉ GARCIA FERREIRA - o terceiro dos JOSÉS - nascido em 1788, segundo documento em nosso poder - deveria ter êle de 49 a 50 anos de idade, na época em que veio para Laje, pois faleceu no dia primeiro de junho de 1858, com a idade de 70 anos.

Para que sejamos coerentes, temos de convir que, nesse caso, como no anterior, trata-se, talvez, de idade um pouco avançada para que um homem frente a mata virgem, os índios e as feras da região.

É meridianamente claro que, ou vieram mais moços, ou a zona, em 1837, já se achava razoavelmente povoada, exibindo vida superior, talvez, a cinco anos. Não é demais, outrossim, lembrar que, ainda hoje, com todo o adiantamento da Medicina Profilática, mal alcançamos a idade média de 55 anos de vida.

Para concluir, desejamos repisar que a data, atualmente aceita, de 1832/34, para marcar a chegada de José Ferreira César à região, acompanhado de espôsa, com o fito de lançar, naquele tempo, os fundamentos da Laje - não é perfeitamente aceitável, por atentar contra o bom senso que, em determinadas circunstâncias, ajuda a compreender a História.

Achamos, e continuamos a ferir a mesma tecla, que deveria ter êle vindo sozinho, em companhia de Fortunato Neiva, ostentando a bela idade de 22 anos, completada em 1822. Chegou no mês de julho, certamente para fazer necessário levantamento topográfico da zona. Desceram o Muriaé; demarcaram a primeira posse, situada entre as TORAS e o acidente topográfico chamado “Laje” - posse essa que agradou a Fortunato Neiva.

A segunda posse foi demarcada entre a “Laje” e o local onde viria ser depois a Fazenda do Angola que, provisoriamente, agradou a Ferreira César. Dissemos provisória porque, em 1837, vendia as terras do Angola, “por dez contos de réis” a José Bastos Pinto, com cujo assunto, aliás, não estamos de acordo. O que parece certo é que Ferreira César abriu mão das terras, pois seu escopo seria, realmente, o de possesear-se das terras auríferas ou muito ricas de póáia, como certamente o foram, da zona das Cinco Barras.

Junto à “Laje” fincou seu primeiro rancho; fez aberta para primeira lavoura branca; - feijão, milho, mandioca; apossou-se de boa faixa de terreno e se pôs a catar póáia, a pesquisar e a batear ouro, comunicando-se e comerciando o produto da extração com o Quartel de Robinson Crusóe.

Nessa faina deveria ter permanecido até 1830 ou 1832, quando, no horizonte, aparecia a tentadora lavoura do Café. Foi então que Ferreira César trouxe a espôsa, talvez a propósito de fundar a Fazenda do Angola e as mudas de Café Bourbon que iriam criar na região a maior lavoura da Rubiácea do Norte Fluminense, a qual, sete anos depois, começaria a dar seus belos frutos vermelhos, de sublime expressão econômica nacional.

Precisamos, ainda, explicar a razão porque julgamos ter sido o mês de julho o escolhido pelo pioneiro para a penetração na zona lajense: - não é demais que se diga que, antigamente, qualquer iniciativa importante, ou dêsse jaez, inclusive viagens longas - só se faziam na época propícia da sêca, ou, melhor, no tempo em que os rios, estando na caixa, permitiam livre trânsito à sua magem e até a possível transposição de seu curso.

Conforme afirmam os historiadores regionais, Ferreira César, ao chegar à zona, acampou na “Laje”, à margem direita do Muriaé. É certo que somente nos meses de julho e agosto ela se mantém totalmente a descoberto. É, também, nesses dois meses que se fazem as derribadas e que se preparam as terras para feitura das roças, que receberão as sementes por ocasião das primeiras chuvas que nos visitam em setembro. Com essas chuvas a terra se veste de roupagem nova e primaveril, enquanto o rio se põe a crescer, encobrindo a “Laje” à sua margem.

São estas as sugestões que os documentos apresentam, mercê dos quais pudéramos emitir, atabalhoadamente, embora, algumas hipóteses que certamente merecerão o cuidado e atenção dos estudiosos das coisas da nossa terra.

XII

A divisão política da zona

Segundo Jean Brunhes⁴⁴ a ocupação do solo pelo homem processa-se de três formas que são as seguintes : - OCUPAÇÃO IMPRODUTIVA (a casa e o caminho); a OCUPAÇÃO DESTRUTIVA (a Caça, a Pesca e a Mineração) e, finalmente, a OCUPAÇÃO PRODUTIVA que são a AGRICULTURA e o PASTOREIO.

Nos primeiros 10 anos de ocupação do solo da região da Laje (1822-1832), José Ferreira César limitou-se à fase da Improdutividade, isto é, na construção do seu rancho ou, certamente, de uma casa modesta, de barro, coberta de sapé ou, de bainha das folhas invaginantes do palmito, para a sua localização e a dos seus agregados.

Procurou, secundariamente, rasgar um caminho que nada mais teria sido do que uma picada pelo meio da mata, através da qual pudesse exercer o escoamento dos produtos obtidos ali, já que a estrada líquida no Rio Muriaé, como rio de planalto, não lhe permitiria oferecer boas possibilidades de navegação.

Entrou, em seguida, na segunda fase que foi a da ocupação destrutiva que se traduzir pela extração da ipeca e pela mineração

⁴⁴ VER Moacyr M.F. Silva - Geografia dos Transportes no Brasil - Página nº 55.

do ouro de aluvião, dormido no cascalho do leito dos riachos que desciam ao lado das serras que delimitavam o Vale do Muriaé, naquela região ainda virgem.

O produto do trabalho extrativo da ipeca José Ferreira César carregava para o Quartel de Robinson Cruzoé (mais tarde São Paulo do Muriaé), onde Constantino José Pinto mercava a raiz, exportando-a, em seguida, para a capital do Império.

Quanto a extração do ouro, não nos consta, porém, ter êle feito grande acêrvo do precioso metal. Sabe-se, todavia, que, em pouco tempo, conseguiu fundos econômicos suficientes à aquisição de mulas de carga que transportariam, no futuro, em grande escala, tais produtos através dos caminhos que rasgara na direção do leste, até alcançar São Fidélis, à margem do Rio Paraíba.

Teria sido dita estrada rasgada, efetivamente, por José Ferreira César? Acreditamos que não, pois, quando os Jesuítas foram banidos do Brasil (alguns anos depois de o terem sido de Portugal, pelo Marquês de Pombal, em 1760) - conta a lenda que o itinerário seguido por êles, Jesuítas, ao descerem de Minas Gerais, rumo à Côrte ou, ao mar - foi êste o caminho que seguiram, isto é, caminho que passava pelo local onde futuramente seria a Laje. Consta-se, até, que, aqui na Laje, deixaram os Jesuítas fabulosos tesouros escondidos, pois, àquela altura da viagem, mal podiam arcar com o pêso de tanto ouro amoadado, em obras, ou, em pó. Seguiram rumo a São Fidélis - Campos dos Goitacazes. É possível que tal estrada já existisse desde aquele remoto tempo, uma vez que, em 1809, D. João, Príncipe Regente, mandava estabelecer correios de Minas Gerais aos Campos dos Goitacazes⁴⁵. As estradas por onde transitariam tais correios poderiam ser, certamente, a do Vale do Muriaé. Devemos fazer notar que o Vale do Muriaé foi muito bem apreciado e descrito por Pedro Bueno Cacunda, em 1740, quando se falava da ambulância de ouro existente nas suas cabeceiras⁴⁶.

Por outro lado, quando em 1817/1818, GUIDO THOMAZ MARLIÈRE abriu, pelo Vale do Pomba, uma ESTRADA NOVA, que levava aos Campos dos Goitacazes - é de se supor existisse uma "ESTRADA VELHA", contra-posição à "ESTRADA NOVA". Tudo nos leva a fazer acreditar que tal possível Estrada Velha fôsse a do Vale

⁴⁵ Ver Capítulo XVI.

⁴⁶ Ver Capítulo IV.

do Muriaé - estrada que passaria pela Laje, rumo a São Fidélis, por onde - conta a Lenda - passaram os Jesuítas, no remoto ano de 1760 ou 1770, em descendo de Minas, em direção ao mar, ao serem banidos do Brasil.

São Fidélis de Sigmaringa era, naquele tempo, maior empório comercial do que a localidade do Quartel de Robinson Cruzoé, ou o Presídio de São João Baptista (Visconde do Rio Branco), em virtude da proximidade da cidade de São Salvador dos Campos dos Goitacazes, da navegabilidade do Paraíba, da saída pelo mar (velho sonho do Mineiro) e, pelo mar, até a Côrte.

Em 1830, um acontecimento notável veio mudar tôda a fisionomia da região, pois aparecia no horizonte o Café. Descia êle do ocidente, do lado da Zona da Mata, pelo Vale fecundo do Muriaé.

Foi então que José Ferreira César, pondo de parte a ocupação Improdutiva e a Destrutiva do solo, deu início à maior de tôdas as fases de ocupação: - a Produtiva. Abateu a golpes truculestos de machado a floresta que vivia, desde muito séculos, montada nas costas de uma encosta de Morro Noruega e, ali, plantou mudas de Café Bourbon.

O exemplo foi seguido de perto por todos os patrícios que lhe acompanharam as peugadas. Pouco tempo depois, quatro anos, não mais, transmutava-se a zona em Jardim, não coberto dos pomos de ouro, como no Jardim das Hespérides - mas de frutos vermelhos que o arbusto abexim exhibia com garbo, imponência e abundância.

E, o que não podia deixar de acontecer, aconteceu: - a zona dos Campos dos Goitacazes sentiu, como já foi dito em outro lugar dêste trabalho, a fuga do braço escravo, tragado pela Grande Lavoura.

E a Grande Lavoura - a Lavoura do Café - do Norte Fluminense, começou a abastecer o mercado de Campos com seu magnífico produto que, descendo a Paraíba, saía barra fora, para aportar, depois, a Côrte. E o produto da terra baixa, a alma do massapê - o Açúcar - deu de passar economicamente a plano inferior, pois sentia-se que o Ciclo da Cana ia a findar-se. A produção açucareira, por falta de braços, ou por desinterêsse dos mercadores que vinham encontrar no café nova fonte de renda - mingua a olhos vistos.

Foi nesse tempo que Campos (desmembrando-se da província do Espírito Santo para ser incorporado a de Rio de Janeiro) - tôda engenhos e banguês, volveu, pela primeira vez, os olhos para o norte, ou melhor, para parte norte-ocidental do "seu Distrito" que mal conhecia, isto é, que desconhecia totalmente. E seus olhos tiveram a oportunidade de ver

qualquer coisa além da monotonia das folhas liguladas e paralelinérveas da gramínea: - viram o arbusto elegante e mágico da rubiácea, pejado de frutos vermelhos tentadores (cerejas de pomares estranhos que galgavam morros), que a baixada não tem e que o massapê repugna.

Campos teve a oportunidade de ver, com algum despeito, grande dose de cobiça e orgulho antecipado, que aquela zona, de produtividade maravilhosamente diferente da sua, era ocupada, colonizada, desfrutada por Mineiros, quando devera ser somente sua.

Seguiram-se, destarte, os desentendimentos de fronteiras e as questões de limites (já focalizados nos Capítulos V e VI) - sendo que a Província do Rio de Janeiro logrou final ocupação da zona em litígio, em detrimento da Província de Minas Gerais, a quem competia o direito de ocupação.

Assim, pelo decreto nº 297, de 19 de maio de 1843, a região da Laje do Muriaé, fundada, ocupada, colonizada, administrada política judiciariamente por Minas, passava literalmente para o lado do Rio de Janeiro.

Em 12 de agosto de 1844, era deliberada a criação do 2º Distrito de Santo Antônio dos Guarulhos e, em virtude dessa deliberação, os terrenos do Muriaé e os do Carangola ganharam a condição de Distrito de Paz, ao mesmo tempo em que era criada uma Subdelegacia de Polícia, abrangendo, naturalmente, as duas localidades existentes ali que eram a da Laje e a da Natividade.

Com a criação dessa subdelegacia, foi nomeado, para ocupar o cargo de Inspetor de Quarteirão, na localidade de Ribeirão do Limoeiro, conforme já foi dito acima, o cidadão de nome JOSÉ DA TERRA PEREIRA - único Campista que veio localizar-se aquém de São Domingos, estabelecendo-se em posses feitas pelo mineiro Antônio Benedito, posses que aquele comprou a êste.

Para estabelecer-se melhor contacto com as terras que a Província do Rio de Janeiro vinha de anexar às suas mesmas, mercê do decreto nº 297, de 19 de maio de 1843, já citado anteriormente, e, de acôrdo com a política executiva do momento, que seria a de abrirem-se estradas que, “procurando os limites de Minas, firmassem nosso direito”, era criada, pelo decreto nº 475, de 30 de abril de 1849, a Estrada CAMPOS-SERTÃO DO MURIAÉ.

Algum tempo depois, em 23 de agosto de 1853, pelo decreto nº 636, aquêle 2º Distrito que acabamos de citar acima, era transformado

em Freguezia a qual “começar a gozar de todos os direitos civis e religiosos que lhe competirem, apenas os povos apresentem templo próprio para o serviço divino, julgado tal pelo Ordinário”.

Nesse tempo, e no terreno em que se erguia o arraial da Laje, terreno doado ao patrimônio por José Garcia Pereira e José Bastos Pinto, segundo a opinião dos Historiadores Regionais - era construída a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Piedade da Laje.

Ao mesmo tempo e no mesmo terreno patrimonial, cuja doação deve datar de 1844 - José Ferreira César edificava uma capela sob a invocação de Santo Antônio.

Do ponto de vista Eclesiástico pertencia essa região à Diocese de Mariana, passando, conforme os termos da Carta Pastoral de 14 de março de 1845, firmada pelo Bispo D. Manoel Montes Rodrigues de Araújo, a pertencer ao Bispado do Rio de Janeiro⁴⁷.

Em 1850, Laje foi feita CURATO, passando, depois de ter sido FREGUEZIA (em 1857), à condição de PARÓQUIA, pela lei provincial nº 1225, de 21 de novembro de 1861 e Saint-Hilaire, à página 225, Vol. II do Livro VIAGEM PELAS PROVÍNCIAS DO RIO DE JANEIRO E MINAS, Nota nº 213, diz que “as paróquias (talvez) não sejam tão multiplicadas como o precisariam ser porque a ereção de uma paróquia custa alguma coisa ao tesouro público”.

Voltando, porém, ao assunto anterior, devemos lembrar que, em 10 de outubro de 1857, era criada, na Freguezia de Nossa Senhora da Piedade da Laje, uma Subdelegacia de Polícia, tendo como limite, ao norte, a margem direita do Rio Muriaé⁴⁸.

O povo da Laje reclamou a má disposição da linha de limite, os quais foram retificados, posteriormente, pela deliberação de 9 de julho de 1859, estabelecendo as divisas entre a Laje e a Natividade na Serra da Jacutinga a qual divide as águas dos rios Muriaé e Carangola.⁴⁹

Assim, as divisas entre as duas freguezias - Laje e Natividade - passaram-se a fazer pelas águas vertentes dos dois rios citados, isto é, pela Serra da Jacutinga, até a Barra que o Rio Carangola faz no Rio Muriaé, ficando a Natividade na parte norte dessa divisa e a Laje na parte sul, até encontrar a divisão que existe com o 1º Distrito de Santo Antônio dos Guarulhos.

⁴⁷ Ver Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

⁴⁸ Ver APÊNDICE - Nota nº 6.

⁴⁹ Ver APÊNDICE - Nota nº 7.

Finalmente, pela Lei Provincial, de 21 de novembro de 1861, já citada linhas acima, era criada a PARÓQUIA DA LAJE, sob o orago de Nossa Senhora da Piedade e, em 24 de dezembro de 1861, as duas freguesias - a Laje e a Natividade - se separavam, mantidos, porém, os limites de 1859.⁵⁰

Foi precisamente nesse tempo que a localidade da Laje do Muriaé atingiu o apogeu comercial e agrícola. Para sermos mais rigorosos na nossa asserção, cumpre-nos informar que, no Norte Fluminense, destacavam-se, na Bacia do Muriaé, apenas aquelas duas localidades que progrediam a passos largos, graças ao befejo sagrada da Grande Lavoura: - a Laje e a Natividade.

Outrossim, em consequência da Grande Lavoura, ali se estabelecia um dos maiores núcleos de escravagismo do Norte Fluminense, o qual, no futuro, representaria ou veria ajudar a Laje representar uma das grandes páginas da História da região, e a cujo respeito falaremos oportunamente.

Notamos, pois, nesse tempo, em pleno Ciclo do Café, vivendo a fase áurea do Café Escravagista, segundo o que se lê em Geografia dos Transportes do Brasil, de Moacyr M. F. Silva, à página 65.

Chegamos àquele tempo ao qual se refere Alberto Ribeiro Lamego em O Homem e o Brejo, à página nº 55, quando diz “o senhor de engenho tem capela na fazenda e sobrado na Cidade”.

Isso que vinha de acontecer na Baixada, com o Senhor de Engenho, consoante a palavra supra-citada, também aconteceu na nossa zona, com o Fazendeiro, senhor de escravos e da Grande Lavoura. A Laje foi a localidade dos sobrados.

Em 1854/55, por exemplo, foram edificadas na Sede da Freguesia da Laje, pelos Fazendeiros da região diversos dêsses sobrados, dois dos quais ainda se encontram de pé, ostentando as velhas linhas imperiais, como que a atestar e a relembrar os áureos tempos do Segundo Império, quando o Café Escravagista dava seus soberbos frutos.

Outrossim, rara seria a Fazenda que não mostrasse sua capela bem ornada e de ricas alfaias, onde o Vigário da Paróquia, em domingo certo do mês, lá iria celebrar o santo ofício da missa a que o Fazendeiro assistia, acompanhado da família, como velho patriarca.

⁵⁰ Ver APÊNDICE - Nota nº 9.

Ao lado da capela, via-se o cemitério da Fazenda, sempre muito branco e muito limpo, onde se inhumavam as pessoas de casa que, dêsse modo, permaneceriam para sempre em contacto com aquela terra amiga e dadivosa que, em vida, tão belos frutos lhes dera e que, na morte, lhes daria bom e maternal conchêgo.

XIII

Patrimônio, igrejas e capelas

Em 1844, foram doados, conforme a voz dos historiadores locais, ao patrimônio da Laje alguns alqueires de terra por José Bastos Pinto (o Alferes Bastos) e por José Garcia Pereira, onde se desenvolveria a localidade da Laje.

Êsse patrimônio achava-se perfeitamente demarcado, desde aquele tempo, por meio de um vale, mais ou menos profundo, que delimita, até hoje, a terra patrimonial.

A escritura de doação do terreno em aprêço não foi encontrada por nós, nem por outros pesquisadores que já nos antecederam no árduo trabalho de querer localizá-la. Informam que dito documento deveria encontrar-se na Igreja de Santo António dos Guarulhos, mas as pesquisas provaram não ser a essa encontrada ali, pelo seguinte fato: - Em virtude das enchentes grandes dos anos 1896 e 1906, o Rio Paraíba, penetrando a localidade dos Guarulhos, chegou a invadir as dependências da igreja, inutilizando, assim, os livros de registro.

Asseguram outros que pessoas interessadas fizeram com que o documento desaparecesse, a fim de se beneficiarem com isso. Dêsse modo, ou daquele, o certo é que o patrimônio existe, abstração feita

do documento comprobatório, pois, de um lado, um vale delimita-o com perfeição e, do outro, o Rio Muriaé é marco definido e indelével.

Num rápido abrir e fechar de olhos, pode-se delimitar o patrimônio que assim foi instituído: - Partindo da “Laje”- aquele marco natural que José Ferreira César particularizou ao chegar à terra, e onde se encontra hoje localizada a ponte de cimento armado sobre o Rio Muriaé - sobe o Morro do Castelo, até encontrar-lhe o espigão, tendo como limite, à direita, a Chacara do Cruzeiro, de propriedade de Manoel Pereira. Encontrado o espigão, segue, limitando-se, as águas vertentes, com a Chácara do Maestro Nicolino Masini. Passa em seguida, linha reta, para o morro vizinho de Santo Antônio, e, pelo espigão, dividindo com a Chacara de Francisco Rezende, passa o terceiro morro e, pelo espigão deste último, com a Chacara de Sebastião Pinto, vai encontrar o Rio Muriaé, não longe da Casa de Tijolos.

Todo êsse terreno é demarcado, como foi dito, por um vale que atesta, com segurança, a divisa do patrimônio, sem precisar que qualquer pessoa, pretensiosamente venha mostrá-lo a outrem. O Muriaé completa a linha divisória.

Pessoas antigas da localidade asseguram que o patrimônio atingia, também, a margem esquerda do Muriaé, subindo o Morro fronteiro à ponte, até encontrar o espigão e, por êste último, até defrontar com o vale que vai ter ao rio, à margem direita, perto da Casa de Tijolos, acima citado.

Lá se encontra, de fato, subindo o morro, em frente à ponte, a margem esquerda, idêntico vale, correndo pelo espigão de morro fronteiro, perfeitamente conforme com o que já foi relatado referentemente à margem direita, como que a constituir parte perfeitamente homóloga à primeira, capazes as duas de entrarem em justaposição perfeita, se o conjunto pudesse ser dobrado ao meio, isto é, por uma linha que marcasse ou meio exato do rio.

A descoberta do documento primitivo - se fôsse possível - daria oportunidade a que a Laje pleiteasse, por ocasião de futura revisão político-administrativa da zona, a anexação dessa parte fronteira à localidade da Laje, hoje justamente em mão do 5º Distrito de Itaperuna, de nome Comendador Venâncio, ao Distrito da Laje, a quem pertence por justiça e direito.

O patrimônio, atualmente de nós conhecido e respeitado, mede, mais ou menos, cinco alqueires das cem braças em quadro. Nem

de leve podemos acreditar que os possuidores de terra, ali, naquele tempo, tivessem sido tão mesquinhos no valor da dádiva, concedendo, apenas, cinco alqueires de terra, como doação ao patrimônio da Laje, êles que sempre se mostraram perdulários em outras emprezas, como na construção da primeira ponte sôbre o Muriaé ou na edificação da Igreja de Nossa Senhora da Piedade, tudo feito por conta própria.

Para provar que não estamos a exorbitar na nossa maneira de dizer, basta, por exemplo, passar em revista as dádivas das outras localidades, em casos semelhantes: - A localidade de Santo Antônio de Carangola (hoje Porciúncula), segundo se lê em Leopoldo Muylaert Júnior, tinha o seu patrimônio “constituído por dez alqueires de terra”.

Na formação de Varre-Sai, o primeiro habitante dessa Freguezia, conforme a palavra do mesmo historiador, “dos cêrca de 20 alqueires de terra para construir o seu patrimônio”.

Para construir a Vila de São José do Avaí, foi doado por Jaime Augusto Porto e sua mulher, conforme houvera sido prometida em vida pelo Comendador Cardoso Moreira - a área de quatorze alqueires de terra. O patrimônio de São Sebastião da Boa Vista (Pelados) mede quatro alqueires dos de 75 braças em quadro, doado por Antônio José Bastos e Amélia Umbelina Teixeira, em 15 de julho de 1886, conforme se pode ver no arquivo do Cartório de Registro Civil da Laje do Muriaé.

Por isso é que não podemos aceitar, nem de leve, a hipótese de que José Garcia Pereira - proprietário das terras à margem esquerda do Muriaé - e José Bastos Pinto, proprietário a margem oposta, iraiam dar, conjuntamente, apenas cinco alqueires, mais ou menos, de terra ao nosso patrimônio.

Onde estaria a parte, possivelmente igual, doada por José Garcia Pereira, localizada à margem esquerda? Devemos fazer lembrar que êste adquirira terras do lado da Cachoeira da Fumaça, para onde se transferiu, aliás, em 1846, o Tenente Constantino José Pinto que, deixando o Quartel de Robinson Cruzoé que êle mesmo fundara, passou para o Poço Fundo, transferindo-se, em seguida, de definitivamente, para Cachoeira da Fumaça, cujas terras pertenciam a José Garcia Pereira. Onde se encontram aquelas possíveis terras patrimoniais?

Em face disso, quase poderíamos aceitar a hipótese de que alguém, efetivamente, se achava interessado no desaparecimento da

escritura da doação do patrimônio da Laje. Documento êsse que, certamente provaria que o patrimônio atingiria, também, a parte fronteira à sede da Freguezia da Laje.

Dentro do terreno do patrimônio foi construída a primeira igreja - a de Nossa Senhora da Piedade - reconstruída em 1862, quando a Laje, em 1861, foi elevada à categoria de PARÓQUIA. Nas soleiras das janelas de ambas as tórres, via-se gravada a fogo a data da sua reconstrução: - 1862.

Anteriormente, em 1844, José Ferreira César construiu a Capela de Santo Antônio e, ao morrer, em 1868 deixou, no seu testamento, a seguinte cláusula: “Declaro que da minha terça tirar-se-á (...) quinhentos mil réis em dinheiro para Matriz da Nossa Senhora da Piedade e quinhentos mil réis para a Igreja de Santo Antônio”.

A localidade, de nome Limoeiro dos Pequenos, tinha, também, a sua capela, erguida em terreno doado ao Patrimônio de Nossa Senhora da Piedade, mas sob a invocação de Santa Ifigênia.

Êsse terreno media, seguramente, dois alqueires. Fazemoos esta afirmação porque temos em nosso poder uma procuração, mandada lavrar pelo Bispo de Campos - D. Henrique de Mourão - constituindo seu bastante procurador o Reverendo Padre João Baptista Reis, Vigário da Paróquia da Laje, “para o fim especial de vender dois alqueires de terra, mais ou menos, pertencentes à Freguesia de Nossa Senhora da Piedade da Laje do Muriaé, a Marco Amélio (Aurélio) Monteiro de Barros, etc., em 19 de fevereiro de 1932.

Não sabemos se a transação de venda se efetuou, nem sabemos se o terreno que era patrimônio da Laje, se transformou ou não em dinheiro, pois, se tal acontecerá, certamente passara para os cofres da Diocese de Campos⁵¹.

Em 1892, mais ou menos, falecia LUCIO PINTO DA CRUZ. Deixou, em testamento, a quantia de vinte contos de réis, com cuja importância, segundo cláusula testamentária, Nicolau Bastos - o testamenteiro - faria construir uma igreja, na Laje, sob a invocação

⁵¹ O terreno da Capela do Limoeiros dos Pequenos foi vendido pelo Bispado de Campos, conforme se vê: “Uma sorte de terras, com dois alqueires, mais ou menos, que os de 100x100 braças em quadro, encravada na Fazenda da Soledade, no Patrimônio da antiga igreja de ‘Limoeiro’, confrontando com as terras do adquirente de um lado e, do outro, com as terras de José Gomes Rosmaninho”. Escritura pública de Compra e Venda, lavrada em 21 de janeiro de 1934, pelo Tabelião do 2º Ofício de Itaperuna, JOSÉ FLAUSINO DA SILVA p/ valor de 600\$000 - Registro nº 2036 - Livro C. Vendedor: O Bispado de Campos representado p/ Bispo D. Henrique C. F. Mourão.

de Nossa Senhora do Rosário. Dita igreja foi, realmente, construída, dentro de pouco tempo.

A construção, porém, por muito falha, não obedeceu às mais comensais regras arquitetônicas. Os alicerces rasos, as paredes de adobes (embora de fachada linda, com vitrais que coavam, multicoloridamente, a luz do sol, emprestando à nave cambiante de luz mágica de ambiente de catedral, e que tivemos a ventura de conhecer na nossa infância) - não resistiriam o ímpeto das enchentes do rio, quando as águas, crescidas em março, inundavam o Largo do Rosário.

Foi demolida em 1912, por constituir perigo de vida a quem por ali passasse. Mal durou, pois, de 12 a 15 anos e dizia-se, à sorrelfa, que mais não durara porque o construtor, o empreiteiro, ou o testamentário tivera o cuidado ou o deslante de não empregar, na construção da Igreja, todo o dinheiro deixado pelo falecido Lúcio Pinto da Cruz. Mesmo assim, a Igreja do Rosário chegou a ser bela, conforme a lembrança que a pupila infantil guardou, bela e efêmera, pois não venceu o tempo.

Em 1890, seguramente, construía-se, na Estação da Laje, hoje Comendador Venâncio, uma capela, sob a invocação de São Sebastião, remodelada, posteriormente, no ano de 1927.

A do Retiro do Muriaé (antigamente apenas Retiro), sob a tutela da Senhora Sant'Ana, é mais antiga do que a do Comendador Venâncio. Foi mandada construir por Manoel Ferreira Barbosa, cognominado Major Manoel Lucas, no terreno que, no futuro, viria ser o patrimônio, doado por Firmino Moreira Ramos, em 1880⁵².

A de São José de Ubá, construída no patrimônio doado por lajense, de nome Capitão José Bastos Netto, por alcunha Juca Netto, outrora dono da Fazenda do Angola, antes que tivesse ela passado a pertencer ao Tenente Eduardo Antônio da Silva Gatto - deveria ter sido construída em 1870, mais ou menos, logo depois da incorporação dos terrenos de São José de Ubá à Freguezia da Laje, em 1865.

A do arraial de São Sebastião da Bela Vista, outrora, Pelados, foi levantada em 1886. A de Itajara, antigamente Ôco do Pau, hoje 4º Distrito do Município de Itaperuna - tem a sua capela provisionada a invocação de Santo Antônio.

A Fazenda da Ventania, a das Cinco Barras, a da Santa Paz, a da Mata e tantas outras tiveram ou têm as suas capelas provisionadas,

⁵² Ver "A TERRA DA PROMISSÃO" - Porphírio Henriques - Página nº 338.

sendo a mais nova, atualmente, a do lugar de nome Vai-e-Volta, no Rocha, onde, mensalmente, o Vigário da paróquia da Laje - hoje Padre José Brandão - vai pastorear aquelas boas ovelhas.

Depreende-se, do que se disse acima, que a Paróquia de Nossa da Piedade da Laje era, e ainda o é, vastíssima. Possui, presentemente, sete capelas provisionados, assim compreendidas: - Comendador Venâncio, Retiro do Muriaé, Raposo, Vai-e-Volta, Salgada, Itajara e São Sebastião da Boa Vista (Pelados), sem mencionar a Matriz que é a sede da Paróquia.

Ao lado das capelas citadas, há, ainda, nove capelas particulares, sem contar a da Maternidade Abílio Gabetto, e mais, finalmente, oito cruzeiros que, certamente, no futuro, serão outras tantas capelas.

A primitiva Igreja Matriz da Laje era um belo templo, calcado nos moldes clássicos das igrejas de Ouro Preto e Sabará. Ostentava duas tôres, muito esguias e muito altas, encimadas por dois globos de bronze que se finalizavam por cataventos, com a indefectível, mais imponente, figura da Vigilância simbolizada por dois galos, uma para cada extremidade de tórre.

Os sinos - entre os quais havia um que se poderia chamar de muito grande, de voz grave e fabulosa, que acordava os ermos dormentes, à uma légua de distância, e cujos sons vibravam com sonoridade jamais igualada por outros sinos - vieram de Sabará, onde foram fundidos. Neles se viam as armas imperiais em relêvo, como que a atestar a sua procedência e a sua idade, talvez coeva do Primeiro Império.

Do verbete - LAJE - exarado no Dicionário Geográfico do Brasil, de Moreira Pinto, extraímos as seguintes palavras que para aqui transportamos: “possui um belo templo, de ornando, uma capela da invocação de Santo Antônio”.

Se o dicionarista dêsse modo se manifesta é que se achava bem informado a respeito do assunto. E para provarmos, que não estava êle muito longe da verdade, vamos transcrever os seguintes dados, extraídos de testamentos de pessoas aqui falecidas, há muitos anos. Vejamos, por exemplo o que diz José Cândido Bastos, no seu testamento. Diga-se de passagem, José Campos Bastos era natural de Minas Gerais, filho de Silveira José Bastos e Dona Maria Cândida Cerqueira Bastos. Faleceu a 14 de abril de 1857. São êstes os termos que desejamos estampar:

Declaro mais que deixo, para Igreja de Nossa Senhora da Piedade desta Freguezia, duas imagens, sendo a do

Senhor dos Passos e do Senhor Morto, que sirvam para Procissão dos Passos, as quais o meu testamenteiro as mandará ver, e as colocará nos seus lugares competentes.

Estas imagens foram efetivamente mandadas buscar: são de tamanho original e prestantes, até hoje, ao mister determinado pelo doador.

Jacinto Francisco de Oliveira, falecido a 13 de janeiro de 1866, deixou, no seu testamento, a seguinte declaração:

que o meu testamenteiro mandará vir, para o Altar de Nossa Senhora da Piedade, umas sanefas de damasco vermelho, com as suas respectivas franjas e galões legítimos e, com um simples atestado de Pároco levará em conta a despesa que fizer.

Vê-se do expôsto que o templo deveria na realidade, ter sido muito belo e “bem ornado”, conforme se expressa o dicionarista Moreira Pinto, acima citado.

De acôrdo com os velhos moldes observados nas igrejas antigas, o enterramento das pessoas gradas da localidade se fazia na própria igreja.

Assim é que, na sacristia da Matriz da Laje, havia muitas lousas, marcando a sepultura, por exemplo, José Ferreira César, a de José Garcia Pereira e a de muitos outros cujos nomes a memória não guardou.

Nos assentamentos, porém, que temos em mão, alguns nomes podem ser lembrados, como:

aos cinco dias do mês de julho de 1859, se sepultou nesta Matriz de Nossa Senhora da Piedade a Antônio Zeferino de Santa Ana.” (...) “a Dona Maria Joaquina de Jesus, que faleceu estuporada na idade de cento e dezessete anos” (...) “aos vinte e um dias do mês de julho de 1857 se sepultou nesta Matriz (...) a Francisco, filho de Francisco Valério Henriques, que faleceu de tétano na idade dous 2 anos.

Quando em 1925 foi reconstruída a Igreja da Laje (inaugurada em 14 de Março de 1926, por Dom Henrique de Mourão, Bispo da Diocese de Campos), todos os túmulos ali existentes, na sacristia da Igreja, desapareceram, de um dia para o outro, sem que a comissão,

encarregada das obras da reconstrução da Igreja tivesse tido o cuidado de, pelo menos, lavar uma ata, a fim de que não se perdessem, de todo, aqueles documentos monumentais da História da Laje.

Fazendo lembrar, inclusivè, que, no Adro da Igreja, ao sair da porta principal do templo, havia o túmulo do Padre Antônio Martins Machado que ali foi feito em atenção aos postulados contidos no seu testamento, que pediam, num gesto tanto de modéstia quanto de humildade cristã que desejava “ser sepultado no Adro da Igreja”, para que a sua cova fôsse pisada por todos os que entrassem ou saíssem do templo.⁵³

Não queremos finalizar o presente capítulo sem focalizar um trecho, contido à página 318, do livro “A Terra da Promissão - História de Itaperuna” - do Major Porphírio Henriques, sob a epígrafe “IGREJA CATÓLICA DA LAJE”, conforme se segue:

Logo que foi criada a freguezia eclesiástica da Laje, para ela foi nomeado o seu primeiro vigário o Padre João Justiniano Teixeira de Carvalho, o qual, tempos depois, adquiriu a Fazenda de “Santa Paz”, para onde se mudou, abandonando a Freguezia, que ficou sob os cuidados dos Padres Nogueira Penido, de Capivara, (hoje Palma), e João de Souza, de Patrocínio do Muriaé, que vinha periodicamente, em épocas diferentes, exercer os ofícios religiosos em Laje, até que, em 1859, foram substituídos pelo Padre Antônio Martins Machado, vindo de São Caetano, no Estado de Minas, por interferência do Sr. José Basílio de Freitas. Êste Padre exerceu o sacerdócio, nessa paróquia pelo espaço de 25 anos.

O trecho transcrito merece ligeiro comentário. Para fazê-lo devemos partir do seguinte princípio: - O Padre J. J. Teixeira de Carvalho não foi nomeado “logo assim que foi criada a Freguezia eclesiástica da Laje”; muito ao contrário, quando foi criada a Freguezia da Laje, outro era o vigário que ali exercia as funções de sacerdote.

Há notável engano por parte do historiador citado, uma vez que os fatos se passaram assim: - Em 1850, o Padre João Justiniano Teixeira de Carvalho foi nomeado CURA da Capela da Laje, conforme se vê do Livro nº 14 de REGISTRO DE SACERDOTES, da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro, à página 63 verso, assim

⁵³ Ver APÊNDICE - Nota nº 12.

compreendido: “passou-se provisão de Cura da Capela de Nossa Senhora da Piedade, no 2º Distrito da Freguezia dos Guarulhos, em Campos, por dois anos, ao Padre JOÃO JUSTINIANO TEIXEIRA DE CARVALHO. Em 22 de janeiro de 1850”.

Lavrada em 22 de janeiro de 1850, a sua provisão deveria durar até 22 de janeiro de 1852, visto ter sido lavrada pelo tempo de dois anos. Tal, porém, parece não ter acontecido, uma vez que

aos desessete dias do mês de agosto de mil oitocentos e cinquenta e um, o Reverendo João José de Souza, de licença do CURA, batizou solenemente e pôs os santos óleos a JOSÉ, inocente, nascido a oito de agosto deste ano, filho legítimo de Mariano Garcia de Mattos e Dona Maria Benevenuta Garcia: Foram padrinhos José Garcia Pereira e Dona Maria Claudina de Jesus. Para constar faço este assento: Vigário ANTÔNIO MUNIZ MACHADO.⁵⁴

Na página 110/verso, do livro supracitado, de REGISTRO DE SACERDOTES, encontramos esta anotação: “passou-se provisão de Cura da Cápela de Nossa Senhora da Piedade, 2º Distrito dos Guarulhos, para 2 anos ao Padre JOÃO JOSÉ DE SOUZA. Em 30 de novembro de 1853”.

Vê-se por essa transcrição acima que o Padre JOÃO JOSÉ DE SOUZA (não JOÃO DE SOUZA, como diz o historiador Porphírio Henriques) depois de ter sido LICENCIADO DO CURA, para as funções de vigário, na ausência do titular. J. J. Teixeira de Carvalho, passou a ser CURA PROVISIONADO da Capela de Nossa Senhora da Piedade, em 30 de novembro de 1853.

Essa provisão deveria ter sido renovada em novembro de 1855, visto ter sido passada por 2 anos, conforme se viu, referentemente ao Vigário J. J. Teixeira de Carvalho. Mas o que de fato aconteceu foi o seguinte: - No Livro nº 15 de REGISTRO DE SACERDOTES, da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro, à página 8, achamos estas linhas:

passou-se provisão ao Reverendo JOAQUIM NOGUEIRA PENIDO para Vigário da nova Freguezia que compreende o 2º Distrito da Freguezia de Santo

⁵⁴ Como se pode ver, trata-se do baptistério de JOSÉ TIBÚRCIO GACIA DE MATTOS.

António dos Guarulhos, no Município de Campos, e que terá exercício na Capela de Nossa Senhora da Piedade, no Arraial da Laje, por tempo de três anos. Em 20 de junho de 1856.

Na página 17/verso do livro em apêço, encontramos, depois anotação que: - O Padre Joaquim Nogueira Penido, em 14 de agosto de 1857, foi provisionado “Vigário da Vara e Cura da Capivara, por três anos”.

Serve isso para esclarecer que, somente depois de ter sido Vigário da Laje é que passou para o Curato da Capivara - coisa completamente diferente do que o historiador Porphírio Henriques estampou no seu livro, cujo trecho foi por nós transcrito acima.

Voltando, porém, à citação contida parágrafo 48, nota-se que há assunto muito importante ali, quando FOI DITO que

passou-se provisão ao Rev. Joaquim Nogueira Penido para Vigário da nova Freguezia que compreende o 2º Distrito da Freg. de S. António dos Guarulhos no Município de Campos, e que terá exercício na Capela de N. S. da Piedade no Arraial da Lage, (...) em 20 de junho de 1856.

Temos a impressão de que, eclesiásticamente, a Freguezia da Laje, isto é, a NOVA FREGUEZIA QUE COMPREENDE O 2º DISTRITO DA FREGUEZIA DE SANTO ANTÓNIO DOS GUARULHOS, com exercício na CAPELA DE NOSSA SENHORA DA PIEDADE NO ARRAIAL DA LAJE, deve datar de 20 de junho de 1856, confirmada, civilmente, porém, em 1857, isto é, um ano depois.

Ainda no Livro nº 15, do Arquiocese da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro, à página 10/verso, há o seguinte registro: “passou-se provisão de Cura da Capela de Nossa Senhora da Piedade do Arraial da Lage, em Campos, por três anos, ao padre ANTÔNIO MARTINS MACHADO. Em 17 de outubro de 1856”.

Logo, a data de 1859, apresentada pelo Historiador Porphírio Henriques não é verdadeira, quer no que se refere ao Padre J. J. Teixeira de Carvalho, quer no que tange à data da vinda do Padre Martins Machado para a Laje, e outros fatos, à vista das citações feitas acima, colhidas de fontes autênticas e insuspeitas.

Em resumo

a) O Padre João Justiniano Teixeira de Carvalho foi provisionado Cura da Capela de Nossa Senhora da Piedade da Laje, em 22 de janeiro de 1850;

b) O Padre João José de Souza foi previamente LICENCIADO DO CURA J. J. TEIXEIRA DE CARVALHO e, depois, foi provisionado CURA DA CAPELA DE NOSSA SENHORA DA PIEDADE DA LAJE, em 30 de novembro de 1853;

c) Em 20 de junho de 1856, o Reverendo Joaquim Nogueira Penido foi provisionado Vigário da NOVA FREGUEZIA que compreendia o 2º Distrito da Freguezia de Santo Antônio dos Guarulhos e que teria exercício na Capela de Nossa Senhora da Piedade do Arraial da Laje. Em 14 de agosto de 1857 foi provisionado Vigário da Vara e Cura do Curato da Capivara;

d) O Padre Antônio Martins Machado foi provisionado para a Laje em 17 de outubro de 1856. Em 1837, a Laje passou para a categoria de FREGUEZIA.

Foi a Lei Provincial nº 1225, de 21 de novembro de 1861, que deu à Laje a condição de Paróquia, conforme se vê em Moreira Pinto, Dicionário Geográfico do Brasil, no verbete:

LAGE - Paróquia do Estado do Rio de Janeiro, no Município de Itaperuna, orago N.S. da Piedade, Diocese do Rio de Janeiro. Foi criada pela Lei Provincial nº 1225, de 21 de novembro de 1861.

Faleceu o Pe. Antônio Martins Machado no dia 25 de abril de 1887, “pelas duas horas da noite” tendo vivido na Laje, portanto, 30 anos, 6 meses e oito dias, se tomarmos por base a data de 17 de outubro de 1856, em que foi provisionado, pela primeira vez, vigário da Laje, e trazido, segundo Porphírio Henriques, de Minas Gerais, por José Basílio de Freitas.⁵⁵

⁵⁵ Em se falando de José Basílio de Freitas, convém seja visto APÊNDICE - Nota nº 11.

Falecido o Padre Antônio Martins Machado, teve a Paróquia da Laje, por algum tempo, assistência do Coadjutor, Padre Reginaldo Mauro, até o preenchimento oficial da vaga, que foi ocupada pelo Padre MANOEL LOBATO CARNEIRO DA CUNHA que, algum tempo depois, abandonando a batina, foi-se para o Rio de Janeiro, ingressando, ao que consta, no Magistério. Em 4 de julho de 1891, porém, ainda assinou a ata da instalação da Câmara Municipal de São José do Avaí.⁵⁶

Não deve ter-se demorado muito tempo, ainda na Laje, pois, a 2 de julho de 1891, o padre JOSÉ PIRES FERREIRA DE MORAIS comunicava à Diretoria da Santa Casa da Misericórdia de Campos que “não podia continuar a exercer o cargo de Capelão da Santa Casa por ter sido nomeado Vigário da Laje”.⁵⁷

Cinco anos depois, isto é, a 26 de janeiro de 1896, “O ITAPERUNENSE” publicava a seguinte nota: “Faleceu de uma lesão cardíaca, repentinamente, em Patrocínio do Muriaé, o Padre Pires, Vigário da Laje do Muriaé”.⁵⁸

A data, porém, verdadeira do falecimento do Padre Pires, vítima de asfixia apoplexia, e não lesão cardíaca, segundo escreveu o periódico “O ITAPERUNENSE” – é a de 23 de janeiro de 1896, conforme se encontra exarada no seu atestado de óbito, contido no Livro nº 2, página nº 13 do Arquivo da Matriz da Laje, e por nós transcrito em APÊNDICE, Nota nº 13.

Em 5 de agosto de 1896, procedente de São Paulo do Muriaé, chegava à Laje o Padre JOÃO BAPTISTA REIS, a fim de ocupar a vaga deixada pelo Padre Pires.

Viveu o Padre João Baptista Reis, entre nós, mais de meio século, pois festejou nesta paróquia, em 1835, o seu jubileu de ouro de ordenação, vindo a falecer em 17 de outubro de 1939.

A data de 5 de agosto de 1896, acima exarada, referente à vinda de João Baptista Reis para a Laje “A Terra da Promissão”, à página 308, não é exata, pois podemos apresentar duas fontes legítimas que contrariam aquela afirmativa. A primeira fonte encontra-se na própria “A Terra da Promissão”, quando, à página 193, apresenta o seguinte tópico, extraído de um dos jornais da época, assim compreendido:

⁵⁶ Ver Leopoldo Muylaert Júnior - Álbum do Município de Itaperuna.

⁵⁷ Ver Alberto Lamego - A Terra Goitacá Volume IV - Páginas 458/9.

⁵⁸ Ver A TERRA DA PROMISSÃO.

AGOSTO, 2 - No dia 25 do mês passado (25 de julho de 1896), na Fazenda do Retiro, celebrou-se o batizado da inocente MARIA, filha do Tenente-Coronel Macário Garcia de Freitas e de sua esposa Dona Umbelina de Cerqueira Freitas. Após a cerimônia que foi oficializada pelo Padre João Baptista Reis, vigário da Laje.

Como se pôde ver, o próprio historiador em causa já situou a data da vinda do Padre João Baptista Reis para Laje, no dia 25 de julho de 1896, ou melhor, em 25 de junho de 1896, êle, Padre João, já se encontrava na Laje. A seguinte fonte é o Registro de Óbito do Padre José Pires Ferreira Moraes, constante do Livro nº 2 do Arquivo da Matriz da Laje que foi lavrado e assinado pelo Padre João Baptista Reis, em 23 de janeiro de 1896.⁵⁹

Atualmente, exerce as funções de vigário da Paróquia da Laje do Muriaé o Padre JOSÉ CAETANO BRANDÃO que vive entre nós já por longos e belíssimos anos - sacerdote êsse que é, com justiça, na palavra de Porphírio Henriques “portador de vasta cultura e classe eclesiástica e geral, sendo, também, notável orador sacro”.⁶⁰

⁵⁹ Ver APÊNDICE - Nota nº 13.

⁶⁰ Ver A Terra da Promissão.

XIV

1868 - 1888 – Vinte anos do apogeu

Dentro do período de 20 anos, compreendido entre 1868 e 1888, a Laje atingiu a plenitude da sua capacidade comercial, agrícola, social e política.

Pouquíssima influência - que positiva quer negativa - exerceu, por exemplo, sobre a terras lajense, e sobre os habitantes, a Guerra do Paraguai. Pouca gente, senão poucos homens, ao que parece, foram recrutados ou se apresentaram, voluntariamente, para o lutar contra Solano Lopes. Poderiam ter sido contados a dedo os “Voluntários da Pátria”.

Sòmente o historiador local de “A Terra da Promissão”, apresentando fotografias de pessoas gradas da zona, citou, na legenda de três fotografias, apenas, os seguintes dizeres:

Capitão Felício Martins Barbosa, mais conhecido como o Capitão Felício Lucas. Era filho do Bandeirante Capitão Lucas Martins Barbosa. Herdou a Fazenda do Desengano. Foi à Guerra do Paraguai, onde foi ferido, ficando com uma bala encravada na barriga, sob a pele.

Um segundo retrato trás a seguinte legenda: “Major Manoel Ferreira Barbosa, mais conhecido como Manoel Lucas, esteve na Guerra do Paraguai”.

E, finalmente, uma terceira fotografia, ostentando a seguinte legenda: “Tenente Joviano, da Fonseca. Foi à Guerra do Paraguai”.

Em face do citado, vê-se que a Laje ofereceu pequeno contingente de soldados à causa daquela guerra, a não ser que as pesquisas, por nós feitas, não tivessem sido bem orientadas, redundando em prejuízo da glorificação de maior acêrvo de heróis, ora desconhecidos, os quais ficaram assim, sem ser nomeados, perdendo a oportunidade de merecer a admiração e o culto dos conterrâneos e dos pósteros.

Não podia, nem devia a Laje desviar os homens válidos do seu labor constante para cuidar da guerra, pois, no seu terreno, no coração mesmo da Pátria, muito longe da frente de batalha, estava sendo travada, como em todo o Vale do Paraíba, a grande e necessária batalha da produção, plantando, trabalhando o Café - um dos fatores econômicos que o Brasil pôde contar para vencer a Guerra, consoante o que já foi dito por nós.

Destarte, a nossa cooperação deveria ter sido, como realmente o fôra, uma das mais importantes, preciosas e eficientes, ao elaborar os elementos intrínsecos capazes de forjar a vitória. A Laje emprestou à Pátria a sua grande e importantíssima parcela de auxílio material, naquela conjuntura, produzindo Café que era, naquele tempo, e Melhor ouro do Brasil. E, sòmente com ouro, na opinião de MOLTKE (a prática tem-no mostrado verdadeiro), pode uma nação vencer uma guerra.

Mas, deixando de lado o assunto referente à Guerra do Paraguai, que o Dr. Leopoldo Muylaert Júnior, em seu ALBÚM DO MUNICÍPIO DE ITAPERUNA, não quiz sequer citar, por julgá-lo, certamente, de pequena monta - vamos, porém, focalizar o seguinte trecho desse livro supra-citado: “de 1866 a 1877, nada sou digno de nota. De 1877 para cá que começaram as divisões das grandes porções territoriais de que se compunha o Município de Itaperuna”.

Esse trecho do grande historiador peca, de uma parte, por anacronismo e, da outra, por omissão, porque deixa, sem referência, um fato de grande valor histórico, acontecido em 1871. Vejamos, então, as razões em que nos baseamos para emitir tal asserção:

Primeiramente, o historiador informando que “de 1877 para cá é que começaram as divisões das grandes porções territoriais de que se compõe ao Município de Itaperuna”, está laborando em êrro cronológico, visto que, em 1877, aparece, nem de leve se pensava viesse existir um município de nome ITAPERUNA, fato êsee que se verificaria, sòmente, alguns anos depois.

Secundariamente, temos o fato omitido, explicado, a nosso ver, pelos termos do Decreto nº 1598, de 16 de novembro de 1871: “a Freguezia de Nossa Senhora da Piedade da Laje fica desmembrada do Município de Campos, e passa a pertencer de São Fidélis, conservando os seus limites civis”.

Êste fato redundu em dois outros, muitíssimos importantes para nós:

- 1º) deixa o território da Laje de pertence ao Município de Campos, com quem tínhamos intercâmbio comercial e político, para passar a pertencer à comarca de São Fidélis, cuja a única vantagem palpável para nós seria a de ficar algumas poucas léguas mais perto.
- 2º) desligava-se a Laje , politicamente, das terras da Natividade - localidades essas que andavam sempre juntas, desde o tempo da fundação, e que, mercê do decreto citado, seguiriam, daquele dia em diante, destinos políticos opostos, quando ambas poderiam ter-se unido na constituição de um novo município, já que ambas eram detentores de qualidades geográficas, políticas, comerciais, agrícolas, inclusive portadoras de grau de densidade demográfica, suficiente a justificar a elevação delas, juntas, ou mesmo cada uma de per si , à condição de cidade.

A fragmentação em aprêço representou grave prejuízo para nós: o Município de Campos, muito rico e tendo terra em demasia, pouco ou nada sofreu com a perda da zona lajense; São Fidélis, ao contrário passou a ser um grande município, enquanto que a Natividade e a Laje perdiam a oportunidade de, unidas, se transformarem, naquela época, numa grande cidade do Norte Fluminense.

A anexação da Laje a São Fidélis emprestou a êste último município citado, importante valor econômico e político, tanto que,

num debate ferido na Assembléia Provincial - conforme se vê exarado em Álbum do Municíio de Itaperuna - um dos deputados assim se expressava:

Há poucos anos foram desmembradas do Município de São Fidélis as Freguezias de Pádua e Laje, para formar um novo município. Êste desmembramento causou mal imenso a São Fidélis que, de um município grande e importantíssimo, foi transformando em dois pequenos e poucos rendosos.

Vê-se do transcrito que São Fidélis, graças à Laje e a Pádua, se houvera transformado em um MUNICÍPIO GRANDE E IMPORTANTÍSSIMO. Êsse valor comercial e político deveria ter sido emprestado a São Fidélis pela presença da Laje, tanto assim que, algum tempo depois, Pádua, pressentindo a perda da Laje, viria exprimir-se do seguinte modo, conforme se depreende do trecho abaixo, extraído do Álbum do Município de Itaperuna: “o Dr. Virgílio Pessoa pintou como verdadeira calamidade para Pádua o desmembramento da Laje”.

Logo, a Laje tinha pêsso comercial, agrícola, político, demográfico importante, a ponto de todos desejarem e quererem a sua permanência na organização municipal, pôsto que a sua perda representaria “uma Verdadeira Calamidade”.

Em MÁRIO PINHEIRO NOTTA lemos o seguinte trecho que não podemos furtar-nos ao desejo e à obrigação de transportá-lo para aqui:

EXPORTAÇÕES - não é de hoje que o município goza, justamente, do conceito de grande centro agrícola do Estado, pois a antiga Fazenda de São Domingos, quando de propriedade de Joaquim Ribeiro da Silva, compareceu à exposição de Campos em 1871, à terceira exposição Nacional em 1873, à da Austria no mesmo ano, à quarta exposição nacional em 1875 e também à de Filadélfia de 1876, conquistando em tôdas elas, com os produtos: café, açúcar, chá da Índia e chocolate, na primeira medalha de ouro e , nas demais, medalhas de bronze, não contando os vários diplomas honoríficos também conquistados.

Se o assunto, contido no trecho acima, honra Itaperuna que (sejamos claros!) ainda não existia politicamente, mas, apenas, potencial

e geograficamente no terreno que, no futuro, iria, em 29 de dezembro de 1887, responder por tal Município - muito mais enobrece a Laje que era uma das Freguezias mais antigas da região e à qual pertencia à Fazenda de São Domingos - Barra de São Domingos pelo - Decreto nº 1427, de 30 de dezembro de 1868.⁶¹

Temos a impressão de que os historiadores, de modo geral todos os que têm escrito sobre o Município de Itaperuna, mostram certo pejo, ou, mesmo, inequívoco medo de dizer a Verdade, aquela Verdade que deve ser exibida à luz do sol, literalmente nua, até sem a diafaneidade do manto da Fantasia que a História abomina. Parece-nos a nós que os historiadores temem dizê-la ou fogem dela, para não ferir, talvez, susceptibilidades de terceiros. Mas a História só pode existir quando calcada na Verdade, pois, sem ela, os próprios documentos, se existem, perdem a eficiência e o conceito.

Será que os historiadores locais temem dizer, por exemplo, a História de Itaperuna é, antes de mais nada, a própria História da Laje? Se a Natividade, Porciúncula, Bom Jesus de Itabapoana, em tempos idos, também escreveram para Itaperuna belas e luminosas páginas - Não é menos certo, porém, que citadas localidades, em tempo oportuno, prefeririam continuar sua própria História a fornecer, em sequência, bons subsídios à História de Itaperuna.

Enquanto isso, a Laje, por ocorrência, talvez por ingerência política dos demais, manteve-se fiel à palavra e à tradição, embora para, no futuro, ser partida em múltiplas, mas gloriosos pedaços - martir, ou, pelicano que arranca do peito a própria carne, a fim de alimentar os filhos. E, a Laje foi, inegavelmente, a mãe de Itaperuna.

O assunto de que vamos tratar neste momento, em continuação ao presente capítulo, deveria ser colocado entre parênteses, para não afetar o conjunto. Deveria a página ser tarjada de preto, pois iremos relembrar os primeiros meses do ano de 1871, quando o Norte Fluminense, especialmente as localidades da Laje e da Natividade, foi assinado por terrível epidemia que ceifara grandes números de vidas. Em face disso, os dirigentes locais, alarmados com a ocorrência, solicitaram enérgicas providências a Campos, então cabeça de comarca da zona.

Para tomar conhecimento do assunto e pôr em prática as medidas profiláticas que o caso exigia, o Presidente da Câmara da

⁶¹ Ver APÊNDICE - Nota nº 10.

Cidade de Campos comissionou o Dr. Francisco Portela à Laje e às localidades vizinhas, a fim de estudar o caso que ameaçava assumir caráter de calamidade pública.

Em 18 de Março de 1871, o Dr. Francisco Portela, depois das providências tomadas no local, dava à Câmara conta da sua missão, informando que, de fato, tanto a Laje quanto a Natividade estavam sendo assolados por uma epidemia, cujo diagnóstico não poderia ter sido feito à distância, tendo em mão as informações confusas e insuficientes que a Câmara Municipal de Campos houvera recebido. Mas que *in loco* podia verificar tratar-se não de febre amarela ou de *Chorela morbus*, como se propalava abertamente, porém, de febre intermitente de caráter pernicioso. Tanto assim era que a mortalidade, no Carangola, em consequência do mal, “foi crescidíssima”, pois “foram sepultados, só no cemitério da Freguezia, mais de 70 cadáveres”.

Dava, ainda, ciência à Câmara de Campos que, na Laje, entendera-se com o vigário da Freguezia, o Padre Antônio Martins Machado, e com o Subdelegado de Polícia local, José Estevão Garcia, para que êsses promovessem o tratamento das pessoas pobres que ficassem doentes do mal epidêmico, fornecendo-lhes remédios que seriam manipulados nas boticas de Antônio Moreira Lobo e de Antônio Xavier da Cunha. Providenciou, ainda, o Dr. Portela que fôsem espalhadas sobre as sepulturas recentes das pessoas falecidas do mal dez alqueires de “cal de pedra”.

O historiador Porphírio Henriques, à página 316 de “A Terra da Promissão”, transcreve, literalmente, a carta que o Dr. Francisco Portela endereçou à Câmara de Campos, dando-lhe conta das providências tomadas no local, referentemente ao assunto da epidemia.

Não informa, porém, o historiador citado das consequências dessa epidemia, bem como se as medidas profiláticas surtiram o efeito desejado, dentro do tempo precioso. É possível que sim, pensamos nós, mesmo porque, em abril, as águas estagnadas dos brejais já começariam a secar e, por isso, os culicídeos desapareceriam do ambiente, diminuindo, assim, a possibilidade de propagação da doença. A ação profilática do sol, fazendo secar as várzeas, deveria ter tido muito mais valia do que os alqueires de “cal de pedra”, empregado sobre as sepulturas dos malarentos - supostos pestosos da *Cholera morbus*.

Focalizando essa epidemia da distância de quase um século que é o tempo que dela nos encontramos separados presentemente, podemos afiançar que o diagnóstico, proferido pelo Dr. Francisco Portela, não era improcedente, pois, compulsando as páginas de “MODERNAS ACTUACIONES CLINICO-TERAPÉUTICAS EN MEDICINA INTERNA” - F. K. Albrecht, 1952 - página 852 - encontramos os seguintes dizeres que, para elucidação do assunto, transportamos para aqui:

Los sintoma (do impaludismo causano pelo *Plasmodium falsiparum*) pueden parecerse a los de la fiebre tifoidea e a los de la fiebre amarilla, em la forma gastrointestinal e biliosa. Generalmente hay fiebre alta, vómitos y esplenomegalia dolorosa cón icterícia. También se observa una forma cerebral. Em la mayoría de estos casos hay mortalidad elevada a pesar del tratamiento.

À medida, também, que os alagadiços foram sendo drenados pelo avanço indomável da cultura do solo - a possibilidade do reaparecimento do impaludismo, sob a forma epidêmica ou, de “carneirada”, foi diminuindo, tanto que a Laje passou a gozar da fama de localidade salubre.

Pouco tempo depois de proclamada a Lei Áurea e, posteriormente, a República - voltou a zona a ter má fama, isso, fama de doentia. Porque?

No futuro, trataremos do assunto, quando tentarmos provar que a liberação dos escravos concorreu, em parte, para que o Vale do Muriaé voltasse a ser novamente “pestífero”, conforme a velha pecha que sôbre êle atiraram os geógrafos de antanho, como, por exemplo, AYRES DE CASAL, na sua obra já citada várias vêzes no início dêste trabalho.

Em 1872, de acôrdo com o que se lê à página 90 do Relatório Apresentado à Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, pelo governador da província, era contratada a construção de uma estrada de ferro, nos seguintes termos:

ESTRADA DE FERRO ENTRE A CIDADE DE CAMPOS ATÉ AS RAIAS DA PROVÍNCIA DE MINAS GERAIS, no lugar denominado TOMBOS - Em 12 de abril do corrente ano (1872), contratou

a Presidência da Província do Rio de Janeiro com os bachareis Mariano Alves Vasconcelos, Manoel Rodrigues Peixoto, Cristiano Leite de Miranda Sá e o Dr. Francisco Portela a construção dessa estrada que aproveitará as fertilíssimas e por todos os títulos importantes localidades da mesma Província.

Algum tempo depois, isto é, pelo Decreto nº 5822, de 12 de dezembro de 1874, as pessoas supra-citadas obtinham, definitivamente, a concessão para edificarem a Estrada de Ferro CAMPOS - TOMBOS DO CARANGOLA, tendo a presidência da Diretoria sido confiada ao Dr. Francisco Portela, a parte técnica ao Engenheiro, suíço, Herman Neigele, e a tesouraria ao Comendador Cardoso Moreira, sendo o financiamento da obra feito à base de ações populares.

Dizem os historiadores regionais que, em 14 de julho de 1875, o Imperador - D. Pedro II - e a Imperatriz - Dona Maria Cristina - assistiram, em Campos, ao lançamento da pedra fundamental dessa estrada que iria beneficiar “as fertilíssimas e por todos os títulos importantes localidades da mesma Província” situadas dentro do Vale do Muriaé e do seu principal afluente, o Carangola.

Pelo Decreto nº 6167, de 15 de abril de 1876, assinado pela Princesa Isabel, na ausência de Dom Pedro II, eram aprovados os estudos da 1ª Secção da referida estrada, desde a Cidade de Campos até as Cachoeiras, na extensão de 74 quilômetros.

Essa 1ª Secção da Estrada de Ferro CAMPOS-TOMBOS DO CARANGOLA foi inaugurada a 19 de novembro de 1877, e a estação terminal, em Santo Antônio das Cachoeiras (mais tarde CARDOSO MOREIRA), a 4 de dezembro de 1878.

Faz-se mister abrimos espaço, nesta altura dos acontecimentos, para transcrição de um trecho extraído de Alberto Ribeiro Lamego - O HOMEM E O BREJO assim compreendido:

Este ano (1878) abre novas perspectivas ao norte fluminense. É o futuro de Itaperuna que se esboça com a linha férrea, marginando o Muriaé, ou qual dêste ponto para cima (Cachoeira), não é mais navegável. Rasgando a floresta virgem, por onde vagam, ainda, tribos de Puris, a iniciativa de Campos possibilita a rápida a cultura do município de maior número de pés

de café, em todo mundo. (...) o velho amor à terra, do Campista, parece transplantar-se para Itaperuna, onde muito embora o contingente de mineiros seja grande, a pequena fazenda mostra logo esta tendência a partilhar e apossarse do terreno - o vivo particularismo do Homem da Planície.

Quando, na conquista da terra, o Homem da Baixada subiu o Muriaé, no desejo de vencer a Natureza hostil, a pujante mata virgem e, ora manso, ora o bravo Puri, resolveu parar no “cachoeira”, dando-se por satisfeito com, apenas, o domínio do brejo e do massapê - assim, outra vez, em 1878, a História se repetia, pois as pontas de trilho, chegadas a Santo Antônio das Cachoeiras (mais tarde, Cardoso Moreira), ali permaneceram um longo tempo estacionadas, negando-se, de um lado, a oportunidade de escoamento da larga produção dos terrenos feracíssimos do Alto-Muriaé, e, do outro, dando aso a que a Estrada de Ferro Leopoldina, progredindo com rapidez, passasse-lhe à frente, ao derivar-se por outro setor.

Em 17 de outubro de 1881, os trilhos da Estrada de Ferro CAMPOS-TOMBOS (depois ESTRADA DE FERRO CARANGOLA), chegava à localidade de PORTO ALEGRE que, no futuro, viria a ser a sede da Comarca de Itaperuna. O engenheiro HERMANN NEIGELE não pôde assistir à inauguração da Estação de Porto Alegre, pois falecera na Laje (para onde houvera transferido a sua residência para poder acompanhar os trabalhos técnicos da Estrada), no dia 9 de maio de 1880, conforme o atestado de óbito encontrado em livro especial no Cartório do Registro Civil da Laje - documento êsse que vai publicado integralmente em APÊNDICE - Nota nº 14.

Diga-se, todavia, de passagem, que a Estrada de Ferro do Carangola teve, depois, assistência técnica do Engenheiro, Dr. Albino Pereira da Rocha Paranhos, mais tarde proprietário da Fazenda do Angola.

Depois de ter ficado muito tempo estacionada no Porto Alegre, a Estrada de Ferro Carangola resolveu, de um momento para o outro, reiniciar, apressadamente, os trabalhos, em 1883, pois a Leopoldina caminhava a passos largos, na direção do Patrocínio.

Em 15 de junho de 1884, era inauguração da Estação da Laje, provisoriamente localizada em um Paiol, razão pela qual teve, como

primitivo nome e de ESTAÇÃO DO PAIOL. A estação do Retiro foi, também, inaugurada na mesma época.

Nesta altura, convém abrir-se parênteses para lembrar que a Estação da Laje - talvez uma das melhores e mais perfeitas edificações levadas a efeito pela Estrada de Ferro do Carangola - foi edificada à distância de cinco quilômetros da sede da Freguezia da Laje.

Nasceu, isto pôsto, outro povoado importante na Freguezia da Laje o qual passou a ter o nome da Estação da Laje. Êste nome se manteve, na toponímia Fluminense, desde o tempo da inauguração da ESTAÇÃO até o dia 15 de dezembro de 1838, isto é, mais ou menos meio século (precisamente 53 anos e meio), quando passou a chamar-se COMENDADOR VENÂNCIO, em virtude de constituição de um distrito novo no Município de Itaperuna, desmembrado do Distrito da Laje, pela Lei nº 641, que o transformou no 5º Distrito do Município de Itaperuna⁶².

A Estrada de Ferro do Carangola deixou de passar pela sede da Freguezia de Nossa Senhora da Piedade da Laje em virtude de fato o seguinte: - Os dirigentes locais, tendo à frente os políticos Antônio Pires do Couto, Laurindo Januário Carneiro e outros, acharam que a estrada de ferro “trazia doenças”.

Lastimando a ocorrência, achamos, contudo, que êsses dirigentes eram portadores, inconscientemente, de alta dose de razão positiva, pois que se achavam perfeitamente integrados no espírito da época. O próprio criador do trem de ferro sofreu terrível campanha de difamação do seu precioso invento, quando propôs lançar os trilhos de uma estrada pelos confins da Inglaterra, sua pátria, pois, segundo diziam a máquina espantaria os animais com o seu tremendo barulho. Grande mal!

Em Eça de Queiroz “A Cidade e as Serras”, à página 343, há um magnífico exemplo dêsse mêdo às invenções, consequente a mentalidade pouco desenvolvida, do qual livro não podemos deixar de transcrever êste trecho:

Mas, certa manhã, em Guiães, acordei aos berros da tia Vicência! Um homem chegara, misterioso, com outros homens, trazendo arame, para instalar em nossa casa o novo invento (um telefone). Soceguei

⁶² Êste assunto será abordado no devido tempo, quando da elaboração do Capítulo XXIII.

a tia Vicência, jurando que essa máquina nem fazia barulho, nem trazia doenças.

No nosso caso, era perfeitamente justificável tal medo, pois as epidemias de febre amarela ou da peste bubônica andavam rondando a região e para cujas doenças não havia remédios, quer profiláticos, específicos, em face do desconhecimento quase absoluto das entidades mórbidas, por parte da Ciência Médica daquele tempo. E a Estrada de Ferro não poderia, realmente, concorrer para a disseminação daquelas doenças? Acrescia, ainda, a isso a circunstância de que mal fazia dez anos que houveramos saído de uma epidemia que calara fundo no espírito e no coração do povo Lajense.

Em face disso, com razão ou sem ela, a Estrada de Ferro do Carangola - ramal do Poço Fundo - ficou passando à distância de cinco quilômetros da sede de Freguesia da Laje. Ganhava, com isso, a Companhia, no mínimo, seis quilômetros de trilhos paralelos pela volta que deixou de dar; a zona ganhava mais povoado progressista, de nome Estação da Laje - enquanto a localidade da Laje peria uma estação.

Fechando parênteses, voltamos para informar que, na sua passagem pelo Limoeiro dos Pequenos, a Estrada viu-se obrigada a fazer desapropriações de imóveis⁶³; mas, quando os trilhos alcançaram o Poço Fundo, já a Leopoldina, no Patrocínio, passava à frente da Estrada de Ferro Carangola.

Restava, ainda, a esta a esperança de alcançar os Tombos e a Santa Luzia do Carangola, no espaço de tempo útil possível, a fim de vencer, na corrida, a Leopoldina - rica rival, calçada de botas de sete léguas.

Assim sendo, foram atacados, na futura estação do Entroncamento, junto à Estação do Porto Alegre, os trabalhos, na direção do Vale do Carangola. Mas, em chegando os trilhos a Santo Antônio do Carangola (hoje Porciúncula), depois de ter deixado atrás a localidade da Natividade, já a rival - a Leopoldina Railway - mais uma vez, lhe tomava a dianteira, rumo a Santa Luzia.

Com o advento e o funcionamento da Estrada de Ferro do Carangola, tôda a zona do Alto-Muriaé ganhava novo incentivo, o qual viria a influenciar até a vida social e política da terra. Tanto assim é que, segundo o depoimento do Porphírio Henriques (Obra

⁶³ Ver Apêndice - Nota nº 15.

Citada), o Major Manoel Ferreira Barbosa, mais conhecido por Major Manoel Lucas, em 1883, hospedava, em sua fazenda, no Retiro, a Sua Majestade o Imperador Dom Pedro II. Em São Domingos, na Fazenda da Barra de São Domingos, o mesmo era hospedado por Joaquim Ribeiro dos Santos. O Comendador Cardoso Moreira recebia o Monarca na Fazenda do Porto Alegre. Todos êsses fatos sociais se verificaram na mesma época, isto é, por ocasião de inaugura-se a SEGUNDA SECÇÃO DA ESTRADA DE FERRO CARANGOLA, que terminava no Porto Alegre.

Nesse tempo, a Grande Lavoura - o Café - restabelecida de um flagelo que a assolara, entrava de sofrer mais outro, denominando MAL DE CANTAGALO.

O historiador regional, Porphírio Henriques, referindo-se ao flagelo em apreço, estampou, à página nº 245, da sua obra, o seguinte: “êsses cafêzais deram grandes colheitas até 1860, data em que apareceu por aqui uma bactéria que se localizava na folha do arbusto e, daí a diminuição da produção”.

Creemos ter havido má interpretação da matéria, por parte do historiador, pois Affonso E. Taunay, à página 159, do seu livro Pequena História do Café no Brasil:

Desde 1885, desapareceu quase que por completo ou flagelo da ELACHISTA COFFEELA, o terrível micro-heminóptero que tanto arruinara os cafêzais brasileiros, mas, por volta de 1885, surgia outra praga, o Mal de Cantagalo - assolador de assaz larga área do ocidente fluminense. Era um verme de um gênero novo, a que Emílio Goeldi baptizou MELODOGYNO EXIGGUS.

Convém, pois, esclarecer que o micro-heminóptero, citado acima por Taunay, embora sendo MICRO (pequeno), não é BACTÉRIA, conforme a êle se refere Porphírio Henriques, mas, sim, um inseto pequeno, cujas larvas, muito miúdas, certamente, dizimavam os cafêzais.

1880-1882 – O Norte Fluminense e a influência política da Estrada de Ferro do Carangola

Com a inauguração da Segunda Secção da Estrada de Ferro do Carangola, cujo terminal era a Estação do Porto Alegre - sentiram as localidades circunvizinhas e os seus respectivos moradores há necessidade imperiosa de ser criado ali o município que servisse de cabeça de comarca àquela próspera e fertilíssima região.

De acôrdo, então, com o Dr. Francisco Portela, Presidente da Estrada de Ferro do Carangola, o povo da Natividade promoveu uma reunião, tendo como finalidade discutir e deliberar a maneira mais plausível de alcançar-se, junto à Assembléia Provincial do Rio de Janeiro, a fundação de um Município.

Essa reunião que se processou, na Natividade, no dia 3 de outubro de 1880, teve, como resultado final, mais ou menos o seguinte:

1º - Eleição de uma comissão, composta de cinco membros, entre outras cousas, providenciar fundos monetários suficientes para a ereção da Casa da Câmara, da Cadeia e a Matriz;

2º - Que a sede do Município a ser criado, deverá ser localizada no ponto terminal de 2ª Secção da Estrada de Ferro do Carangola, isto é, no Porto Alegre.

Seguiram-se mais alguns itens, de relativa importância, chegando-se ao 6º item que dizia o seguinte que transcrevemos na Íntegra, de Leopoldo Muiyalaert Júnior (obra citada)

Enquanto se não instalar o Município no Porto Alegre, poderá a comissão concordar que a sede provisória dêle seja a Freguezia da Laje, devendo, antes disso, reunirem-se as comissões para verificar qual a quantia subscrita e assim saber se chega ela ou não para as obras precisas.

Sete dias depois, isto é, no dia 10 de outubro de 1880, idêntica reunião se efetuava no corpo da Igreja Matriz da Freguezia da Laje. Esta reunião foi muitíssimo concorrida e, em seguida, lavrado um officio aos membros da Comissão da Natividade, nos seguintes termos que, também, a mesma fonte, transcrevemos integralmente para aqui:

Os abaixo-assinados têm a honra de levar ao conhecimento de VV.SS. que, no dia dez de outubro de 1880, foram eleitos pela reunião que teve lugar na Laje do Muriaé, para a Comissão que tem de trabalhar de acordo com VV. SS. na criação da Vila na Estação terminal da 2ª Secção da Estrada de Ferro do Carangola e ainda maior harmonia foram concedidos poderes idênticos.

Para regularizar nossos trabalhos escolhemos a nossa Diretoria, que ficou assim composta: Presidente, Venâncio José Garcia; Tesoureiro, Antônio Pires do Couto; Secretário, Capitão Laurindo Januário Carneiro. Temos o prazer de consignar aqui o reconhecimento dos Lajenses pela generosidade com que os Carangolenses cederam para a nossa localidade a sede provisória do nosso futuro município. Incluindo uma cópia da ata da nossa reunião, por ela verão VV. SS. a união que hoje existe entre as duas

freguezias e que nos promete os melhores resultados. Somos com distinta consideração de VV. SS. Seguem-se as assinaturas dos que assinaram a ata da reunião.

A leitura dêsse documento, simples e claro, onde a redação e o estilo foram substituídos pela sinceridade e pelo coração lajenses – leva-nos a pensar que a Laje se empenhava largamente na campanha da emancipação política da zona, pois, enquanto os primeiros falavam em “fundos monetários”, a Laje fazia questão de ressaltar a união reinante, naquele momento, entre as duas freguezias que caminhavam para um fim comum, a ponto de a primeira lhe confiar a ela a custódia da sede do futuro município enquanto, naturalmente, se cuidava de levantamento dos prédios necessários à instalação definitiva do município.

Êsse movimento popular conjunto deve ter tido repercussão nos bastidores da política fluminense, pois, a 2 de janeiro de 1882, a Laje recebia, como “presente de ano” ou, melhor, “de grego”, o Decreto nº 2597, que lançava por terra todo e honesto desejo todo honesto desejo e sincero esforço de união e de possível emancipação das duas freguezias irmãs, pois tal decreto estava redigido assim:

Artigo 1º - As Freguezias de Santo Antônio de Pádua e a de Nossa Senhora da Piedade da Laje, hora pertencentes ao Município de São Fidélis, constituirão um município que terá a sua sede no Arraial de Santo Antônio de Pádua, elevando à categoria de vila.

Sem o concurso da Laje, da Natividade, no que tange à política local, enconchou-se num mutismo longo e inoperante. Mas a Laje, ferida, sentindo que a politicagem tramara contra si mais uma partida nefanda, continuou suas representações junto à Assembleia Provincial, protestando, pedindo sua anexação agora, já não mais a São Fidélis de onde fôra apartada por último, mas a Campos, pois a mudança para Santo Antônio de Pádua se transformara, até, num calamitoso erro geográfico, porque a ida a Pádua exigia do Lajense o esforço penoso de transposição de serras ásperas, daquelas serras altas que separam a bacia do Muriaé da do Pomba.

Êsse golpe que acabamos de focalizar, sòmente poderia encerrar, nos seus liames, um fim político, assim concebido, ao que supomos:

separar duas forças importantes, dificultando ou diminuindo, tanto quanto possível, a possibilidade de formação de um GRANDE E NOVO MUNICÍPIO, ali, no Norte Fluminense. Amputava-se, destarte, um pedaço de Campos que, economicamente, com o advento e estabelecimento da Estrada de Ferro do Carangola, muito esperava da nossa zona, portadora, também de alto contingente demográfico e político, com que a cidade de Campos poderia alimentar seu sempre sonhado sonho de emancipar-se do Rio de Janeiro, a fim de constituir-se em Província Independente. Aquela divisão feita acima participava da trama maquiavélica: - Dividir para governar!

A politicagem precisava, pois, que se fundasse um município, e êsse foi, então, o de Santo Antônio de Pádua. Para a sua fundação era necessário que se lhe anexasse bom pedaço de terra, porque, certamente, Pádua, sòzinha, não teria possibilidade política, densidade demográfica e outros fatores essenciais a justificarem a medida administrativa em aprêço. Pelo menos, é de acreditar-se que assim houvera acontecido.

Arrancando-se a Laje ao Município de São Fidélis, o problema político-administrativo de Santo Antônio de Pádua, com anexação da Laje, resolveria, com a elevação de Pádua à categoria de Vila.

Mas, perguntamos, mas, e a Laje? A Laje já se vinha acostumando, desde a infância, a andar de um lado para o outro, de Anás para Caifás, pois, na sua trajetória pelo tempo, afastada do caminho exato pelo interêsse particular dos homens politiqueiros - andou de Minas Gerais, onde tinha raízes e progênie, para os Campos dos Goitacazes: de Campos, empurraram-na para São Fidélis, agora, de São Fidélis levavam-na, a contra-gôsto, para Santo Antônio de Pádua, como se fôsse condenada a degrêdo pelo mal que não fez.

Que bens, que males, ainda, lhe estariam reservados a ela?

XVI

O Serviço Postal

Conforme se lê em DOMINGOS DE CASTRO LOPES - Correio Brasileiro - Notícia histórica - 1909 - Página 9 - a Provisão de 26 de abril de 1730 determinava “não consentisse o Governador se estabelecessem correios por terra, na Capitania do Rio de Janeiro”.

O motivo dessa proibição adivinha-se, é certo, com facilidade: - O Correio facilitaria o contrabando de ouro e de pedras preciosas, coisas de que a Corôa Portuguesa sempre andava sequiosa. Logo, dificultando o intercâmbio, facilitar-se-ia a vigilância, com melhor e mais seguro enriquecimento da Corôa.⁶⁴

Dez anos depois, porém, a Provisão de 22 de novembro de 1740 ordenava que o Governo da dita Capitania informasse “se convinha estabelecer ali correios”.

O historiador supra-citado não informa da resposta ou de quaisquer providências referentes ao estabelecimento ou, não, de correios regulares naquela Província, fato êsse que, sòmente em 1809, seria encarado com melhores olhos, tendo em vista o AVISO de 2 de dezembro de 1809, mercê do qual Dom João, Príncipe Regente, regulava o Serviço Postal entre o Rio de Janeiro e São Paulo, assim como entre Minas Gerais e os Campos dos Goitacazes.

⁶⁴ Ver As Razões da Inconfidência - Antônio Torres - Página 38/9.

Pertencendo Freguezia da Laje ao Município de Campos dos Goitacazes, nada mais simples e lógico aceitar-se que, desde muito cedo no tempo, deveríamos ser beneficiados pelo serviço de correspondência, uma vez que, desde dezembro de 1809, os Campos dos Goitacazes já eram possuidores desse serviço, regularizado pelo Aviso de 2 de dezembro no remoto ano de 1809, conforme foi dito acima.

Observa-se, todavia, que jamais aquele serviço fôra executado por intermédio de Campos: muito ao contrário, era feito por São Fidélis.

Para melhor clareza do assunto, convém seja ouvida a palavra minuciosa de M. Toledo Piza - ITAOCARA, ANTIGA ALDEIA DE ÍNDIOS - página 171, quando diz:

O Serviço (Postal), com o tempo, foi melhorando. Era feito entre o Rio de Janeiro e São Fidélis. As malas chegavam do Rio de Janeiro às dez horas dos dias ímpares, isto é, dia sim, dia não, partindo o estafeta às onze horas para as seguintes localidades: Três Irmãos, Valão da Anta, Monte Verde, São João do Paraíso, Laje, Central e São Fidélis. De volta, alcançava Itaocara e regressava ao Rio, ali pelas 16 horas.

No Relatório Apresentado ao Conselheiro Manuel Buarque de Macedo, Ministro e Secretário do Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, pelo Diretor Geral dos Correios - COMENDADOR JOÃO WILKENS DE MATTOS, em 1881, lê-se, às páginas 47/8, o seguinte:

TRANSPORTE DE MALAS TERRESTRES - Êste serviço tem melhorado consideravelmente. Logo que assumi a direção geral dos correios examinei êste ramo de serviço postal e chamei a proposta para as linhas que se achavam sem contrato. Para o exercício corrente (1881) têm sede já celebrados os contratos seguintes, depois de concurso para longo prazo, durante o qual foram apresentadas diversas propostas, abertas tôdas sempre em dia marcado por anúncios publicados com a necessária antecedência nos jornais da Côrte.

Segue uma série longa de propostas aceitas, entre as quais encontra-se a DÉCIMA PRIMEIRA, assim compreendida: “com o

mesmo Ferreira (Manoel Antônio Ferreira) para as linhas do Valão d'Anta à Laje do Muriaé, de São José de Leonissa à Conceição da Ponte Nova, tudo por 3:960\$000”.

Compreende-se, perfeitamente, que a Laje do Muriaé era servida por Serviço Postal, exercido por estafêta, linha regulamentada desde 1881 – supondo-se, entretanto, que o não fôsse anteriormente, mas que era já existente, e que partia do Valão d'Antas, antiga Meia Légua, e hoje, Cambuci.

Com o advento da Estrada de Ferro do Carangola, os correios passaram a ser feitos diretamente, isto é, do Rio de Janeiro à Freguezia da Laje, diariamente.

A Agência Postal da Laje teve, primeiro agente a JOSÉ DE SOUZA MALTA, que exerceu tal função por dilatados anos. Veio ter a agência, depois, às mãos de ALCÍDIA GOMES DA SILVA.

Exerceu as funções de estafêta – carregando malas postais da Estação da Laje à sede da Freguezia, primeiramente, HILÁRIO JOSÉ DE PAULA, que fazia o serviço a pé, partindo da Laje, às seis horas da tarde (18 horas) para voltar às nove horas da noite, quando o “CORUJA” não se atrazava demais – devendo-se entender por “CORUJA” o trem de ferro que fazia o Ramal do Poço Fundo, e que servia à nossa zona. Era Hilário José de Paula, na aparência, uma figura estranha de homem patriarcal, portador de barba longa e grisalha, e que lhe chegava à altura do peito. Trazia consigo um relógio de bolso. Pateck Philip, verdadeira “cebola”, pois tinha de mostrador, senão nos falha a memória, mais de 12 centímetros de diâmetro. Era o relógio mais certo da localidade, pois, além da qualidade própria da fábrica, que o recomendava, era verificado, todo santo dia, na Estação da Laje, pelo relógio da Estrada de Ferro, mantido na exata pelo Telégrafo. O Relógio da Matriz era acertado, naquele tempo, pelo Pateck Philip de Hilário José de Paula.

Depois dêste, citamos os seguintes estafêtas: - João Marques da Costa (vulgo JOÃO MATA-VACA). Joaquim Teixeira (que fazia o percurso sempre a cavalo) e, finalmente, Alcino Gomes da Silva.

A Agente Postal, Alcídia Gomes da Silva, e o estafêta, Alcino Gomes da Silva, mantiveram-se nos respectivos postos por mais de 35 anos, tendo sido aposentados em 1950.

Desta última data, até agora, a localidade da Laje do Muriaé ficou sem agência postal, sendo servida por um pòsto de correios - verdadeira irrição ou menosprêso aos nossos foros de localidade de tradição, que ostentara e que ainda ostenta as lídimas qualidades de melhor e mais produtivo distrito do Município de Itaperuna.⁶⁵

⁶⁵ Conforme têrmo firmado pelo Agente Postal Telegráfico de ITAPERUNA - a AGÊNCIA POSTAL DA LAJE DO MURIAÉ foi reinstalada em 21 de novembro de 1960, e se encontra, no momento, em pleno funcionamento.

XVII

A Vida Social da Freguezia da Laje – A imprensa – A Classe Médica

Passando em revista a longa série de fotografias que ilustram “A TERRA DA PROMISSÃO” de Porphírio Henriques - fotografias dos primeiros homens que fundaram e ajudaram a construir a Laje do Muriaé, e que figuram, também, em muitos álbuns de várias famílias locais - chama-nos, desde logo a atenção o apuro e o gôsto com que os habitantes da terra se vestiam, dando-nos a impressão de que a indumentária era talhada pelos melhores alfaiates da côrte.

Impecáveis no porte austero, envergavam, com elegância, a sobrecasaca da distinção e do aprumo, deixando entrever, ao saber da moda, o plastron de brancura esmaltada, a gravata preta, de tufos, e arrematando o conjunto harmônico, a cartola de *Lord*.

Parece que respiravam, na elegância da vestimenta, o trato contínuo com a Nobreza, na Côrte, se não eram êstes mesmos homens - tal a impressão que nos transmitem - os que privavam com Sua Magestade, nos corredores do Paço de São Cristóvão.

As representantes do sexo feminino (hoje pura saudade das nossas amoráveis avós), também se trajavam com alto requinte de

elegância, desde as saias amplas, longas e rodadas - sob as quais se adivinham as anáguas engomadas pela habilidade da mucama e as anquinhas de viva aceitação e consumo - até o penteado cáprichoso que traduzia bom gôsto.

O exame pormenorizado dessa moda que, nos tempos modernos, as nossas contemporâneas tentam imitar, sem conseguirem alcançar, contudo, o mesmo desiderato - uma vez que aquela indumentária e tais arrebiques só se assentariam bem na mulher daquele tempo - revela fisionomia exata da época: - a aristocracia, a expressão do Patriarcalismo (quase o Matriarcado, refletido ali, no espelho da Vovó do Tanque)⁶⁶, em suma, uma sociedade burguesa, enriquecida no trato duro da terra, onde florescia a Grande Lavoura, segurando na mão a rédea preta do Escravagismo, mas, ostentando no peito, as insígnias da Nobreza que a Monarquia espalhava ao redor de si mesma, para construir o séquito necessário de admiradores, aduladores e cortesãos.

Para dar cumprimento à vida social da Freguezia da Laje, o homen se congregava em sociedade distinta, fina elevada, onde as letras e as artes tinham representantes ilustres que faziam o deleite dos saráus e das festas, nos quais, brindando “à saúde”, tomava-se champagne em taças de cristal.

Na ampla sala da Casa da Fazenda que abria, para o verde das lavouras, vinte janelas na fachada austera - o piano era móvel imprescindível, onde Sinhá Moça, de dedos longos, mágicos e brancos, dedilhava noturnos de Chopin.

Nessas fazendas as festas duravam três dias. A matança do porco, das leitôas, perus, frangos e galinhas era uma hecatombe: cem cabeças!

A entrada dos convidados no terreiro da Fazenda era a primeira festa: - a chegada do mano, da mana, dos sobrinhos, dos primos. Todo mundo era primo. O Fazendeiro tinha um riso largo na face amiga, refletindo o coração lavado de felicidade.

Os foguetes que acordavam nos ermos as feras e os índios, tinham, no ribombar do estouro, a chancela de Manoel Augusto da Cunha - o Mané Dotô - que morrera queimado, com a própria foguetaria, ao que dizem, em 1891.

A Fazenda da Figueira, por exemplo, dos Garcia Pereira, tinha, desde 1860, a sua Banda de Música e os acordes da filarmônica enchiam, com sons dolentes de valsas e de rondós, a solidão daquelas terras.

⁶⁶ Vovó do Tanque era o cognome de Dona Maria Claudina de Jesus Garcia, espôsa de José Garcia Pereira.

A LYRA LAJENSE, mais nova um pouco, obedecia, desde o ano de 1870, a batuta de José Ribeiro Dias Velho, o “Zé velho”, no dia da Proclamação da República, achou que somente aquela música deveria ser tocada - A MARSELHESA - porque “*le jour de gloire est arrivé*”!

Ainda por volta de 1870, subordinada a São Paulo do Muriaé, foi fundada a Loja Maçônica da Laje, sob o nome de “AO ORIENTE DA LAJE”, a qual, em 15 de novembro de 1877, segundo Porphírio Henriques, obra citada, págs. 297/8,

obedecia a direção dos Srs. Leon Perissé, Venerável; Antônio Pinto Pena, 1º Vigilante; Joaquim Ferreira César, 2º Vigilante; Joaquim José Pinto, Tesoureiro; Inácio Furtado Leite, Secretário; José Ambrósio de Souza Pinto, Orador; João Ferreira Cardoso, Chanceler. Tivemos a oportunidade de ver um diploma dessa data, concedido ao Senhor Antônio José Bastos Pinto, então com 25 anos de idade.⁶⁷

Foi nessa época, 1871, mais ou menos, que chegara a Laje, para integrar a sua bela sociedade, tornando-a mais luminosa e rica, a personalidade ímpar de GIUSEPPE MASINI. Era êle professor de Piano, de Canto e de Harpa.

Nessa oportunidade é que podemos compreender as palavras de Ribeiro Lamego, entre “O HOMEM E O BREJO”, à página 35, quando diz: “para a educação das moças há os professores de Piano, de Canto e de Dança”.

Pois foi justamente assim que aconteceu conosco: temos a impressão de que foi pensado na Laje que aquele autor escreveu a frase que tão maravilhosamente assentou na vida de nosso fazendeiro. Completava-se, destarte, a vida social do Fazendeiro da Laje.

Vindo para o nosso meio, o Maestro GIUSEPPE MASINI trazia credenciais altas da Côte, pois fôra professor de Harpa da Princesa Izabel. A carta que a Princesa lhes escrevera era edificante, recomendando-o como Maestro, onde quer que aportasse.

Segundo o depoimento dos parentes do Maestro MASINI, êsse documento, assim como a própria harpa de sua propriedade, foram doados, recentemente, ao Museu Mariano Procópio, de Juiz de Fora, por um dos netos ali residente, Dr. Jesus Masini. Lastimamos não nos

⁶⁷ O diploma em aprêço, de belo pergaminho, escrito em português e em francês, encontra-se, atualmente, no Museu da Laje, e foi doado, por Aderbal Alvim.

ter sido possível conhecer de perto os termos da citada carta, a fim de transcrevê-los aqui, com o fito de difundí-los, como o merece.

Em mão de outro neto do Comendador Giuseppe Masini - Altair Masini - tivemos o prazer de encontrar remanescentes de seus papéis, isto é, algumas partituras, uma das quais, ainda inédita, e as demais, publicadas em Nápolis.

Vale a pena transcrever os dizeres, ou melhor, as dedicatórias contidas nessas partituras, assim compreendidas: “LE AMADRIADE - Studio per arpa o piano - Dedicato alla Nobile Signorina Giacinda Elisabeth Parme - Dal Suo professore GIUSEPPI MASINI - Napoli”.

A dedicatória da segunda partitura é romântica: “Alla mia bela G... SERENATA D’AMORE - Parole e Música di GIUSEPPE MASINI - Napoli”.

A terceira partitura, inédita, tem os seguintes dizeres: “ILFIOR D’AMORE - Canto por sopano e flauto, com acompt^o di Pianoforte”.

Finalmente, entre essas músicas, existe uma página sacra - MISSA SOLENE - de suprema beleza litúrgica, onde os KYRIES, em três vozes, são um convite à meditação sôbre o amor de Deus.

Vale a pena transcrever a página de rosto dessas partituras, assim vasada:

MISSA SOLEMNE - cantada a três vozes, com acompanhamento de órgão ou pianoforte - composta e dedicada aos seu distintíssimo amigo e compadre Comendador Venâncio José Garcia, pelo Maestro GIUSEPPE MASINI - Professor de Arpa, Piano e Canto. Condecorado com medalha de ouro - AO MÉRITO; Com a Cruz de Cavaleiro da Ordem do Areopago, ambas da Itália; com a Cruz de Cavaleiro da Ordem dos Alpes de França; Membro da Real Associação dos Beneméritos; Presidente honorário da Científica Academia A NOVA ITÁLIA, Sócio protetor da Literária Associação das Jovens Italianas e Sócio Correspondente de várias outras. Napoli - Edizioni G. Orlandini - S. Ana dei Lombardi, nº 16.

Isso leva-nos a assegurar que, na Laje, por ocasião das festas religiosas ou, aos domingos, nas missas cantadas - ouvia-se, em cascata sonora, derramar-se, como bálsamo de transcendente suavidade para

nossa alma, não a Missa de Johann Sebastian Bach, mas, a do Maestro Giuseppe Masini, puramente nossa, docemente lajense, com o doce cantar das águas múrmuras do Muriaé - dando-nos a impressão espiritual de que Jesus, o Cristo, depois de tê-la ouvido, houvera requisitado aquela música para, no céu, cantar à glória do Senhor.

Casou o Maestro Giuseppe Masini com Dona Júlia Ferreira César (Júlia Masini, em virtude do casamento), havendo dêsse consórcio dois filhos: Vicentino e Nicolino, ambos musicistas e maestros, pois herdaram as qualidades intelectuais e artísticas dos pais, visto ter sido Dona Júlia Masini, também, exímia virtuose do piano.

Faleceu o Maestro Giuseppe Masini no princípio do século, tendo sido inhumado no cemitério da Laje.⁶⁸ Como legítimo continuador da sua obra artística, deixou entre nós o seu filho NICOLINO MASINI.

O Maestro Nicolino Masini nasceu e viveu, na Laje do Muriaé tôda uma vida de setenta anos, dedicada puramente à música, pois, como Maestro, ensinou a Sublime Arte, seguramente a três gerações de lajenses.

Teve êsse fato grande influência local, porquanto nos últimos tempos, a vida social lajense foi animada da presença constante de uma Banda de Música, de valores humanos continuamente renovados, mas, sendo um só Maestro, o qual respondia pelo nome de MAESTRO NICOLINO MASINI, que, de batuta em punho, comandando aqueles elementos novos, concorria para sonorizar a vida e a alma ora impetuosa, ora romântica da Laje.

E a terra, no devido tempo, soube homenageá-lo, reconhecendo o valor do Maestro Masini - O Belo - pois na ocasião de se dar nome ao Ginásio da Laje, fundado pela Campanha Nacional de Educandários Gratuitos - uma voz se levantou, num acorde de mil vozes, para articular o nome: - MAESTRO MASINI!

Naquele tempo, 1884, além de Manoel Francisco dos Reys Távora, jornalista emérito, que fundaria o periódico "O LAGENSE", em 4 de novembro de 1886, o primeiro jornal fluminense do Vale do

⁶⁸ Faleceu o Maestro Masini a 10 de abril de 1901.

Muriaé⁶⁹ - viviam na Laje, também, dois vultos femininos de intelectuais brilhantes, integrando a vida social da terra, que eram as duas irmãs Varella, irmãos do Poeta FAGUNDES VARELA, ambas professoras.

Com prova de suas, delas, vida intelectual, é mister ressaltar que, ao tempo em que Reys Távora editava “O LAGENSE”, uma das irmãs Varella, de nome Ernestina Fagundes Varella, talvez saltando por cima dos preconceitos que olhavam de soslaio a mulher militante na Imprensa - fazia editar, em 31 de março de 1887, outro periódico, denominado “O JARDINEIRO” que, naquele tempo, viria a ser o segundo jornal da região, assegurando para a Laje, e duplamente, o título de Berço da Imprensa Fluminense do Vale do Muriaé.

Êste título que acabamos de lançar, tem o mérito da originalidade, uma vez que jamais fôra sugerido por outrem. O Major Porphírio Henriques, por exemplo, (obra citada) crismou o assunto dêste modo: “A Laje do Muriaé foi o berço da Imprensa itaperunense”. Enquanto o Dr. Leopoldo Muylaert Júnior (obra citada), destarte se expressa: “A Laje foi, portanto, o berço da imprensa dêste município”.

Devemos fazer notar que, na época acima citada, ainda não existia “êste Município”, acrescentando-se, ainda, o fato de que a Laje pertencia ao Município de Santo António de Pádua. E, se por acaso, Pádua, também ciosa de tal glória, quizesse reivindicar legitimamente para si aquele título?

Em face disso, vemos que assentaria bem o título propôsto por nós para Laje, nesse particular: - Berço da Imprensa Fluminense do Vale do Muriaé - perfeitamente enquadrado na cronologia, título êsse que Pádua ou Itaperuna poderia usar, indiferentemente, sem arranhar a epiderme dos fatos.

Para completar a plêiade de nomes e personalidades ilustres que participavam da vida social da Laje, tornando-a mais importante e viva

⁶⁹ Teve o periódico “O LAGENSE” três fases publicitárias, sendo a primeira esta que diz respeito à sua fundação, chegando até à Proclamação da República, época em que passou a ser editado em Itaperuna, e com outro nome. A segunda fase foi a de 1926, sendo seus redatores JOSÉ CERQUEIRA GARCIA e ANTONIO AUGUSTO DA CUNHA. Este último nome foi substituído depois pelo de AUGUSTO GOMES. A terceira fase foi a de 1936, respondendo por êle os dois jornalistas: AFONSO MARIA DE LIGÓRIO e NELSON MANHÃES PINTO. E, uma vez que estamos focalizando a Imprensa Lajense, vemos citar “O BINÓCULO”, ao qual nos referiremos adiante, à página 217; “O 3º DISTRITO”, editado na Estação da Laje por José Ignez dos Reis e Dr. Platão H. Garcia, em 20 de janeiro de 1924, do qual conhecemos apenas o número 1; “O GRITO DA LAJE” e, finalmente, “O GUARANY”, editado em 15 de abril de 1935, por Padre João Baptista Reis, Felisbello Fernandes Friaça e Octavio Marinho.

- devemos citar a pessoa do Dr. Joaquim Ribeiro dos Santos Silva, filho do Alferes Joaquim Ribeiro dos Santos, proprietário da Fazenda da Barra de São Domingos, pertencente à Freguezia da Laje, transcrevendo o seguinte trecho de Porphírio Henriques (obra citada - página 66):

Diplomou-se no ano de 1861, bacharel em direito, pela Faculdade de São Paulo, sendo, portanto, o primeiro advogado, filho de Itaperuna. Esse advogado era de porte fidalgo e culto, somente recebendo visitas vestido com traje completo, de colarinho e punhos engomados, de gravata e calças vincada, como se fôsse para uma parada de elegância.

Num dos livros do Arquivo da Igreja Matriz da Laje, encontramos, nessa época, atestando óbitos, os nomes de quatro médicos: - Dr. João Pereira da Costa, Dr. José Baptista da Costa Azevedo, Dr. Barros Leite e Dr. Francisco Bueno de Azevedo Macedo.

Além desses, acima nomeados, ainda existia um filho do lugar, o Dr. Joaquim Cândido Ferreira Paula, colega de turma do Dr. Costa Azevedo, por cujo intermédio, aliás, este último veio domiciliar-se na Laje.

Vários desses nomes ainda vivem na memória do povo. Principalmente a do Dr. Costa Azevedo, perpetuado num dos logradouros públicos da terra. É que o ilustre filho de São João da Barra exerceu, entre nós, a função de médico e, politicamente, foi o Chefe do Partido Republicano que, em 10 de maio de 1889, à frente do eleitorado lajense, respondia aos Conservadores e Escravocratas o insulto da noite das GARRAFADAS DA LAJE DO MURIÉ, derrotando-os, ao eleger uma Câmara Republicana em pleno Império, dando assim, à Nação exemplo de civismo e de elevação política, daquela Política de que fala Augusto Comte, ser “filha da Moral e da Razão”.

Dos outros médicos quase nada mais se fala, tão longe é o tempo, tão fraca a memória dos homens. Mas o nome de um deles - Dr. Azevedo Macedo - ficou no anedotário da Laje, em consequência de um fato que transformou um médico de nomeada reputação num motivo de chalaça e de risotas, obrigando-o, por isso, a retirar-se da localidade, pôsto que a sua situação profissional se tornara insustentável ali.

O fato que deu motivo ao desprestígio político, pessoal e profissional do Dr. Macedo é simples, mas, ao mesmo tempo, grave, desde que se encare o tamanho da localidade, onde todos se conhecem, desde as grandes qualidades de muitos até os mínimos defeitos de todos.

Acontece que determinado fazendeiro, a quem o Dr. Macedo não se fazia simpático, um dia, por menosprêso ou, para exercer sórdida vingança pessoal sôbre êle, mandou chamar à fazenda o facultativo.

Em lá chegando, esclareceu-se o assunto: - O fazendeiro mandara a chamar o médico para “operar” um macaco de estimação, isto é, para emascular o bicho. Não se fez de rogado o médico, “operando” o animal que certamente gritou e chiou danadamente, pois, naquele tempo, a anestesia ainda não fazia o milagre de aliviar a dor. Terminada a “operação”, o fazendeiro, *nouveau riche*, zombeteiro, indagou do preço do trabalho do facultativo, com ares de largas posses.

O médico, desrespeitado no seu mister de operar “*in anima nobile*”, para ter seus préstimos, levados pela estultície e pretensão de um ricoço exótico, a operar “*in anima vile*” - resolveu vingar-se do fazendeiro, locando naquilo que o rico julga ser a coisa mais digna, importante e preciosa do mundo: o DINHEIRO! Cobrou-lhe o valor do serviço, pois, com largueza, isto é, arrancou-lhe uma pequena fortuna.

Vingou-se, é certo, do insulto, mas o povo que tudo sabe e a que ninguém perdôa, pespegou ao médico o epíteto de Capa Mico! A sua situação profissional, na localidade da Laje, tornou-se insustentável e, até hoje, ainda se relembra, com ironia, a façanha do fazendeiro e a insustentabilidade médico-profissional do Dr. Capa Mico!

XVIII

A fundação do Município de São José do Avaí

Em 1884, quase nas vésperas da Abolição e da República, a única povoação ainda atrofiada era a futura cidade de Itaperuna. Era esta, naquele tempo, um minúsculo burgo, então conhecido por Arraial do Porto Alegre. (...) Malgrado, porém, sua insignificância, foi êle o escolhido para centralizar a administração de um novo município, criado em 29 de dezembro de 1887, com o nome de São José do Avaí. (O HOMEM E A SERRA: Alberto Ribeiro Lamego, página 228).

Conforme tivemos a oportunidade de clarar, no início do presente trabalho - não é nosso escopo escrever a História de Itaperuna, visto já ter sido o assunto tratado, com especial e minudente carinho, por dois historiadores regionais, cujos nomes têm sido sobejamente citados no transcurso destas linhas. E, se um no momento focalizamos a matéria sob a epígrafe: Fundação do Município de São José do Avaí - fazêmo-lo com os olhos voltados para o esforço que a Laje expendeu na consecução de tal desiderato.

De início - e sem que essa nossa atitude possa ferir susceptibilidades alheias, pois não é esse o nosso desejo - queremos citar que, na Fundação da Vila de São José do Avaí, Itaperuna deve muito, se, não, quase tudo ao esforço constante e desassombrado dos políticos lagenses que não mediram trabalho, até a afinal obtenção do município pelo qual sempre sonharam.

Tanto assim é que, desde a fundação da Imprensa da região, representada pelo “O LAGENSE”, em 1886, teve êsse jornal as colunas voltadas à causa da emancipação política da zona, emancipação essa que somente seria possivelmente lógica, se se contando com a criação de um município, cuja sede ficasse equidistante das demais freguezias estabelecidas na região.

O local mais indicado para o estabelecimento do município em perspectiva, seria, pela sua centralização, a Estação do Porto Alegre - ponto terminal da Segunda Secção da Estrada de Ferro do Carangola.

Não podemos furtar-nos ao desejo da de dizer, embora de passagem, que, naquele tempo, a Laje era a freguesia mais credenciada, quer social, quer política, comercial, econômica quer demograficamente, para pleitear, junto aos poderes competentes, a sua emancipação política ou, pelo menos, tirar da sua situação privilegiada maiores e melhores proventos.

Por questão, entretanto, de pura modéstia ou por sentir que o bem estar coletivo deve ser colocado acima das competições de um só grupo, sobrepujando interesses minoritários - ela, a Freguesia da Laje dava, conforme deu, todo o esforço pessoal para que os futuros municípios se beneficiassem em igualdade de condições entre si, em vez de tirar ela, como no caso do Leão que faz a partilha, a maior porção para quem parte e reparte.

Seu maior desejo sempre foi lutar. E tinha Laje razão formal de esforçar-se por essa emancipação, porque era ela a maior entidade sacrificada entre todos os distritos e freguezias da região, pois que parece ter sido fadada, como Ahsverus, a andar, de um lado para o outro, de mão em mão, sem achar repouso. Parece que se tornara joguete político dos interesses da politicagem que já existia naquele tempo.

Chegamos a querer pensar que, quando qualquer freguesia da zona desejava emancipar-se, sem que tivesse a capacidade de resolver, por si só, as exigências necessárias, tais como densidade demográfica,

produção comercial e agrícola, inclusive “templo próprio para o serviço divino, julgado tal pelo Ordinário”, para funcionamento dos órgãos oficiais da Justiça ou da Municipalidade (o que a Laje já possuía, desde 1861) – lançavam mão da Laje, à sua revelia, a qual, pesando na balança econômica, precipitava ou ajudava, cataliticamente, a obtenção de despacho relativo à criação do município.

Provavelmente, em face disso, foi que a Freguezia de Laje andou de Campos para São Fidélis; de São Fidélis para Santo Antônio de Pádua, até chegar, finalmente, a vez de ser fundada a Vila de São José do Avaí, onde viria descansar das suas quase infinitas peregrinações por terra alheia.

Parece absurdo, ou, mera literatice o que vimos de dizer. Mas, se analisarmos, por exemplo, os termos e com que, em 3 de outubro de 1880, a comissão do distrito da Natividade se dirigiu à Laje⁷⁰, convidando-a cerrar fileiras, para fundação do “NOVO MUNICÍPIO” - poderíamos concluir, sem muito esforço, que havia alguma coisa velada, nas entrelinhas do ofício, quando aquela, a Natividade, dizia que “enquanto não se instalar o município no Porto Alegre, poderá a comissão concordar que a sede provisória dêle seja na Freguezia da Laje”.

Seria isso, certamente, o engôdo lançado para atrair a Laje à campanha da emancipação, que seria dura, se não contasse com alguma entidade política, à feição da Laje, que pesasse na balança econômica e política local.

A Freguezia da Laje, de coração aberto pela sinceridade que lhe é peculiar, sem falar em dinheiro, mas, apenas, referindo-se ao bem estar moral, social e político da zona, que tantos e reais benefícios colheria dessa medida - abraçou a campanha, imediata e sòfregamente, nomeando, por sua vez, após reunião concorridíssima, levada a efeito no corpo da Matriz da Nossa Senhora da Piedade, a comissão lajense que deveria trabalhar com os “Carangolenses” para o fim comum de alcançarem, junto as duas, a emancipação política que ela, a Laje, mais do que ninguém almejava para a região do Norte Fluminense.

Essa comissão, conforme já foi dito em páginas anteriores, organizado no dia 10 outubro de 1880, isto é, sete dias depois da reunião efetuada na Natividade, compunha-se das seguintes pessoas: - Comendador Venâncio José Garcia, Antônio Pires do Couto,

⁷⁰ Ver Capítulo XV.

Laurindo Januário Carneiro, Francisco de Assis Ribeiro dos Santos e José Carlos de Oliveira.⁷¹

De acôrdo com o que focalizamos anteriormente, houve, ou deve ter havido, nos bastidores da alta política fluminense, golpe rude, a fim de afastar, cada vez mais a Freguezia da Laje do cenário político da Zona, ligando-a, em 1882, a Santo Antônio de Pádua, para constituir um município, cometendo, até, êrro geográfico palmar.

Não obstante o impacto sofrido, a Laje não se deu por vencida, continuando o seu trabalho o qual já vinha sendo efetuado desde 14 de setembro de 1881, quando fez, por intermédio do Deputado, Dr. Francisco Portela, uma representação à Assembleia Provincial, pedindo sua desanexação do Município de São Fidélis, a fim de voltar novamente para Campos. Em 6 de outubro de 1882 reeditava estava o pedido.⁷²

Enquanto a Laje trabalhava políticamente, a Natividade se fazia muda, a ponto do historiador Leopoldo Muylaert Junior expressar-se do seguinte modo: “mais sete anos decorreram sem que nenhuma providência fôsse tomado a bem da criação da Vila”.

Enganava-se o historiador citado, pois, como os fatos demonstraram, a posteriori, a Natividade, de mãos dadas ao Presidente da Estrada de Ferro do Carangola - Dr. Francisco Portela - também Deputado à Assembleia Provincial, conseguia, pelo decreto nº 2810, de 24 de novembro de 1885, a criação do MUNICÍPIO NOVO, com o nome de ITAPERUNA, nome êsse que foi até sugerido pelo próprio Dr. Francisco Portela, consoante o que escreve o historiador Porphírio Henriques - Obras citadas - página 82:

Êsse nome foi escolhido (...) pelo Dr. Francisco Portela que, como o médico da Prefeitura de Campos, e depois Presidente da Estrada de Ferro do Carangola, tinha contacto com a nossa zona, desde 1871. Conhecia a nossa gente e os acidentes geográficos da região. (...), Nas suas caçadas, embrenhado pelas matas, o Dr. Francisco Portela conheceu uma grande elevação de pedra na parte ocidental da Freguezia de Santo Antônio do Carangola, cuja elevação (...) parecia o dorso de um elefante. Realmente essa pedra passou a chamar-

⁷¹ Ver Porphírio Henriques - Obra citada.

⁷² Ver Porphírio Henriques - Obra citada.

se “pedra do elefante. Realmente essa pedra passou a chamar-se “pedra do elefante”. (...) Para quem vinha do sul, com direção ao norte, até chegar a essa pedra, teria de passar pelo local onde hoje se encontra a cidade de Itaperuna. O nome de ITAPERUNA teve origem na existência dessa pedra. “ITA”, pedra; “UNA”, preta; e “PER”, caminho, o que vem a ser “CAMINHO DA PEDRA PRETA”.⁷³

Êsse NOVO MUNICÍPIO de Itaperuna não logrou efetivar a sua criação, pois, se o conseguisse, a Freguezia da Laje teria ficado sòzinha na arena, por que seriam letra morta, certamente, os termos do officio referente à reunião de 3 de outubro de 1880, na Natividade, secundada pela reunião efetuada na Laje, sete dias depois.

Temos a impressão (tanto quanto êsse fato pode ser discernido desta longa distância de 80 anos) que, se a Natividade tivesse conseguido efetivar a criação do “SEU” MUNICÍPIO NOVO DE ITAPERUNA, tal município, recém-criado seria localizado, sem dúvida, na Natividade mesma. Depreende-se isso ao ler-se a discussão, ferida na Assembléia, em tórno da criação da Vila de São José do Avaí, em 1887, isto é, dois anos depois da criação da Vila de Itaperuna em Natividade, conforme o seguinte trecho de Leopoldo Muylaert Junior (Obra citada):

Ao passo que a atual sede (creada em 1885, com o nome de Itaperuna), além de colocada em um recanto, no extremo da Província, é asfixiada por altas e ininterrompidas montanhas que serão sempre invencíveis obstáculos de sua grandeza e prosperidade.

Transformada em letra morta a empenhada palavra da Natividade – a Laje, por coerência, manteve-se no seu pé de dignidade, trabalhando para beneficiar a coletividade. Sentia agora, mais do que nunca, fazer-se mister a criação e localização de uma comarca no centro da região, nesse caso, o Porto Alegre. E nisso empenhou-se duramente.

⁷³ O nome ITAPERUNA também pode ser compreendido como *ITAPIR – UNA*, isto é: *ITA*, pedra; *TAPIR*, anta (*Tapirus americanus*) *UNA*, preta. Em vez de *ITA-TAPIR UNA*, passou-se a dizer *ITAPIRUNA*, depois *ITAPERUNA*, a lembrar a pedra que tinha a feição de dorso de elefante ou de *ANTA PRETA*. Também não poderia ser *I*, rio; *TAPIR*, anta; *UNA*, preta, ou melhor, “*RIO DA ANTA PRETA*”? Ver Mario Pinheiro Motta – Obra citada.

A oposição, na Assembléia, debatia-se contra a localização de tal comarca no Porto Alegre (tentando, lògicamente, manter o *stato quo*), alegando que “esta sede está em uma Estação da Estrada de Ferro do Carangola; é denominada Porto Alegre, tem apenas três casas, sendo uma a estação; a outra, um hotel e a última comercial”, tendo a cidade em perspectiva “pequena área de terreno, limitado de um lado por uma montanha e, de outro lado, pelo Rio Muriaé que o alaga no nas enchentes”.⁷⁴

De qualquer modo, conseguiu a Laje a sua finalidade, conforme se depreende da carta que o Conselheiro Thomaz Coelho escreveu, de Campos, ao Comendador Venâncio José Garcia, dando-lhe ciência dos resultados das sessões da Assembléia, que culminaram com a elaboração e aprovação do projeto de fundação do “NOVO MUNICÍPIO”, conforme se lê em o *ÁLBUM DO MUNICÍPIO DE ITAPERUNA*, de Leopoldo Muylaert Júnior, e transcrevemos literalmente:

Recebi hoje telegrama do Dr. Coelho Barroso, noticiando-me haver sido aprovado pela Assembléia Provincial o projeto da criação do novo Município de São José do Avaí, cuja sede é Porto Alegre e do qual fará parte a Freguezia da Laje. Congratulo-me com o amigo que tanto empenho tem feito pela criação da nova Vila; sinto-me satisfeito por me haver desempenhado do compromisso que com o amigo tomei, e que dependia, conforme lhe afirmei, da aprovação do Sr. Conselheiro Paulino de Souza. Desde que conseguimos, tudo se facilitou, como eu previa. Convém, agora, apressar a construção dos edificios públicos para a instalação do novo município.

O Decreto nº 2921, da criação da Vila de São José do Avaí, foi promulgado no dia 29 de dezembro de 1887. O historiador Leopoldo Muylaert Junior, tomado, certamente, de farta dose de escrúpulo, não emitiu uma linha sequer de comentário, no que tange aos debates travados na Assembléia Constituinte Provincial, quando da discussão que foi longa, do projeto que culminou na promulgação do Decreto acima citado. Limitou-se, apenas, a transcrever os anais da Assembléia que, nesse caso, tiveram, como ponto vital, a Freguezia

⁷⁴ Ver APÊNDICE, Nota nº 19.

da Laje, sua posição geográfica e política; que tudo, em suma, girou em tórno do nome e das qualidades intrínsecas da citada Freguezia.⁷⁵

No decurso das oito folhas, de colunas duplas, do **ÁLBUM DO MUNICÍPIO DE ITAPERUNA**, uma só palavra aparece como temática: - a Laje, as “justas reclamações de uma laboriosa e ubérrima Freguezia, que vê sacrificados os seus mais importantes interêsses, porque de sua e prosperidade outra (Pádua) depende para viver” e, finalmente, entre muitos assuntos, “as representações dirigidas pelos moradores da Laje a esta Assembléia e à Administração Provincial, pedindo sua passagem para Campos, em nome dos seus interêsses altamente prejudicados”.

Depois de serenados todos os ânimos; depois de instalada a Vila de São José do Avaí - qual teria sido a atitude da Natividade, em face de tudo isso? A resposta sòmente poderia ter sido uma: - Conformismo!

Êsse conformismo, porém, deixou, certo dia, transparecer uns laivos de amargor profundo, como se pode ver, por exemplo, na página de rosto, em pleno cabeçalho, do periódico publicado naquela localidade carangolense, em 1908, de nome “O INDEPENDENTE”, ostentando o lema, tremendo e nada simpático: - DELENDIA ITAPERUNA!, isto é, é preciso destruir Itaperuna, conforme se destruiu Cartago e, do lado opòsto, êste dístico: “MUDANÇA DA SEDE”.

Finalizando o presente capítulo, ousáramos formular esta pergunta inconseqüente: - Por que não houve transferência da sede da comarca para as margens do Carangola, nem se destruiu Itaperuna?

A resposta, certamente, se adivinha, sem que haja necessidade de dizer-se que o Muriaé é senhor e Rei do Norte Fluminense, a quem os cursos d’água menores vêm prestar inevitável vassalagem e que, antes de banhar Itaperuna, beijou os pés da Laje.

Ao apagar das luzes, porém, dêste capítulo, sentimos não nos ser possível sopitar o desejo - agora - dizer uma verdade que não terá boa receptividade no coração dos itaperunenses de Itaperuna. Seria o seguinte: - A Laje, desde 1885, sem Compromisso político com a Natividade, poderia ter lutado por trazer a sede do **NOVO MUNICÍPIO** para a sua casa. Preferiu, contudo, ser coerente, para dar exemplo aos pósteres da sua inflexibilidade de caráter. Enfim,

⁷⁵ Ver APÊNDICE - Nota nº 19.

a bem da verdade, deve se concluir: - a Cidade de Itaperuna é o prolongamento político da Laje, ou melhor, é, historicamente, a CIDADE DA LAJE que foi criada com o nome de São José do Avaí e, localizada no arraial do Porto Alegre.

XIX

A instalação do Município de São José do Avaí. A Lei Áurea – A Milícia Negra – Os Conservadores e os liberais – “As Garrafadas da Laje do Muriaé”

Dois dias antes de terminar o ano de 1887, ou, melhor, o amanhecer do ano de 1888 - era promulgado, como se disse anteriormente, no capítulo passado, o decreto nº 2921, que criou a Vila de São José do Avaí - trabalho importante do qual participou, intensa e decisivamente, o Comendador Venâncio José Garcia.

De acordo com o § 5º do Decreto em apêço, e qual determinava que

O Presidente da Província mandará instalar a nova Vila de São José do Avaí, logo que se acharem definitivamente concluídos os edificios destinados à igreja matriz, paço da câmara municipal, casa do

júri e cadeia, que os povos daquelas Freguezias se comprometeram a fazer construir à sua custa.

Foi aberta subscrição à qual os elementos de projeção social e política da zona, principalmente da Laje, correram a subscrever cotas substanciais.

Participava da comissão angariadora de fundos para construção dos edifícios públicos da sede do município, o Comendador Venâncio José Garcia, ao lado de alguns outros, cujos nomes não são citados pelos historiadores locais.

As obras foram atacadas de rijo, mas alguns dias depois da proclamação da Lei Áurea, a qual, em 13 de maio, declarava libertos todos os escravos - quase que as construções estiveram a ponto de ser suspensas, porque vários dos subscritores de cotas não puderam ou não quiseram integralizar as parcelas subscritas, conforme “e que colhemos de uma carta do Tenente Eduardo Gatto ao Comendador Venâncio Garcia, em que esse tenente pedia àquele excusas por não poder fazer parte da comissão das obras da vila.⁷⁶

É possível que a Lei Áurea tenha deixado muitos proprietários de terras e fazendeiros - principalmente os que contavam com grande contingente de elementos servis - em situação econômica precária, como vinha de falar veladamente o Tenente Eduardo Gatto, proprietário da Fazenda do Angola que era, nesse tempo, um dos maiores redutos de escravismo da região, a principiar pelo próprio nome que, por si só, já lembrava um pedaço da África.

Nem por isso as construções deixaram de ter prosseguimento normal, tanto que o Presidente da Província, Conselheiro José Bento de Araújo, designava, pela liberação de 23 de março de 1889, o dia 10 de maio de 1889, para o procedimento das eleições dos vereadores à futura Câmara Municipal de São José do Avaí.

Feriu-se o memorável pleito eleitoral de 10 de maio de 1889, e, a 4 de julho, era instalada a Câmara de São José do Avaí - a mais original de tôdas as Câmaras. É que, dentro do período monárquico, estabelecia-se a Primeira Câmara Republicana do Império do Brasil!

Fato, também, curioso em tudo isso é que, na lavratura da ata de instalação da Câmara de São José do Avaí, não aparece, quer a

⁷⁶ Ver Leopoldo Muylaert Junior - Obra citada.

assinatura do Comendador Venâncio José Garcia, quer a do Tenente Eduardo A. da Silva Gatto, quer a de Eufrásio Rodrigues Flores, quer as de outros lajenses ilustres, pessoas de renome e importantes social e politicamente falando, acrescentando-se a isso, ainda, o fato notório de terem trabalhado intensamente pela criação da Vila.

Como se explica tal omissão? Como aceitar-se o fato de não terem tais homens participado do maior acontecimento político da zona e da época, isto é, da instalação da Vila de São José do Avaí, para cuja consecução tanto houveram trabalhado?

A explicação tem em mira duas causas:

- a) ECONÔMICA;
- b) POLÍTICA.

A causa econômica já está de fato explicada pelo que acima ficou dito, referentemente à libertação dos escravos, pois a libertação do negro deixou muitos dos proprietários de terra em condições de precariedade financeira. Politicamente falando, para melhor compreensão, exige de longa, pois teremos politicamente falando, e assunto, para melhor compreensão, exige delonga, pois teremos de partir das razões políticas e das conseqüências reais da Lei Áurea, conforme se tentará explicar.

A Campanha Abolicionista que, desde muitos anos movimentava políticos, jornalistas, tribunos e poetas, culminando, em 1887 e 1888, com José do Patrocínio, cognominado TIGRE DA ABOLIÇÃO, por Osvaldo Orico. Campanha essa que, depois de ter vivido na voz de Joaquim Nabuco ou nos versos condoreiros de Castro Alves em 1866 – veio encerrar-se na Lei Áurea, acarretando, consigo, uma outra campanha, conseqüência imediata à Libertação dos Escravos. É que a Abolição, abalando os alicerces econômicos e políticos do Império, abriu as portas da nacionalidade à CAMPANHA REPUBLICANA.

Temia-se, até, que a República pudesse antecipar-se à Libertação dos Escravos, embora José do Patrocínio, criticando e republicanistamente, Silva Jardim, retrucasse para um amigo: - Êsses republicanos que rossem, que vociferem. República numa Pátria escrava! Que contra-senso!⁷⁷

A Abolição chegou, num domingo, a 13 de maio de 1888, e José do Patrocínio, o arauto dos abolicionistas, e herói da Abolição

⁷⁷ Ver TIGRE DA ABOLIÇÃO - Osvaldo Orico.

- cuja palavra tinha o poder mágico e fácil da persuasão - sugeriu, alguns dias após àquele evento, a criação da GUARDA NEGRA ou da MILÍCIA NEGRA, para garantir a vida da Princesa Izabel - a Redentora da Raça Negra escrava - e a estabilidade do trono.

Os dois partidos políticos, existentes no Brasil, deram de sofrer modificações nas suas bases: o Partido Conservador, sentido que o trono ameaçava ruir - pois, os alicerces do Império estavam sendo abalados pelo vendaval das conquistas sociais do momento - aliciaram mais fôrças, abraçando e chamando a si a MÍLÍCIA NEGRA que Rui Barbosa abominava.

Os Liberais (o 2º partido político), por outro lado, mais esclarecidos pela realidade da época, abraçaram o Movimento Novo - a REPÚBLICA - que já se mostrava clara, como clarão de sol, de luz tingindo as bordas do nascente.

Êsses acontecimentos se refletiram na nossa zona que era perfeitamente politizada. Os Conservadores, escravocratas, Comendador Venâncio José Garcia, Tenente Eduardo Antônio da Silva Gatto, Capitão Euphrasio Rodrigues Flores, Joaquim José de Cerqueira, Manoel Xavier e outros.⁷⁸ Abraçaram e organizaram, veladamente, é certo, a MÍLÍCIA NEGRA local, enquanto outros Conservadores, mais esclarecidos, ou, menos pirrônicos, abraçados aos Liberais, davam as mãos aos REPUBLICANOS que tinham, à frente, a figura ímpar, inconfundível e simpática do ilustre médico, muitíssimo estimado dos lajenses - Dr. José Baptista da Costa Azevedo.

Era êsse o clima político da Laje, quando o Presidente da Província, pela deliberação de 23 de março de 1889, designava o dia 10 de maio para o procedimento das eleições dos vereadores à futura Câmara de São José do Avaí.

Foi nesse tempo, a 16 de abril de 1889, que o povo da Laje promoveu uma conferência republicana, com a presença de Nilo Peçanha, campista ilustre, um dos propugnadores daquelas idéias avançadas, iniciadas e também propagadas por Silva Jardim.

Debaixo de festa do júbilo popular, foi recebido entre nós o jovem tribuno que transmitiria ao povo a mensagem de fé e de redenção política, ditada pela nova ordem: - a República!

A conferência republicana realizar-se-ia nessa noite, no salão amplo do hotel, então existente ao lado direito da Igreja Matriz, precisamente no local em que hoje se encontra a Praça 1º de Maio.

⁷⁸ Ver Porphírio Henriques - Obra citada - página 320.

No momento em que se achava reunida a massa popular, em cujo seio se viam muitíssimas famílias da localidade, foi o prédio atacado (ao que consta, por ordem do Tenente Eduardo Antônio da Silva Gatto), atacado pela Fôrça Pública, “capitaneando uns 400 negros libertos, a mando dos escravocratas, que os convenceram de que os republicanos pretendiam escravizá-los de novo. Conforme pode-se verificar na escrita de Porphírio Henriques - Obra citada - Página 320.⁷⁹

Entrara em cena a GUARDA NEGRA que inaugurava, como diz o OSVALDO ORICO, em TIGRE DA ABOLIÇÃO,

uma época de terror que deu à nação enormes prejuízos em dinheiro e em vidas. Onde quer que brilhasse a centelha da luz republicana, surgia aí o conflito das raças, desencadeado pela fúria dos libertos em louvor da Rainha. (...) No interior, o liberto de punha a enxada, voltava costas à terra, punha no ombro a garrucha homicida e acudia em auxílio da Rainha que os remira, contra os republicanos que pretendiam re-escravizá-los. Guiados por essa senha, não admira que se verificassem fatos como os de Campos e da Laje do Muriaé. (...) Na segunda (localidade), a polícia, após uma série de distúrbios, prendeu no tronco um honrado cidadão por suspeita de idéias republicanas.⁸⁰ As Garrafadas da Laje do Muriaé, em abril de 1889 - escreveu Rui Barbosa, juiz Implacável da Milícia Negra - renovam as garrafadas da Côrte, em março de 1831, que pressagiaram o fim desastroso do primeiro reinado.⁸¹

⁷⁹ Rui Barbosa, em QUEDA DO IMPÉRIO, II vol. páginas 77 e seguintes assim descreve o assunto: - Telegramas de Campos e de Patrocínio anunciam que uma demonstração republicana, perfeitamente, legítima, tão legítima na sua constitucionalidade, na santidade do seu direito, quanto a mais alta autoridade das cabeças coroadas, foi alvo de um atentado que nos rebaixa ao nível da Cafraria. Massa enorme de policiais e libertos, armados, invadiu, o edifício onde se celebrava pacificamente um banquete democrático, espavoriu as senhoras, respondeu com ameaças de morte às palavras de afetuoso conselho pronunciadas pelo pároco das janelas do templo, disparou tiros, arremessou garrafas, tentou incendiar o prédio, espancou e feriu convivas inermes, tudo ao fragor de vivas à Polícia e à Rainha!

⁸⁰ RUI BARBOSA assim descreve o assunto: - “Os telegramas de ontem, acêrca das ocorrências do dia 17, na Lage do Muriaé, revelam novas circunstâncias de significação cada vez mais odiosa. O cidadão ANTÔNIO PEREIRA, ferido de um tiro, foi, ainda, em cima, submetido à prisão, subjogado a um tronco, torturado no decurso da noite, durante à qual se ouviram partir da cadeia gritos lancinantes”.

⁸¹ Ver TIGRE DA ABOLIÇÃO - Osvaldo Orico - Páginas 189 e 190. Em QUEDA DO IMPÉRIO, o parágrafo em apreço assim termina: - “É como o eco das vésperas de uma revolução anunciado, talvez, de longe as vésperas de outra, se a corôa fôr surda aos sinais de tempo”.

Podemos avaliar, das palavras supra-citadas que “As Garrafadas da Laje do Muriaé” foram acontecimento histórico de magna importância política, uma vez que Rui Barbosa situa o fato, ocorrido na Laje do Muriaé, no mesmo pé da igualdade com o movimento sedicioso acontecido na Côrte, em março de 1831, isto é, as Garrafadas da Côrte, que pressagiaram o fim desastroso do primeiro reinado, podem ser equiparadas às Garrafadas da Laje do Muriaé que pressagiaram o fim do Segundo Reinado.

Não há necessidade de dizer-se que houve depredação, fuzilaria, atropêlo, princípio de incêndio criminoso do prédio do hotel, muitas pessoas feridas, inclusive e o próprio Nilo Peçanha⁸², o qual mereceu da Guarda Negra a antonomásia de “O HOMEM DA CAPA PRETA”, por trazer um chale preto sôbre os ombros. Conseguiu, embora avisado pelos sediciosos, escapar à fúria homicida de tal gente, homiziando-se na casa de Fernando Guedes Gonçalves da Silva, de onde, alta madrugada, serenados os ânimos, e sob trajes disfarçados, conseguiu evadir-se, conduzido na fuga, até o Poço Fundo, por pessoas de confiança, tendo à frente José Garcia de Freitas.

Vinte e cinco dias depois dêesses acontecimentos que ficaram brilhando na História do Brasil, com o nome de “As Garrafadas da Laje do Muriaé”, isto é, no dia 10 de maio de 1889, feria-se o pleito eleitoral para escolha dos vereadores à Câmara Municipal de São José do Avaí. Pode-se, por isso, compreender quão tensa deveria, ainda, ser o ambiente político da zona.

Nessa altura dos acontecimentos deve-se ouvir a voz do historiador regional (Porphírio Henriques - Obra citada - página 321) que assim se manifesta: “Nas eleições que se seguiram, ainda na Monarquia, no glorioso 10 de maio de 1889, o eleitorado da Laje do Muriaé foi decisivo na vitória de se compor a primeira Câmara Republicana do Brasil”.

Antes de passarmos, porém, à narrativa dos acontecimentos posteriores, não podemos deixar de proclamar o seguinte: Foi a primeira vez que um dos historiadores regionais disse uma verdade, isto é, fez justiça à Laje. Lendo a frase acima transcrita, podemos

⁸² São as seguintes palavras de RUI BARBOSA: - “O tribuno popular, ferido também, evitou a assassinio com que o ameaçavam a fôrça e os libertos, sob a direção do comandante do destacamento, deixando o arraial, cujos pontos de saída estavam guarnecidos por malfeitores e pela polícia, disfarçado em operário rural”.

assegurar - como já o tínhamos feito anteriormente, usando, porém, de outras palavras - que foi a Laje do Muriaé quem fez e quem ergueu ao lugar de proeminência que desfruta, o nome de Itaperuna, visto ser a História de Itaperuna a própria História da Laje.

Fez-se a apuração das eleições no dia 29 de maio, levada a efeito pela Câmara de Campos.

No dia 4 de julho era empossada a edilidade e lavrada a respectiva ata de instalação do novo município. E, conforme disséramos no princípio dêste capítulo - as pessoas de alta representação político-conservadora da Freguezia da Laje deixaram de assinar essa ata histórica e memorável. Por que? Naturalmente porque, vencidas, politicamente, nesse importante pleito eleitoral, de 10 de maio, não quiseram, por formação própria, participar das festividades políticas, pois que, no fundo, tais festividades tinham dose acentuadíssima de vero republicanismo. E tais pessoas eram, no dizer de Porphírio Henriques, “conservadoras e escravocratas”, portanto anti-democráticos e anti-republicanistas.

A República e o Município de Itaperuna – A fragmentação do Município – As “Rosas de Malherbe”.– Síntese política

Proclamada a República - nada teve o município de São José do Avaí a modificar-se, porque era um município que, antes do advento da República, já era republicano.

Não houve, por isso, necessidade de golpes políticos, de “corre-corre”, de substituições apressadas dos elementos conservadores, reacionários e pirrônicos pelos “legítimos republicanos de última hora”.

Não houve gestos dessa natureza, muito comuns em todos os tempos e em tôdas as latitudes - porque, no Município de São José do Avaí, a luta que evidenciaria a fibra homérica dos gladiadores e definiria a posição e a honra dos lutadores - houvera sido travada na época oportuna, isto é, por ocasião da campanha eleitoral que culminou com a eleição memorável de 10 de maio de 1879, em que

os Republicanos vítimas “da reação mais desbragada e violenta do “cresça e apareça” vociferada aos quatro cantos pelos conservadores e escravocratas - venceram galhardamente a situação.⁸³

Essas posições, alcançadas de peito nu, tornaram-se mais preciosas ainda, por que foram conseguidas no tempo abusivo do voto descoberto, em que era considerado quase crime de lesa-magestade “votar contra o rei”.

Assim sendo, temos de render um preito de homenagem abstensa e imoral à fibra do nosso povo que, na época do trabuco, da MILÍCIA NEGRA et caterva (cuja prova sobejou na inesquecível e histórica “NOITE DAS GARRAFADAS DA LAJE DO MURIAÉ”) – tinha consciência política do gesto que estava praticando; tinha consciência segura dos princípios democráticos desposados – alcançando, destarte, a vitória antecipada que dignificaria e honraria o sagrado pedaço de terra que é a nossa terra: - a LAJE!

Foi, aproveitando o alto valor patriótico desse gesto, que Manuel Bandeira se exprimiu: “único município que não aderiu, porque era republicano, antes da República”.⁸⁴

Proclamada a República, a Câmara de São José do Avaí apenas mudou de nome, passando a chamar-se Intendência Municipal de São José do Avaí. Os Intendentes eram de nomeação do governo estadual, e, dentre êles, um seria nomeado Presidente da Intendência. A escôlha recaiu, como não podia deixar de ser, no Chefe do Partido Republicano local - a pessoa honesta e honrada do Dr. Costa Azevedo (José Baptista da Costa Azevedo) - médico de largo tirocínio profissional e de ampla visão política, morador na Laje do Muriaé, onde constituiu família, ao casar-se com Dona Cândida, filha de Cândido Francisco de Paula, pessoa de projeção social e política, fazendeiro abastado da Laje.

A governança do Estado do Rio de Janeiro foi parar às mãos do Dr. Francisco Portela, sendo um dos primeiros atos do seu governo o de transformar a Vila de São José do Avaí, ainda pertencente à Comarca de Campos, em cidade Independente, com o nome de ITAPERUNA, fazendo reviver aquele antigo nome dado, e sugerido por êle, à Natividade do Carangola, em 1885.

⁸³ Ver Leopoldo Muylaert Júnior.

⁸⁴ Manuel Bandeira - Ode ao Café - apud “A TERRA DA PROMISSÃO” Porphírio Henriques - Página nº 207.

O ato em aprêço foi o Decreto, datado de 6 de dezembro de 1889, vasado nos seguintes termos: “A Vila de São José do Avaí, criada pelas leis provinciais de 24 de novembro de 1885 e 29 de dezembro de 1887, fica elevada à categoria de Cidade, com a denominação de ITAPERUNA, com os limites do Município dêsse nome”.

A deliberação de 29 de dezembro de 1889 marcava o dia 11 de janeiro de 1890 para ser instalada a Comarca de Itaperuna.

Coincidiram com a instalação da Comarca de Itaperuna desmandos, em grande número suscitados pelo Governador do Estado do Rio, o Dr. Francisco Portela. E a consciente e bem timbrada política do Dr. Costa Azevedo não pôde, por isso, prestar solidariedade aos atos incoerentes da política desconexa do Dr. Portela, pois o Chefe político lajense reputava serem tais atos prejudiciais e lesivos aos interesses estaduais e municipais.

Em face disso, o Dr. Costa Azevedo, declinado do cargo de Presidente da Intendência Municipal de Itaperuna, passou a chefiar o partido de oposição ao governo estadual do Dr. Francisco Portela.

Para ocupar o cargo de Presidente de Intendência que a demissão do Dr. Costa Azevedo deixara vaga - o Governador indicou o nome do Tenente Eduardo Antônio de Silva Gatto, conservador e escravocrata, aquele mesmo que respondia pelo atentado terrorista da “NOITE DAS GARRAFADAS DA LAJE DO MURIAÉ”.

Enquanto isso se passava no terreno da política local, insuflada pela politicagem estadual - o Dr. Francisco Portela, pelo Decreto de 27 de junho de 1890, criava o município, ou, melhor, ressuscitava o Município da Natividade do Carangola, o qual era instalado a 14 de julho, isto é, 17 dias após a sua fundação, como que a apostar corrida com o tempo. A 27 de outubro de 1890 o Município da Natividade era elevado à categoria de TÊRMO e o mesmo ato marcava o dia 15 de novembro, do mesmo ano, para instalação do referido têrmo.

Em 24 de novembro, ainda dêsse mesmo ano, 1890, era criado (e, três dias depois, marcado o dia 15 de dezembro para a respectiva instalação municipal) o Município de Itabapoana, tendo por sede a povoação de Bom Jesus, com a denominação de Vila do Itabapoana.

Assim, fragmentado - o Município de Itaperuna ficou dividido em três pedaços: - o Têrmo da Natividade; a Vila de Bom Jesus de Itabapoana e, finalmente, a Laje que poderia ter sido, como já

disséramos anteriormente, Cidade - aquela mesma Cidade que ela fez com que se estabelecesse no Porto Alegre, num local em que só havia, naquele tempo, três casas, sendo uma a estação, a outra um hotel e a terceira, uma casa comercial, às quais vieram juntar-se mais duas: - A Casa da Câmara, Cadeia e Júri, (tudo isso no mesmo prédio) e a Igreja de São José.

Nessa época, vivia o Brasil um período sério de agitação política:

Incidentes começaram a aparecer entre Deodoro e seus sectários. Dividida a família republicana em várias correntes de opinião, não tardou que o generalíssimo, contrariado, chegasse a manifestar desejos de restaurar a monarquia.⁸⁵

Para melhor conhecimento do assunto em relação dos fatos, vale a pena transcrever o seguinte trecho, extraído de TIGRE DA ABOLIÇÃO - Osvaldo Orico, página 202:

Lealmente e patrioticamente (o Marechal Floriano) apoiado pela opinião nacional e pelas forças federais de terra e mar; seguro da exaço do dever, dentro do austero respeito e cumprimento da lei; escudado ainda ontem, pelas provas documentais, na dedicação e solidariedade dos Estados, que, por seus congressos intendências, governos eleitos e provisórios, juntas governativas, representantes das forças federais e estaduais, manifestaram incondicionais aplausos ao recente ato do governo, depositário supremo do poder público e seus dedicados auxiliares garantem à nação que as instituições políticas estão asseguradas e firmes, maugrado as investidas antipatrióticas, anárquicas, sediciosas, cheias dos mais revoltantes meios para a consumação de crimes de lesa-pátria.

Tomando posição de defesa, o governo constituído da República, na mão de Floriano - o Marechal de Ferro - então Vice-presidente da República, em exercício na suprema magistratura do país, fez encarcerar os sediciosos, deterrar alguns, deter muitos, sendo várias na fortaleza da Laje, outros na Willegaignon, e, na de São João. Entre

⁸⁵ Ver JOAQUIM LARANJEIRA - Floriano Peixoto - página 129.

os muitos prisioneiros figurava a pessoa do Dr. Francisco Portela.⁸⁶

Com isso, a política local voltou ao que era, assumindo, novamente, a direção da Intendência Municipal de Itaperuna o Dr. Costa Azevedo, caindo, mais uma vez, e para nunca mais se levantar politicamente do ostracismo que os acontecimentos vinham de determinar-o Tenente Eduardo Antônio da Silva Gatto, acompanhado de muito dos seus correligionários.

É o historiador Leopoldo Muylaert Junior que nos empresta estas palavras oportunas que abaixo passamos a transcrever:

Era de prever que, sopitados os primeiros ímpetos da nova organização porque passava o Estado, êsses municípios (Natividade, Bom Jesus e Itaperuna) tivessem a existência efêmera que tiveram. E assim foi. Chegados que fomos ao período constitucional, e depois de cairmos na fase da reflexão, seria absurdo conservar os três municípios em detrimento do bem estar público. Veio, por isso, o Decreto nº 1, de 8 de maio de 1892, no seu artigo 1º suprir os municípios de Itabapoana e Natividade, conservando o de Itaperuna.

Esta citação sugere-nos uma comparação poética, tão a gôsto dos líricos de outrora que, ao falarem, como Leopoldo Muylaert Junior, em “existência efêmera que tiveram aqueles municípios” juntariam poeticamente: “existência efêmera” que, “como as rosas de Malherbe, floriu e morreu!”, segundo diria, certamente, Azevedo Cruz, se a memória não nos falha.

Então, reunidos, novamente, sob a bandeira conciliadora da Laje - os três municípios (Natividade, Bom Jesus e Itaperuna) fundiram-se num só, numa síntese política sublime de compreensão humana (talvez contrariando desejos personalíssimos, interesses particulares e políticos de muitos) - para vencer, unidos, tempos afora, mais meio século, brilhando, como astro de primeira grandeza, no céu do mapa azul do Norte Fluminense, com o nome de ITAPERUNA, mirando-se, como rainha caprichosa que sempre foi, no espelho da água perene de três rios : Itabapoana, Carangola e o Muriaé.

⁸⁶ Ver TIGRE DA ABOLIÇÃO - página 203.

XXI

Desintegração territorial – Perde a Laje 50% de seu vasto território

“Poucos municípios têm sido tão mutilados... A cada instante, por isso ou aquilo, sofrem as divisas. (...) Foi diminuindo de modo a causar tristeza a seus filhos. (...) Maldade dos homens? Não sei bem. Talvez capricho de seu próprio destino”.

Essas palavras, de amargo ressaibo, escritas por M. Toledo Piza, e encontradas à página 235 do seu livro ITAOCARA ANTIGA ALDEIA DE ÍNDIOS - parece que foram escritas, sentindo o autor a vida da FREGUEZIA DA LAJE, ou, tendo à frente dos olhos a terra de nós muito amada, vivendo destinos irmãos.

É que, também, a Laje foi princesa e, pontificando do tópo do seu sólio de perene beleza, ditou e prègou civismo, escrevendo, com as letras de ouro do seu sangue, página de sublime elevação política, para honrar a Pátria, como na NOITE DAS GARRAFADAS DA LAJE DO MURIAÉ.

Do seu solo bendito que o Muriaé fecunda, brotou a mais pujante lavoura de Café de todos os tempos e, dos seus frutos outros povos se beneficiaram, sem saber da terra anônima que espalhava tais frutos.

Filha diletta da Monarquia, foi irmã mais velha (a primogênita) da República e foi mãe de cidades - pois ajudam a gerar Pádua; e foi do seu ventre de *Mater Admirabilis* que se processou, durante nove anos, a gestação da Vila de São José do Avaí, isto é, de 10 de outubro de 1880 a 10 de maio de 1889.

Do patamar de Minas Gerais, no Poço Fundo, a Laje estendia-se (cingida pelo cinto de castidade do Rio Muriaé) até a Barra de São Domingos e, abraçando São José de Ubá, conservava com a Natividade por cima do muro da Serra da Jacutinga.

Eram mais de 1.000 quilômetros quadrados de gleba preciosa todo o seu largo patrimônio territorial, onde as matas umbrosas abrigavam índios mansos da tribo dos Puris; as encostas das serras, lavouras de Café; o fundo do vale, fazendas de paredes brancas como as noivas do sol; o fundo dos riachos, ora encachoeirados, rápidos cantantes, ora calmos e leves, o ouro de aluvião, dormindo sono de rico.

Senhora que foi de tão largos domínios geográficos, não se admira que vários a cortejassem, muitos a desejassem e quase todos quizessem chamá-la a si, para aumentar seus próprios bens.

Parece que tudo começou no tempo do Governo Provisório, isto é, um ou dois anos depois da Proclamação da República. Vejamos:

Pelo Decreto nº 156, de 9 de dezembro de 1890, foi anexada ao 1º Distrito de São José do Avaí a parte da Freguezia da Laje, compreendida na região do Limoeiro, assim como o terreno do Ribeirão da Salgada e as terras em frente à Cidade de São José do Avaí, terras estas que se encontravam à margem direita do Rio Muriaé, precisamente onde é hoje a parte da cidade denominada NITERÓI DE ITAPERUNA.

Em 4 de maio de 1891, o Decreto nº 212 desmembrava da Laje “o território que converge para o Ribeirão denominado Fumaça, a partir das cabeceiras até a barra do córrego Serrote, compreendidas tôdas as vertentes dêste território, que passa a pertencer à Freguezia e Município de Natividade do Carangola”.

Devemos lembrar-nos de que, a 6 de dezembro de 1889, isto é, 21 dias depois de proclamação a República, o Decreto nº 2, dêse dia, transformava a Vila de São José do Avaí em cidade, com denominação de ITAPERUNA. Mal Instalado o novo município, era êle partido, arrancando-se-lhe um pedaço, para fundar o Município de Natividade. Ainda não estava cicatrizada a ferida e trava-se-lhe um segundo pedaço a fim de formar o Município de Bom Jesus de Itabapoana. Ficava, então o Município de São José do Avaí dividido em três pedaços: o 1º pedaço, o Município de Natividade; o 2º pedaço, o Município de Itabapoana; o 3º pedaço, o Município de Itaperuna pròpriamente dito.

Na constituição do 3º Município, o que foi feito? Quem emprestou, quem cedeu terras e personalidade para a formação do Município de Itaperuna pròpriamente dito? Vejamos:

Pela deliberação de 11 de agôsto de 1891, ficou o têrmo de Itaperuna obedecendo a seguinte divisão: 1º - O PRIMEIRO DISTRITO de São José do Avaí, com seus limites antigos. 2º - O SEGUNDO DISTRITO de São José do Avaí, com seus limites antigos e o terreno limitado por uma linha constituída pelo rumo de cima da Fazenda de São Pedro em direção à terra do Simão, e por ela até a Serra do Bernardino e a Serra do Garrafão, aos rumos dos fundos da Fazenda de São Domingos, até o Ribeirão do mesmo nome, e por êle até a sua Barra no Rio Muriaé. 3º - Constituído pelo antigo distrito da Laje do Muriaé, pertencente à antiga Freguezia de Nossa Senhora da Piedade. 4º - Constituído pelo antigo distrito de São Sebastião da Boa Vista (Pelados), pertencente à mesma Freguezia da Laje do Muriaé.

Pelo que se viu, perguntamos, o que era o Município de Itaperuna pròpriamente dito? O que era o 3º pedaço do Município de São José do Avaí? A resposta é fácil, dêse que se atente para o seguinte: - O PRIMEIRO DISTRITO era Cidade, aquela cidade que tinha três casas: a estação, hotel e a casa comercial (que deveria ter sido a do Figueiredo) às quais se vieram juntar a Casa da Câmara e a Igreja de São José. O SEGUNDO DISTRITO era aquela região de São Domingos que outrora já pertencera à Laje, quando a Laje alcançava a Barra de São Domingos. O TERCEIRO DISTRITO era a própria Laje, isto é, tôda a Freguezia antiga de Nossa Senhora da Piedade da Laje. O QUARTO DISTRITO seria mais um pedaço da Laje que é hoje ITAJARA e, naquele tempo o arraial do ÔCO DO

PAU e o arraial de São Sebastião da Boa Vista, primitivamente Pelados. Praticamente, como se viu, êsse TERCEIRO MUNICÍPIO era, sem tirar nem pôr, a Laje.

Mas, depois de re-estabelecido o MUNICÍPIO DE ITAPERUNA, ao qual se vieram juntar, novamente a Natividade e Bom Jesus do Itabapoana - a Laje não foi re-integrada do seu vasto território. Dos seus 1.000 quilômetros quadrados, ficou reduzida, mais ou menos, a 500 quilômetros quadrados, ou, pouco mais do que isso.

E, como M. Toledo Piza, referente a Itaocara, perguntamos e respondemos: “Maldade dos homens? Não sei bem. Talvez capricho do seu próprio destino”.

XXII

O amanhecer do século XX – O recrudescimento do impaludismo no Vale do Muriaé – O renascimento da Laje

Nenhuma das Províncias do Brasil sentiu, como êle (Estado do Rio de Janeiro), as conseqüências das abolições do elemento servil; e a desorganização do trabalho que resultou da Lei Áurea produziu a crise que, mais tarde, estalou sob o regime republicano, encontrando-o desaparelhado para resistir à explosão. Depois disso o quase abandono da policultura despertado pelos remuneradores preços a aqui o Café atingira em safras diversas, agravou-a de novo quando sobreveio em todo o país, ao lado da econômica, a crise financeira.⁸⁷

Pondo de lado o gesto humanitário da libertação dos escravos; o lirismo da medida emancipadora que teve, na pessoa da Princesa Izabel,

⁸⁷ Ver Álbum do Estado do Rio de Janeiro – J. Pompeu de Castro Albuquerque – 1908.

o anjo tutelar dos filhos de Cam - não pôde o Brasil deixar de reconhecer os desastrosos efeitos econômicos do ato libertário do servilismo.

Para a Província do Rio de Janeiro, os efeitos negativos da libertação do negro foram maiores do que em qualquer outra parte da comunidade brasileira.

Nesta nossa Província desenvolvia-se, naquele tempo, com tôda a potencialidade exuberante da terra nova, a cultura rendosa da rubiácea que, para ser movimentada e levada ao auge da produtividade que a caracterizou naquele tempo e, na nossa zona - mister se fez que os senhores de fazenda investissem grandes somas de dinheiro no elemento humano, comprando escravos, cujos preços atingiam a soma de um conto e quinhentos mil réis por cabeça, se não mais, enquanto a terra valia, apenas, de 50 a 100 mil réis o alqueire de cem braças quadradas, na nossa região. Por fôrça da Grande Lavoura, a população servil da Laje era verdadeiramente fabulosa.

Em virtude disso é que a Freguezia da Laje se tornou brilhante, social e politicamente falando, na época do Segundo Império, conforme tivemos a oportunidade de falar minudentemente, linhas acima. Êsse brilhantismo ficou oscilando nas suas bases quando do impacto da alforria do elemento cativo.

Foi nesse ambiente, quase de derrota, que surgiu a República. Fazia lembrar a “cegonha triste” de Augusto dos Anjos “que, das ruínas de uma casa, assiste ao desmoronamento de outra casa”.

Era o monumento social que se desmoronava. O liberto dava costas à lavoura cafeeira que o maltratara, talvez muito menos do que o chicote do feitor e a fuga do homem liberto - o emigrante voluntário da Lavoura - significava a ruína da plantação, invadida pelas ervas daninhas - fedegoso, mata-pasto, guaxima, carrapicho, aranha-gato - porque, na linguagem de Quintino Bocaiuva, “os escravos eram os únicos lavradores, ficando tudo entregue ao seu esforço muscular e ao seu automatismo inculdo”.⁸⁸

As tropas deixaram de transitar pelos caminhos, rumo à Estação; não havia Café para ser transportado e exportado, porque os grãos secavam nas vergôntes, sem mão o que os derriçasse. Sem trânsito, as estradas, também, eram invadidas pelas ervas plebéias do mato daninho.

⁸⁸ Ver Benedito Mergulhão - O General do Café na Revolução Branca de 37 - página 32.

As valêtas que drenavam alagadiços e brejais, a fim de mantê-los hígidos - eram atupidas pela mão silenciosa do tempo e, naqueles brejais ressuscitados, voltava o culicídio a desovar, espalhando, em seguida, o mal da palude.

A Casa da Fazenda, onde resplandecera a glória social do Segundo Reinado, entrava de desmoronar-se. Em tudo sentia-se o bafio desolador da ruína eminente. O Vale do Muriaé enchia-se, outra vez, de Impaludismo, voltando a gozar da má fama de zona paludosa. É que faltava o braço do homem, mesmo servil.

Foi nesse ambiente de desolação e desengano que amanheceu o Século XX na nossa terra. O grande homem da política local - Dr. COSTA AZEVEDO - que trouxe, pela mão, do fundo da alma do lajense, a REPÚBLICA, para, antes do tempo, mostrá-la ao Brasil - estava morto aos 40 anos de idade. João Antônio Alves de Britto, dona das Três Barras, seria o substituto de Costa Azevedo, embora não haja substituição para as almas de escol. Álvaro Augusto de Moraes Diniz que viria, mais tarde, nas pègadas do grande político, venceu, como deputado e cumpriu com relêvo algumas legislaturas, mas sempre na oposição, e a oposição era como as lavouras que morriam. Conforme, também, morreu e foi sepultado, em 7 de julho de 1898 no cemitério da Laje, o maior dos políticos conservadores da zona : - Comendador Venâncio José Garcia.

A empresa de bondes a vapor (Empresa de Viação da Laje do Muriaé) que João Antônio Alves de Britto, presidente da Câmara Municipal de Itaperuna e, depois, Deputado por êste Município, quizera organizar em companhia de José Tibúrcio Garcia de Mattos, chegando a pedir concessão aos poderes competentes, em 1893, a fim de transportar cargas e passageiros da Laje à Estação da Laje - entrou, definitivamente, na órbita da impossibilidade.⁸⁹

O prédio do Teatro Local (teatro que congregava a mocidade amante da Arte de Representar - tendo à frente a personalidade brilhante de Ignacio Guedes) ameaçava ruir.

⁸⁹ No Livro 22- págs. 65/6 do Arquivo do Cartório da Laje, encontra-se a seguinte ESCRITURA de contrato de fornecimento de dormentes para a Empresa Viação da Laje do Muriaé que fazem o Major Francisco Silvério Bastos e Tenente Coronel Manoel José de Souza Vieira à Diretoria da Estrada representada pelo Capitão Manoel Rodrigues de Oliveira Castro, secretário da Empresa em 23.10.1894 para fornecimento de 12.000 dormentes pela quantia de 15 contos de réis, isto é, à razão de 15\$000 por dúzia de dormentes de 1 metro de comprimento, por 15 de largura e 10 de espessura.

O marasmo tomou conta da zona que, parece, ficou estática no tempo. Dizia-se, sem reboços, que, em Itaperuna, até as árvores, à beira dos pantanais, tremiam de febre.

O dinheiro entrou de desvalorizar-se e o Café, sem braços para a lavoura, era substituído pelo gado *vacum* e pela policultura. Mas é que a Lavoura Branca - tão diferente da do Café - não pesava na balança econômica local.

Com tudo isso, embora, a Laje continuava de pé. Politicamente, João Antônio Alves Britto, aquele que pretendia substituir Costa Azevedo, foi derrotado eleitoralmente, por Macário Garcia de Freitas e José Tibúrcio Garcia de Mattos, que passaram a ser detentores da política municipal. E, um dos primeiros gestos políticos de Macário Garcia de Freitas, como presidente da Câmara Municipal de Itaperuna, foi o de instituir campanha vigorosa contra a malária, beneficiando, assim, o município que sofria, grandemente, o malefício da endemia.

Na Laje, do ponto de vista social, com o nome de Clube Musical 5 de Novembro, a Lyra Lajense elegia, em 5 de novembro de 1902, a sua Diretoria que passou a ter a seguinte composição: - Presidente, Álvaro A. Moraes Diniz; 1º Vice-Presidente, José M. Cerqueira Pinto; 2º Vice-Presidente, Antônio Tannus; Tesoureiro, José de Souza Malta; 1º Secretário, Cesalpino Fernandes, 2º Secretário, Homero Garcia Pinto; Fiscal, Tenente Francisco Garcia Pereira; Orador, Padre João Baptista Reis.

Em 1904, quando mais acesa se achava a guerra, no Extremo Oriente, em que a Rússia dos Tzares media fôrças com o Império do Sol-Nascente, numa disputa de titãs - na Laje do Muriaé, IGNACIO GUEDES fundava o LAJE SPORTE CLUB, composto de dois *teams*, cognominados RÚSSIA e JAPÃO que, no gramado que havia no Largo da Matriz, ou, no Largo do Rosário, se degladiavam com o mesmo ímpeto guerreiro dos seus homônios no campo verdadeiro de batalha, onde se sagraram, para a posteridade, TOGO e STOESSEL. Na Laje do Muriaé não houve heróis futebolísticos, mas, em compensação, não houve vencedores ou vencidos, como naquela guerra verdadeira.

Em 1909, segundo Porphírio Henriques, obra citada, houve um movimento local, para a reconstrução da Matriz da Laje, o qual não logrou o seu objetivo, mesmo tendo à frente a seguinte Comissão: - Álvaro A. de Moraes Diniz, Presidente; Alexandre

Cascardi, Vice-Presidente; João Francisco Ligiéro, Tesoureiro; João Alberto de Mendonça, Secretário; José Estevão Garcia Bastos e José Garcia Bastos, Procuradores.

Dêsse tempo, nossa memória infantil gravou um fato pitoresco, mercê do qual se poderá avaliar de como vivia e se divertia a Sociedade Lajense de então.

Recorda-nos que o grande acontecimento, capaz de congregar a sociedade, ou certamente, uma parte dela era representado pelo *pic-nic*.

Os locais preferidos para essa reunião eram, geralmente, a Chácara do Belo, a Cachoeira do Paranhos, ou, às vezes, a Cachoeira do Padre João, situada à distância de meia légua, seguramente, rio acima.

Foi nesse último lugar que se reuniu boa parte da sociedade lagense daquele tempo, num *pic-nic* original, talvez o mais original do que nós temos visto em tôda a nossa vida, e que a memória infantil gravou para sempre.

É certo que, com os meus cinco anos de idade, não teria participado dêsse convescote, mas lembra-me perfeitamente a volta alegre do pessoal que tomara parte ativa nos “comes e bebes” da festança ao ar livre: é que a turma descia, rio abaixo, em botes e canôas engalanados e, à chegada do arraial, a Lyra Lajense - que naquele tempo se chamava Clube Musical 5 de Novembro - com o garbo que sempre lhe foi peculiar - fez vibrar os ares, que os ingazeiros e as figueiras bravas da margem do rio faziam mais brandos e mais doces, com um dobrado cantante, harmonioso, sem fortes de bombos, sem rudezas de pratos e a tambores. E a Lyra Lagense lá se ia, rio abaixo, embalada na mansidão das águas. Veneza o não teria melhor. Não sabíamos, ao certo, e jamais ficáramos sabendo, se era a Lyra Lagense que boiava, cantando, rio abaixo, ou, se eram as águas do Muriaé que cantavam, carregando a Lyra. Cremos que, para os meus olhos e ouvidos, nunca houve, no mundo inteiro, semelhante espetáculo que comovesse tanto. Se vivermos cem anos, cem anos não serão suficientes à recordação de tão doce e inesquecível momento.

Em 1913, inaugurava-se na Laje a iluminação elétrica, depois da tentativa de iluminação a querosene, em 1899, quando o Cel. Macário Garcia de Freitas era presidente da Câmara de Itaperuna. Nessa data, 1913, a Companhia Fôrça e Luz Norte Fluminense iniciou a exploração comercial da Cachoeira da Fumaça, muito próxima da

Estação da Laje que foi, então, primeira localidade a se beneficiar com êsse grande melhoramento, quase um ano antes da sede. A primitiva Usina da Companhia Fôrça e Luz Norte Fluminense explorava naquele tempo apenas 1/3 da capacidade hidro-elétrica da Cachoeira da Fumaça que possui potencial hidráulico equivalente a 3.000 H.P., dos quais hoje já são explorados 2.800 H.P.⁹⁰

Significou isso uma grande melhoria da região que, lançando mão da eletricidade, deu de instalar as indústrias que a região comportava: máquinas de beneficiar café, arroz, laticínios e outras menores.

Verificou-se, em seguida, o grande e importantíssimo acontecimento regional: - a Profilaxia absoluta - por bem orientada - do Impaludismo. Foram drenadas tôdas as lagôas circunvizinhas à localidade; determinou-se executou-se, inclusivè o arrombamento do Tanque - o grande açude da Fazenda do Tanque - que datava, seguramente, de 1845. Por êsse gesto de larga intuição médico-profilática, a Laje conseguiu expulsar, para sempre, da sua casa, o Impaludismo, cujo foco, sem dúvida, era o Tanque, de gloriosa tradição sacrificada, daquele momento em diante, em favor da coletividade.

Depois da Grande Guerra (1914-1918), iniciou-se, de fato, um novo ressurgimento da Laje, que foi atingir o apogeu em 1928. Nesse período de dois ou três lustros, fomos como que tocados pela varinha mágica do milagre, outra vez, com o alvorecer da era do Petróleo. Com a valorização fictícia ou verdadeira do Café, a região lajense passou a ter “cjeiro de gasolina”.

A sociedade lajense começou a apresentar elementos humanos mais novos e mais evoluídos - estudantes de ginásio e de escolas superiores - filhos de uma geração disposta a fazer valer o Progresso que chegava à nossa zona nas rodas da Eletricidade e do Petróleo.

Os Fazendeiros, novamente abastados, faziam rolar pelas estradas de carro-de-boi, agora alargadas e aplainadas, sem caldeirões nem rieras, caminhões e automóveis que conduziam arrobas e sacos de Café, com diligente presteza, outrora arrastadas penosamente no lombo do burro. Graças a valorização da rubiácea, o Fazendeiro, no auge do Café-Capitalista (em antagonismo ao Café-Escravagistas que acabou em 1889), trocava a sela do cavalo marcheiro pela almofada macia do “Ford de Bigodes”.

⁹⁰ Ver Mário Pinheiro Motta - Obra citada.

E, na ânsia do processo que exigia pressa para mais depressa crescer - o Povo não podia esperar que o governo estadual ou municipal se dispusesse a fazer, na sua demora, funcionar a lerda máquina burocrática, a fim de votar uma verba, destinada á construção de uma estrada que se fazia necessariamente imperiosa: - organizava-se em bloco, ou um fazendeiro sòzinho, traçava e executava a obra, por conta própria. Foi assim que se fez a primeira estrada de automóveis no Norte Fluminense, com a extensão de cinco quilômetros, ligando a Laje à Estação da Laje, totalmente financiada e executada pelos Lajenses, sob a orientação tècno-prática do Senhor José Cerqueira Garcia. Foi, também, assim que José Garcia Bastos construiu, com recursos próprios, uma estrada de 18 quilômetros, que ficou conhecida na região pelo nome de ESTRADA DO ZÈQUINHA.

Nessa data, 1926, voltava a editar-se, sob a direção de José Cerqueira Garcia, “O Lagense” que, inaugurando nova fase de publicidade, circulou durante dois anos ininterruptamente.

Como, nos primórdios da Imprensa local (1886), era publicado, ao lado de “O LAGENSE” de Reys Távora, “O JARDINEIRO” de Ernestina Fagundes Varella - nesta segunda fase de “O LAGENSE”, de José Cerqueira Garcia, aparecia, também, outro periódico, de pequeno vulto, com o nome de “O BINÓCULO”, redigido por Antônio Augusto da Cunha. Pelo nome vê-se logo que o periódico não trataria de coisas sérias, mas ventilaria a face humorística que os fatos locais pudessem oferecer. Veio a lume em 28 de julho de 1927.

Ainda em 1926, com tôda a chuva que encharcava a terra e, com o Rio Muriaé a perambular nas ruas da Laje, como bom cidadão lajense, assistimos à re-inauguração da Igreja Matriz da Laje, terminada de ser re-edificada por Joaquim Honório, Joaquim Teixeira Marinho, João Alberto de Mendonça, João Francisco Ligiéro, Reginaldo Carreiro e muitos outros - levada a efeito em 14 de março de 1926, pelo Bispo de Campos, Dom Henrique Mourão - assunto êsse já focalizado por nós.

A Lyra Lajense, ou, melhor, o Clube Musical 5 de Novembro, não pode ficar indiferente ao movimento social, à evolução da zona. Resolveram os músicos, tendo à frente Celso Pinto Côre, Leonel Vargas, Maestro Nicolino Masini e muitos outros, sob a presidência de Padre João Baptista Reis, re-organizar a Lyra Lajense.

A nova corporação musical recebeu, então, o nome de Banda Musical 5 de Novembro, data essa que significava o dia natalício do Padre João, figura muito querida do Povo Lajense. E, com êsse nome, a Lyra Lajense tem-se mantido até agora, não obstante os revezes por que tem passado a entidade, inclusivè o pavoroso incêndio que devorou, em 1954, todo o prédio, todo o fabuloso arquivo musical da corporação, o qual vinha aumentando o seu acêrvo de belas partituras desde o tempo do Maestro Zé Velho, de Giuseppe Masini, em 1871, até a gestão do Maestro Nicolino Masini - O Belo. Consumiu-se, também, todo o instrumental de primeira qualidade que constituia magnífico patrimônio material e artístico daquela entidade cultural.

O Povo Lajense, porém, não se fez esperar: numa reação imediata, levou a efeito, incontinente, a reconstrução do prédio e aquisição instantânea do instrumental necessário à reabilitação material da Banda 5 de Novembro que, praticamente, em todos os tempos, não deixou um só dia de existir - tanto ama a terra lajense a sua filarmônica. É que esta acompanha a Laje, nas horas de glória ou, nos instantes de cinza, desde o nascimento, pois a Lyra Lajense viu quando a Laje nasceu.

A bem da verdade deve-se dizer que os poderes públicos, municipal e estadual, doaram verbas, substanciais que permitiram o surgimento rápido do prédio da Banda 5 de Novembro, cujos trabalhos estiveram sob a orientação do Dr. Ary Rosmaninho, e de outros.

Em 1925, durante a gestão provisória de um ano, como Prefeito Municipal de Itaperuna, José Garcia de Freitas dotou a Laje de água potável encanada, colhendo-a de duas fontes perenes: a da Chácara do Maestro Masini, canalizada de distância de 1.500 metros, e a da Chácara do Rezende de Paula, as quais fontes, até hoje, ainda suprem, embora deficientemente, a localidade. A tais fontes o Prefeito Dr. J. Bruno Silveira ajuntou uma terceira, para cobrir o *deficit* do abastecimento d'água à população que cresce a olhos vistos.

XXIII

A Laje do Muriaé depois da Revolução de 1930

Vivo, choro em teu pranto: e, em teus dias felizes,
no alto, como uma flor, em ti, pompeio e exulto!
E eu, morto, – sendo tu cheia de cicatrizes.

Tu golpeada a insultada, eu tremerei sepulto:
e os meus ossos no chão, como as tuas raízes,
se estorcerão de dor, sofrendo o golpe e o insulto!

Olavo Bilac

No interregno de 1924 e 1929, viveu a Laje do Muriaé o instante mágico do dinheiro - fruto sumarento do Café Capitalista. Era a Laje distrito que produzia Café no Brasil, segundo as estatísticas da época. Em face disso, desenvolveu-se econômica e politicamente, de modo fabuloso.

O valor político regional media-se por aquela bitola, isto é, pelo tamanho das pernas do cifrão e a eleição era manipulada pelo “coronelismo” que trazia preso ao cabresto da subserviência econômica o eleitor que permanecia na dependência do dinheiro do Chefe, o Coronel!

Com a advento, porém, da nova ordem, ditada pela Revolução de 30, o povo respirou, como se adquirisse alma nova, pois tinha a impressão de que iria participar, de fato, dos destinos novos da República Nova. Foi, então, que, nessa época, em 1932/33, se fundara, sob a orientação sempre sábia do Padre João Baptista dos Reis, e secundado por Dr. Manoel A. Athayde, Sebastião Rodrigues Gomes e outros, o COMITÊ PRO-MELHORAMENTOS DA LAJE DO MURIAÉ que, sem côr política, congregava todos os lajenses, conclamando-os à luta em favor do bem estar coletivo, postos de parte crenças e interêsses políticos de cada um. Lutar pela Laje era o lema.⁹¹

Não se pode negar tivesse o Comité conseguido realizar alguma coisa, no que tange a melhoramentos locais, junto aos poderes públicos, pois foi por seu intermédio que se conseguira verba para construção do Grupo Escolar ARY PARREIRAS, interventor do Estado do Rio de Janeiro, quando êle visitou a localidade da Laje.

Sendo êsse interventor federal substituído, depois, pelo Almirante Protógenes Guimarães - o Comité Prò-Melhoramentos da Laje do Muriaé organizou uma representação ao Almirante, quando êste veio participar dos festejos da instalação da Câmara Municipal de Miracema, reforçando o pedido de liberação de verba doada pelo seu antecessor. Resolveu-se o assunto a contento e, em 1937, era inaugurado o Grupo Escolar da Laje, um dos primeiros e mais modernos da região, o qual recebeu, em atenção ao nome do seu fundador, o nome "GRUPO ESCOLAR ARY PARREIRAS".

A aquisição dêsse grupo escolar que tanto êsforço custara ao povo da Laje, foi secundada por outra, conseguida pelos políticos da

⁹¹ Como se pode ver do nº 18 de periódico "O LAGENSE", de 22 de novembro de 1936, era esta a Diretoria do Comité Prò-melhoramentos da Laje do Muriaé: Presidente honorário, Pe. João Baptista dos Reis; Presidente, Celso Pinto Côre; 1º Vice, Sebastião Rodrigues Gomes; 2º Vice, Leonel Vargas; 1º Tesoureiro, Horácio Araújo Garcia; 2º Tesoureiro, Dona Heloisa Pinho Garcia; 1º Secretário, Domingos Duarte; Auxiliares de Secretário, Otávio Marinho e Pedro Peixoto.

COMISSÃO PERMANENTE - Dr. Manoel A. Athayde; Dr. J. Bruno Silveira; Cap. Vigilato Pereira de Freitas; Edward Garcia Bastos; Nicolau de Mattos Ligiéro; Alcides Gomes da Silva; João Abílio Araújo Garcia; Nelson Garcia Pinto; João Alberto Mendonça; Nelson de Castro Barbosa; Manoel Ferreira Motta; Henrique de Castro; Nicolino Masini; Francisco Machado Cerqueira; Antônio de Albuquerque; Antônio Marinho; João de Souza Pereira; Adhemar Ligiéro, Álvaro Garcia Bastos; Amaury Magalhães Gomes; José Alvim Padilha; Miguel Ferreira Paula; Coronel Álvaro A. Moraes Diniz; Gerôncio Ferreira; Geraldo Pereira; Raphael Tâmara; Antônio Augusto da Cunha; Arcoverde Valle; Hugo Peixoto; Sebastião Fernandes de Souza; Adalto Cerqueira Pinto; José Nacif; Eloy Martins; José Silvestre de Carvalho; Ozório Bastos de Moraes; Francisco Fernandes Friaça; Domingos Sperli; Américo de Araújo Freitas; Grimaldo Bastos Moraes; Aristides Teixeira Pinto; Délio Nolasco; Antônio José da Silva; Sebastião Luz Pinto; Getúlio Fonseca Bastos.

Estação da Laje que, em seguida, inauguravam também o GRUPO ESCOLAR VENÂNCIO GARCIA.

Não se demorou muito tempo, e o Retiro inaugurava o seu que se honrava com o nome de Zéca Freitas, isto é, GRUPO ESCOLAR JOSÉ GARCIA DE FREITAS. Ficava, assim a Laje com três grupos escolares modernos.

Com a exploração comercial da fonte de água mineral de nome “ÁGUA DO RAPOSO” e a incentivação do turismo, em virtude da melhoria das estradas de automóvel locais, e em virtude das qualidades miraculosas e comprovadamente terapêuticas da referida água mineral - a zona cresceu, crescendo, destarte, a arrecadação dos emolumentos para os cofres públicos estaduais.

Sentiu, então, o Estado a necessidade de criação de uma Coletoria que, facilitando o contribuinte viria aumentar a arrecadação de impostos. O estabelecimento da Recebedoria Estadual deu motivo a que o Estado, em vez de uma, creasse duas, visto que aquela que se localizara na Laje foi “arreatada” pelo povo da Estação da Laje. Assistimos, então, a uma luta *sui generis*, em que duas facções se degladiavam pela posse de uma Exatoria; lutavam por conseguir o estabelecimento, à porta de casa, de uma repartição estadual, coletora de impostos, quando - coisa nunca vista! - em todos os tempos, o homem sempre se esquivou, ou, melhor, procurou fugir ao pagamento dêle. Haja vista, por exemplo, a perene vigilância nas fronteiras, a fim de evitar a evasão das rendas públicas, no caso, às vêzes, do contrabando.

A solução do problema só se consumou com a criação da segunda Recebedoria, localizada na Estação da Laje. Naquela luta que durou perto de seis meses, tivemos a oportunidade de notar que todo movimento para alcançar de volta a repartição pública em aprêço, foi orientado e executado pela facção feminina da terra. Foi sob a bandeira de luta, hasteada pela Mulher Lajense, que os poderes públicos se curvaram, deixando, finalmente, a Recebedoria Estadual da Laje do Muriaé no devido lugar, creando outra para contentar a Estação da Laje. Fica, pois, a Estação da Laje com essa dívida de honra para com a Laje, qual seja a criação da Coletoria - dívida essa que deverá ser somada a muitas outras.

A re-integração da Coletoria da Laje no seu lugar competente foi saudada por uma das mais esfusiantes festas cívicas que a

sociedade lajense já promoveu no âmbito das competições políticas. O orador oficial que focalizou o acontecimento, pôde comparar à Mulher Lajense à pessoa histórica de Cornélia – a Mãe dos Gracos – aquela que soube criar e bem educar seus filhos, no respeito dos seus maiores, infundindo em cada um as heroicas virtudes cívicas do Povo Romano que, por isso, se fez brilhante entre os povos.

A luta pela posse da Coletoria Estadual da Laje foi orientada por Augusta Gomes da Silva, Alfonsina Rodrigues, Heloísa Garcia, Maria Gonçalves da Silva Masini, ou melhor, em cada Mulher Lajense encontrou-se um soldado da causa esposada, sem que houvesse necessidade de “chefê”, uma vez que tôdas, ou, cada uma de per si, tinham convicção do gesto a praticar ou da atitude a tomar, consoante as circunstâncias.

Em 1936, passava o Brasil por violenta crise de incompreensão política e, em virtude disso, estabeleceram-se ali dois focos de irradiação política alienígena, sendo um foco para a Direita, com Plínio Salgado, criador do Integralismo e plagiador dos moldes abstrusos do Nazi-Fascismo, com todos os gestos, atitudes, camisas, anauês, siglas, emblemas, dísticos (Deus, Pátria e Família) – e o outro foco para o lado da Esquerda Comunista.

Tinha-se a impressão de que a Democracia, com Getúlio Vargas, estava prestes a sofrer asfixia e colapso subsequente. Foi nesse estado de coisas, de mal estar político, que os lajenses, sempre detentores de alto nível de politização, sentido a gravidade da situação política nacional – resolveram tomar atitude de defesa, fundado o NÚCLEO LIBERAL DEMOCRATA DA LAJE DO MURIAÉ, no dia 7 de setembro de 1936, sob a égide do Dr. Manoel A. Athayde, acompanhado de um pugilo de homens desassombrados, como soem ser os da Laje.

Teve um Núcleo em questão a seguinte Diretoria: Presidente, Dr. Manoel A. Athayde; Vice-Presidente, Felisbello Fernandes Friança; 1º Secretário, Dr. J. Bruno da Silveira; 2º Secretário, José Sette Silva; Tesoureiro, Octávio Marinho. CONSELHO DELIBERATIVO: - Capitão Vigilato Pereira de Freitas, Horácio Garcia, Coronel Álvaro A. Morais Diniz, Nelson de Castro Barbosa e Manoel Ferreira Motta.

Foi redigido telegrama ao Governo do Brasil e, dois dias depois, a Diretoria do Núcleo Liberal Democrata da Laje recebia resposta, vazada nos seguintes termos:

Catete - Rio de Janeiro 9 de setembro de 1936
Dr. Manoel Athayde
Laje do Muriaé
Tenho satisfação agradecer gentileza vosso telegrama comunicando-me fundação patrióticos objetivos Núcleo Liberal Democrata Laje do Muriaé
Getúlio Vargas

Convém dizer que tal Núcleo foi o primeiro que se afundou no Brasil, com o propósito de defender a Liberal Democracia dos ataques de Direita e Esquerda - pois a Laje do Muriaé sempre, e em todos os tempos, teve a felicidade de poder compreender que o bem estar do Homem deve, como a Virtude, ficar colocada no meio, sem os arroubos histéricos da Direita, ou, sem o fanatismo, sempre perigoso, da Esquerda.⁹²

Em 1938, reunia-se o Povo da Laje e da Estação da Laje para cuidarem, juntamente com o do Retiro, dos destinos politico-administrativos do 3º Distrito que, inegavelmente, sendo um dos mais tradicionais de Itaperuna, era, ao mesmo tempo, um dos mais importantes, quer econômica, quer geográfica, quer demograficamente. Com uma arrecadação de impostos relativamente fabulosa, que fazia inveja a muitíssimos municípios brasileiros, achava-se em condições de, fazendo valer sua posição política, tentar ou reivindicar a emancipação, passando, então, para categoria de Cidade - sonho acalentado por gerações de lajenses.

Além da Laje, mais três distritos itaperunenses aspiravam à cidadania: - Bom Jesus do Itabapoana, Natividade do Carangola e Porciúncula, embora as duas primeiras, em tempos passados, transitòriamente, é certo, já houvessem tido a oportunidade de serem maiores, como cidades, coisa que jamais sorrira à Laje, por mais que o merecera.

Acreditava que o 3º Distrito chegasse, então, a vezes de ser êle agraciado dos favores governamentais. Diga-se de passagem, contudo, que nunca pediria favores, porque esperava que se lhe fizesse Justiça. Nasceu daí, para Laje, a compreensão clara de que a Justiça é cega e, como tal, nunca a lobrigara no seu canto (Como a Verdade no Poço), cultivando a honestidade e a sinceridade de propósitos políticos com que sempre se honrara.

⁹² Para maior clareza, veja "O LAGENSE" nº 9, de 20 de setembro de 1936.

Reunimo-nos, nesse tempo, em sessão memorável, na Estação da Laje. O assunto da emancipação política foi ventilado com amor, à luz fria e inequívoca dos números positivos das estatísticas comprobatórias da nossa personalidade de Povo que teria direito à emancipação líquida e certa e que exigia justiça, por ocasião da revisão político-administrativa da zona, revisão essa que se processaria dentro de pouco tempo.

Para coroar os trabalhos reivindicatórios e dar aos mesmos êsse cunho de brilhantismo que eleva corações - o poeta Aarão Garcia improvisou belíssimo soneto, sôbre o qual a exaltação do momento derramou a água lustral do batismo, dando-lhe o nome de LAJE. Era uma obra-prima de emotividade lírica que a memória, infelizmente, não pôde guardar na totalidade absoluta dos quatorze versos. Temos, porém, na lembrança que o poema se fechava, gongòricamente, dizendo que não deveria, nem poderia continuar a ser “arbusto quem veio ao mundo para ser palmeira”.

Exultante, o Povo da Laje deixou a reunião convicto de que deveria trabalhar intensamente, a fim de que a Laje perdesse a condição humilde de arbusto, para que, reivindicando legítimos direitos políticos, galgasse o porte soberano da palmeira que, no dizer de Plutarco, “se acha sempre com a cabeça levantada, e sempre em posição reta, quaisquer que sejam os meios empregados para fazê-la vergar-se”.⁹³

A 20 de outubro de 1938, aparecia na Laje em periódico - “O GRITO DA LAJE” - tendo com diretores Pe. João Baptista Reis e Nicolau Bastos Filho; Redator-chefe, Afonso Maria de Ligório; Redator - gerente, Dr. J. Bruno Silveira Segundo o artigo de fundo, vasado por Pe. João B. Reis, o jornal em apreço

de feitio pequeno, mas de feição agigantada e de porte nobre, O GRITO DA LAJE enceta sua marcha com alegria, disposto a lutar, dinâmica e incansavelmente, pelo desenvolvimento da nossa terra.

Não durou muito tempo o jornal, nem a luta foi longa: no fim do ano, isto é, a 15 de dezembro de 1938 pela Lei nº 641, assinada

⁹³ Ver Botânica Médica - J. M. Caminhoá - Fascículos IX e X - página nº 1.849 - Nota nº 2- 1880.

atrás da porta, em cima do joelho pontudo da Ditadura, de sombria memória - a politicagem fazia da Estação na Laje mais um Distrito de Itaperuna, a fim de que se justificasse a emancipação de Bom Jesus de Itabapoana, assinada no dia anterior, isto é, a 14 de dezembro de 1938.

A politicagem, destarte, explorava a boa fé lajense, de modo abstruso, sem que fôsse ouvida a opinião do Povo, através dos seus órgãos oficiais, como a Assembléia que a Ditadura, em 30 de novembro de 1937, amordaçou e dissolveu. Gesto inconstitucional; gesto de esbulho, gesto de estupro.

Exultou-se a Estação da Laje ao sentir cortado o cordão umbilical que a prendia ao organismo materno que a ajudara criar, depois de lhe ter dado o ser.

Recebeu na pia batismal dos arranjos políticos, o nome de COMENDADOR VENÂNCIO que, certamente, muito o merecera. Mas esqueciam-se os politicoides de que, com isso, com essa má política, jogavam por terra tôda a possibilidade presente ou remota de cidadania da Laje ou da zona, que se fragmentava, talvez para nunca mais se organizar.

O poeta Aarão Garcia, em face da ocorrência, refundiu o soneto; trocou-lhe o nome de origem, isto é, em vez de LAJE, crismou-o de ITAPERUNA; substituiu-lhe algumas palavras-chaves, terminando o poema a dizer que a Natureza, “mostrando a força do torrão robusto, sacode ao vento a linda cabeleira”.

Ficaram patentes, com tal gesto, duas verdades insofismáveis: a) que a Laje não merecerá do Poeta lajense a honra do soneto, embora tivesse sido ela a sua musa inspiradora; b) que, em todos os tempos, mesmo em se tratando da Laje, a emenda é sempre pior do que o soneto.

Consumou-se, pois, o maior de todos os atentados contra a dignidade e a honestidade de um Povo que sempre dignificou a comunidade a que pertenceu e, a que hoje pertence. E o Povo Lajense, num desabafo íntimo, apelidou os politicoides que tramaram e executaram na sombra aquele golpe capital, de COVEIROS DA LAJE.

Quem são êles, os Coveiros? O Juízo da História só poderá ser emitido quando o tempo passar. No momento, ainda se encontram vivos muitos dêsses cidadãos, lajenses alguns dêles, isto é, lajenses por terem nascido na Laje, mais que nunca o foram de coração. E, é possível que, estando ainda vivos, possam, um dia, ter a inspiração

retentora de praticar um gesto de reabilitação, passando, assim, a ser um benemérito. Por isso é cedo no tempo para que a História a lance sôbre cada um dêles o repúdio das gentes, declinando-lhes o nome. Tudo chegará ao seu fim e os “Coveiros da Laje” não se cansarão por esperar o dia em que seus nomes serão apontados a execração pública pelo dedo indicador da História.

Ficarã por escrever-se, certamente, uma página que os pósteros irão traçar com o sangue frio da isenção de ânimo, já que nós temos, no momento, os olhos cegados do arqueiro da indignação e das lágrimas que choramos sôbre o corpo esfacelado do Gigante - o 3º Distrito de Itaperuna - que ainda arqueja sob o último golpe da enxada dos Coveiros.

Antes, porém, de focalizarmos o “último golpe” acima referido, devemos lembrar que, em 1942 o I.B.G.E. municipal convidou, oficialmente, uma comissão lajense, composta de dois membros, para, estudando o assunto, sugeriu o nome que substituiria o da Laje do Muriaé, em virtude de existir no Brasil mais de uma localidade possuidora de tal nome. A comissão era integrada por Nelson Garcia Pinto, Escrivão do Registro Civil, e por êste que escreve estas linhas, então chefe da Agência Arrecadadora da Laje do Muriaé, atualmente, Sub-Prefeitura da Laje.

A reunião em aprêço teve lugar na sala nobre da Câmara Municipal de Itaperuna, que reuniu os representantes de todos os distritos itaperunenses, cujos nomes deveriam sofrer modificação, por homonímia. Tais eram, se não nos falha a memória, os distritos assim representados: Penha, Laje do Muriaé, Natividade do Carangola, Ouro Fino, Santa Clara e Reserva.

Não foi difícil a aceitação, por parte da Reserva, do seu nome: - ITAJARA. Presidindo e orientando os trabalhos, encontrava-se o Dr. Sadi Sobral Pinto que respondia pela chefia do I.B.G.E. municipal e que, de dicionário em punho, auxiliava e sugeria nomes, como o primeiro citado, como, por exemplo, OURÂNIA que substituiria o de Ouro Fino. PURILÂNDIA serviu para substituir outro nome, Natividade, pela voz de um dos seus representantes, Georgino Werneck, em homenagem ao Almirante Amaral Peixoto que largos benefícios concedera à localidade, sugeriu o nome de AMARALINA que, certamente, não foi aceito pela mêsã do I.B.G.E. pela simples

razão de já existir na Bahia um bairro de nome igual. Tendo sido interpelada a representação lajense, esta foi categórica na sua asserção, afirmando que o “nome da Laje não se troca”, especialmente com a nossa convivência. Se o Governo quizesse trocá-lo, que o fizesse por conta própria, jamais com nosso apóio, jamais com nosso beneplácito, pois, desde aquele instante, ficava lavrado o nosso antecipado protesto contra gesto dessa natureza. Excusado é dizer-se que a sessão foi suspensa e a Laje, por isso, teve de elaborar uma representação, por escrito, ao órgão oficial - o I.B.G.E.- dizendo das razões segundo as quais não sujeríamos nome, nem aceitávamos a troca do nosso nome por outro; ao contrário, pedíamos que se mantivesse o nome de LAJE DO MURIAÉ que não contrariava as disposições do decreto que cuidava da eliminação da toponímia brasileira.⁹⁴

Encerrado o assunto e fechado ou parênteses, voltamos ao fio da meada que dizia respeito ao último golpe da enxada dos Coveiros. Como queríamos dizer, o último golpe trás um nome e um número: - Lei nº 454 de 7 de março de 1949, que desmembraram do Distrito da Laje a zona do Retiro, para construir com ele o 6º Distrito do Município de Itaperuna, com o nome de Vila do Retiro do Muriaé.

Ganhou de prêmio a Vila do Retiro do Muriaé, assim como já o havia ganho a de Comendador Venâncio, uma Sub-Prefeitura que foi a dádiva sublime oferecida aos cobiçosos e gananciosos, nos bastidores da alta politicalha, passara cegar os olhos dos simples que se esqueciam de que a honra de um Povo, assim como a de uma comunidade, deveria ser preservada, a fim de que não caísse na mão de perversos que iriam tripudiar, como o fizeram, sôbre o coração multipartido de uma terra, em cuja frente aureolada de luz a Tradição, ou, melhor, a História já havia colocado uma corôa de glória.

Porque êles disseram: - De agora em diante, a Laje nunca mais poderá ser nada! Viverá eternamente sob o guante escravizador da metrópole altaneira, ou dos interêsses da política mal sã.

Mas, não será nada: como recordação de que pertenceram à Laje, centenária e legendária, encontra-se de pé o elo que uniu as famílias primitivas da terra: - Garcia Pereira, Ferreira César, Bastos Pinto. Encontra-se de pé o elo da Religião Católica, simbolizado pela Matriz da Nossa Senhora da Piedade da Laje, isto é, eclesiásticamente, tôdas aquelas localidades e vila dependem da Paróquia centenária da Laje.

⁹⁴ O documento referente ao assunto vai transcrito, na íntegra, em APÊNDICE, nota nº 17.

Não será nada: o Muriaé continuará correndo no seu leito perene, unindo, benzendo, lavando de possíveis pecados aquelas terras, abençoando e fecundando a terra de si muito amada; as lavouras, com a força das colheitas fartas, continuarão a encher celeiros de outras regiões e da nossa própria terra de 200 e poucos quilômetros quadrados de superfície, ela que já teve mais de mil, talvez mil e cinco, como os Cânticos de Salomão.

Não há de ser nada: da oficina bendita do GINÁSIO MAESTRO MASINI sairá, sazonado, o fruto da mentalidade nova que - compreendendo o problema do Povo, educado no sublime respeito às tradições alheias - não representará jamais o infamante papel dos Coveiros da Laje: muito ao contrário, essa mentalidade nova transformar-se-á no elemento de ligação entre as partes dispersadas - galhos do mesmo tronco - que vivem agora, orgulhosamente, bairristamente centrifugadas pela vaidade de alguns, isoladas em falsas tôrres de sombrio orgulho e, amalgamando-as, chamando-as à Razão - transformá-las-á na GRANDE CIDADE que há de presidir os destinos dêste Povo, de tradições gloriosas.

Não há de ser nada: dos bancos escolares da Escola Normal Álvaro Diniz ascender-se-á mais um raio de luz da Instrução que abrirá os olhos das gerações porvindouras, mostrando-lhes que a Laje, pelo que foi e pelo que é, há de continuar a ser, pelos desígnios dos céus, a célula máter da nacionalidade, colocada por Deus à margem direita do MURIAÉ, nos confins setentrionais do Norte Fluminense - marco ou pedra que nos determinará, como aquela de que fala o Profeta: “Eis que esta pedra nos será por têtemunho; pois ela ouviu tôdas as palavras que o Senhor nos tem dito”. Josué - 24/27.

XXIV

A Laje do Muriaé – 3º Distrito do Município de Itaperuna

Em quase tôda a Serra Fluminense a civilização cafêeira criada em cada zona apenas um centro urbano, em tôrno ao qual iam contemporâneamente evolucionando pequenos arraiais. No extremo norte, porém, do Município de Itaperuna, vemos alguns burgos pròsperamente a crescer à margem dos rios que traçam caminhos na selva. E as linhas férreas que se ajustariam a êsses cursos d'água, em breve dilatariam êsses povoados, transformando-os em pequenas cidades que são hoje Natividade, Lage, Porciúncula e Bom Jesus do Itabapoana (O HOMEM E A SERRA - Alberto Ribeiro Lamego, página 233).

Limites

A) Com Minas Gerais pela Serra das Freicheiras ou da Divisa, até um ponto, no Rio Muriaé, de nome Vila de Poço Fundo.

B) Com o 5º Distrito de Itaperuna - Comendador Venâncio: pelo Rio Muriaé, desde o lugar denominado Poço Fundo, até um ponto fronteiro ao Km 15 da Estrada de Ferro Leopoldina - Ramal do Poço Fundo.

C) Com o 6º Distrito de Itaperuna - Retiro do Muriaé: a partir do ponto fronteiro ao Km. 15 da Estrada de Ferro Leopoldina - Ramal do Poço Fundo, até alcançar determinado ponto no Rio Muriaé o qual confronta com a Serra do Campinho, seguindo, por esta serra, depois, pelo divisor de águas dos córregos da Paixão de Santa Rosa, e, depois, dos córregos São João em Santa Rosa, até encontrar o divisor de águas da esquerda do Ribeirão da Salgada.

D) Com o 4º Distrito de Itaperuna: - ITAJARA - a partir do ponto comum aos divisores de águas dos córregos Santa Rosa, São João em Ribeirão do Salgado e sobe pela linha de vertentes do Ribeirão da Salgada até o divisor de águas do Rio Pomba e Muriaé, na serra da Boa Vista, na divisa com o Município de Miracema.

E) Com o Município de Miracema - Venda das Flores: pelo divisor de águas dos rios Pomba e Muriaé na serra da Boa Vista, até encontrar, na Serra Das Frecheiras ou da Divisa, divisa com Minas Gerais.

Situação geográfica

Como se viu dos seus limites, a Laje do Muriaé está situada na porção ocidental do Município de Itaperuna e na parte setentrional do Estado do Rio de Janeiro, na sua divisa com Minas.

Situação geo-astronômica

Fica a Laje do Muriaé compreendida entre os paralelos 21º10' e 21º e 20' de latitude sul e os meridianos 42º 2' e 42º 14' longitude oeste.

Área

215 quilômetros quadrados.

Relêvo

O solo é, de modo geral, montanhoso, elevações essas pertencentes ao Maciço Atlântico, apresentado altitudes médias acima de 250 metros, destacando-se a Serra da Divisa ou das Frecheiras, na divisa com Minas Gerais, a Serra das Cinco Barras, do Belmonte, do Campinho, da Fortaleza e outras. Compete-nos, outrossim, salientar numerosas pequenas planícies sedimentares, que corresponde ao vale do Muriaé e dos seus afluentes.

Hidrografia

O 3º Distrito de Itaperuna, a Laje, é banhado pelo Muriaé que ostenta a largura média de 70 metros tem como principais afluentes da margem direita (notar que a Laje se encontra tôda à margem Direita do Muriaé) os Córregos do Barro Branco, Ribeirão do tanque em Ribeirão do campo, afluentes afluentes êsse que cortam a terra na direção sul - Norte.

Clima

É o clima tropical semi-úmido com médias anuais entre 25º e 23º. O Índice pluviométrico é superior a 1.500 mm.

População

Segundo dados demográficos fornecidos pela Agência Municipal de Estatística, é a população absoluta da Laje do Muriaé de 13.612 habitantes dos quais 11.659 pertencem à zona rural, restando para a zona urbana 1.953 habitantes.

A população relativa é de 65 habitantes por quilômetro quadrado o que prova ser a Laje mais densamente povoada que o próprio Município de Itaperuna.

Aproveitamos a oportunidade para informar que, não obstante o êxodo rural que se observa em tôdas as regiões brasileiras, rumo as grandes cidades, a população rural da Laje cresceu no decênio 1950/60. A riqueza do solo lajense, certamente, responde por isso.

Número de casas na sede do distrito

Conta a zona urbana com mais de 300 casas, muitas delas de feição moderna, ostentando o conforto das residências citadinas. Convém, entretanto, citar que entre essas casas de construção moderna, ainda se encontra dois sobrados antigos, datados de 1854 e 55, a atestarem ser coevos do Segundo Império.

Logradouros públicos

Ruas: Garcia Pereira Alferes Bastos (ambas calçadas de paralelepípedos), Ferreira César, Presidente Sodré, Coronel Tibúrcio, Comendador Masini, Costa Azevedo, Morais Diniz e Padre João.

Prças: Padre Martins, e 1º de Maio.

Iluminação elétrica

Fornecida pela Companhia Fôrça e Luz Norte Fluminense, desde 1913, época em que foi instalada a usina geradora do Rio Muriaé na Cachoeira da Fumaça, junto à localidade da Estação da Laje, hoje Comendador Venâncio.

Água

É a população servida de água potável, canalizada diretamente das montanhas, desde 1925, distribuída ao natural, isto é, sem cloração.

O trabalho de canalização foi realizado por José Garcia de Freitas, no tempo em que exercera, e por um ano, provisoriamente, o cargo de Prefeito do Município de Itaperuna.

Esgotos

De modo geral, tôdas as residências são servidas de esgoto próprio, facilitado pela presença do Rio Muriaé, em cuja margem direita se encontra estabelecida a localidade.

Aspectos urbanos

Como já dissemos acima, a localidade é situada à margem direita do Rio Muriaé, defendida por quatro morros que lhe marcam os quatro pontos cardiais. A povoação estende-se no vale, ao longo do rio, por meio das ruas e calçadas de paralelepípedos.

A Igreja Matriz da Paróquia Nossa Senhora da Piedade, de linhas sóbrias, tendo à frente à Praça Martins, soberbamente ajardinada e ostentando um coreto de cimento armado – concorre para emprestar

à localidade um ar de mansuetude e de tranquilidade, só comparáveis ao coração dos mansos.

A Praça 1º de Maio é fechada ao fundo pelo grupo escolar ARY PARREIRAS que, também, é de linhas calmas, embora modernas. Já ao Ginásio Maestro Masini é de linhas arrojadas na fachada imponente. Por isso mais se sobressai entre as demais construções passadistas que o rodeiam.

Merece, outrossim, especial relevância o prédio do Clube Recreativo o Esportivo, assim como o da Maternidade Dr. Abílio Gabeto e o Posto Médico, todos os três construídos recentemente, e às expensas do Povo do Distrito.

Aspectos paisagísticos

O Muriaé, dentro do seu vale que quatro morros delimitam, é uma paisagem viva. Os morros verdes, que se debruçam sobre a água do rio, como narcisos namorados de si mesmos - quando não valésse um poema, fariam, certamente a glória de um pincel.

Quem tiver a ventura de galgar o píncaro de qualquer desses morros sentiria, em tôda a plenitude, que, de fato, há muita coisa digna de ver-se entre ceu e terra, principalmente quando o ceu e a terra nos viram nascer. O panorama, por exemplo, que se descortina do alto da Serra dos Três Josés é um quadro indescritível que a retina guardaria para todo sempre. A Cachoeira do Ribeirão do Campo, no Angola, dentro do mato, entre as árvores frondosas e seculares, é eterna maravilha e encanta de tal modo que temos a impressão viva de que as pedras, à margem do caudal trepidante, são corações humanos apaixonados da beleza da Cachoeira, e que estranha Fada, antigamente, em pedras transformou.

Repartições públicas

Coletoria estadual

Criada em 1939, apresenta, hoje, as seguintes cifras de arrecadação anual: 1959, atingiu o montante do Cr\$ 2.135.000,00; em 1960, arrecadou Cr\$ 3.500,000,00 sendo o orçamento para o exercício corrente, de 1961, de Cr\$ 4.000.000,00.

Sub-prefeitura

A renda municipal foi orçada, para o presente exercício, em Cr\$ 850.000,00 cruzados.

Outras repartições

Conta ainda a localidade as seguintes repartições: Cartório de Paz e de Registro Civil; Agência do Departamento de Correio e Telegrafo; Pôsto telefônico.

Assistência médico-social

Conta a localidade Pôsto de Saúde Pública; Maternidade Abílio Gabeto, Serviço de Amparo à Velhice e Albergue Nturno, estando em projeto obra de Assistência à Infância Desvalida.

Instrução e vida cultural

Dispõe a população lajense de um Ginásio Gratuito, Escola Normal, Grupo Escolar, Jardim de Infância, Escolas Estaduais isoladas, Escolas Municipais, Museu Histórico, Biblioteca Pública, Grêmio Estudantil, Sociedade Musical, Escola de Música, etc.

A Instrução é ministrada da seguinte forma: A) POR PARTE DO ESTADO: 1-Grupo Escolar ARY PARREIRAS; 2- Escolas Estaduais isoladas em número de 7; 3- Jardim de Infância, anexo ao Grupo Escolar Ary Parreiras. B) POR PARTE DA PREFEITURA: Escolas Rurais, também em número de 7. C) POR PARTE DA CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE: 1- Ginásio Maestro Masini; 2- Escola Normal Álvaro Diniz; 3- Curso Primário, anexo à Escola Normal Álvaro Diniz. D) POR INICIATIVA PARTICULAR: 1- Escola de Música, sob direção do senhor Itagiba O. Pinto e sua esposa Antonieta O. Pinto, mantida pela Banda Musical 5 de Novembro, para formação do elemento humano necessário à manutenção de filarmônica local; 2- Escola de Música e Dança Clássica.

Cabe-nos informar que o Ginásio Masini foi instalado em 18 de maio de 1952. Em 1958, isto é, 6 anos depois, inaugurado seu prédio próprio, construído à custa da população local, tendo à frente Adhemar Ligiéro. Esse ginásio foi o segundo da Campanha em todo o Brasil, a possuir prédio próprio.

População escolar da Laje do Muriaé

E S C O L A S	TURNO	TURMAS	SÉRIES	ALUNOS
A) <u>ESTADUAIS</u>				
1) Grupo Escolar ARY PARREIRAS	2	12	5	310
2) Escolas Isoladas (X)				
Fazenda São Jerônimo				29
Fazenda da Pedra				47
Fazenda da Floresta				40
Fazenda Vargem Alegre				40
Fazenda Panorama				33
Fazenda Boa Esperança				38
Fazenda Santa Cruz				44
B) MUNICIPAIS (X)				
Serrinha				
Córrego Fundo				
São João				
Belmonte				
Barro Branco				
Santa Cruz				
Sede				174
C) CAMPANHA MAC. EDUCAND. GRATUITOS				
1) Ginásio Maestro Masini	1	6	4	168
2) Escola Normalista ÁLVARO DINIZ	1	3	3	25
3) Curso Primário	1	5	5	96
T O T A L				1,064

(X) Dados extraídos de Porphirio Henriques (A Terra da Promissão) às páginas 266, 268 e 269 – correspondentes ao exercício de 1956.

Religião

Depois de ter sido CURATO (1850 a 1856), FREGUEZIA (de 1857 a 1861) - é a Laje do Muriaé, desde 21 de novembro de 1861, a sede da PARÓQUIA DA NOSSA SENHORA DA PIEDADE, contando, ao lado da Igreja Matriz e a Casa Paroquial, sete (7) capelas provisionadas, nove capelas particulares e oito cruzeiros que, no futuro, serão, sem dúvida, outras tantas capelas

Possui Igreja Baptista, em prédio próprio, adrede construído.

Comércio

Sendo, outrora, o primeiro do município, ainda pode ser julgado como um dos melhores da zona. Conta 34 casas comerciais, situadas na zona urbana e 33 na zona rural, entre as quais encontram-se muitas e muito bem montadas e organizadas, nos moldes dos magazines das grandes cidades.

Tem uma Cooperativa de Crédito Bancário.

Indústria

A Indústria maior é representada por Fábrica de Sabão (em construção), máquinas de beneficiar arroz (4), máquinas de beneficiar Café (3), serraria (1), tôdas movidas a eletricidade.

A Indústria menor conta moinhos de fubá, fábricas de aguardente (2), olarias (2), fábricas de móveis e outras.

Agricultura

No tempo em Itaperuna fôra o maior produtor de Café, no Brasil, (1926- 1930), com mais de 2.000.000 de arrobas do produto por safra, era a Laje o distrito de maior produtividade dentro do município, com 310.000 arrobas, conforme se lê em Porphírio Henriques, à página 246 - obra citada. A partir daquele tempo, começou a Laje a ter diminuída a produção cafeeira, já pelo esgotamento natural ou fisio-patológico das terras, desprotegidas de matas e à mercê da erosão, já pela política nada simpática, senão desastrosa da valorização artificial do Café, consistindo na queima de 25% da colheita, devidamente beneficiada e ensacada - fato êsse que concorreu para que muitos dos nossos lavradores abandonassem a lavoura da rubiácea, deixando a transformar-se em pastagens para o gado que ía substituindo a Grande Lavoura, a ponto de sentirmos prurido incômodo produzido pela presença desairosa do Zebu. Sentia-se, desde aquele tempo, que, na nossa zona, se encerrava o ciclo do Café que viveu cem anos entre nós, posto que entrara êle nas nossas terras virgens em 1830. No momento, a atenção do distrito tem-se voltado com muito gôsto para o lado do cultivo do arroz que vem compensando, grandemente, o esforço dos Lavradores.

É de lastimar-se apenas que os agricultores locais, na sua maioria, ainda não quizessem fazer inversão de capital na mecanização ou racionalização dessa lavoura. Podem ser contados a dedo os poucos que lançam mão de moto-bombas e outros melhoramentos técnicos para irrigação de tabuleiros, onde já se planta a gramínea. Temos, todavia, a impressão de que, dentro de pouco tempo, o Vale do Muriaé terá novo surto de progresso, a ponto de poder ser comparado ao Vale do Itajaí ou mesmo ao do Paraíba, nos áureos tempos do Café, ou dêsse próprio Muriaé do meado do Século XIX ou do princípio do Século XX.

Produção agrícola

Pode a produção de arroz - atualmente o maior produto da zona - ser estimada, na safra 1959/60 em 7.000 toneladas. Escôa-se essa

volumosa produção pelas autovias que cortam o Distrito em tôdas as direções e para todos os destinos. Escôa-se para Minas, Comendador Venâncio, Natividade do Carangola, Porciúncula, Miracema, Retiro do Muriaé, Itaperuna e muitas outras praças e localidades, e sem falarmos da comercialização direta com as praças do Rio de Janeiro e de São Paulo.

A produção do café ainda é de 3.000 sacas do produto beneficiado.

O milho merece atenção, pois, a sua produção é calculada em 500 toneladas.

Além dos produtos supra-citados, podemos ainda mencionar a mandioca, algodão, cana-de-açúcar, amendoim, mamona, batata inglesa e tomate, tipo 'paulista' cuja produção alcançou cifra apreciável.

Pecuária

É grandemente apreciável a quantidade de gado, principalmente bovino, no distrito é vasta a produção de leite e derivados estima-se em 8.000 cabeças o rebanho bovino e a produção de leite em 2.000.000 de litros por ano.

Com a instalação e funcionamento recente da Fábrica de Leite em Pó, sediada em Itaperuna, temos a impressão de que o rebanho bovino vem aumentando espetacularmente, em qualidade e quantidade. Há, por parte dos pecuaristas, o interêsse imediato de sêleção de raças, passando o gado creoulo a ser relegado a plano inferior, para ceder lugar ao gado holandês de melhor rendimento em leite.

A intromissão do gado na zona e o domínio da terra pelo boi, infelizmente, concorrerá para afugentar o Homem e para diminuir a produção agrícola da região que se despovoaria, parecendo-nos outrossim, que, com a presença do boi, há tendência acentuada ao desenvolvimento pelo latifúndio, em detrimento da pequena propriedade que tem sido o apanágio, a razão formal da evolução, em todos os tempos, da nossa vida de lavradores.

A produção suína é também considerável, assim como de aves e ovos, embora ainda empíricas, isto é, sem orientação técnica.

Não queremos encerrar o presente capítulo e as últimas linhas

dêste nosso trabalho, sem fazer notar que o 3º Distrito de Itaperuna - a Laje do Muriaé - é dotado de muitos outros melhoramentos que, por muito que digamos, muita coisa, ainda, certamente, ficaria por dizer. Entre tais melhoramentos poderíamos citar: dois cinemas, sendo um em construção, serviço público de alto falante, praças de esporte, desde futebol até esportes maiores; Grêmio Literário etc. A Banda de Música 5 de Novembro completa o dêleite espiritual da terra. É essa corporação musical possuidora de prédio próprio, construída às expensas do povo, após incêndio pavoroso que consumia totalmente o prédio primitivo. É tal Banda de Música de detentora da larga tradição, pois foi fundada, com o nome de “LYRA LAJENSE” antes do ano de 1870 e, daí para cá, jamais deixou de existir entre nós, embora tivêsse mudado de nome em 1902, depois de culto letargo, apareceu com o nome de Clube Musical 5 de Novembro; em 1926, surgiu com o nome de Banda Musical 5 de Novembro e assim vem se mantendo até os nossos dias, sempre homenageando o nome 5 de Novembro - data natalícia do Padre João Baptista Reis, de saudosa memória.

Também não podemos deixar de focalizar o clube de futebol local que é de tradição na zona. Fundado em 1904 por Ignacio Guedes, vem vindo, desde aquêle tempo, ora adormecido, ora em plena evidência, mas sempre em condições de representar, dentro das possibilidades próprias e puramente locais, o esporte bretão.

Em 1927, tivemos dois clubes de futebol na Laje: o Atlético Club Assotiation e o Fluminense Futebol Club, isto é, respectivamente, VERMELHO-E-BRANCO e PRETO-E-BRANCO, os quais se degladiavam em tremendas pugnas pèbolísticas, criando até mal estar e querelas no seio da família lajense que se desuniu e se desentendia.

Para terminar-se, então com os entendimentos no meio da família lajense, houve fusão, em 1929, dos dois clubes, misturando-se as duas cores, que passaram a ser apenas VERMELHO-E-PRETO, recebendo o novel clube o nome de LAJE, como lembrança do clube fundado por Ignacio Guedes, e de igual nome, em 1904.

Não queremos finalizar estas linhas sem que fizéssemos ressaltar o fato de já termos tido, em nosso solo, por várias vezes, mineração de ouro de aluvião, com rendimento, na zona da Fazenda do Caeté, na do Pontal, nas das Cinco Barras, etc. - indústria extrativa essa, aliás, que, nos primórdios da nossa existência, foi a razão formal (juntamente com a extração da poáia) da penetração de José Ferreira

César na nossa zona e, conseqüentemente, a fundação da Laje a beira do Rio Muriahé.

Cientistas que nos tem visitado recentemente, afirmam, outro sim, que a nossa zona encerra riqueza consideráveis, tais como jazidas de mármore (diga-se de passagem, serem notáveis os mármorees do Muriaé, cujas jazidas podem ser denominadas, segundo Ribeiro Lamego, Carrara Brasileira), e fontes de água minerais e muitíssimas outras riquezas de que está cheio o nosso sub-solo.⁹⁵

⁹⁵ Os dados estatísticos estampados aqui, no transcurso do presente capítulo, toram extraídos da monografia elaborada por Cláudio de Freitas Ligiéro, para instruir o processo de emancipação da Laje do Muriaé, ora em tramitação na Assembléia Estadual.

Apêndice e Notas

NOTA Nº 1 - Segundo dados fornecidos pela CÚRIA METROPOLITANA DO ARCEBISPADO DE MARIANA, a primeira capela, na região de Muriaé, teve o nome de SÃO PAULO DE MANOEL BURGO. essa capela foi fundada por guido thomaz marliére, consoante petição datada de 1º de setembro de 1823, na qual dizia êle: “em virtude de uma provisão régia de 16 de agosto de 1819, mandei erigir no sítio de manael burgo uma capela debaixo da invocação de são paulo, apóstolo das gentes”.

O Vigário da Freguezia do Presídio de São João Baptista - Padre Marcelino Rodrigues Ferreira - visitou referida capela em 14 de julho de 1824, por ordem do Bispo Dom Frei José. Em 1830, informava dito vigário à Câmara Episcopal que a capela ainda não estava concluída.

Por despacho, porém, de 17 de novembro de 1832, Dom Frei José mandou que se benzesse a capela. Nosso mesmo despacho designou-lhe por capelão o Capuchinho Frei Borafim o nome Constantino

José Pinto por seu administrador. Convém informar, por fim, Rua Constantino José Pinto hora diretor dos Índios Puris daquela região.

Nota: “aos 21 dias do mês de novembro de 1858, você botou nessa Matriz de Nossa Senhora da Piedade da Laje a ... Bastos ... (deixamos de declinar o nome por extenso por questões óbvias) que faleceu de concepção na idade de 30 anos, sem Sacramento Vila por não ser chamado a tempo: foi por mim encomendado e acompanhada à Sepultura por mais dois sacerdotes para constar fato este assento que assina: assinado VIGÁRIO ANTÔNIO MARTINS MACHADO”.

NOTA Nº 2 - TESTAMENTO DE JOSÉ FERREIRA CÉSAR

“Em nome de Deus amém. Eu JOSÉ, como CRISTÃO CATÓLICO APOSTÓLICO ROMANO que eu sou em a qual religião nasci, fui educado e criado e em a qual me tenho conservado espero morrer, tendo-me deliberado fazer o meu testamento, como o faço de minha livre e expontânea vontade, e em perfeito juízo e saúde perfeita, declaro minhas disposições as quais quero que se cumpram pela maneira e forma seguinte depois da minha morte: Declaro que, quando eu falecer meu corpo seja conduzido para Matriz desta Freguezia, ficando meu entêrro à disposição e acôrdo de meus filhos e testamenteiro. Declaro que as meninas ... e ..., nascidas de ... minha escrava que foi hoje liberta, por carta por mim passada, são minhas filhas e, como tal, as reconheço e por êste as habilito que herdarão igualmente com os outros meus filhos e herdeiros e, depois da minha morte peço e rogo ao testamenteiro e genro, Cândido Francisco de Paula, por mercê a mim e caridade a elas, tomar conta das ditas minhas filhas ... e ... a fim de tratar da educação delas até que tenham idade de tomar estado, e peço coadjuvar para êste fim até final, assim como peço mais ao dito meu testamenteiro e genro acima dito para ter em sua companhia a dita ... (mãe das duas meninas). Ficam gozando das suas liberdades, depois da minha morte, como se de ventre livre nascessem, Domingos e sua mulher Rosa, Antônio de Nação e Eva Parda, os quais liberto em remuneração aos bons serviços que me têm prestado: meu escravo Severino, depois da minha morte, ficará servindo ao meu filho Francisco, pelo prazo de dez anos, no fim dos quais ficará gozando da sua liberdade, como se já nascesse de ventre livre. Declaro que a minha terça tirar-se-á para a liberdade dos escravos Domingos, Roza, Antônio

de Nação e de Eva, quinhentos mil réis em dinheiro para Matriz de Nossa Senhora da Piedade, quinhentos mil réis para a Igreja de Santo Antônio e um conto de reis para ... mãe de minhas filhas ... e ... e o restante da terça tirar-se-á mais quatrocentos mil reis para o neto Joaquim, filho do meu genro e testamenteiro Cândido Francisco de Paula. O meu testamenteiro pagará às Irmandades de São Francisco, Senhor do Bom Jesus e Nossa Senhora das Dôres os vencimentos que tiver. Por ocasião do meu entêrro, mando que se dê na porta da Igreja cem mil réis de esmola aos pobres: Mandarão dizer sete missas por descanso de minha alma e, quando completar um ano da data de meu entêrro, quero que se mande dizer outras sete missas e encomendação e outros cem mil réis pela mesma forma repartidos de esmolos aos pobres na porta da igreja, no dia da última missa, que peço mandar dizer mais uma cada a mês, até ser findar o ano. Peço e rogo em primeiro lugar a meu genro Cândido Francisco de Paula e em segundo lugar a meu genro Manoel Garcia Pereira queiram por serviço de Deus e mercê da minha alma, fazerem a obra pia de serem meus testamenteiros, cada um dos dois na falta do outro, segundo a ordem em que ficaram nomeados, para que lhes dou em geral e a cada um em particular todos os poderes necessários, e os constituo procuradores e administradores dos meus bens em juízo e fora dele, e aquele que aceitar dos dois testamenteiros nomeados e mostrar cumpridas tôdas as disposições aqui contidas, terá em gratificação a quantia de um conto de réis. Declaro mais que, depois do meu falecimento, por minha letra acharem em meus assentos a declaração que eu deva a alguém ou alguma promessa, rogo a meu testamenteiro em proto cumpra e pague. E desta forma tenho concluído êste meu testamento e disposição de minha última vontade que quero se cumpra e guarde depois da minha morte e peço as justiças de Sua Majestade Imperial e cumpram e façam cumprir e guardar, segundo neles se contém e declara dando e fazendo dessas disposições aqui contidas vigor e validade para o que hei aqui por cumpridas tôdas e quaisquer cláusulas por direitos necessárias, como se tôdas em geral e cada uma em particular a que fizesse explícita e especial menção de maneira que se êste não puder valer como testamento valha como codicilo e por êste plenamente revogo qualquer outro testamento anteriormente firmado. Pedi a Manoel Xavier de Souza que escrevesse êste, segundo eu lhe fôsse ditando e, sendo depois concluído, lido e achado conforme tudo quanto eu havia ditado, assinei neste Arraial de Nossa Senhora da

Piedade da Laje, Município dos Campos dos Goitacazes, aos 25 dias do mês de setembro de mil oitocentos e sessenta e seis”.

José Ferreira César

Nota: Deixamos de citar vários nomes no decurso desta transcrição apenas para guardar conveniências, embora a História seja surda e cega a preconceitos.

NOTA Nº 3 - ATESTADO DE ÓBITO DE JOSÉ FERREIRA CÉSAR

“Aos sete dias do mês de maio de mil oitocentos e sessenta e oito, se sepultou nesta Matriz de Nossa Senhora da Piedade da Laje a JOSÉ FERREIRA CÉSAR, que faleceu repentinamente de uma congestão cerebral, na idade pouco mais ou menos de sessenta e oito anos, sem sacramento por não dar tempo a que se chamasse um padre: achou-se o seu testamento o qual estava aprovado e por estar a Freguesia distante da cabeça do Município para mais de vinte Léguas, eu o abri para se poder cumprir as disposições do funeral e, depois copiado neste mesmo livro o entreguei ao segundo testamenteiro e herdeiro da mesma casa, Manoel Garcia Pereira, visto que o primeiro testamenteiro se achava ausente na Província de Minas e onde, segundo me disse, tem de demorar-se alguns meses a tomar remédios. Foi este corpo encomendado por mim e acompanhado à sepultura por mais dois sacerdotes e grande concurso de Povo. Para constar faça êste assento que assino”.

Vigário Antônio Martins Machado

NOTA Nº 4 - ATESTADO DE ÓBITO DO ALFERES JOSÉ BASTOS PINTO

“Aos vinte e oito dias do mês de agosto digo de julho de mil oitocentos e sessenta e um, se sepultou nesta freguesia ao Alferes José Bastos Pinto, que faleceu de gangrena nas pernas, precedida de repetidas erisipelas, na idade de noventa anos; não foi confessado nem sacramentado por que a mais de dois anos que vinha alienado do Juizo: Foi por mim encomendado e acompanhado à sepultura por mais dois sacerdotes. Para constar faça esse assento que assino”.

Vigário Antônio Martins Machado

NOTA Nº 5 - ATESTADO DE ÓBITO DE JOSÉ GARCIA PEREIRA

“No primeiro dia de junho de mil oitocentos e cinquenta e oito se sepultou nesta Matriz de Nossa Senhora da Piedade da Laje a JOSÉ GARCIA PEREIRA, que faleceu de retenção de ourinas, na idade de 70 anos, com o Sacramento da Extrema-Unção; foi por mim encomendado e acompanhado por mais outro sacerdote; para constar”.

Vigário Antônio Martins Machado

NOTA Nº 6 - DELIBERAÇÃO DE 10 DE OUTUBRO DE 1857

“Fica criada mais uma sub-delegacia de polícia na Freguezia de Nossa Senhora da Piedade da Laje do termo de Campos, a qual terá por sede a mesma Freguezia e por limite: ao centro a Província de Minas Gerais; ao norte a margem direita do Rio Muriaé; ao nascente a Serra de São Domingos; compreendendo ao sul tôdas as terras que já fazem parte da vida Freguezia, ficando para o Distrito da Natividade todo o território da margem esquerda do Muriaé, compreendido entre a Província de Minas Gerais e as atuais divisas com os os distritos de Itabapoana e Santo Antônio dos Guarulhos”.

NOTA Nº 7 - DELIBERAÇÃO DE 9 DE JULHO DE 1859

“O Presidente da Província, atendendo ao que lhe representaram os habitantes da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade da Laje, no Município de Campos, delibera que fique compreendido no distrito da sub-delegacia de polícia da dita Freguezia, o território que se estende à Serra da Jacotinga, águas vertentes para o Rio Muriaé, passando a pertencer o outro lado da mesma serra, desde as vertentes para o Carangola até a barra que êste rio faz no Muriaé, ao Distrito de Nossa Senhora da Natividade; continuando daí por diante as divisões já estabelecidas, Isto é, o Distrito de Natividade pelo lado norte do Muriaé abaixo e o da Laje pelo sul, até encontrar a divisão que existe com o 1º Distrito de Santo Antônio dos Guarulhos”.

NOTA Nº 8 - DECRETO Nº 1244, DE 14 DE DEZEMBRO DE 1861 (separação das duas Freguezias: LAJE E NATIVIDADE)

“Art.1º - A Freguezia criada pelo decreto nº 636, 23 de agosto de 1853, no território que constitui o antigo 2º Distrito da Freguezia de Santo Antônio dos Guarulhos, do Município de Campos, terá a invocação de Nossa Senhora da Natividade”.

“Art. 2º - Dêsse território será desmembrado o que fôr preciso para a Freguezia de Nossa Senhora da Piedade da Laje, que fica criada e a qual servirá de Matriz a Igreja ali existente, construída à custa dos moradores do lugar”.

“Art. 3º - Os limites entre as Freguezias da Natividade e a da Laje serão designados pelo Presidente da Província, com a audiência do Ordinário, tendo em atenção a serra que corre entre o Muriaé e o Carangola, e de maneira que não altere os limites atuais das Freguezias de Santo Antônio de Pádua e Senhor Bom Jesus do Monte Verde”.

NOTA Nº 9 - DECRETO Nº 1308, DE 29 DE DEZEMBRO DE 1865 (Anexa terras de São José de Úba à Freguezia da Laje do Muriaé)

“Art.1º - Os moradores à margem do ribeirão de Ubá ficam desmembrados da Freguezia do Senhor do Bom Jesus do Monte Verde, no Município de São Fidelis e incorporados à Freguezia de Nossa Senhora da Piedade da Laje, do Município de Campos”.

NOTA Nº 10 - DECRETO Nº 1427, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1868 (Anexa a Barra de São Domingos à Freguezia da Laje)

“A Fazenda de que se trata a última parte do Art. 1º do Decreto 1308 de 29 de dezembro de 1865, á a de Joaquim Ribeiro da Silva, denominada Barra de São Domingos, à margem do Rio Muriaé, a qual fica desmembrada da Freguezia do Senhor Bom Jesus do Monte Verde,

do Município de São Fidélis, e incorporada à Freguezia de Nossa Senhora da Piedade da Laje, Município de Campos”.

NOTA Nº 11 - ATESTADO DE ÓBITO DE JOSÉ BASÍLIO DE FREITAS

“Aos trinta dias do mês de dezembro de 1885, JOSÉ BASÍLIO DE FREITAS, côr branca, fazendeiro, viúvo, foi vítima de um assassinato cometido por um escravo. Está sepultado nesta Freguezia, depois de receber todos os sacramentos da Igreja”. (Livro de óbitos nº 2 - Arquivo da Matriz da Laje).

NOTA Nº 12 - ATESTADO DE ÓBITO DO PADRE ANTÔNIO MARTINS MACHADO

“Aos vinte e cinco dias de abril de 1887, pelas duas horas da noite, faleceu o Rev. Pe. ANTÔNIO MARTINS MACHADO, vítima de um amolecimento cerebral prolongado, conjuntamente com uma bronquite crônica. Foi tratado pelo Ilmo. Sr. Dr. Costa Azevedo e está sepultado no adro da Igreja a seu pedido; sendo por isso concedida a sua última vontade, depois que recebeu todos os sufrágios, como um bom cristão. E, para constar, faço êste assento” (segue-se a CÓPIA do seu TESTAMENTO, sendo todos os assentamentos assinados pelo Padre Coadjutor, REGINALDO MAURO). Ver páginas 11 e seguintes do Livro de Óbitos nº 2 - Arquivo da Matriz da Laje.

NOTA Nº 13 - ATESTADO DO ÓBITO DO PADRE JOSÉ PIRES FERREIRA DE MORAIS

“Aos vinte e três dias de janeiro de 1896 faleceu em Patrocínio do Muriaé o Rev. Padre JOSÉ PIRES FERREIRA DE MORAIS, vítima de apoplexia, e foi sepultado no cemitério desta Matriz de Nossa Senhora da Piedade da Laje do Muriaé por ter sido Vigário desta Freguezia. Foi encomendado, segundo o ritual canônico. Para constar faço êste assento”.

Padre João Baptista Reis

NOTA Nº 14 - ATESTADO DE ÓBITO DO ENGENHEIRO HERMANN NEIGELE

“Aos novo dias do mês de maio do ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e oitenta, nesta Freguezia da Laje, Município de São Fidélis e Província do Rio de Janeiro, em meu cartório a 8 do corrente mês me foi participado por Joaquim José Medeiros, profissão de ourives, e José Ambrósio de Souza Pinto, negociante, residentes nesta Freguesia, que a 8 do corrente mês havia falecido o Engenheiro HERMANN NEIGELE, às nove, digo, às quatro horas da tarde, não tendo deixado testamento, nem declaração alguma - de idade de trinta e tantos anos, solteiro, natural da Suíça, Lousagne (?), residindo por algum tempo nesta Freguesia, de profissão Engenheiro, tendo pai, mãe e alguns parentes em Lousagne (?) pertencendo à Religião Protestante, digo, faleceu às oito horas e quarenta minutos da noite, de que para constar, faço êste termo. Eu Sebastião Pinto Monteiro, escrevão que escrevi”.

NOTA: Neste livro só havia tal óbito Lavrado. Vale a pena, para melhor compreensão do assunto, transcrever o termo de abertura dêsse livro: - “Serve êste livro para nele se lançar os assentos de baptismo, casamento, óbitos das pessoas acatólicas da Freguezia de Nossa Senhora da Piedade da Laje, tem 50 folhas, tôdas rubricadas e numeradas por mim, com a rubrica que uso... (ilegível) - e leva na última folha termo de encerramento, São Fidélis, 20 de janeiro de 1880. Assinado por D... Delgado Filho - Será êste livro destinado sòmente para óbitos”.

Por ser acatólico, o Engenheiro Hermann Neigele foi sepultado do lado de fora do cemitério. Acontece que, há dez anos passados, o povo lajense, traçando e executando uma estrada que levaria ao alto do Morro de Santo Antônio, para, num gesto de fervor religioso, egeer no topo do citado morro um cruzeiro - encontraram os lajenses, ao fazerem um desatêro para dar largura a estrada em construção, o esqueleto de um ser humano que, prèconcebidamente, foi enterrado do lado de fora do cemitério. Não foi difícil identificar, ou, melhor, saber quem teria sido a pessoa ali sepultada, pois os antigos da localidade lembravam-se do fato com segurança. O nome do Engenheiro Suíço - que era acatólico, protestante, - voltou à baila e o assunto passou a ser glosado pela gente. Foi então que Nilo G. Bastos, Pastor Protestante da Igreja Baptista da Laje, num gesto de piedade cristã, recolheu os despojos de Hermann Neigele, pretendendo dar-lhes sepultura condigna em época oportuna. (Ver nos registros do Arquivo do Cartório do Registro Civil da Laje do Muriaé).

NOTA Nº 15 - DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEIS NO LIMOEIRO DOS PEQUENOS

“Procuração bastante que fazem Galiano José da Fonseca e sua mulher Manuela Teixeira da Fonseca (...) constituindo seus procuradores

a Domingos Ribeiro de Faria, em Campos (...) especialmente para receber da Diretoria da ESTRADA DE FERRO DO CARANGOLA, ramal do Poço Fundo, a importância de uma casa que tem de ser inutilizada pela mesma estrada no Arraial do Limoeiro dos Pequenos... etc. Datado de 30 de maio de 1883”.

“Procuração bastante que faz JOSÉ ANTÔNIO DA FONSECA, constituindo seu procurador a João Pinto Miranda, etc. Para receber da Estrada de Ferro determinada importância referente a indenização por estragos feitos em uma casa e roças no Ramal do Patrocínio (Poço Fundo) - (Livro de Notas nº 9 Arquivo do Cartório da Laje).

NOTA Nº 16 - ATESTADO DE ÓBITO E TESTAMENTO DE FRANCELINO RODRIGUES FRANÇA

“Aos doze dias do mês de maio de 1859, se sepultou no cemitério da Capela de Nossa Senhora da Piedade da Laje, digo, no cemitério da Capela da Nossa Senhora da Natividade do Carangola a FRANCELINO RODRIGUES FRANÇA, que morreu estuporado na idade de cinquenta e seis anos, com os sacramentos da Penitencia e Extrema Unção: fez seu solene testamento e foi por mim encomendado, e acompanhado à sepultura. Para constar faço este assento que assino”.

Vigário Antônio Martins Machado

TESTAMENTO DE FRANCELINO RODRIGUES FRANÇA

“Em Nome de Deus, Amem. Eu, FRANCISCO RODRIGUES FRANÇA, em meu perfeito juízo, entendimento e em estado de saúde, mas temendo a morte, tenho resolvido fazer o meu Testamento e disposição de última vontade, da maneira seguinte: Declaro que sou filho legítimo de Alexandre Rodrigues Gondim e Balbina Maria Francisca, nascido e batizado na Freguezia de São Bento de Tamanduá, Bispado de Mariana. Declaro que, podendo eu dispor livremente de meus bens, é minha última vontade que sejam universais herdeiros de todos os meus bens quatro meninos por nomes Balbino, Tolentino, Maria e Castorina que vivem em minha companhia e instituo meus herdeiros

aqueles meninos pelo muito amor que lhes tenho. E, quando por alguma razão que não prevejo não possam ser meus herdeiros universais os ditos meninos, os Instituto, em todo o caso, herdeiros da minha terça. Declaro que é minha vontade havendo instituído herdeiros universais de meus bens Balbino, Tolentino, Maria e Castorina, instituir usufrutuária de todos os meus bens, do meu espólio a Joaquina Hermelinda de Castro, mãe dos ditos meus herdeiros enquanto fôr ela viva, e só poderá usufruir os bens, não podendo dispor deles por qualquer título que seja, porque, depois de sua morte se consolidará na pessoa dos herdeiros instituídos, acima mencionados o domínio útil de todos os bens e o direito que já lhes pertence. Nomeio meus testamenteiros em primeiro lugar a Francisco Lannes Dantas Brandão, em segundo lugar a Francisco Antônio da Silva Tinoco, em terceiro lugar o Capitão José Custódio Fernandes, e ao primeiro testamenteiro nomeio mais Tutor de meus herdeiros Balbino, Tolentino, Maria e Castorina, para tomar conta das suas pessoas e bens e assino ao testamenteiro que aceitar a minha testamentaria o premio que estabelece o Dec. de 3 de julho de 1854, esperando de sua caridade, que cada um dos testamenteiros me fará o favor de aceitar este encargo, pela ordem que são nomeados. Declaro que deixo por esmola a Virgínia Belegária da Conceição, parda clara, filha natural de Apolonio Rodrigues Gondim a quantia de quatrocentos mil réis. O meu corpo será sepultado no cemitério que estiver mais próximo, sendo amortalhado sem pompas a arbítrio do meu testamenteiro, o qual mandará sufragar minha alma com uma missa de corpo presente e a cada um dos pretos que me conduzirem à sepultura dará a esmola de quatrocentos réis. Recomendo ao testamenteiro e bem assim ao tutor dos meus herdeiros instituidos que hajam de fiscalizar os bens que deixo em uso e fruto à mãe dos ditos herdeiros para que não sofram detrimento, não consentindo que entre no gôzo desses bens outra pessoa que não seja a usufrutuária por mim constituída, porque o benefício do usufruto é pessoalmente outorgado a ela e não a alguma outra pessoa. Por esta forma, hei por findo o meu testamento e disposição de última vontade, que quero seja cumprida religiosamente, para que invoque o patrocínio e a autoridade das Justiças dêste Império. Pedi e roguei a José Antônio da Silva que êste por mim escrevesse, como particular, e como escrivão de paz e notas e aprovado, sendo por mim ditado e sòmente assinado.

Curato de Nossa Senhora da Natividade, 6 de outubro de 1856, FRANCISCO RODRIGUES FRANÇA. Testemunha que êste escrevi e assino João Antônio da Silva.

Nota: Nada mais se continha no dito testamento que aqui copiei do original a que me reporto e o achei cerrado e cosido com cinco pontos de retroz encarnado e lacrado com outros tantos pingos de lacre da mesma côr e estava aprovado pelo escrivão competente. O referido é verdade e o afirmo *in fideparochi*- Laje, 15 de maio de 1859. Assinado pelo Vigário ANTÔNIO MARTINS MACHADO.

NOTA Nº 17 - CÓPIA DO ABAIXO-ASSINADO QUE O POVO DA LAJE APRESENTOU AO CHEFE DO SERVIÇO DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE (DEFENDENDO O NOME DA LAJE DO MURIAÉ QUE DEVERIA SER MUDADO, ISTO É, TROCANDO POR OUTRO, UMA VEZ QUE, EXISTINDO MAIS DE UM NOME LAJE DEVERIA PERMANECER NA TOPONÍMIA BRASILEIRA MAIS ANTIGO, EM DETRIMENTO DOS DEMAIS).

Foram êsses os termos da representação:

“Nós, moradores da Laje de Muriaé, 3º Distrito do Município de Itaperuna, tendo tido conhecimento de que, em cumprimento de dispositivos legais êsse nome deverá ser mudado, por haver, dentro do território nacional localidade de homônima; tendo em vista que a mudança de denominação deverá processar-se dentro de um critério de aceitação geral; nós, moradores da Laje do Muriaé, reunimo-nos para ouvir de cada um as sugestões necessárias, estudando detalhadamente, a questão em aprêço.

Findo êsse estudo, chegamos a conclusão seguinte:

I- A Laje do Muriaé é uma localidade fundada, em 1832, por José Ferreira César, sendo, por isso, presentemente, mais do que centenária;

II - Por Ato Imperial, foi, em 1861, elevada à categoria de Freguezia de Nossa Senhora da Piedade da Laje do Muriaé, como poderá ser visto na História do Município elaborada por Leopoldo Muylaert Junior;

III - Foi ela a fundadora da Comarca de São José do Avaí, tendo de sustentar luta política contra uma das suas rivais, a fim de que esta não arrastasse para lá a sede do Município, com prejuízo dos outros distritos;

IV - A Laje do Muriaé era conhecida, já no fim do reinado de Dom Pedro II, como sendo o quartel general do republicanismo nacional, tanto assim que a Primeira Câmara Municipal Republicana foi a de Itaperuna, ainda no Brasil Império, pois era constituída, na sua totalidade, de elementos republicanos e, na sua maioria, lajenses.

V - Por ser assim conhecida, teve o privilégio de receber a visita de propagandistas republicanos, entre os quais Nilo Peçanha, em abril de 1889.

VI - Por êsse motivo a Laje do Muriaé teve o ensejo de fornecer ao patrimônio histórico nacional grande dose de subsídio, conforme poderá ser visto por estas palavras, extraídas de “TIGRE DA ABOLIÇÃO” (Ver Tigre da Abolição - Osvaldo Orico - páginas. 190 e seguintes- Edição de 1931):

“Guiados por essa senha, não admira que se verificassem fatos como os de Campos e da Laje do Muriaé. Na primeira...etc. Na segunda, a polícia prendeu no tronco, após uma série de distúrbios, um honrado cidadão, por suspeita de ideias republicanas. As Garrafadas da Laje do Muriaé - escreveu Ruy Barbosa, juiz Implacável da milícia negra - renovam as Garrafadas da Côrte, em 1831, que pressagiaram o fim desastroso do Primeiro Reinado”.

Com as palavras do historiógrafo e escritor, fica atestada a verdade histórica da terra. Repisandi ainda êsse fato, poderemos - se nos é lícito - analisar detalhadamente as palavras de Rui: “as garrafadas da Laje do Muriaé... renovam as Garrafadas da Côrte que pressagiavam o fim do Segundo Reinado”. Rui Barbosa disse nessas palavras que as garrafadas da côrte pressagiaram o fim do primeiro reinado, assim como as garrafadas da Laje do Muriaé pressagiaram o fim do segundo reinado. Se reduzirmos tudo isso há uma proprção aritmética, teremos: - As Garrafadas da Côrte estão para o fim do primeiro reinado assim como as Garrafadas da Laje do Muriaé estão para o fim do segundo reinado. A razão, isto é, o resultado da operação que vimos *a posteriori* foi a seguinte: - rolou por terra a Corôa de Dom Pedro I, com a inevitável Abdicação; rolou por terra a Corôa de Dom Pedro II, com a inevitável Proclamação da República!

Nota-se, ainda, que tôdas as vêzes que historiadores escritores se referem à Laje do Muriaé, empregam sempre forma especial de tratá-la. Notar que nas várias vêzes que êsse nome aparece vem êle sempre antecipado do artigo definido a. Evidentemente, a Gramática ensina que da é contração da preposição de, com o artigo definido a. Pois bem: se o artigo definido é empregado ali, com tanta constância, é porque se trata de uma coisa, além de altamente conhecida, perfeitamente definida e superiormente familiar. Porque o grande mestre da língua não disse AS GARRAFADAS DE LAJE DO MURIAÉ, mas, sim, AS GARRAFADAS DA LAJE DO MURIAÉ?

Há, portanto, nesse artigo definido a muita coisa séria e nobre que o tempo jamais consumirá, por mais que os homens tentem fazê-lo;

VII - Levando nossos estudos além, chegamos, também à conclusão de que a Vila, existente no Estado do Espírito Santo, já não se chama Laje, mas, ITÁ;

VIII - Resta-nos, para estudo, apenas, cidade de Laje, outrora Nova Laje. (Ver Prontuário Postal de Endereços - Edição de 1928), na Bahia;

Antes, porém, de cortarem nossa árvore, cujas folhas verdes da esperança são, ainda, o único respiradouro que nos resta para viver; antes de asfixiarem um passado, espesinharem um presente, a fim de que nada mais exista para o futuro - pedimos que se sonde o fôro íntimo da cidade bahiana, para que se veja o seguinte: a) se tem ela a mesma idade nossa; b) se, como cidade, tem maior população do que a Laje do Muriaé; c) se possui renda municipal superior ao 3º Distrito do Município de Itaperuna; d) se deu à causa republicana, portanto ao Brasil, igual soma de subsídios históricos.

IX - Ainda aprofundando nossos estudos, chegamos à conclusão que o nosso verdadeiro nome atual é Laje do Muriaé. a) Pra prová-lo, basta procurar êsse nome nas páginas da História, b) na repartição geral dos Correios e Telegrafos da Capital da República; c) a Sub-Coletoria local foi criada, em 1938, com o nome de Subcoletoria Estadual da Laje do Muriaé, que ainda se mantém;

X - Sòmente na repartição municipal é que o nosso nome se estacionou em LAJE, parecendo tratar-se de mutilação.

Sem sugerir nomes para substituir o de Laje, pedimos a V. Ex. que, a fim de sanar dúvidas futuras - seja reabilitado o nosso verdadeiro nome. Dir-se-á: - É longo e o decreto exige nome curto. Menos longos

não o são os de Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e tantos outros de dois, três ou quatro elementos gramaticais.

Sejamos equânimes, antes de sermos desastrados. Não queremos dizer que a troca do nome em questão por outro seria um desastre, capaz de abalar céus e terra. Deixe-se, porém, viver a a Laje do Muriaé no seu abandonado estacionamento político-administrativo, mas, íntegra no seu verdadeiro nome que honra a tradição política do município e as páginas imortais da História do Brasil. Deixe-se que ela viva, pois, caso contrário, as próprias páginas da História clamarão por Justiça.

Era o que tínhamos a pedir e a sugerir”.

Nota: Seguem-se os nomes de, praticamente, toda a população da Laje do Muriaé que ocorreu a assinar esse memorial que, mercê de Deus, surgiu o efeito desejado, pois foi mantido o nosso nome de tradição e de glória. Queremos fazer ressaltar que respondia, nesse tempo, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (I.B.G.E.), o Dr. Sadi Sobral Pinto.

NOTA Nº 18 - PONTES SÔBRE O RIO MURIAÉ

Além das quatro pontes citadas no Capítulo X do presente trabalho, devemos reportar-nos à página 61, em que o Chefe da Recebedoria do Rio Muriaé, sediada no Patrocínio, comunicava à Mêsá de Rendas de Província de Minas Gerais terem os fazendeiros e tropeiros da região aberto estradas para, cortando caminho, lesar o Fisco, inclusivè edificando uma ponte na Praia do Peixe, para cuja construção não quizeram pedir auxílio pecuniário ao Governo, a fim de que este não se sentisse com o direito de cobrar impostos sôbre mercadorias que por ali transitassem. Essa ponte da Praia do Peixe, feita às expensas do povo lajense, foi construída em fins de 1852 e começos de 1853, em face das seguintes palavras do Chefe da Recebedoria: “uma ponte se vem de construir além da Recebedoria do Rio Muriaé, no lugar denominado Praia do Peixe, para o qual os interessados em sua construção não quizeram pedir a coadjuvação do Governo”. Esta declaração tem a data de 24 de janeiro de 1853.

Não nos foi possível localizar no Muriaé a Praia do Peixe. Tivemos conhecimento que, em 1893, ainda existia uma ponte localizada do Poço Fundo, e em más condições de transitabilidade, significando, com isso, ser ela muito antiga. Seria, acaso, ali, a Praia

do Peixe? Acreditamos que não, pois a idéia de POÇO FUNDO elimina a possibilidade da coexistência de uma praia. Teria sido mais abaixo, na zona do Limoeiro dos Pequenos onde, ao que consta, houve antigamente uma ponte? Tal ponte foi substituída por outra, muitos anos depois, construída, então, nos terrenos de José Gomes Rosmaninho, em 1940, mais ou menos, a fim de que todo o trânsito de veículos, de procedência mineira, que, deixando a estrada Rio-Bahia, demandasse o Norte Fluminense - não precisasse valer-se da ponte Dr. Alfredo Backer, na Laje do Muriaé.

Na Cachoeira da Fumaça também havia outra ponte outrora, que foi recentemente substituída por outra de cimento armado. Finalmente outra, de madeira, no Retiro, foi substituída por ponte de cimento armado, não faz muito tempo. Teria sido, por acaso, malgum destes lugares citados acima, a Praia do Peixe?

NOTA Nº 19 - PARA PROVARMOS QUE OS DEBATES NA ASSEMBLEIA PROVINCIAL, REFERENTE À CREAÇÃO DA VILA DE SÃO JOSÉ DO AVAÍ (conforme houveramos dito, giraram em torno do nome e das qualidades intrínsecas da freguezia da laje – passamos a transcrever os anais da assembléia, copiados do ÁLBUM DO MUNICÍPIO DE ITAPERUNA, DE Leopoldo Muylaert Junior).

“Travou-se desde logo caloroso debate, nos seguintes termos:

O Sr. VIRGÍLIO PESSÔA: - Sr. Presidente, representante do 7º Distrito e morador da Comarca de São Fidélis, tenho necessidade e o dever de pretestar contra a extorsão que pretende fazer àquela zona (NÃO APOIADOS). Não há razão nenhuma no pedido dos moradores da Laje, sancionado pela emenda que se acha junta ao projeto e que trás a assinatura do nobre deputado Sr. Coelho Barroso.

O Sr. COELHO BARROSO: - V. Ex. não sabe que os moradores da Laje têm representado mais de uma vez neste sentido? Êles são os mais interessados e competentes.

O Sr. VIRGÍLIO PESSÔA: - Sei que êles têm pedido, mas eu, como representante do distrito, não posso deixar de opor-me a êsse projeto que

é um verdadeiro esbulho feito ao Município de Pádua, digno de tódia a consideração. (APOIADOS). Há poucos anos foram desmembrados de Município de São Fidélis as Freguezias de Pádua e Laje para formar um novo município. Êsse desmembramento causou um mal imenso a São Fidélis, que de um município grande e importantíssimo foi transformado em dois pequenos e pouco rendosos. (APOIADOS).

O Sr. MODESTO DE MELO: - Aí, muito apoiado. O êrro já vem desta época.

O Sr. VIRGÍLIO PESSÔA: - Corrijamo-lo agora, Senhores, o Município de Pádua custou muitos sacrifícios, e eu apelo para o nobre deputado, o Sr. Melo Cunha, que é distinto advogado naquela localidade. Cidadãos beneméritos reuniram-se ali e gastaram 50 e tantos contos com a edificação da Casa da Câmara, cadeia, cemitério e escolas para poder instalar-se a vila. Pergunto eu: - é sério, é justo, que, depois de tantos sacrifícios, quando a vila começa a desenvolver-se, se comenta uma extorção desta ordem, sem razão de conveniência pública? Não creio que os meus colegas de distrito sejam capazes de sustentar êste projeto, encampando tão grave pretensão!

O Sr. COELHO BARROSO: - Êles estão de acôrdo.

O Sr. VIRGÍLIO PESSÔA: - Aguardo a presença dêles na tribuna, porque sei que êstes distintos colegas têm bastante patriotismo para não se deixar levar por um conclave político, um verdadeiro atentado (APOIADO). É sabido que o eleitorado da Laje, que é firme e numeroso.

O Sr. PEDRO LUIZ: - ... e conservador ...

O Sr. VIRGÍLIO PESSÔA: - Conservador e disciplinado, mandou um *ULTIMATUM* ao chefe supremo desta Província.

O Sr. PEDRO LUIZ: - O Chefe do Partido Conservador da Província não recebe *ULTIMATUM*; Isto é, lá para os Liberais.

O Sr. VIRGÍLIO PESSÔA: - Mais ou menos nos seguintes termos: ou passai-nos para ITAPERUNA, ou, então, nos recolheremos aos BASTIDORES, inutilizando os nossos Diplomas! Eis, senhores, a chave do enigma (APOIADOS E APARTES). Esta é a verdade. E neste país tudo se resolve pela maldita política que abafa tódias as grandes ideias, em nenhuma consideração à opinião pública. (APOIADOS)

Além das desvantagens da leviandade que há em querer-se fazer desaparecer um município creado há pouco tempo, acresce ainda a despesa que se vai fazer com a tal anexação, isto é, com a Nova

Vila de Avaí. (APOIADOS). Não vejo razão para isso. Há seis anos, mais ou menos, a população da Laje poderia pedir, e com razão, a sua transferência para a Comarca de Campos, e o pedido seria muito aceitável, porque naquele tempo as viagens para a Cidade de São Fidélis, então sede do Município, eram penosíssimas e feitas por caminhos quase intransitáveis e longos, mas hoje não se dá isso: temos uma via férrea com viagens regulares e diárias, e uma pequena distância de Pádua à Laje. (APOIADOS). Também não vejo razão para, depois de tão pouco tempo, querer-se inutilizar um município que custou tantos sacrifícios aos cidadãos que o inauguraram e que tinham o direito de esperar que fôssem respeitados êsses sacrifícios e a sua dedicação à causa pública, inaugurando o Município. (MUITO BEM).

Vou ler alguns documentos em que baseio a minha argumentação. O Dr. Juiz de Direito da Comarca de São Fidélis quem é um cidadão distinto e magistrado integérrimo, sendo consultado a respeito da utilidade desse projeto, informa mais ou menos o seguinte: Mas eu (EXAMINANDO UNS PAPEIS) não encontro aqui os documentos. Peço a V. Ex. me mande trazê-los.

O Sr. PRESIDENTE: - Os documentos estão aí, juntos ao projeto.

O Sr. VÍRGILIO PESSÔA: - Aqui não estão, e, se não aparecerem, eu vou fazer um requerimento, a fim de que êles me sejam fornecidos. Não sei como desapareceram êsses documentos, porque declaro a V.Ex. que os vi ai sôbre a mêsã. Isto é grave. (APOIADOS). O meu requerimento é êste: “Requeiro que volte o projeto à comissão respectiva para que junte ao mesmo projeto os papeis de informação: - Virgílio Pessoa”.

Sento-me, Sr. Presidente, forçado pela circunstância de não ter eu em mão os documentos de que necessito e dos quais não posso prescindir. Conto, porém, que V.Ex. me mantenha a palavra para amanhã concluir o meu discurso e provar a esta ilustre Assembléia que é um grande atentado a destruição do Município de Pádua, e uma verdadeira surpresa aos direitos adquiridos de seus dignos habitantes. (MUITO BEM DA MINORIA). (Vai à mêsã o requerimento desse deputado, que é lido, apoiado, e fica adiado por ter dada a hora de passar-se à segunda parte da ordem do dia. Na sessão de 5, anunciada a continuação da 3ª discussão do projeto, falou:

O Sr. COELHO BARROSO: - Sr. Presidente, surpreendeu-me deveras a impugnação feita pelo digno representante do 7º distrito,

na última sessão, à emenda substitutiva que tive a honra de oferecer à esclarecida atenção da Assembléia, e que se acha em discussão conjuntamente com o projeto. Convencido de que o nobre deputado conhecia, tão bem quanto eu, a Freguezia de Nossa Senhora da Piedade da Laje, acreditava que V.Ex. seria o primeiro a confessar a justiça que assiste à emenda e os interesses de ordem elevada que tem por fim atender e acautelar. (APOIADOS). Enganei-me, Sr. Presidente, pois o honrado colega foi justamente quem iniciou o debate, e com tal animação que me fez, a princípio, receiar que pudesse sua argumentação e os documentos a que se referiu, mas de que ainda não temos notícia, prejudicar a aceitação que encontrou a emenda no seio desta ilustrada corporação.

O Sr. VÍRGILIO PESSÔA: - Cumpri meu dever e não li os documentos porque não me foram fornecidos.

O Sr. COELHO BARROSO: - Respeito os escrúpulos do nobre deputado, mas os julgo excessivamente rigorosos, quando observo que seus dignos companheiros de distrito pensam de modo diverso. (APOIADOS E APARTES).

O Sr. MADEIRA: - Não apoiado; já me manifestei.

O Sr. MELO CUNHA: - Voto contra a emenda de V.Ex. e inscrivi-me para combatê-la.

O Sr. COELHO BARROSO: - Sinto profundamente contrariar o nobre deputado que me honra com o aparte em termos decisivos de sua oposição à emenda, pois além de distinto correligionário, é um amigo particular de muitos anos; mas V.Ex. não levará do certo a mal que nêsse acôrdo de vistas e perfeita inteligência em que temos vivido nesta casa sôbre assuntos que interessam aos nossos distritos, eu abra um parênteses com relação à matéria em que com grande pesar meu, nos achamos divergentes; pois estou plenamente convencido do que pratico um ato de inteira justiça e concordo para a posterioridade e grandeza dessa pequena parte do município que S.Ex. com tanta dignidade representa. (APOIADOS).

O Srs. VÍRGILIO PESSÔA E MADEIRA dão apartes.

O Sr. COELHO BARROSO: - Nutro - a despeito de não ser representante direto - pelo Município de Santo Antônio de Pádua os melhores desejos, e interessa-me pela sua sorte tanto quanto pela de Campos, donde sou filho e também representante; mas, por isso mesmo, não deve cerrar ouvidos e tornar-se indiferente às justas reclamações

de uma laboriosa e ubérrima Freguezia que vê sacrificados os seus mais importantes interêsses porque de sua riqueza e prosperidade outra depende para viver. (APOIADOS E APARTE).

O Sr. MELO CUNHA: - Não apoiado. Santo Antônio de Pádua possui elementos de vida própria. (APOIADOS).

O Sr. COELHO BARROSO: - Não se pode deduzir das considerações feitas pelo nosso colega, o Sr. Virgílio Pessôa, que pintou, como verdadeira calamidade para Pádua e desmembramento da Laje.

O Sr. VÍRGILIO PESSÔA: - Não foi nesse sentido, e terei ocasião de desmontar, fundado em informações oficiais, quando voltar à tribuna.

O Sr. COELHO BARROSO: - Se assim é, não têm os nobres deputados razão para essa oposição à emenda substitutiva, que importa no desenvolvimento e progresso da Freguezia da Laje, sem prejuízo para Santo Antonio de Pádua. (APOIADOS E APARTES).

O Sr. CANTO COUTINHO: - Apoiado; a emenda de V.Ex. satisfaz a interêsses muito importantes e legítimos. (APOIADOS).

O Sr. COELHO BARROSO: - Dois únicos foram os argumentos apresentados pelo representante ilustre do 7º Distrito em apôio de sua opinião; a inutilidade em que ficará o prédio que server de cadeia e em que funciona a Câmara Municipal de Santo Antônio de Pádua; e ter conforme disse V.Ex, a emenda substitutiva razão de ser na imposição feita pelos moradores da Freguezia da Laje ao distinto e prestimoso chefe do Partido Conservador da Província do Rio de Janeiro, de quem tira todo o apôio que encontra. O primeiro argumento, Sr. Presidente, não colhe e é improcedente, como demostrei; o segundo funda-se em um fato inverídico, e daí resultou a apreciação falsa e errônea que fez o nobre deputado, levado, provàvelmente, por informações inexatas e suspeitas. (APOIADOS E APARTES).

O Sr. VÍRGILIO PESSÔA: - Dá um aparte (TROCAM-SE muitos Apartes).

O Sr. COELHO BARROSO: - Em tempo demonstrarei; agora tomarei em consideração o primeiro argumento oferecido pelo honrado colega que falou sôbre a matéria. Não sei, Sr. Presidente, explicar a origem ou a causa dos receios do nobre deputado pelo abandono do edificio que serve de cadeia e paço municipal, construido às expensas dos particulares em Santo Antônio de Pádua, quando a minha emenda,

muito menos o projeto, nada dizem a respeito. Posso garantir a S. Ex. que êsse prédio continuará a ser o que hoje é: cadeia e paço municipal. (APOAIDOS E APARTES).

O Sr. VÍRGILIO PESSÔA: - Dá um aparte.

O Sr. COELHO BARROSO: - E quando, Sr. Presidente, se realizassem os infundados temores do ilustre colega, teria uma aplicação altamente nobre e de real utilidade para a população - funcionar nele alguma escola pública, algum liceu de humanidades ou de artes e ofícios. Creio que êste destino estará na altura dos sacrifícios feitos pelos particulares para aquisição do prédio. (APOIADOS E APARTES).

UMA VOZ: - Se se tratasse de Campos, poderíamos ter esperanças.

O Sr. COELHO BARROSO: - Desejo apenas tranqüilizar o meu colega previnindo todas as hipóteses. Esqueceu-se o nobre colega de que o Norte da Freguezia de Nossa Senhora da Piedade da Laje, justamente a sua parte mais populosa, laboriosa, rica e onde se tem concentrado a lavoura mais importante, dista da sede do Município oito léguas, ao passo que está a pouco mais de um quilómetro do Porto Alegre, que, pela emenda, será a sede do novo município e, ainda, a três horas de viagem da Cidade de Campos pela via férrea do Carangola. (APOIADOS E APARTES).

Essa consideração me parece de algum valor, pois a distância para o transporte dos produtos constitui algumas vêzes ônus tão pesado que desanima o produtor, mormente tratando-se de lavoura, como no caso presente, que já luta com sérias dificuldades. Atualmente, os moradores da Freguezia da Laje têm de empreender a difícil e penosa viagem de oito léguas, por maus caminhos, para chegarem a Santo Antônio de Pádua, sede do município; entretanto, convertida em lei a emenda, que se discute, dentro de uma hora estarão na sede do seu município, tendo à disposição uma estrada de ferro.

O Sr. CANTO COUTINHO: - Apoiado, gozarão de tôdas as vantagens.

O Sr. VÍRGILIO PESSÔA E MADEIRA: Dão apartes (trocem-se apartes).

O Sr. COELHO BARROSO: - Ouçam-se os nobres colegas: são os próprios habitantes da Laje que confirmam tudo quanto acabei de dizer com o procedimento uniforme que têm mantido deste ano de 1880, em que, a despeito de suas reclamações e protestos, passaram a

pertencer o município de Pádua. Não ignoram os nobres deputados que me honram com apartes, que os lajenses nunca alteraram com o Município de Campos as suas relações comerciais, industriais e tôdas as outras de igual importância, praticando com êle o comércio de importação e exportação, ao passo que com o de Santo Antônio de Pádua só mantêm os que são obrigados por lei que a êles os ligou.

O Sr. MELO CUNHA: - E outros deputados dão apartes.

O Sr. COELHO BARROSO: - Esse fato é bem significativo e prova à evidência a soma importante de interêsses que a emenda substitutiva consulta e atende. (APOIADOS E APARTES). O próprio colega a quem responde, já confessou, em resposta a um aparte meu que muitas são as representações dirigidas pelos moradores da Laje a esta Assembléia e à Administração Provincial, pedindo sua passagem para Campos em nome dos seus interêsses altamente prejudicados. (APOIADOS). Penso, Sr. Presidente, que não poderá haver melhor juiz em uma questão dessa ordem do que os próprios interessados, em cujos espíritos não influirá de certo, outra consideração que não seja a de obter uma solução de inteira utilidade e vantagem para todos, quando estão de acôrdo, como sucede no caso presente, em que os moradores da Freguezia da Laje têm um só pensamento: - aquele que realiso em minha emenda.

O Sr. CANTO COUTINHO: - Apoiado.

O Sr. COELHO BARROSO: - Já vêem os ilustrados colegas que razões bastante ponderosas justificam a emenda em discussão e as constantes solicitações dos moradores da Freguezia da Laje em favor de um ato que tão diretamente se prende a seus legítimos interêsses. (APOIADOS). Com relação ao fato que o nobre deputado considera como a principal causa da existência da emenda, por mim apresentada, os princípios serenos em que foi e é o povo lajense educado e da escola a que pertence, dêsse partido, que por sua disciplina e pelo respeito recíproco dos membros, impõe-se à consideração de seus próprios adversários, repelem e respondem eloqüentemente ao distinto colega. (APOIADOS E APARTES). E se o Sr. Presidente, desmentindo o seu passado, os lajenses, membros do Partido Conservador cometessem o ato a que o nobre deputado se referiu, posso garantir a S.Ex. que o prestigioso chefe do meu partido, digno do maior acatamento e de todo o respeito, não se sujeitaria a aceitar uma imposição menos digna e menos ofensiva a seu caráter e da alta posição que merecidamente

ocupa em nosso país. (MUITOS APOIADOS). Demais, o ilustre colega já declarou que muitas representações têm sido dirigidas à Assembléia pela Freguezia da Laje, que deu, assim, provas de que conhece os meios regulares e únicos pelos quais devemos pedir a reparação de qualquer ofensa aos nossos direitos e da injustiça de que nos consideramos vítimas. (APOIADOS E APARTES).

O Dr. BELIZÁRIO AUGUSTO: - Muito Bem!

O Sr. COELHO BARROSO: - Admiro, Sr. Presidente, que os honrados colegas, que de ordinário e com tanta injustiça confundem a disciplina do partido conversador da nossa Província, o respeito e consideração que, sob todos os pontos de vista, tão corretamente os dirige com a obediência cega e passiva, queiram hoje dar crédito a um fato que os faz incorrer em notável contradição! (APOIADOS E APARTES). Julgam conforme a oportunidade e circunstâncias de ocasião. (APARTES). A impugnação do nobre deputado limitou-se a essa parte da emenda, por isso não entrarei na apreciação de outros pontos que alteram a vila creada em 1885, com tôdas as vantagens para os habitantes, com a mudança da sede que passará para um local que, por sua topografia, oferece proporções para a constituição de uma grande cidade, tendo a vantagem de estar situada no centro das freguezias que farão parte da nova vila e com tôdas as condições de salubridade; ao passo que a atual sede além de colocada em um recanto, no extremo da província, é asfixiada por altas e ininterrompidas montanhas que serão sempre envencíveis obstáculos de sua futura grandeza e prosperidade.

O Sr. CANTO COUTINHO: - Apoiado!

O Sr. COELHO BARROSO: - Vou terminar, Sr. Presidente, imitando o belo gesto do distinto representante do 7º Distrito, que apenas disse o que reputava necessário para fundamentar a sua opinião, sem incorrer na censura de protelar a discussão.

O Sr. VIRGÍLIO PESSÔA: - Perdão; não conclui meu discurso: interrompi-o porque precisava de documentos, que não foram encontrados.

O Sr. MADEIRA: - V. Ex. deve pedi-los de novo e não dispensar sua leitura que muito convém à discussão.

O Sr. COELHO BARROSO: - Não sei a que documentos se referem os nobres deputados, pois os relativos ao projeto estão juntos a êste e já foram examinados. Sob a emenda substitutiva nada há, nem

pode existir documento algum, não só porque foi ela apresentada por mim há três dias, como por não ter sido exigida por nenhuma das comissões, que teriam de ser ouvidas se a Assembléia entendesse necessário, como, ainda, porque não houve nesse sentido requerimento de membro algum desta casa.

O Sr. VIRGÍLIO PESSÔA: - O nobre deputado está enganado; existem informações de autoridade e das Câmaras Municipais de São Fidélis e Campos. (APOAIDOS E APARTES).

O Sr. MADEIRA: - Apoiados; já foram vistas.

O Sr. COELHO BAROSO: - Como podem existir tais informações se o objeto da emenda só foi conhecida há três dias, como já se disse, e não havia tempo de serem consultadas as autoridades judiciárias e as câmaras dos municípios? Não posso, pois, compreender a exigência dos nobres deputados por informações que não devem existir, declarando, entretanto, que não os receio, tão convencido e seguro estou da justiça e utilidade da matéria que me trouxe a esta tribuna. (APOIADOS E APARTES). Limitou-me a estas considerações que, se não foram completas, são, entretanto, filhas da profunda e sincera convicção que nutro de que com a emenda que tive a honra de oferecer à esclarecida atenção de Assembléia, presto real e importante serviço a essa parte rica e ubérrima da Província do Rio de Janeiro, removendo o único embaraço que tem retardado, senão dificultado, seu desenvolvimento e prosperidade. (APOIADOS).

Em seguida falaram contra a emenda os deputados Melo Cunha e Virgílio Pessôa. Terminado o discurso dêste, o deputado Belizário Augusto fez algumas observações e concluiu pedindo o encerramento da discussão. Posta a votos a emenda, é aprovada e remetida à comissão de redação, ficando prejudicado o projeto original.

Os deputados Melo Cunha, J. Alves da Silva, Virgílio Pessôa, Madeira, Rufino Furtado, Oliveira Pinto, Vieira da Fonseca, A. dos Santos, Rodolfo Leite e Fróis da Cruz enviaram à mêsua uma declaração de voto contrário a emenda substitutiva, que passava do Município de Santo Antônio de Pádua para o novo de São José do Avaí, a Freguezia de Nossa Senhora da Piedade da Laje. Essa emenda ainda provocou um incidente na sessão de 9, na qual falou o deputado Dr. Álvaro Lacerda.

O Sr. ÁLVARO LACERDA: - Sr. Presidente, circunstâncias de alto, para que o critério desta Assembléia sempre se mantenha na altura

de uma corporação que legisla, tendo por norma a lei e o bem público, obrigam-me a exigir da mês e dos seus honrados colegas da maioria esclarecimentos com relação a um fato ocorrido em uma das últimas sessões. Votou-se em terceira um substitutivo para criação da Freguesia de Nossa Senhora da Penha, incluindo-se nesse projeto, à última hora, e em 3ª discussão, um substitutivo para a criação da Freguezia de São José do Avaí e a desanexação da Freguezia da Laje do Município de Pádua. Pertencem essas duas freguezias ao Município de Itaperuna já creado em 1885 e determina-se, ainda, para a sede do município pequena área de terreno limitado de um lado por uma montanha e do outro lado pelo Rio Muriaé que o alaga nas enchentes. Esta sede está em uma estação da Estrada de Ferro do Carangola; é denominada Porto Alegre e tem apenas três casas, sendo uma a estação, outra um hotel e a última comercial.

Vê, V. Ex., Sr. Presidente, que basta atender-se às disposições do artigo 83 do nosso regimento para concluir-se que semelhante substitutivo não podia ser aceito pela Mês e aprovado por esta Assembléia. (APOIADOS, NÃO APOIADOS E APARTES), e sendo certo que é êle atentatório às mais insignificantes exigências da lei, preciso saber em que documentos e com pareceres de quais comissões foi apresentado o substitutivo ao projeto.

O Sr. PRESIDENTE: - O nobre deputado tenha a bondade de ler o seu requerimento.

O Sr. ÁLVARO LACERDA: - O meu requerimento é o seguinte: - “Requeiro que me sejam enviadas cópias dos documentos que serviram de base ao substitutivo apresentado em 3ª discussão do projeto para criação da Freguezia da Penha. Sala das Sessões, 9 de dezembro de 1887. Álvaro de Lacerda”. Foi apresentado êsse projeto em uma sessão, falando apenas o meu distintíssimo colega, o Sr. Virgílio Pessoa, que continuou o seu discurso na sessão seguinte, sendo imediatamente encerrada a discussão e votada por pedido do Sr. Belizário Augusto.

O Sr. PRESIDENTE: - O nobre deputado justifique o seu requerimento.

O Sr. ÁLVARO LACERDA: - É o que estou fazendo.

O Sr. PRESIDENTE: - V. Ex. está discutindo questão vencida. (APOIADORES, NÃO APOIADOS e APARTES).

O Sr. ÁLVARO LACERDA: - Eu sei que não existem documentos para ser aprovados o substitutivo conforme o regimento, sendo certo ainda que fica a Freguezia da Natividade do Carangola reduzida a uma pequena nesga de terreno e os seus habitantes, passados para a Freguezia de São José do Avaí, tem de gastar 5 a 6 horas, para vir à sede desta Freguezia, quando gastam meia hora apenas nas condições em que acham atualmente. O mesmo acontece com a Freguezia do Varre-Sahe.

E, porque êsse deputado continuasse no mesmo terreno, o Presidente da Assembléia, Carneiro Maia, retirou-lhe a palavra, e deu lugar à suspensão da sessão, que foi reaberta minutos depois. Na sessão de 13 ainda houve referências à emenda substitutiva.

Redigido o projeto de acôrdo com o vencido, subiu à sanção do Presidente da Província, Dr. Antônio Rocha Fernandes Leão que o promulgou com o número 2921, em 29 de dezembro de 1887.

Nota: Aqui termina a transcrição das palavras contidas no ÁLBUM DO MUNICÍPIO DE ITAPERUNA, de Leopoldo Muylaert Junior, feita por nós, fielmente.

Bibliografia

- 1 - Affonso E. Taunay - História do Café no Brasil (10 volumes)
- 2 - Affonso E. Taunay - Pequena História do Café no Brasil
- 3 - Afrânio de Melo Franco - Guido Thomaz Marlière
- 4 - Aberto Lamego - A Terra Goitacá - (4 volumes)
- 5 - Alberto Ribeiro Lamego - O Homem e o Brejo - I.B.G.E.
- 6 - Aberto Ribeiro Lamego - O Homem e a Serra - I.B.G.E.
- 7 - Antônio Torres - As Razões da Inconfidência
- 8 - Antônio Moniz de Souza - Vigera e Observações de hum brasileiro desejando ser útil à sua Pátria se dedicou a estudar os usos e costumes dos seus Patrícios e os três Reinos da Natureza etc. etc. 1834.
- 9 - Aroldo Azevedo (prof.) - O Vale do Paraíba - in Anais IX congresso Brasileiro de Geografia Vol. V-Págs. 573 e ss/
- 10 - Augusto de Carvalho - Apontamentos Para a História da Capitânia de S. Tomé - 1888 - Campos.
- 11 - Augusto de St-Hilaire - Viagens pelo Distrito dos Diamantes e Litoral do Brasil.
- 12 - Augusto de St-Hilaire - Viagens pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas (2 volumes).
- 13 - Augusto de St-Hilaire - Segunda Viagem ao Rio de Janeiro a Minas Gerais e São Paulo.
- 14 - Ayres de Casal - Coregrafia Brasílica (2 volumes)
- 15 - Benedito Mergulhão - O General Café na revolução branca de 37.

- 16 - Caetano da Silva - Corografia Fluminense - 1896 - in Revista Inst. Histórico - Volume nº 67.
- 17 - Carlos Augusto de Oliveira Figueiredo - Relatório apresentado ao Presidente do Est. do Rio de Janeiro - Publicação Oficial - 1900 - Petrópolis.
- 18 - Domingos de Castro Lopes - Correio Brasileiro - Notícia Histórica.
- 19 - Henrique Queiroz Vieira - CARDOSO MOREIRA, 14º Distrito do Município de Campos. Resumo corográfico - Campos.
- 20 - I.B.G.E. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros.
- 21 - J. Baptista Martins - Limites entre Minas Gerais e o Rio de Janeiro (Parecer de ...) B. Horizonte - 1904.
- 22 - JOAQUIM LARANJEIRA - Floriano Peixoto (Blog.Romanceada)
- 23 - Joaquim Noberto de Souza e Silva - Memória Histórica e Documentada das Aldeas de Índios da Prov.do R. Janeiro - in Revista Instituto Histórico.
- 24 - Joaquim José da Silva - Trat. De Geografia Especial da Prov. de Minas Gerais - 1878.
- 25 - J. Pompeu de Castro Albuquerque - Álbum do Estado do Rio de Janeiro - 1903.
- 26 - João Wilkens de Mattos - Diretor Geral dos Correios - Relatório apresentado... etc. - 1881
- 27 - José Saturnino Costa Pereira - Dicionário Topográfico do Império do Brasil - 1834.
- 28 - Leopoldo Muylaert Junior (dr.) Álbum do Município de Itaperuna - 1910 (2)
- 29 - E. Toledo Piza - Itaocara Antiga Aldeia de Índios - Diário Oficial - Niteroi - 1946.
- 30 - Mário Pinheiro Mota (Eng. Civil) - Município de Itaperuna - in Anais IX Cong. Brasileiro de Geografia - Vol. V - 1944 - C.N.G.
- 31 - Mário da Veiga Cabral - Geografia do Brasil.
- 32 - Moreira Pinto - Dicionário Geográfico do Brasil.
- 33 - Moreira Pinto (Alfredo) - Apontamentos para o Dicionário Geográfico do Brasil.
- 34 - Moacyr Silva - Kilômetro Zero.
- 35 - Moacyr C.F. Silva - Geografia dos Transportes no Brasil - I.B.G.E. - 1949.
- 36 - Nelson Senna - Corografia de Minas Gerais - 1922.
- 37 - Pedro G. Alcoforado - O Tupi na Geografia Fluminense.

- 38 - F. Frade - Dicionário Corografico etc. Belo Horizonte - 1917.
- 39 - Porphirio Henriques (major) - A Terra da Promissão - História de Itaperuna - 1956.
- 40 - Príncipe Maximiano de Wied Neuwied - Viagens ao Brasil - 1940.
- 41 - Olavo Bilac e Coelho Netto - Contos Pátrios - 3ª Ga.Ed. 1949
- 42 - Oliveira Martins - Camões, Os Lusíadas e a Renascença em Portugal - 1891 - Porto.
- 43 - História de Portugal - II volume.
- 44 - Osvaldo Orico - Tigre da Abolição - 1931.
- 45 - Tedoro Sampaio - O Tupi na Geografia Nacional.
- 46 - Viriato Corrêa - Histórias que a História Guardou.
- 47 - Xavier da Veiga (J.P.) - Questões de Limites entre os Estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro - Relatório apresentado ao Governo de Minas Gerais - 1899.
- 48 - Xavier da Veiga - Ephemerides Mineiras - 1897 (4 volumes)

Além da bibliografia aqui exarada, deixaram de ser relacionados muitos outros autores e trabalhos, como por exemplo: - 1539-1939 - IV Centenário da Cana de Açúcar - Departamento de Propaganda e Turismo do Estado do Rio de Janeiro; Poema e Canções de Vicente de Carvalho; O Caçador de Esmeraldas de Olavo Bilac, *in* Poesias; Almanaque Brasileiro GAAKIER, publicado sob a Direção do Barão de Ramiz Galvão; Barão Garcia, o Grito do Nada e outros que aparecem no corpo de obra, devidamente identificando, é certo.

Não podemos deixar, outrossim, de fazer registo especial às atenções recebidas da parte do Reverendo Padre José Caetano Brandão que pôs às nossas ordens todo o vasto arquivado Matriz da Freguezia de Nossa Senhora da Piedade da Laje, assim como agradecemos a Wilson Garcia Bastos - Oficial do Registro Civil - que por seu turno também colocou à nossa disposição grande cópia de material histórico que nos possibilita escrever alguns destas linhas. Aqui deixamos consignados nosso agradecimento.

BIOGRAFIA DO AUTOR

Manoel Ligiero nasceu em 21 de junho de 1906, em Laje do Muriaé. Filho de João Francisco Ligiero e Maria Guarany de Mattos Ligiero, imigrantes italianos que vieram residir no interior fluminense nas últimas décadas do Século XX. Iniciou seus estudos no Liceu de Humanidades na cidade de Campos dos Goytacazes. Após a conclusão do Liceu, mudou-se para o Rio de Janeiro para estudar medicina na prestigiada Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Casou-se com Angelina Martins Ligiero. Pai de Rubens Martins Ligiero. Trabalhou como médico na Capital, Petrópolis e São José de Ubá. Gostava de literatura, história e poesia. Escreveu e publicou algumas obras no campo da poesia. Após a aposentadoria retornou a terra natal para concluir mais um de seus trabalhos: “O Homem, o Rio e a Terra”, que concluiu em 1960. Faleceu no Rio de Janeiro no dia 31 de março de 1977.

Anízio Pirozzi - Historiador.

SOBRE A SÉRIE MEMÓRIAS FLUMINENSES

Possui como objetivo a publicação ou republicação de livros referenciais para a história, a memória e as identidades culturais no âmbito das regiões de atuação do Instituto Federal Fluminense, de forma a possibilitar a ampliação do conhecimento e compreensão da territorialidade fluminense. Optou-se pela manutenção da ortografia original do texto (ou da publicação disponível como referência), sem atualização ortográfica, com transcrição *ipsis litteris* do conteúdo do livro, de forma a garantir ao leitor acesso o mais próximo possível de uma transcrição fiel à primeira publicação.

VOLUMES JÁ PUBLICADOS

v.1 - CYCLO AUREO: HISTORIA DO 1º CENTENARIO DE CAMPOS
- Horacio Souza. Obra original: 1935.

v.2 - ITINERARIO DA FREGUEZIA DO SENHOR BOM JESUS DO
ITABAPOANA Á GRUTA DAS MINAS DO CASTELLO - Manoel Basilio
Furtado. Obra original: 1884

v.3 - ESTUDOS AGRICOLAS - João José Carneiro da Silva. Obra original:
1872 / 1875.

v.4 - HISTORIA DO DESCOBRIMENTO E POVOAÇÃO DA CIDADE
DE S. JOÃO DA BARRA E DOS CAMPOS DOS GOYTACAZES ANTIGA
CAPITANIA DA PARAHYBA DO SUL E DA CAUSA E ORIGEM DO
LEVANTE DENOMINADO – DOS FIDALGOS – ACONTECIDO NO
MEADO DO SECULO PASSADO DIVIDIDA EM TRES PARTES –
Fernando José Martins. Obra original: 1868.

v.5 - RUMOREJOS DO MONTE HIMALAYA - Amelia Gomes de Azevedo.
Obra original: 1894.

v.6 - APONTAMENTOS PARA A HISTORIA DA CAPITANIA DE S.
THOMÉ - Augusto de Carvalho. Obra original: 1888.

v.7 - O HOMEM, O RIO E A TERRA: O RIO MURIAÉ E A FREGUEZIA DA LAJE. TRAÇOS GEOGRÁFICOS E HISTÓRICOS - Manoel Ligiéro. Obra original inédita: 1960.

PRÓXIMOS LANÇAMENTOS

v.8 - OS MAIS ANTIGOS DOCUMENTOS EUROPEUS SOBRE A CAPITANIA DE SÃO TOMÉ - Arthur Soffiati (Org.).

v.9 - EVOCAÇÕES: CRIMES CÉLEBRES EM MACAHÉ: CHICO DO PADRE, KARUKANGO, MOTTA-COQUEIRO - Antão de Vasconcelos. Obra original: 1895.



Essentia
E D I T O R A
IFFLUMINENSE

Papel: Supremo 250 g/m² com laminação fosca (Capa), Pólen Soft 70 g/m² (Miolo)

Tipologia: (Capa) Trajan Pro, Bodoni Poster Compressed
(Miolo) Garamond, Adobe Garamond Pro

Formato: 16 x 23 cm (fechado)

Tiragem: 300

Impressão: Gráfica Gaia - Tel.: (34) 3235-4163 / (34) 98876-4969